

revista
indisciplina
r

v. 5, n. 1
julho/2019



v. 5, n. 1
julho / 2019

revista

indisciplina
r

**A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de
pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq),
Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil**

COORDENAÇÃO EDITORIAL	Fernanda Dusse
EDITORES	Daniel Medeiros de Freitas, Marcela Silvano Brandão Lopes, Marcelo Reis Maia, Natacha Rena
CONSELHO EDITORIAL	Aleamar S. A. Rena, Breno Silva, David Sperling, Eduardo Jesus, Fernanda Dusse, Gisela Barcellos, Giselle Beiguelman, Karina Leitão, Karine Carneiro, Luis Regis Coli, Monique Sanches, Myriam Avila, Patricia Azevedo, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Simone Tostes, Thais Portela
PROJETO GRÁFICO	Octavio Mendes e Nuno Neves. Adaptado por Lucca G Mezzacappa
DIAGRAMAÇÃO	Lucca G Mezzacappa
ENDEREÇO PARA CONTATO	Escola de Arquitetura da UFMG. Rua Paraíba, 697, sala 411. CEP 30130-141.
TELEFONE	31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845
CAPA	Lucca G Mezzacappa. Fotografia de Vinicius Valois

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Belo Horizonte, Jul-Out. de 2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Indisciplinar / EA-UFMG – Belo Horizonte (MG)

V.
Semestral.
v.5, n.1 (2019).

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

Editorial

As edições 8 e 9 da Revista Indisciplinar trazem o tema “Territórios populares: movimentos de resistência ao urbanismo neoliberal” e objetivam discutir as várias formas que os agentes promotores do projeto neoliberal encontram de expulsar as populações mais vulneráveis de territórios estabelecidos, bem como indicar os modos de resistência mobilizados pelos sujeitos que habitam esses espaços. Na presente revista, apresentamos movimentos urbanos de resistência e ocupação, ressaltando a potência de transformação de um modelo de cidade e de comunidade que eles anunciam.

Abrimos a revista com o ensaio gráfico “Possibilidades e desafios de práticas insurgentes: o caso da comunidade Poço da Draga, em Fortaleza”, de Amanda Máximo. As colagens abordam imagetivamente as possibilidades e os desafios encontrados por Amanda durante sua vivência no Poço da Draga ao longo de sua dissertação de mestrado. Em seguida, apresentamos uma entrevista conduzida por pesquisadores do Indisciplinar com Lisandra Mara Silva, técnica da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), sobre as possibilidades de uma atuação mais democrática e participativa do Poder Público em projetos de reurbanização. O ensaio “Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano”, de Raquel Rolnik, discute o processo global da financeirização e como ele se expressa nas chamadas paisagens para a renda e, também nas chamadas paisagens para a vida, territórios organizados a partir da lógica da sobrevivência, das necessidades e dos desejos de prosperidade.

Os 14 artigos aqui apresentados mantêm o projeto interdisciplinar da revista ao tratarem de pesquisas que percorrem o urbanismo, a arquitetura, as ciências sociais e as artes, além de refletirem sobre as possibilidades da universidade em projetos de extensão e na elaboração de novas metodologias, mais inclusivas e dinâmicas. Pesquisas desenvolvidas em universidades de Minas Gerais, São Paulo, Ceará, Bahia, Paraná e Rio Grande do Sul permitem perceber como são semelhantes os desafios para a proposição de modelos de vida mais justos e dignos nas cidades brasileiras, ao mesmo tempo em que reforçam as singularidades de cada espaço e das estratégias elaboradas pelas comunidades que neles habitam.

Na última seção da revista, que apresenta projetos do Indisciplinar, trazemos fragmentos da pesquisa Territórios Populares, coordenada nacionalmente pelo LabCidade/ FAU-USP e realizada por meio de uma rede formada por grupos de diversas partes do Brasil.

Sumário

ensaio gráfico

10 Possibilidades e desafios de práticas insurgentes

por Amanda Máximo

ensaio

18 Paisagens para renda, paisagens para vida

por Raquel Rolnik

entrevista

46 Lisandra Mara

por Indisciplinar

artigos

60 Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes

por Susan Oliveira, Gabriela Bittencourt, Carolina Nasser & Natacha Rena

90 Comunidades Vulneráveis: Um direito à cidade

por Carolina Mello Cotrim-Ferreira & Afonso Celso Vanoni de Castro

108 O fechamento de equipamentos públicos como uma camada de segregação socioespacial em Curitiba

por Simone Aparecida Polli, Alessandro Lunelli de Paula & Carolina Gama

132 Assentamentos informais: dinâmicas territoriais e suas (in)visibilidades

por Paulo Nascimento Neto

154 A fragilidade do discurso da neutralidade no planejamento da cidade: perspectiva de gênero e o espaço urbano

por Rogério Lucas Gonçalves Passos

178 Dominação da forma-mercadoria nos territórios populares? Uma análise a partir da ocupação urbana Dandara

por Thiago Canettieri & Beatriz Ribeiro Machado

202 A sobrevivência dos vagalumes na Vila Dique: reflexões sobre um planejamento urbano popular

por Ane Briske, Douglas Silveira Martini, Igor Nicolini & Nicole Brazeiro

222 Participação popular e resistências no espaço urbano: uma prática de assessoria técnica na Ocupação Quilombo Paraíso

por Vinicius Lyra Reis Valois

244 Produção popular do espaço como forma de resistência - um relato a partir do olhar da assessoria técnica

por Bárbara Caetano Damasceno, Claudia de Andrade Silva, Flávia Tadim Massimetti & Natália Tamanaka

264 Deambular enquanto abordagem crítico-propositiva

por Bianca Feijão Meneses, Daniel Ribeiro Cardoso & Bruno Melo Braga

288 Para onde vamos? - Caminhos para ocupação de territórios na linguagem cinematográfica

por Eduardo de Jesus & Gustavo da Rocha Jardim

306 Corpos dissensuais: um olhar para experiência de travestis e mulheres trans da Av. Pedro II de Belo Horizonte

por Tomás German

320 Ocupa Ouvidor 63: arte, ocupação e activismos

por Mariana Angelis & José Márcio Barros

342 As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal

por Aluizio Marino & Gerardo Silva

364 produção indisciplinar
Territórios Populares

por Indisciplinar

e

n

s

a

i

o

Possibilidades e desafios de práticas insurgentes

o caso da comunidade do Poço da Draga, Fortaleza, Brasil

Resumo

A pesquisa busca compreender as possibilidades e os desafios de práticas insurgentes de moradores urbanos, diante dos conflitos de interesses e das disputas por poder de decisão sobre os territórios. Essa problematização considera que grande parte das deliberações de produção do espaço acontecem no âmbito das práticas institucionais, implementadas por órgãos de planejamento, sancionadas pelo Estado e frequentemente a serviço de interesses privados. Perante essa conjuntura, lutas urbanas coletivas, frente às expropriações do comum pelo Estado-capital, surgem como faíscas de esperança: seriam elas capazes de impulsionar mais justiça e igualdade em nossas cidades? Nesse cenário, a noção de planejamento insurgente — que denomina de planejamento as ações coletivas ocorridas fora das estruturas formais de representação — têm ganhado aceitação no debate teórico nacional e internacional, por radicalizar os processos democráticos e assegurar a atuação direta dos cidadãos na produção do espaço urbano. Através da investigação empírica do estudo de caso da comunidade Poço da Draga, a pesquisa busca levantar elementos relevantes que contribuam para o debate teórico e para a discussão não especializada sobre a

atuação auto-organizada da sociedade civil no planejamento urbano. Nas últimas décadas, o planejamento estratégico, que preconiza a cidade-mercadoria, vem contribuindo para o agravamento das disputas territoriais em Fortaleza. Esse padrão de governança, ao atender aos interesses do capital, vem colocando em risco a manutenção de algumas comunidades situadas em áreas potencialmente lucrativas para o mercado imobiliário, como o Poço da Draga, que resiste à ameaça de remoção há décadas. Trata-se de um esforço etnográfico, cujos procedimentos metodológicos concentraram-se na observação participante, na elaboração e análise de diário de campo e de entrevistas semiestruturadas com diferentes atores sociais e resistências atuantes no território. A pesquisa sugere que, apesar dos entraves e das enormes assimetrias de poder político e econômico entre as diferentes classes sociais, as práticas insurgentes podem contribuir para a constituição de um bem comum urbano mais democrático.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Clarissa Sampaio Freitas

por **Amanda Maximo***

imagens elaboradas por **Amanda Maximo, Thais Vieira e Beto Sousa**





****Amanda Máximo** tem graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará. Mestrado em Planejamento Urbano e Design da Informação pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (PPGAUD - UFC). Em 2013, como bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, cursou graduação sanduíche em Arquitetura no Institut National des Sciences Appliquées de Strasbourg, França, através do Programa Brafitec.*

An aerial, grayscale photograph of a city skyline. In the foreground, a wide river flows through the city. On the left bank, there are several tall, cylindrical structures, possibly industrial or residential. In the center, a prominent, uniquely shaped skyscraper stands out. The background shows a dense urban landscape with many other buildings under a clear sky.

Paisagens para a renda, paisagens para a vida

disputas contemporâneas pelo território urbano

*por Raquel Rolnik**

Apresentação

“Paisagens para a renda, paisagens para a vida: disputas contemporâneas pelo território urbano” foi apresentado originalmente pela professora doutora Raquel Rolnik na aula de erudição ministrada no âmbito do concurso de titularidade para o Departamento de Projeto da FAU-USP. O texto orientou a palestra da urbanista realizada no dia 25 de julho de 2018, durante o 2º Seminário Internacional Urbanismo Biopolítico: Urbanismo Neoliberal e Resistências Biopotentes em Belo Horizonte. A autora discute o processo global da financeirização e como ele se expressa nas chamadas paisagens para a renda e, também nas chamadas paisagens para a vida, territórios organizados a partir da lógica da sobrevivência, das necessidades e dos desejos de prosperidade. Tomando a organização do espaço, o planejamento urbano e o papel do Estado como fio condutor, a autora articula a luta das periferias no final dos anos 1970, a criação das ZEIS, os projetos de reestruturação urbana no bojo dos megaeventos esportivos, os processos de remoção decorrentes dos grandes investimentos em infraestrutura, as grandes operações urbanas, as transformações no campo da política habitacional, a crise hipotecária e financeira de 2008 e a proliferação de PPPs e o modo como penetra na produção do espaço urbano. Trata-se, no entanto, de práticas de implantação de um modelo urbano e econômico que não ocorre sem batalhas políticas e sociais, e em torno das quais se constituem lutas, movimentos sociais, ocupações e ativismos, descritos pela autora a partir dos confrontos e das novas alternativas de agenciamentos espaciais que delas emergem.



1. AALBERS, Manuel. *The Financialization of Housing: A Political Economy Approach*. Londres/Nova York: Routledge, 2016.

2. ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

Que estranhas paisagens são estas que, apesar de afirmarem singularidade em suas formas arquitetônicas únicas e espetaculares, multiplicam-se e repetem-se, aterrissando em cidades tão distintas do planeta, capturando e reconfigurando seus territórios?

Chicago, Dubai, Astana, Belgrado, Rio de Janeiro: torres corporativas brilhantes e espelhadas, hotéis de bandeira internacional, shopping centers, museus, centros de convenções, todos idênticos. Formas que correspondem a produtos imobiliários identificados e precificados no mercado financeiro global e, portanto, capazes de atrair parte da “muralha de dinheiro” [wall of money] que circula pelo planeta, em uma busca permanente por frentes de expansão, em sua fome de ativos capazes de gerar rentabilidade, presente ou futura[1].

Por que essa nuvem eletrônica de fluxos financeiros que percorre territórios na velocidade dos bits e algoritmos matemáticos, com origens tão distintas como as novíssimas fortunas da China ou dos sheiks do petróleo, nas mãos de bancos e fundos soberanos nacionais, fundos de pensão de trabalhadores e companhias de seguros, encontra no espaço construído – no real estate – formas hoje essenciais para sua remuneração, crescimento e aumento de poder? Ainda: quais são os efeitos do avanço da presença dessa nuvem que se amalgama com a produção do espaço construído, de maneira a constituir um complexo imobiliário-financeiro, ao mesmo tempo em que constrói novos artefatos, incidindo sobre a cultura urbana? Quais são as novas formas de agenciamento das relações Estado-mercado que se estabelecem para viabilizar a implementação e gestão futura deste complexo? Finalmente: quais são os territórios preexistentes e de que forma são capturados, transformados e deslocados? Mas também: de que forma resistências e insurgências emergem nessas interfaces, gerando embates e disputas pelos lugares? Como essas insurgências reconfiguram o espaço urbano?

Estamos falando de um processo global, de um novo império colonial sem bandeira nem rosto: as finanças globais. Desterritorializado e abstrato, fictício, especulativo por natureza – pois esse é o caráter do mercado financeiro: o jogo das expectativas e apostas futuras –, esse novo poder colonial ocupa as cidades, espacializa-se em paisagens para a renda capazes de garantir um fluxo de remuneração futura relacionado ao lugar, sob a forma de capital de juros. Como aconteceu em todas as experiências concretas de imperialismo colonial, a financeirização se expressa de maneira profundamente particular e única em cada localidade, dependente das economias políticas específicas da terra e do urbano em cada um dos tempos e espaços onde aterrissa[2].

É da natureza mesma do capitalismo, desde suas origens, a mobilização da expansão ou a reestruturação geográfica para resolver suas crises periódicas e permanentes de excedente de capital (sobreaacumulação) ou de mão de obra. A construção de novos espaços e infraestruturas, investimentos fixos no espaço que asseguram maior

velocidade de circulação das mercadorias, abrindo frentes de expansão para mercados e investimentos (como foram as estradas de ferro no século XIX, por exemplo) e, ao mesmo tempo, constitui uma barreira para a própria expansão, um espaço desvalorizado que será criativamente destruído para dar lugar a uma nova frente de expansão[3]. Não é por acaso que, neste momento, em vários lugares do mundo antigas áreas portuárias e ferroviárias estão sendo reconfiguradas. É nesse sentido que David Harvey apresenta o conceito de spatial fix como central para entender a produção do espaço e suas reconfigurações permanentes. “Fix” deve ser entendido no sentido de “fixar”, “consertar”, mas também no sentido de “recuperar”[4].

O processo que estamos descrevendo não é novo. Como veremos adiante, entendê-lo nos ajuda a compreender transformações históricas importantes como, por exemplo, a intervenção haussmanniana em Paris, que não apenas reconfigurou as condições básicas de produção e consumo, mas que também instaurou novos modos de existir nas cidades, vinculados ao advento da modernidade[5].

No entanto, até o surgimento dos instrumentos recentes de titularização – ou seja, da possibilidade de transformar objetos fixos em papéis abstratos (em “ativos”, papéis que representam a renda futura vinculada a determinada localização) –, o caráter fixo e imóvel do espaço – spatial fixity – ainda representava uma barreira para que este pudesse ser totalmente tomado e controlado pelas finanças. Uma barreira não no sentido da associação de capitais para promover investimentos para a produção do espaço construído, mas sim como sua circulação futura no mercado de capitais. Agora, quotas de fundos imobiliários, certificados de recebíveis e securitização de hipotecas, entre outros instrumentos financeiros, permitem a circulação quase infinita do bem, sem que ele seja individualizado ou saia do lugar. Também permitem a entrada e saída rápida de capitais sem que sejam necessários pesados e complexos custos de transação e manobras cartoriais. Em outras palavras, é a arquitetura – a mais tectônica das artes – que é desmaterializada para passar a circular, por meio de tecnologias e fluxos de informação, como puro valor, ou melhor, como expectativa futura de valor.

Poderíamos tratar das implicações dessas novas paisagens – em que objetos singulares e espetaculosos de arquitetura são elementos centrais e as aproximações entre a arte e os negócios se potencializam – de vários pontos de vista, igualmente relevantes[6]. Optamos aqui por lê-las a partir de suas relações com a organização do espaço e com o planejamento urbano e, mais particularmente, focalizando dois elementos centrais: (i) sua gênese, suas origens históricas e transformações recentes e, sobretudo, (ii) sua relação com os territórios que não se organizam sob esta lógica, e que, na verdade, constituem a maior parte do mundo urbano contemporâneo: suas

3. HARVEY, David. *Os limites do capital*. Tradução de Magda Lopes. São Paulo: Boitempo, 2013.

4. Id., *Globalization and the “Spatial Fix”*. *Geographische Revue – Zeitschrift für Literatur und Diskussion*, ano 3, caderno 2, 2001.

5. Id., *Paris, capital da modernidade*. São Paulo: Boitempo, 2015.

6. ARANTES, Otilia. Uma estratégia fatal: A cultura nas novas gestões urbanas. In: ARANTES, Otilia; MARICATO, Ermínia; VAINER, Carlos (orgs.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000, ARANTES, Pedro. *Arquitetura na era digital-financeira: Desenho, canteiro e renda da forma*. São Paulo: Editora 34, 2012.



7. ROLNIK, Raquel et al (orgs.). *Cidade Estado Capital: reestruturação urbana e resistências em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2018.

margens, suas contradições. A estes territórios denominamos aqui paisagens para a vida.

Neste percurso, interessa-nos particularmente explorar o papel do Estado na constituição e desfazimento permanentes dessas paisagens. Com poder normativo para estabelecer as regras de construção dessas formas e uma máquina de guerra para impô-las, o Estado tem sido um dos protagonistas das transformações, contradições e disputas em torno do território[7]. Seu poder soberano também se exerce através do planejamento urbano, seus instrumentos e suas noções de “espaço público” e “interesse público” como veremos adiante.

Além da destruição de toda e qualquer barreira regulatória à circulação planetária de ativos financeiros que ainda possa existir – destruição que é parte dos processos de transformação das economias globais sob o neoliberalismo –, a condição essencial para que o espaço construído possa ser um ativo financeiro que circula livremente no mercado financeiro global é a existência de apenas uma forma de relação do possuidor do bem com o espaço físico que ocupa: a propriedade individual registrada.

Este ponto é importante porque, como veremos, o paradigma da propriedade individual registrada, hegemônico sobre todas as demais formas de relação dos indivíduos com o território, tem sido uma das motivações e justificativas mais poderosas para a negação do direito à existência de outros modos e tipos de vínculos territoriais. E mais: a correspondência entre um lugar – físico, material – e um pedaço de papel contendo coordenadas matemáticas, códigos racionais e abstratos é o elemento que introduz o paradigma que hoje explode em termos de escala na velocidade dos algoritmos. Ao contrário do que aponta o senso comum, a propriedade individualizada e registrada não

é a que confere maior segurança da posse, mas aquela que é totalmente livre de vínculos – complexos ou coletivos – para circular no mercado de localizações.

Essa hegemonia – da propriedade como única forma legítima de posse – elabora um processo ainda não totalmente completo há pelo menos 250 anos da história da relação da humanidade com o território habitado. Uma história que começa com os cercamentos das terras comunais e com a separação entre terra e trabalho na Europa e se consagra como forma jurídico-política com a formulação do Estado liberal[8]. É no período do Iluminismo, com seu projeto utópico de uma democracia de proprietários livres, que se origina uma vinculação estreita (e estrita) entre “propriedade”, “liberdade” e “cidadania”. É nesse contexto – dos “antigos modernos” – que se estabelece um dos fundamentos essenciais da modernidade[9] para o planejamento urbano e, particularmente, para a compreensão de seu papel jurídico-político.

É essa “ordem liberal democrática”, concebida como forma predominante de organização das economias e sociedades em seus vínculos com o território, que passa a se estabelecer, notadamente a partir do século XIX, como modelo hegemônico. Esse modelo se consolida sob a forma de Estados-nação, que fornece a matriz conceitual e prática da noção de “espaço público” – noção que também é privatista na medida em que surge juntamente (e por contraponto ou complemento) à de espaço privado. Ao menos desde o século XIX, quando os governos implantam sistemas de circulação, saneamento, manutenção, lazer, entre outros, o público é entendido como “propriedade privada do Estado”, essencial para suas táticas de governamentalidade[10].

A literatura localiza naquele momento o nascimento do planejamento urbano como disciplina, prática que articula saberes técnicos derivados da medicina, da engenharia e de outras ciências para construir uma administração territorial do conjunto da cidade sob o signo da ordem, da racionalidade e da eficiência – e não mais por meio de intervenções embelezadoras pontuais. Do ponto de vista da intervenção concreta sobre os territórios, são implantados sistemas que permitem maior velocidade na circulação de mercadorias – como são os planos de Haussmann, o *Ring* de Viena e a expansão feita por Cerdà em Barcelona, estabelecendo conexões regionais. Mas, ao mesmo tempo, esses sistemas são formas extrovertidas de urbanismo que se expressam através de um espaço definido como “público”, isso é, gerido por um aparato burocrático-estatal – esta é a ideia de vida pública do *boulevard* e dos parques.

Se o espaço público é regulado *por e para* o controle estatal, já em fins do século XIX o *zoning* é introduzido na linguagem instrumental do planejamento urbano a partir da experiência alemã: trata-se da adoção de regramentos de volumetria e usos, tomando o lote privado como

8. LOCKE, John. Dois Tratados sobre o Governo. In: LOCKE, John. *Coleção Os Pensadores*. São Paulo: Abril, 1978.

9. AZEVEDO, Ricardo Marques de. *Antigos modernos: estudos das doutrinas arquitetônicas nos séculos XVII e XVIII*. São Paulo: FAUUSP, 2015.

10. FOUCAULT, Michel. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008. Trad. Vera Portocarrero e Gilda Gomes Carneiro.

11. MANCUSO, Franco. *Las experiencias del zoning*. Barcelona: Gustavo Gili, 1980.

12. FOX, Frances, CLOWARD, Richard. *Regulating the poor: functions of public welfare*. Vintage books Random House, 1971.

unidade de referência básica. Ao assumir princípios funcionalistas, o planejamento urbano passa a determinar o destino da cidade a partir da definição dos “produtos imobiliários” que podem ser construídos em cada lugar: a fábrica, a moradia burguesa, as áreas comerciais, a moradia operária[11].

É na cidade industrial – especialmente no período do pós-guerra e da disseminação do fordismo – que o planejamento urbano vai ganhar os contornos de um movimento de vanguarda, estruturando-se a partir da noção de espaço urbano como *locus* de produção e circulação de mercadorias e também de reprodução da força de trabalho.

Os pactos políticos que se estabeleceram com a emergência e o crescimento do movimento operário e sindical – acompanhado da influência de seu ideário político-cultural de justiça, universalidade de direitos e igualdade –, no início do século XX, nos países centrais, fazem com que os processos de planificação urbana passem a ser guiados – para além da disponibilização de uma reserva de terras para a expansão industrial e mercantil, e dos investimentos em infraestrutura necessários para aumentar sua velocidade e produtividade – pela definição estratégica do Estado como redistribuidor de bens e serviços. O caráter redistributivo do Estado e do planejamento é acentuado pela ameaça que o comunismo representava à época, especialmente depois de 1917. Assumindo sua feição de “bem-estar social”, o Estado capta uma parte do excedente de capital (e do solo das cidades) para compensar os não proprietários (tanto de terra quanto de meios de produção), investindo em habitação social, equipamentos de educação, saúde e lazer, garantindo as condições de reprodução da força de trabalho, mesmo diante de salários baixos o suficiente para gerar altas taxas de mais-valia.

Na Europa e nos Estados Unidos, utopias racionalizadoras e reformadoras encontraram, na política urbana e no urbanismo, não apenas um campo de aplicação das ideias de integração dos pobres e das chamadas “classes perigosas” para a coesão social sob o capital, mas também um verdadeiro laboratório de reconfiguração territorial



NOVA IORQUE EUA



SHEFFIELD INGLATERRA

comandado pelo Estado[12].

Mais do que discutir as formas presentes nestas intervenções, objeto de larga literatura no campo da arquitetura e do urbanismo modernos, o que interessa aqui é apontar o que essas formas significam do ponto de vista do que esteve – ou está – fora da governamentalidade ativa do Estado. Pretendo olhar para o que está em suas margens e que constitui objetos de desterritorialização permanente[13]. Ou, trocando em miúdos: quem são os “outros” e quais são suas lógicas territoriais? Como as operações de estatização incidem sobre essas lógicas?

Voltemos ao planejamento urbano. Se até aqui focalizamos as origens – ocidentais, europeias – das utopias de intervenção nas cidades, não podemos deixar de ressaltar o papel dessas mesmas operações de des-re-territorialização em sua imposição colonialista nos países da periferia do capitalismo. Recuperando essa trajetória sob o ponto de vista desse imenso “outro”, em primeiro lugar, os signos abstratos da propriedade privada e da funcionalidade sobrepõem-se aos signos da terra como abrigo, recurso e referência simbólica[14]. Além disso, ao se implantar parcialmente em apenas um pedaço da cidade – identificado com os espaços de residência e consumo das elites, na paisagem das cidades integradas às máquinas de produção capitalista no Sul global –, esses signos abstratos constituem e repõem, ao mesmo tempo, espaços reconhecidos e identificados com as matrizes político-culturais das forças coloniais de ocupação e delimitam, de maneira eloquente e permanente, o “fora”[15]. Esse fora, essa margem, é também, desde então e sempre, fortemente marcada por elementos étnico-raciais[16].

Sim, estamos nos referindo aqui às *paisagens para a vida*. Construídas pelas e para as maiorias, a partir da lógica da sobrevivência, das necessidades e dos desejos de prosperidade, elas se instalam progressivamente – sem plano prévio, mas em relação permanente com as próprias formas propostas pelo planejamento –, em condições escassas de recursos, sobre as localizações disponíveis: periferias distantes, áreas declaradas pelas normas do planejamento urbano como impróprias, terrenos e construções abandonadas.



RIO DE JANEIRO BRASIL INDIA

13. HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transteritorialidade e em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

14. WATSON, Vanessa. *Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues*. In: *Urban Studies*, 46(11), Outubro 2009.

15. WATSON, Vanessa. *The Usefulness of Normative Planning Theories in the Context of Sub-Saharan Africa*. In: *Planning Theory*, v.1(1), 2002.

16. YIFTACHEL, Oren. *Ethnocracy: Land and Identity Politics in Israel/Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

17. ROY, Ananya. *Strangely Familiar: Planning and the Worlds of Insurgence and Informality*. *Planning Theory*, n.8, 2009.

18. WACQUANT, Loïc. *Parias urbanos: Marginalidade en la ciudad a comienzos del milenio*. Buenos Aires: Manantial, 2001; DAVIS, Mike. *Planeta favela*. São Paulo: Boitempo, 2006.

Favelas, *bastees*, *kampung*s, *slums*: sua existência – e persistência – nas cidades da periferia do capitalismo (assim como nos guetos e *banlieus* em seu centro) desafia permanentemente os esforços universalistas das utopias do planejamento urbano[17]. Em todos esses casos, há uma associação entre uma espacialidade marcada pelas lógicas da vida em contextos de poucos recursos e uma condição sociopolítica: o *outcast*, marginal ou fora da ordem. A própria escolha dos termos para designar essa espacialidade – em inglês, *slum* (sinônimo de criminoso, trambiqueiro), ou, em português, “aglomerado subnormal”, usado pelo IBGE, nosso órgão oficial de demografia – não apenas carrega uma condição de alteridade, mas também expressa claramente esta *Gestalt* discriminatória[18]. A esta se contrapõem o “crescimento ordenado do mercado”, o subúrbio das casas próprias das famílias brancas norte-americanas, os conjuntos habitacionais gigantes nas distantes periferias nas cidades no Norte e Sul.



Estas paisagens para a vida nas cidades do chamado “terceiro mundo”, como eram denominados os países da periferia do capitalismo nos tempos da Guerra Fria, foram concebidas pela imaginação modernista como “atraso”. A teoria da marginalidade se encarregaria de apontá-las como sinal dos arcaísmos do “subdesenvolvimento”, ou seja, das configurações político-territoriais que não teriam se modernizado. Já nos anos 1970, Francisco de Oliveira e Lúcio Kowarick apontaram para o imperativo da existência de tais espacialidades sob uma forma específica de capitalismo que se desenvolve em sua periferia: este território popular se constitui como elemento essencial de

manutenção de baixíssimos salários, garantindo a presença e reprodução nas cidades de um “exército industrial de reserva”, por meio de processos contínuos de espoliação urbana[19].

Aqui queremos, mais uma vez, focalizar este debate especificamente sob as lentes da teoria do planejamento e, particularmente, do papel do planejamento urbano normativo e des-re-territorializador que constitui o paradigma técnico estatal dominante na economia política da organização do espaço. Na experiência concreta das cidades, a destruição-remoção-erradicação destes espaços sem nome (me recuso a denominá-los de “informal” – como assim “informal”? Sem forma?) é feita, frequentemente, com o emprego da violência, em nome da salubridade, da legalidade e da preservação ecológica e, também, muitas vezes, como instrumento da guerra às drogas, associando a presença do tráfico de drogas ou de outras atividades ilícitas a estes territórios. A essas condições-limite se contrapõe a opção dos conjuntos ordenados de casinhas ou apartamentos, normalmente edificadas nas periferias – onde o preço do solo é mais barato –, impondo agenciamentos espaciais que pouco dialogam com as lógicas das necessidades e oportunidades que permanentemente configuram os territórios populares.



No entanto, esta contraposição é, na melhor das hipóteses, excepcional. Isso porque o número e a escala de intervenções deste tipo raramente ultrapassam uma parte pequena dos assentamentos dos territórios populares. De fato, até em conjuntos habitacionais populares construídos em programas estatais, o movimento de constituição de paisagens para a vida – também denominado “refavela” – teima em acontecer. Assim, embora a erradicação represente a situação mais extrema da operação de banimento a que estão sujeitos uma parcela importante da população e os seus territórios, não é a destruição total o que constitui o elemento central da relação entre o planejamento urbano e os assentamentos populares e sua função na economia política das cidades, mas sim a ambiguidade

19. OLIVEIRA, Francisco de. A economia brasileira: crítica à razão dualista. *Estudos Cebrap*, n.2, 1972; KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

20. ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: A colonização da terra e da moradia na era das finanças*. São Paulo: Boitempo, 2015.

21. YIFTACHEL, Oren. Critical Theory and ‘Gray Space’: Mobilization of the cClonized. *City*, v.13, n.2-3, junho/setembro 2009.

22. TELLES, Vera da Silva. *As cidades na fronteira do legal e do ilegal*. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2010.

23. ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.

24. YIFTACHEL, Oren. *Ethnocracy: Land and Identity Politics in Israel/Palestine*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2006.

25. HOLSTON, James. *Cidadania insurgente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

e a transitoriedade permanentes[20].

Estamos falando de bairros inteiros imersos em um estado de exceção e de ambiguidade em que as categorias legal/ilegal, legítimo/ilegítimo, autorizado/não autorizado são permanentemente cambiantes e postas em questão, inclusive através da ação dos próprios habitantes. Trata-se de *gray spaces*, nas palavras de Yiftachel[21], espaços de sombra, esferas urbanas que se situam a todo momento entre a iluminação da legalidade, da segurança e da inserção plena nas cidades e a escuridão da remoção, destruição e morte[22].

O planejamento urbano – em suas normas e linguagem – é central na constituição desses espaços ambíguos. Não com relação à sua capacidade ou incapacidade de regulá-los, mas no sentido de fornecer a linguagem e os instrumentos para demarcar as fronteiras cambiantes da norma e da exceção[23].

São inúmeras as implicações políticas – e práticas – deste estado de transitoriedade permanente decretado pelo planejamento: é este estado que permite, por exemplo, uma inserção discricionária subalternizada na distribuição de benefícios e investimentos urbanos, condenando bairros inteiros a viver sem água encanada e esgoto por décadas; é este estado que faz com que estes mesmos bens e serviços, disponíveis de maneira automática para os proprietários, sejam obtidos apenas através de processos lentos e altamente mediados pelo sistema político-eleitoral no caso dos territórios populares. Mais grave ainda: é isto que possibilita o estabelecimento de um território não sujeito às leis da cidadania, ao permitir, por exemplo, que as “forças da ordem” entrem ali atirando e matando. Ou que, ignorando a presença de indivíduos e comunidades estabelecidos por décadas em determinados lugares, declara o assentamento como *terra nullius* – terra vazia e de ninguém[24] – quando o Estado projeta a expansão de equipamentos ou de obras de infraestrutura decretada pela máquina de crescimento urbano, sem prever a necessidade de pagar os “custos altos” dos processos de desapropriação.

É esta lógica que conduz o processo de desenvolvimento urbano e configura os resultados distributivos, cimentando o poder do Estado. Mas só é possível entendê-la na economia política das cidades se apontarmos para o modo de constituição dos sujeitos políticos envolvidos em sua construção, inclusive daqueles que se mobilizam a partir mesmo de sua condição de “ilegal” ou “precário”, seja articulando sua inserção no sistema hegemônico de valores, seja desafiando ou antagonizando esse sistema[25].

Quem acompanhou a luta das periferias e favelas do Brasil pela inserção nas cidades desde o final dos anos 1970 sabe ao que estou me referindo. Uma cidadania insurgente foi sendo construída a partir destas margens, demandando a redefinição do lugar destes assentamentos no planejamento das cidades. Essa insurgência

tensionou os limites da ordem urbanística, por exemplo, ao propor as Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS, no interior de um zoneamento fortemente capturado pela lógica do mercado imobiliário e de seus produtos e pelo desejo dos proprietários e residentes, nos bairros de classe média, de manter e proteger o valor de suas propriedades.

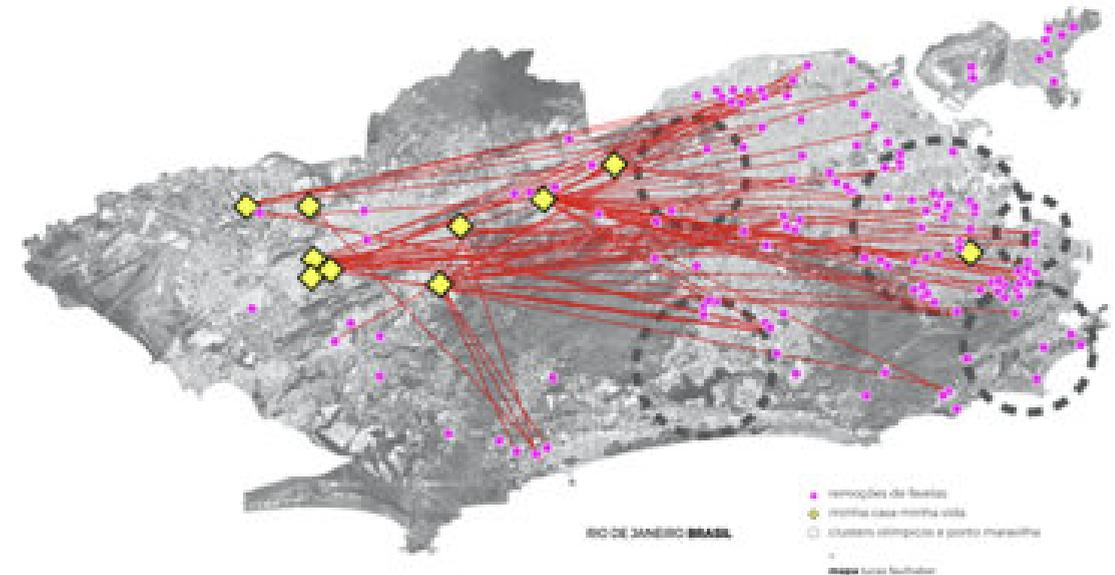
Em sua formulação inicial, nos anos 1990, as ZEIS foram pensadas como espaços de ruptura com a ambiguidade e as zonas de sombra, ao destinarem um lugar para o território popular, visibilizando sua existência e constituindo uma espécie de “zona libertada” das normas, aberta para a construção de um território autônomo estabelecido *por e para* os que ali vivem, a partir justamente da lógica de suas necessidades, relacionada aos saberes e artefatos técnicos disponibilizados através de projetos e pactos colaborativos[26].

Embora as ZEIS tenham sido demarcadas em centenas de cidades brasileiras, seu destino não foi exatamente aquele imaginado pelos reformadores dos anos 1990. Apesar de fazerem parte do vocabulário do planejamento e do zoneamento, os conflitos e ambiguidades que constituem os territórios populares no Brasil continuaram a operar. Isso inclui, no período mais recente de expansão econômica, a utilização do marco regulatório da ZEIS no leque de táticas utilizadas pelos habitantes para resistir a ameaças ou remoções concretas, que têm ocorrido inclusive com o uso de violência.

26. ROLNIK, Raquel, SANTORO, Paula F. Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) em cidades brasileiras: trajetória recente de implementação de um instrumento de política fundiária (Working Paper). In: *Instrumentos notables de políticas de suelo en América Latina*, 2014, Equador. Anais do Foro Latinoamericano sobre Instrumentos Notables de Intervención Urbana.

27. BROUDEHOUX, Anne Marie; OLIVEIRA, Fabricio L. de; SÁNCHEZ, Fernanda; VAINER, Carlos (orgs.). *Os megaeventos e a cidade – perspectivas e críticas*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

Este foi, por exemplo, o destino de áreas envolvidas em grandes projetos de reestruturação urbana implantados no bojo da preparação de cidades brasileiras para receber megaeventos esportivos como a Copa do Mundo da FIFA e, no caso emblemático do Rio de Janeiro, tanto a Copa quanto as Olimpíadas. Apontamos aqui esse exemplo menos para comentar especificamente a natureza das intervenções urbanísticas implicadas em processos desse tipo – desde que os negócios privados e as frentes imobiliárias tomaram conta dos megaeventos em suas relações com a cidade sede –, e mais para mostrar como processos de transformação conceitual e instrumental do planejamento urbano, que na verdade já vinham sendo experimentados aqui e em outras cidades do planeta, foram intensificados e acelerados – tendo a preparação para sediar os megaeventos como justificativa e elemento articulador –, ao mesmo tempo em que evidenciaram as desigualdades no modo de operação utilizado nas intervenções estatais nas reconfigurações espaciais[27].



A cartografia político-simbólica do Rio de Janeiro olímpico é eloquente.

Se é verdade que as remoções e deslocamentos feitos para dar lugar a novos investimentos em infraestrutura de circulação (BRT, VLT e metrô) afetaram fundamentalmente moradores de favelas, deslocados para os confins da Zona Oeste, para empreendimentos do programa MCMV,

garantindo assim a continuação da frente de expansão da velha centralidade do mercado imobiliário na Barra da Tijuca, aqui queremos chamar atenção particularmente para dois momentos dessa suposta “nova” cartografia. Em primeiro lugar, a encenação do hasteamento da bandeira nacional em pontos estratégicos das favelas como símbolo da “reocupação” desse território – o que, em verdade, reafirma sua posição de enclave territorial marcado não pela ausência da lei, mas por indistincões permanentes entre a exceção e a regra (aliás, os “arregos” entre policiais e traficantes foram sendo reestabelecidos pouco a pouco)[28]. Em segundo lugar, o projeto do Porto Maravilha, exemplo das novas formas de atuação do planejamento urbano na cidade, ao qual iremos nos referir mais detidamente para apontar mudanças importantes no sentido e no instrumental do planejamento urbano.

28. HAESBAERT, Rogério. *Viver no limite: território e multi/transterritorialidad e em tempos de insegurança e contenção*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

patrimonialistas e de comportamento de atores urbanos. Um exemplo é o papel central das grandes empreiteiras de obras públicas que, desde o governo de Getúlio Vargas e, mais intensamente, a partir da era JK, definem e controlam os investimentos em infraestrutura que reconfiguram territorialmente cidades e regiões, gerando frentes de investimento para si mesmas, negócios para suas subsidiárias e parceiras e financiando partidos e mandatos políticos.

No caso do Porto Maravilha, uma empreiteira – OAS – modelou uma parceria público-privada para operar um projeto de transformação e gestão futura de um pedaço de cidade, em consórcio com outras empreiteiras, financiada basicamente por um fundo público estatal, aliás, fundo dos trabalhadores – o FGTS. De posse dos terrenos públicos, e a partir de um financiamento público sob a forma de títulos no mercado de capitais – os Certificados de Potencial Adicional de Construção (CEPACs), emitidos (e comprados!) pela Caixa Econômica Federal –, a concessionária disponibiliza esses terrenos para construir produtos imobiliários que são colocados à venda no mercado internacional de localizações (torres corporativas, shoppings etc.) e, assim, intervêm no espaço público, conformando esse lugar não apenas materialmente, mas também simbolicamente, através de arquiteturas de grife e de espaços “liberados” para o uso público, sob o controle securitizado e vigilante da própria concessionária, pelo período de 20 anos.

A horrorosa perimetral do planejamento urbano funcionalista é demolida para constituir esse novo espaço – público? privado? –, não sem antes garantir para a empreiteira a construção de um extenso túnel em sua substituição, já que a matriz rodoviária não é abandonada, é apenas submersa.



PORTO MARAVILHA RIO DE JANEIRO BRASIL

O projeto do Porto Maravilha, implantado sobre uma área em que 70% dos terrenos eram de propriedade pública, captura um espaço desvalorizado no mercado imobiliário e fundiário para oferecê-lo ao complexo imobiliário-financeiro por meio de novas formas de agenciamento entre Estado e mercado e, também, instaura novos regimes de governo urbano. Nesse projeto, estão presentes elementos-chave do planejamento urbano (pós-moderno?) que correspondem à era da hegemonia das finanças e do ajuste neoliberal das relações Estado-economia-sociedade. Evidentemente, também estão presentes os velhos modos de funcionamento das relações



PORTO MARAVILHA RIO DE JANEIRO BRASIL

Voltemos à reestruturação neoliberal dos Estados, economias e sociedades. Estamos falando de um processo que foi formulado teoricamente e implementado na prática, pela primeira vez, no final dos anos 1970, na Inglaterra (Thatcher) e nos Estados Unidos (Reagan), que se espalhou pelo mundo como resposta à crise do endividamento público decorrente da ruptura norte-americana com o padrão-ouro e da liberalização do câmbio[29]. Em tese: os Estados, endividados em função dos altos gastos públicos, devem murchar para que o livre mercado possa competir e florescer, assumindo suas funções. Assim, no campo do planejamento, normas e regras devem ser flexibilizadas, os princípios da universalidade e equidade, abandonados, e as energias do urbanismo, entendido como projeto urbano, devem se voltar à promoção de localizações capazes de atrair capitais financeiros excedentes sob a forma de parcerias público-privadas (PPPs). O mantra desse novo planejamento é “unlock land values”[30]. Isso quer dizer: o melhor uso de um lugar não é aquele que, de acordo com o planejamento modernista, atenda às necessidades de racionalização, mas, sim, aquele que é capaz de gerar mais renda para os capitais que desejam nele investir.

Na prática, ao invés de murchar e desaparecer, o Estado ganha um novo protagonismo, liderando um processo de destruição ideológica e material do Estado de bem-estar e constituindo, assim, novas frentes para o mercado.

As transformações no campo da política habitacional – em todo o mundo – são uma evidência do que acabamos de afirmar: conjuntos habitacionais públicos são demolidos ou privatizados para dar lugar a um paradigma único de política habitacional – a casa própria acessada via crédito hipotecário, com grandes subsídios públicos. O subsídio pode ser operacionalizado através de isenções fiscais ou, como é o caso dos países do Sul global e, portanto, do Brasil do programa Minha Casa Minha Vida, por meio da disponibilização de recursos para que os compradores adquiram os produtos padronizados ofertados pelas construtoras.



SAINT LOUIS ■■■ CHICAGO ■■■

29. BRENNER, Neil; THEODORE, Nik (2002). *Cities and the Geographies of 'Actually Existing Neoliberalism'*. In: BRENNER, Neil; THEODORE, Nik (orgs.). *Spaces of Neoliberalism: Urban Restructuring in North America and Western Europe*. Oxford: Blackwell, 2002.

30. PETERSON, George. *Unlocking Land Values to Finance Urban Infrastructure*. Washington D.C.: The World Bank, 2009.

31. KAIKA, Maria; LAMARCA, Melissa Garcia. 'Mortgaged Lives': the Biopolitics of Debt and Homeownership in Spain. *Institute of British Geographers. Transactions*. 2014. Disponível em: <https://www.escholar.manchester.ac.uk/uk-ac-man-scw:240285>, acesso em 12.08.2018.

Essa operação transfere a dívida dos Estados para as famílias, expondo-as às vicissitudes e aos altos e baixos do mercado de capitais, cuja regulação também vai sendo ativamente destruída pelos Estados, de forma a liberar o território para a especulação monetária e financeira global, com sua fome voraz, agora em uma escala transnacional, velendo-se da enorme massa de capitais privados que substitui as previdências públicas, os sistemas de saúde e seguridade social, entre outros.

A crise hipotecária e financeira de 2008, que levou milhares de famílias endividadas a perderem suas casas, sem que houvesse qualquer opção de política pública de moradia disponível para enfrentar a situação, já foi um dos efeitos dessas transformações em países como os Estados Unidos, a Espanha, a Irlanda, entre outros[31]. Resultado: a eclosão de uma crise da moradia em países como, por exemplo, a Inglaterra e os Estados Unidos, que não viviam essa situação desde o pós-guerra.

A disponibilização de terra pública para a viabilização das PPPs, seja integralizando fundos garantidores que eliminem os riscos para o investidor privado, seja simplesmente cedendo terreno para o complexo imobiliário-financeiro, também é um indicador da ativa participação do Estado nessa nova forma de agenciamento. Trata-se de uma espécie de radicalização extrema da noção privatista de espaço público, que, como vimos, foi construída lá atrás: como propriedade privada sob o domínio e controle dos Estados, controlados por governantes eleitos partir de processos de representação mediada por partidos políticos e administrada por meio da ação de um aparato técnico-burocrático.

Agora, esse “patrimônio público” – que em sua origem substituiu os bens comuns – é transferido, diretamente e sem mediações, para a esfera privada, constituindo uma nova zona cinzenta e ambígua controlada pelo capital.

Em sua versão neoliberal, as operações de reestruturação urbana são também “liberadas” dos constrangimentos da esfera pública: não precisam obedecer a normas jurídicas, não estão previamente inscritas em planos, não são debatidas e negociadas nas instituições desenhadas para esta finalidade, como Câmaras municipais e conselhos. Para viabilizar o negócio, relações contratuais privadas são negociadas a partir dos modelos de negócios e não das necessidades da cidade, por fora das agências administrativas e dos parlamentos, o que gera suas próprias organizações autônomas de controle e gestão, isoladas da *accountability* pública e do controle democrático-popular[32]. Sequer o poder judiciário é mantido como *locus* de recurso, já que estes contratos são submetidos à arbitragem privada.

Não se sabe onde, como, quando, nem por quem as decisões são

tomadas – certamente isso não acontece nas instâncias formais. Concretiza-se, assim, o projeto de conferir flexibilidade e agilidade às intervenções urbanísticas para responder aos tempos de circulação e valorização do capital. As intervenções urbanísticas são, então, definitivamente liberadas de seus últimos vínculos com as ideias – ultrapassadas! – de apropriação coletiva e bem comum[33].

No caso brasileiro, esse paradigma não foi construído e implementado de uma vez nem instaurado apenas a partir dos megaeventos. As operações interligadas, as operações urbanas em São Paulo, a construção de um marco regulatório para as PPPs e a reforma do sistema financeiro que permitiu a titularização do *real estate* são elementos que foram sendo testados e desenvolvidos ao longo dos anos 1990 e, mais intensamente, na primeira década deste século. E os Planos de Intervenção Urbanística – PIUs que proliferam em São Paulo, menores e mais fragmentados, são hoje sua versão 2.0.

O ideário destes modelos vai penetrando nas cidades e nas políticas urbanas, capturando territórios, colonizando espaços e formas de viver. Não por acaso, são espacializados justamente sobre a destruição das paisagens para a vida. Se na era fordista e keynesiana do capitalismo os territórios populares funcionavam como *locus* de uma reserva de trabalho industrial, na era das finanças – e para o planejamento urbano neoliberal –, eles são reservas de terra, zonas ambíguas e permanentemente transitórias que podem desaparecer para dar lugar às paisagens para a renda.

No entanto, é importante ressaltar seus efeitos político-territoriais, na medida em que se trata também da emergência de uma nova forma de governo das cidades, denominada por alguns autores de pós-política ou pós-democrática[34]. Nessa nova forma, o dissenso e a negociação democrática são suprimidos, em nome da eficiência, por tecnologias de governo baseadas na fusão-amálgama entre poder político e poder econômico. Essa nova governança molda a cidade “consensualmente”, de acordo com os desejos e necessidades das elites econômicas e culturais transnacionais, para seu gozo e desfrute[35].



32. RACO, Mike. Delivering Flagship Projects in an Era of Regulatory Capitalism: State-led Privatization and the London Olympics 2012. In: *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 38.1, 2014.

33. VAINER, Carlos. A cidade de exceção: reflexões a partir do Rio de Janeiro. In: *Anais do Encontro Nacional da ANPUR*. 2013.

34. SWYNGEDOUW, Erik. The Post-Political City. In: BAVO (ed.). In: *Urban Politics Now: Re-imagining Democracy in the Neoliberal City*. Rotterdam: Netherlands Architecture Institute/NAI Publishers, 2007.

35. ZIZEK, Slavoj. *O ano em que sonhamos perigosamente*. São Paulo: Boitempo, 2012. Tradução de Rogério Bettoni.

36. WEBER, Rachel. *From Boom to Bubble: How Finance Built the New Chicago*. Chicago/Londres: The University of Chicago Press, 2015.

37. HODKINSON, Stuart. Housing Regeneration and the Private Finance Initiative in England: Unstitching the Neoliberal Urban Straitjacket. *Antipode*, v.43, n.2, 2011.

Hoje, cerca de 80% do espaço construído no Porto Maravilha está vazio. Ainda que a crise econômica em que estamos mergulhados possa ajudar a explicar o porquê, essa situação não é absolutamente uma exceção. Em Chicago e Dubai, ou no polo corporativo sul de São Paulo, em torno da Marginal de Pinheiros, por exemplo, as taxas de vacância são enormes, superiores a 30%. E, mesmo assim, novos espaços como esses continuam a ser produzidos[36]. Para a companhia seguradora, o oligarca russo ou o fundo soberano de investimentos de Abu Dhabi, essa vacância não é exatamente um problema, já que, para os circuitos financeiros, basta que esses espaços estejam *on the books*, ou seja, registrados como ativos dos fundos, funcionando como *collateral* (garantia) e assegurando suas cotações nos *rankings* financeiros. Além disso, mesmo desvalorizados, esses espaços podem significar grandes oportunidades de negócio para fundos abutres, que, comprando “micos” ou “ruínas” por valores baixíssimos, podem relançá-los posteriormente no mercado, auferindo enormes taxas de retorno. Esse foi, por exemplo, o caso da Blackstone, fundo de investimento que se alavancou enormemente transacionando hipotecas residenciais e que, agora, compra o estoque de apartamentos e casas executados por falta de pagamento que estavam nas mãos dos bancos, constituindo um setor corporativo de aluguel igualmente inacessível para as necessidades e demandas habitacionais dos cidadãos.



Mas a implantação desse modelo não ocorre sem batalhas políticas e sociais e diversas formas de resistência[37].

Das lutas contra as remoções pelo mundo à organização de uma plataforma dos afetados pelas hipotecas na Espanha ou à defesa da *council housing* (as moradias sociais inglesas construídas e geridas pelas prefeituras) no Reino Unido, movimentos e mobilizações se constituem para impedir a implementação de grandes projetos, a destruição de moradias sociais e os deslocamentos forçados de

comunidades. Um dos elementos comuns que atravessa esta era de rebeliões e insurgências são as ocupações.



As ocupações – de espaços privados e públicos – têm se multiplicado pelo Brasil e pelo mundo através da intervenção de coletivos culturais e pessoas sem-teto, muitas vezes em alianças estratégicas. Este tem sido o resultado de um duplo movimento: no campo da arte, tem crescido a imersão de coletivos em problemáticas situacionais, em um processo que, ao mesmo tempo, questiona os limites da submissão da arte ao circuito dos negócios da cultura e conforma uma estratégia micropolítica de combate -- à hegemonia cultural e subjetiva neoliberal[38].

Por outro lado, particularmente no Brasil, tem sido crescente a proliferação de lutas e movimentos – ativismos – em torno de questões urbanas. São lutas que, diferentemente daquelas empreendidas pelos movimentos sociais urbanos que emergiram nos anos 1970, mas em diálogo e em linha de continuidade com estas, têm adotado práticas autonomistas e de autorrepresentação promovendo ocupações efêmeras ou de longa duração[39].

Várias dimensões que se relacionam com as questões que apresentamos até agora podem ser lidas nessas ocupações. Por um lado, ocupar as ruas em protestos e manifestações como tática de mobilização não é algo novo na história das insurgências e rebeliões. Mas as ocupações de longa duração trazem outros componentes para

38. CUNHA, Maria Helena; OLIVEIRA, Bruno; RENA, Natacha (orgs.). *Arte e espaço: uma situação política do século XXI*. Belo Horizonte: Duo Editorial, 2015; PALLAMIN, Vera. *Arte, cultura e cidade: aspectos estético-políticos contemporâneos*. São Paulo: Annablume, 2015; ROLNIK, Suely. *The Colonial-Capitalistic Unconscious in the Crosshairs. Suggestions to Micropolitical Resistance in a Toxic Environment*. In: *Catálogo da exposição Ficciones y territorios. Arte para pensar la nueva razón del mundo sobre las revisiones de los*

lenguajes de la modernidad y sus vinculaciones con los procesos coloniales. Madri: Museo Nacional Centro de Arte Reina Sofía (MNCARS), 2017.

39. SOUZA, Marcelo L. de. Introdução: A “nova geração” de movimentos sociais urbanos – e a nova onda de interesse acadêmico pelo assunto. *Cidades: Ativismos sociais e espaço urbano*, v.6, n.9, 2009.

40. TILLY, Charles. *Spaces of Contention*. *Mobilization*, v.5, n.2, 2000.

41. MIRAFTAB, Faranak. *Insurgent Planning: Situating the Radical Planning in the Global South*. In: *Planning theory*, v.8(1), 2009.

os quais gostaríamos de chamar atenção: para o conjunto da cidade – ou seja, para quem as vê de fora –, elas constituem uma geografia simbólica, inscrevendo, no espaço urbano, as mensagens que os movimentos desejam disseminar[40].

As ocupações carregam também a dimensão de confronto. Uma ocupação militar marca o controle de um território inimigo ou insurgente. Já a ocupação promovida pelo movimento social significa a “liberação” daquele lugar das tramas político-burocráticas de sua propriedade e destinação, permitindo que ali se abriguem e desenvolvam outros modos de existir, excluídos de alguma forma da cidade.

Finalmente, as ocupações de longa duração prefiguram alternativas possíveis de organização da vida coletiva e agenciamentos espaciais. Nesse sentido – e esta é uma marca importante da diferença entre os atuais movimentos e a geração anterior –, trata-se não apenas de uma tática de empoderamento para fazer reivindicações ao Estado, mas também de processos coletivos de construção de contraespaços, um conglomerado híbrido de práticas que, nas margens, fissuras e porosidades, prototipam futuros.

É importante apontar também para as disputas do sentido de “público” e “espaço público” presentes nessas ocupações. Em muitas dessas experiências – especialmente naquelas que se estruturam em torno da apropriação de parques, praças e ruas e das resistências contra seu cercamento e privatização –, trata-se de um processo de “comunização” (*commoning*), ou seja, de um movimento que se opõe à transferência radical dos bens comuns para o universo privado. São resistências à expropriação do comum, mas, ao mesmo tempo, são experiências de modos de organização em-comum.

A arquitetura e o urbanismo também são atravessados por esses movimentos e insurgências. Isso não ocorre apenas no Brasil, mas no mundo todo. Planejamento conflitual, planejamento abolicionista, planejamento insurgente têm sido denominações utilizadas hoje na teoria do planejamento para designar práticas contra-hegemônicas que, beneficiando-se da natureza contraditória do capitalismo neoliberal, contribuem para liberar as forças de transgressão e imaginação presentes nos territórios para a vida, sejam esses os assentamentos autoconstruídos, as ocupações efêmeras ou de longa duração[41]. São práticas fluidas, que se movem através dos espaços institucionais de participação, mas que também adotam formas de organização/decisão definidas, em seus próprios termos, por seus participantes e protagonistas.

São práticas que, por meio da imaginação urbanística, dão suporte aos esforços de sobrevivência e de crescimento de espaços marginalizados e excluídos, a partir das regras do próprio jogo e dos valores que constituem estes espaços – e não das prescrições e

fantasias do planejamento.

Para que essas práticas floresçam e se desenvolvam, é fundamental descolonizar a imaginação planejadora, questionando o princípio de que todo plano e política pública precisam insistir na ideia de modernização. Isso requer também reconhecer que o ideal de cidade ocidental com o qual operamos foi construído durante a era colonial e se desenvolveu, no período neoliberal, na direção de um certo paradigma de desenvolvimento e de acumulação de capital. Esse ideal tem produzido cidades que não são pensadas para satisfazer as necessidades humanas. Este modelo – o imaginário ocidental, branco, patriarcal – foi promovido como objeto de desejo universal. Em contraposição a ele, nossas cidades reais são vistas como “caos”, como exemplos de irrelevância e falência do urbanismo[42].

Essas práticas contestadoras requerem atenção urgente, carinho, reconhecimento e valorização. Elas exigem seus próprios espaços e a criação de suas próprias paisagens culturais e geografias emblemáticas. Exigem, por exemplo, uma retomada da relação com a natureza, seus ciclos e limites e, portanto, a retomada dos signos da terra (seriam essas as direções possíveis para a resiliência?). Assim como exigem, indissociavelmente, a construção de novas formas de organização sociopolítica e a ruptura com um modelo que, por sua própria natureza e finalidade, consome recursos naturais para alimentar sua máquina de paisagens para a renda em uma escala jamais vista. Para sobrevivermos, atravessando a crise ambiental, de representação política e civilizatória que assola o planeta, prototipar futuros possíveis hoje através da experimentação e imaginação criadores me parece o caminho para a construção de novas utopias.

Por fim, uma nota final, embora pensada a partir do Sul, dos territórios populares nas cidades da periferia do capitalismo, essa teoria do planejamento – creio – também se aplica às cidades do Norte, do centro do capitalismo. Sob os efeitos perversos do desmonte das políticas de bem-estar e do aumento da desigualdade, essas cidades vêm emergir, também ali, paisagens fora do plano.

42. ROY, Ananya. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. *Journal of the American Planning Association*, v.71, n.2, 2005; WATSON, Vanessa. Seeing from the South: Refocusing Urban Planning on the Globe's Central Urban Issues. *Urban Studies*, 46(11), Outubro 2009.



PARIS FRANÇA

***Raquel Rolnik** é arquiteta e urbanista brasileira, graduada pela Universidade de São Paulo - SP em 1978. Mestra em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de São Paulo em 1981, doutorada em Graduate School Of Arts And Science History Department - New York University em 1995 e livre docência pela FAUUSP em 2015. É Professora Titular da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Foi Diretora de Planejamento da cidade de São Paulo durante a gestão de Luiza Erundina (1989 – 1992). Foi também secretária nacional de Programas Urbanos do Ministério das Cidades de Lula (2003 – 2007). Por seis anos, até 2014, foi relatora especial da ONU para o Direito à Moradia Adequada. É autora dos livros "Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças" (2015), "O que é Cidade" (2004), "São Paulo - Coleção Folha Explica" (2001), "A Cidade e a Lei – legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo" (1997).

e

n

r

i

t

v

t

s

a

e

Indisciplinar entrevista Lisandra Mara

Susan Oliveira, Gabriela Bittencourt, Anderson Chagas e Natacha Rena*

Como parte da pesquisa Territórios Populares (TP)[1], do projeto de extensão Urbanismo Biopolítico - inserido no programa IndLab - e do Grupo de Estudos sobre a Região da Lagoinha, nós da equipe do indisciplinar[2], realizamos entrevistas com técnicos da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), integrantes de movimentos sociais e populares e lideranças comunitárias, com o objetivo de cartografar as ações do urbanismo neoliberal que envolvem os territórios populares da capital, assim como as disputas, resistências e dinâmicas que se evidenciam frente a isso. Assim, no dia 07 de maio de 2019, recebemos Lisandra Mara Silva, mestre[3] em Arquitetura e Urbanismo pela EA/UFMG e técnica Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL) desde 2013 para realizarmos uma entrevista que abordaria temas que envolvem os territórios populares de BH.

As áreas de vilas e favelas de BH, presentes desde a fundação da capital, vêm sofrendo alterações em sua configuração socioespacial, seja pela ação do Poder Público como agente promotor de grandes obras urbanas, seja pela ação do capital privado ou pela união entre esses dois setores. Como forma de garantir os direitos das populações que residem nesses territórios populares, a partir da década de 1990, com o governo municipal de Patrus Ananias, setores da Prefeitura de Belo Horizonte, como a URBEL buscaram desenvolver atuações mais democráticas e participativas no que se refere aos projetos de reurbanização que dialoguem com a população na busca pela melhoria da qualidade de vida nesses locais. Isso se dá por meio de Planos Globais Específicos ou do Orçamento Participativo e culmina na execução de obras de infraestrutura urbana, construções de conjuntos habitacionais e remoções de famílias, como o Programa Vila Viva.

A partir do método das Cartografias das Controvérsias[4], entramos em contato com moradores e lideranças dos territórios populares[5], sendo possível identificar controvérsias que envolvem as narrativas de melhorias urbanas a exemplo da fala de Valéria Borges, moradora e liderança comunitária da favela Pedreira Prado Lopes (PPL), presente no documentário[6] realizado durante a pesquisa. As investigadoras do grupo também vêm elencando alguns pontos de controvérsias que despontam na região da Lagoinha, que atualmente presencia a efervescência de diversas linhas de forças, além de uma diversidade de políticas públicas que vêm sendo fomentadas na área desde o início da gestão do Prefeito Alexandre Kalil. As investigações não estão dissociadas de uma aposta na possibilidade de execução OUC - ACLO. Assim, o grupo parte da investigação focada no próprio bairro da Lagoinha, além de pesquisa relativa às áreas de vilas e favelas da região,

1. A pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras é coordenada pelas Professoras Marcela Silviano Brandão Lopes e Natacha Rena e faz parte da rede nacional de pesquisadores, coordenada pela Profa. Dra. Raquel Rolnik (LabCidade/USP) Informações disponíveis no blog da pesquisa em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>>.

2. O roteiro da entrevista busca compreender a atuação do Poder Público no desenvolvimento de planos e políticas urbanas e habitacionais em vilas e favelas de Belo Horizonte e a influência de grandes obras urbanas estruturais nesses territórios. As perguntas foram elaboradas pelas pesquisadoras do grupo de pesquisa Indisciplinar Gabriela Bittencourt (Arquiteta e Urbanista formada pela UFAL e mestranda no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG), Susan Oliveira (Graduada em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG) e pela professora Natacha Rena (Professora Doutora da EA/UFMG), líder do grupo em questão e coordenadora da Pesquisa Territórios Populares. A transcrição da entrevista foi realizada por Anderson Chagas (Graduando em Arquitetura e Urbanismo na EA/UFMG), também pesquisador do Indisciplinar.

3. Dissertação pela Escola de Arquitetura da UFMG: SILVA, L. M. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –

Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.

4. Método em desenvolvimento pelo Indisciplinar. Mais informações no blog da pesquisa Territórios Populares, em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>> e na apresentação sobre o método realizada pela professora, pesquisadora do Indisciplinar e coordenadora da pesquisa TP Marcela Silviano Brandão, durante a abertura do III Seminário Urbanismo Biopolítico, ocorrido em agosto de 2019, na Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte.

5. Os territórios estudados na pesquisa TP são: Asmare/Catadores, Carolina Maria de Jesus, Região dos Guaicurus e Pátria Livre/PPL. E seus respectivos bolsistas são: Bárbara Oliveira, Marília Pimenta, Saulo Maciel/Luiza Souza e Susan Oliveira. Ver em: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>> e na fanpage da pesquisa em: <<https://www.facebook.com/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024>>.

6. Em entrevista concedida ao Indisciplinar, Valéria Borges, moradora e liderança comunitária da PPL, conta sobre as contínuas expulsões enfrentadas pelos moradores favela. Essas informações estão disponíveis no documentário produzido pelo grupo de pesquisa durante a pesquisa Territórios Populares (TP), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnMI>>. E mais informações sobre a

assinaladas pela Favela Pedreira Prado Lopes e pela Vila Senhor dos Passos. Os territórios podem ter suas dinâmicas urbanas ameaçadas frente às possível intervenção urbana citadas, que por sua vez podem contribuir para a fragmentação social, influenciar processos de gentrificação e deslocamentos de grupos em vulnerabilidade social.

Como integrante do setor público que lida diretamente com as questões que envolvem vilas e favelas, Lisandra nos traz perspectivas pessoais e da instituição quanto aos processos de urbanização de favelas e políticas públicas, vinculadas a esse tema e à habitação. E também, como mulher negra, pontua a relação do racismo estrutural que segue presente no planejamento urbano de nossas cidades.



Indisciplinar: Como você correlaciona o evento de Grandes Projetos, como a Operação Urbana Consorciada (ACLO), a intervenção do MOVE, o Programa Global Específico (PGE), ou Programa Vila Viva, com os processos de invisibilização dos povos em Belo Horizonte, além do processo de gentrificação?

Lisandra: Sobre essas dinâmicas de planejamento da prefeitura e a própria atuação do Poder Público Municipal, eu acredito que o Poder Público, o Estado, ele tem um papel na sociedade de regulador, de uma certa forma, controlador. Aí a gente pode até voltar nessa história do funcionamento do Estado, o Estado absolutista, o Estado contemporâneo e o "bem-estar social" que está previsto na Constituição. Dessa forma eu vejo o Estado agindo, como controlador, regulador. E esses planos vêm, com várias forças interferindo nessa atuação de Poder Público, e aqui não podemos esquecer que o Poder Público é composto de pessoas com interesses e esses interesses podem variar a partir de uma conjunção de forças.

Eu acho que tem pessoas que têm uma visão de Estado bem negativa no sentido de "ah, o Estado está ali para fazer acordo com o mercado neoliberal" e, em função disso, invisibilizando as pessoas, atuando numa correlação estática de força. Eu não acredito nisso. Baseado em Foucault e outros estudiosos, entendo que a disputa de poder é constituída e depois se dissolve, e isso traz resultados diferentes...Você não tem necessariamente o Poder Público agindo só em um sentido a favor dos empresários. Tanto que aqui a gente tem as forças contrárias que são as próprias atuações de movimentos, que vão desconstruir certas ações que estavam sendo construídas. Então, eu acho que o Estado é uma instituição de exercício mesmo. O que eu acho que não tira a ilusão de um movimento de lutar pelos seus direitos, porque se você pensa que o Estado tem uma meta – apenas no sentido de uma ação – você até desanima. Então, acho legal pensar que essa força é construída, e digo construída na conjunção do momento, de como as forças estão atuando: se o mercado está indo mais forte, se o movimento consegue um contraponto forte, também para desconstruir certas coisas... Então eu penso muito nessa dinâmica...

Sobre esses planos, eu acho que o poder econômico neoliberal manda porque a sociedade é capitalista, então a gente tem nos planos essa força mais preponderante. Até a própria intervenção na Antônio Carlos nesse modelo rodoviário, onde se abrem grandes avenidas, o Poder Público remove muitas pessoas, desconsidera a história do lugar, isso é um exemplo de que a força econômica está predominando em detrimento de outros aspectos históricos.

Indisciplinar: Como é que você acha que eles (Poder Público) podem contribuir para esse processo de expulsão dos moradores? Como é que você vê essa cadeia: gentrificação,

pesquisa disponível na fanpage: https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal e no blog: <http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>.

7. Doutora em História, pela Unicamp - Área de História Social e na Linha de Pesquisa História Social da Cultura(2019). Tem experiência na área de História (ensino e pesquisa), com ênfase em História Social, atuando principalmente nos seguintes temas: Pós-Emancipação, História do Racismo no Brasil, representações sociais, favela, memória, Belo Horizonte. Informações retiradas do Currículo Lattes, disponível em: <http://lattes.cnpq.br/8040311737493589>.

expulsão dos moradores e resistência? Esse processo é complexo, não é?

Lisandra: Eu vejo esses processos como uma dinâmica racista no território, o que é estrutural na sociedade, assim como as questões econômicas e de gênero. Então, quando a gente pega o caso de Belo Horizonte, antes havia um arraial no local (Curral Del Rei) com núcleos de povoações onde várias pessoas moravam, a gente tem referências de que eram trabalhadores negros libertos, uma grande maioria da população negra. Josemeire Pereira[7] tem estudado isso e trará em sua tese de doutorado provas de que no século XIX, a maior parte da população do Curral Del Rei era negra. E aí tem uma série de fatores que podemos pensar, como a grande migração de pessoas negras para a região de Minas Gerais na época do Ouro durante os séculos XVIII e XIX. Nessa dinâmica de transformação econômica, no século XVIII para o século XIX, a mineração vai reduzindo na região, há um trabalho mais focado na produção de alimentos. Então o arraial passa a ser como um lugar de passagem, essa instalação da população que é majoritariamente negra, 80% de população negra. É nesse contexto que vem um plano de Nova Capital – branca, da República, pós-abolição –, a partir disso já se começa a compreender que Belo Horizonte é um lugar negro, mas os negros na construção da cidade já começam a ser expulsos.

Você tem desapropriações, claro que as pessoas são pagas, mas você tem também já no início, a construção de privilégios na construção da cidade. Então desapropria, algumas pessoas saem, outras são retiradas sem receber indenização – principalmente os moradores negros –, a Josemeire também trata dessas informações. A gente tem um exemplo emblemático, que eu gosto muito, que é uma mulher negra, a Maria Papuda, em um dos museus da Praça da Liberdade. Essa mulher é representada como um fantasma que assombra todos os governadores de Minas no Palácio da Liberdade, é uma mulher negra, que morava em uma cafua. A cafua é identificada em estudos como sendo a moradia de negros, mas adquiriu esse nome pejorativo. Maria Papuda então era uma moradora daquela região onde foi construída a praça da Liberdade e sua casa foi removida para ser instalado o palácio. Dizem que na época ela lançou a maldição "quando a sede do governo for inaugurada, neste local não haverá sossego. Aparições serão frequentes e mortes ocorrerão neste local. Aos governantes que entrarão em ano par sofrerão algum acidente, mas de 04 em 04 anos alguém morrerá". E aconteceu isso de fato, então a representam no museu como uma coisa muito negativa, e ela era chamada de Maria Papuda de forma pejorativa, porque tinha um problema no bôcio. Eu acho esse exemplo muito emblemático, de como é tratada a população negra, desde a fundação de BH, que é uma invasão.

Aí a gente tem que analisar a palavra invasão, porque em alguns discursos do urbanismo se fala que a favela veio e invadiu terra

pública. Na verdade – esta é até uma teoria que eu estou trabalhando recentemente com a Josemeire Pereira –, quem invade a cidade são essas tecnologias de construção do ordenamento territorial. É isso que invade a cidade. Porque eu tinha ali uma cidade com uma população, o plano vem e invade com esse ordenamento territorial e começa a buscar isso sem parar, o que o urbanismo traz com a regularização fundiária, por exemplo, e acredito que é importante romper com essa forma de atuação. A gente tem que mudar o olhar sobre esse ordenamento territorial porque eu hoje percebo até nos planos (Planos Diretores) que eles têm esse viés, porque a nossa formação de arquiteto é assim: invadir as áreas populares e levar ordenamento.

Se for pegar o início da cidade, essa configuração que chega, coloca a condição de: “tem que ter um lote e uma rua de tal largura”. Então esses processos pela origem, pela forma como aconteceram, têm o racismo estrutural que permeia e que não é maldade de alguém que vai lá e que está sendo racista. Existem alternativas: não ter a rede de esgoto passando no meio da rua, e ter uma fossa de evapotranspiração, outras formas de tratamento de esgoto, outras formas de viver na cidade. Mas se estabeleceu, se pactuou que é aquilo ali e se reproduz isso, e esses planos invadem a cidade. Os nossos projetos urbanos vêm com mais força: quanto mais recursos você tem, mais investimento, com mais violência esse processo vem e interfere no território pobre. Porque já é consensuado que intervir nesses territórios é mais barato, porque a população é pobre, as indenizações são mais baratas e que eles moram de forma “errada”.

Indisciplinar: Belo Horizonte foi uma das primeiras cidades a ter Orçamento Participativo (OP), o que possibilitou a elaboração do Plano Global Específico (PGE) em vilas e favelas. De que forma essas iniciativas realmente contribuíram para instaurar processos mais democráticos e participativos? Quais as contradições presentes? E como isso é visto dentro da Urbel?

Lisandra: A própria política de moradia, eu vejo como uma consequência de reivindicações por melhorias habitacionais, democrática e participativa em sua origem. Então, percebo que há nesse território (vilas e favelas) movimentos reivindicando junto ao poder público e criando determinadas políticas, como a de moradia, que ocorreu no governo do Patrus Ananias (PT)[8], com a política municipal de habitação popular. Nesse contexto a gente tinha a gestão participativa viva, os movimentos sociais querendo melhorias habitacionais e de infraestrutura, os quais eram constituídos de um grande número de mulheres lutando em prol da saúde de seus filhos, por exemplo. A gente percebe isso nas narrativas de mulheres, principalmente as que participam nos movimentos sociais, lutando para garantir o dia-a-dia da família. O que eu percebo dentro da URBEL sobre esse momento do Orçamento Participativo (década de 1990) e essa construção política é uma nostalgia, um orgulho, que acaba sendo até um problema, porque hoje o pessoal ainda se agarra àquela época.

8. Patrus Ananias (PT) foi prefeito de Belo Horizonte entre 1993 e 1996 desenvolvendo um governo de caráter democrático e popular. Fonte: BEDÊ, Monica M. C. Trajetória da formulação e implantação da política habitacional de Belo Horizonte na gestão da Frente BH Popular: 1993 / 1996. 2005. 302f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. 2005. Disponível em: <<https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/MPBB-6YGLGE>>.



9. Obras do Orçamento Participativo foram retomadas em julho de 2019, dois meses após a entrevista: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/obras-do-orcamento-participativo-sao-retomadas-pela-pbh>

“Por que foi destruído? Aquele processo foi interessante, foi participativo, foi de uma demanda popular”; e a gente (URBEL) respondeu a isso, a gente construiu, foi difícil ir avançando, mas fomos conseguindo e transformando com os grandes recursos que vieram no governo do Lula, com as políticas do PAC. Do meu ponto de vista, fomos (URBEL) bastante intervencionistas no território, e ao mesmo tempo, existe um saudosismo por essa construção ter sido a partir dos movimentos populares. Percebo um carinho e uma gratidão das pessoas das vilas e favelas em que houveram OPs, e isso motiva o trabalho, dá forças, justifica o trabalho e a atuação dos técnicos da URBEL.

Indisciplinar: Em várias vilas e favelas de Belo Horizonte, a URBEL desenvolveu o Plano Global Específico (PGE). Como ele ocorre nesses locais e qual seu impacto na conquista de obras habitacionais e de infraestrutura urbana?

Lisandra: O PGE – dentro da construção da política – é um instrumento de planejamento instituído da seguinte forma: as comunidades passam por um diagnóstico urbanístico, social e jurídico para definirem suas demandas de intervenções, e, no final do processo, é construída uma matriz com a hierarquização das intervenções, em ordem de prioridades e em etapas. Então o PGE tem como objetivo construir essa matriz, a qual é necessária para a conquista de recursos, seja para a comunidade pleitear uma intervenção no OP, seja para conseguir recursos de outro ente, como o Governo Federal. Mas isso eu estou falando do passado, porque hoje já não tem previsão de recurso Federal, não existe uma política de moradia no Governo Federal. No Governo Municipal continua-se pensando a possibilidade de conseguir recursos do Orçamento Participativo, mas não tenho visto novas conquistas e nem mesmo obras das conquistas anteriores[9].

Indisciplinar: Como se desenvolve o Programa Vila Viva e qual a origem de seus recursos?

Lisandra: O Programa Vila Viva funciona assim: a Vila ou Favela faz o PGE, que contém uma lista de intervenções necessárias, e a URBEL capta o recurso para realização das intervenções. Então a URBEL, através do Vila Viva, vai na comunidade para fazer as intervenções prioritárias até o que for possível com o recurso que foi delegado. Quanto à origem, esses recursos podem ser de diferentes naturezas como federal pelo financiamento pela Caixa Econômica Federal ou pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES). Atualmente isso é interrompido pelo programa de governo do atual presidente, em que não existe um plano para moradia. Então por mais que ainda haja construções que continuem, não existe uma política de moradia, isso é um plano de governo e não existe de fato.

Indisciplinar: Por que o método que envolve o PGE em geral diminui a quantidade de moradores? Áreas de risco? Como foi possível aprovar



bairros como Buritis, Belvedere, Mangabeiras e ao mesmo tempo remover famílias pobres do Aglomerado da Serra, da Pedreira Prado Lopes, com discurso técnico-ambiental de área de risco?

Lisandra: O que acontece é que são setores diferentes dentro da Prefeitura. Tem a Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL), que é a empresa construída para implementar políticas públicas desde o Profavela em 1983, a qual atua especificamente no território pobre, em áreas de vilas e favelas e, atualmente, também em ocupações urbanas e comunidades tradicionais. A URBEL é a instituição que cuida desses territórios, que são territórios negros. Aí eu volto no que a gente discutiu anteriormente, especialmente o jeito de lidar com esses territórios é diferente, pela forma como foram constituídas essas dinâmicas do racismo estrutural. Porque ali é pobre, ali são pessoas negras, ali o tratamento é diferenciado. As pessoas talvez não tenham as mesmas influências que as outras de outros bairros, então há esses processos envolvidos. Por mais que não seja uma coisa proposital, existe uma prática instituída e em que acabam ocorrendo essas diferenciações.

Indisciplinar: No documentário[10] desenvolvido durante a Pesquisa Territórios Populares, a moradora e liderança comunitária da Pedreira Prado Lopes Valéria Borges fala que, depois do PGE e do Vila Viva, com as políticas de urbanização, o número de habitantes da PPL reduziu um terço. Como você correlaciona a realização de Grandes Projetos Urbanos com os processos de expulsão dos moradores das vilas e favelas, além do processo de gentrificação?

Lisandra: Sobre esse processo de gentrificação e a relação da saída de moradores de seu território de origem, algumas dinâmicas que percebi nas entrevistas que realizei no mestrado são assim: com a remoção que é realizada, a família escolhe ou ser reassentada na mesma região da moradia removida ou decide ir para outros lugares, e algumas delas acabam tomando a decisão de sair. Essa escolha de sair pode ser consequência de uma pressão psicológica causada pela descoberta de, apesar de possuir o contrato de compra e venda, a família não estar registrada no cartório como proprietária do imóvel. Isso então pode causar insegurança e instabilidade e algumas famílias optam por sair em busca de uma segurança jurídica na relação com o território. Então, quando o Poder Público entra, além dessa valorização local, pode provocar inseguranças e as pessoas vão tomando decisões a partir daquelas situações que vão acontecendo. Na gentrificação, há a valorização do território e as pessoas saem porque a dinâmica e os custos de vida se elevam e vão para outros locais. A gentrificação é muito focada no fator socioeconômico e, nessas situações, acho que há outros processos que estão relacionados. Então, acredito que há outras coisas a serem pesquisadas nessas dinâmicas quando acontece a intervenção do Poder Público até a saída da família do território.

10. Entrevista concedida por BORGES, Valéria. Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Prado Lopes: depoimento [16 de julho, 2019]. Belo Horizonte. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMl&t=32s>>.

Indisciplinar: Quais têm sido as principais diretrizes da Prefeitura ao destinar moradores de diferentes favelas para ocupar as habitações do Vila Viva e outros programas como o Minha Casa Minha Vida (MCMV)? Tem proposta de manter a articulação social existente? Poderíamos também falar sobre um propósito subliminar de desarticulação social?

Lisandra: Como diretriz, a pessoa tem que permanecer no lugar de origem, mas podem acontecer trocas também. Essa segunda opção pode ser porque as famílias optaram pela mudança ou então, pelos acontecimentos do cotidiano, por decisões técnicas. Não existe uma intenção de fragmentação social ao se fazer isso, e isso eu posso te dizer com muita segurança, não existe uma intenção de tirar uma pessoa de um lugar e pôr no outro, isso pode acontecer por necessidades do dia-a-dia. Uma motivação pode ser porque acabou a unidade no território e a pessoa às vezes não tem uma opção e vai para um outro local. Eu, por exemplo, presenciei pessoas que moravam em um lugar e seriam reassentadas ali, mas por uma urgência de atendimento ou porque não dá certo com outro morador, prefere ir para outro lugar. Fica uma fila de pessoas não atendidas de forma definitiva no Bolsa Moradia e começa uma ansiedade pelo reassentamento, com a instituição querendo atender essas famílias.

Eu vivi isso quando trabalhei na época do Minha Casa Minha Vida, porque tinha uma série de pessoas que foram removidas de intervenções estruturantes e que não conseguiram ser reassentadas no mesmo lugar. Então, quando teve a oferta de imóveis, foi possível, a partir de algumas leis da gestão na época, colocar essas famílias removidas das favelas nesses conjuntos habitacionais do MCMV. Houve pessoas que saíram do Aglomerado da Serra e foram morar na saída para Santa Luzia, bem distante, e foi uma escolha deles dentre as possibilidades que estavam sendo oferecidas. Então aconteceu isso, tem várias coisas que influenciam e não é a regra.

Indisciplinar: E como é que se relacionam essas narrativas de bem-estar social utilizadas pelo Poder Público (ex: retirar as pessoas das áreas de risco, abertura de ruas para saneamento e iluminação), presentes no PGE e nos programas de urbanização de favelas, com o aumento do policiamento nesses locais? Existe uma relação intencional ou não?

Lisandra: Então, eu não consigo dizer se é intencional ou não, porque na verdade é, mas de forma estrutural, não intencional. É no seguinte sentido: o Estado, quando entra no território, chega com o ordenamento, e o que vem com isso? Vêm todas as intervenções urbanísticas, o parcelamento do solo, a regularização fundiária, e também o policiamento. É o Estado entrando. Agora, sobre o policiamento, existem as críticas, as dinâmicas sociais que podem ser alteradas a partir desse policiamento. Acho que tem uma relação direta no momento, que é o Estado intervindo, e tem uma relação

indireta, já que não é a URBEL que chama a polícia – para dizer que isso não é uma ação casada entre a URBEL e a polícia. Porque acredito que há uma injustiça com a instituição, com a URBEL em si, que atribui à URBEL a atuação contra os direitos humanos. Há pessoas com argumentos para dizer isso, mas eu vou defender a instituição neste sentido: é uma instituição que atua numa política pública criada por demandas comunitárias e agindo como Estado, como Poder Público, sujeita a regimentos técnicos e jurídicos.

Indisciplinar: Como você enxerga a relação entre os processos de criminalização da favela e a promoção dos estigmas com relação ao tráfico?

Lisandra: Com isso a gente volta na questão racial. O trabalho do Andreino Campos[11], do Rio de Janeiro, traz uma pesquisa sobre Criminalidade nas favelas do Rio, o que podemos relacionar com o que ocorre em BH. O Rio de Janeiro já era uma cidade com os negros na época da abolição e Belo Horizonte não, ela surgiu claramente para expulsar esses moradores, claramente mesmo, surge com a proposta de clarear o território. Andreino Campos problematiza que o estigma carregado pela população negra antecede o território. Essa é uma conclusão dele e isso é muito palpável no nosso contexto.

Então, há o olhar da origem das coisas que ajuda desconstruir esses preconceitos, a discriminação e o próprio racismo. O que está mesmo por detrás da criminalização das favelas é o racismo. Além disso, a questão racial é socioeconômica também. Tem uma questão que me chama atenção no código penal, e foi até um recado que eu vi no ônibus outro dia e dizia assim: “se você infringir, pular a roleta ou entrar pela porta de trás você vai estar sujeito a penalidade de multa ou detenção”. Ou seja, ali já tem uma determinação socioeconômica: se eu tenho dinheiro eu pago, entro e saio; se eu sou pobre, eu fico preso. Nos presídios a maior parte dos presos é negra, então a criminalização da população negra é um elemento do racismo estrutural sem dúvida, e esses territórios acabam sendo criminalizados pela componente racial.

Indisciplinar: Atualmente, percebe-se no território da região da Lagoinha um forte domínio de Igrejas neopentecostais e do neoconservadorismo, ao mesmo tempo em que essas áreas se configuram com práticas culturais de negritude (presença de terreiros, quintais de cultivo de ervas e plantas de poder, além de manifestações religiosas de matriz africana). Como você atualmente percebe essa disputa religiosa?

Lisandra: Pois é, eu não entendo muito bem dessas dinâmicas. Mas atualmente eu estou trabalhando com a comunidade quilombola Manzo, o Kilombo Manzo Ngunzo Kaiango, no bairro Paraíso. É um centro religioso e também de manifestações artísticas, culturais, onde acontecem várias atividades. É uma

11. CAMPOS, A. Do quilombo à favela: a produção de “espaços criminalizados” no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2007a.



comunidade quilombola reconhecida pela Fundação Palmares, com uma liderança espiritual, a Mãe Efigênia, muito reconhecida. Eles narram muito o processo de preconceito que têm vivido. Eles perderam parte do território, foram violentados mesmo nas manifestações religiosas em que faziam um passeio pelas ruas vestidos de branco... Em uma determinada ocasião, eles foram hostilizados pela vizinhança e, principalmente, por religiosos neopentecostais. Então, eu percebo assim: as religiões neopentecostais vêm carregando um preconceito enorme contra as religiões de matriz africana. É um movimento que está se espalhando com muita força, relacionado à necessidade humana dessa manifestação por algo sagrado. E são muito enfáticos, têm um discurso radical. Estão desconstruindo essas resistências negras, e de uma forma preconceituosa e racista.

Indisciplinar: Você saberia dizer se os projetos “Movimento Gentileza - Lagoinha”, “Projeto de Requalificação dos Baixios” estão conectados a OUC-ACLO? Para você, como eles poderiam agir a favor do processo de gentrificação desses territórios (Lagoinha e Pedreira Prado Lopes)?

Lisandra: Olha, eu não lembro exatamente desses projetos que vocês mencionaram além da OUC-ACLO e vou construir a resposta por outro lado. Eu lembro de ter lido uma matéria sobre um projeto que está acontecendo na Lagoinha, o de horta comunitária. Sei que a Lagoinha é ativa nessa construção de laços, de coisas coletivas, eu acredito muito nessas construções, mesmo, até como enfrentamento dos processos de gentrificação, nessas construções de coletividade. Eu acho que é essa coletividade, a construção de laços, as relações entre as pessoas o principal contraponto à força neoliberal que vem individualizando, segregando tudo, separando as pessoas e criando preconceitos. Porque a proximidade, o conhecer, o valorizar, isso tudo está junto e fortalece as pessoas, fortalece a permanência das pessoas nos lugares. Então esse projeto da horta, imagino eu, não sei exatamente o que é, fortalece laços. Acredito que é uma construção micro mesmo, são nas relações pessoais ali do dia-a-dia que a gente constrói os maiores enfrentamentos, são essas forças. Eu acho que a busca por essa resposta sua pode passar por isso, até onde esses projetos não promovem encontros e coletividades. Porque se é um artista que chega aqui e pinta e depois vai embora, aquilo vai ficar “bonito”; mas promoveu algum laço, alguma transformação ou aproximação com algum grupo? Então acho que passa por aí, a transformação passa por esses laços que têm que ser constituídos. Isso é uma coisa que eu vejo acontecer muito nas ocupações, por exemplo, a Ocupação Pátria Livre, em que o movimento chega e sensibiliza as pessoas – “nós pagamos aluguel caro e se a gente juntar?”. Isso é construção de laços, é processo de construção de relação, de coletividade e solidariedade. Eu acredito nisso. Se esse projeto gentileza está só no visual puro, acho que seja muito difícil ele alcançar um impacto efetivo. Se ele estiver numa construção de relações, aí eu acredito um pouco mais.



Indisciplinar: Qual é o papel das ocupações, como a Carolina de Jesus/MLB e Pátria Livre/MTD, sobre novas políticas públicas para resolver problema da moradia? De que forma elas evidenciam a incoerência entre discurso de bem-estar social (habitação de interesse social, direito à cidade e ao centro) e as ações da Prefeitura? Como o Poder Público lida com isso?

Lisandra: Com a nova gestão do Kalil[12], houve a volta do Claudius[13], que foi o presidente que atuou muitos anos na URBEL e que saiu por um período, retornando agora. Então começou uma gestão, até pelo pacto de campanha do Kalil, com uma obrigação de se pensar as ocupações urbanas e de incluí-las na política de moradia do Município. E era uma coisa que na gestão política de governo anterior não se reconhecia. Antes havia a criminalização do movimento mesmo, a criminalização da população negra que está na ocupação urbana. Mas veio essa modificação com a atual gestão e as pessoas estão tentando lidar da melhor maneira com isso.

Indisciplinar: Com relação ao tema da sua dissertação[14], em geral pode-se relacionar as favelas como quilombos urbanos contemporâneos? De forma que eles podem ser considerados esse espaço de resistência, que mantém as práticas e a cultura negra.

Lisandra: Não tenho essa resposta em relação à denominação do território. Mas a aproximação entre favela e quilombo também é uma sugestão do Andreino Campos[15], que eu não posso deixar de citar, porque ele fala que no Rio de Janeiro existiam os quilombos instituídos, e o crescimento da cidade acaba envolvendo esses territórios, que acabam reconhecidos como favelas. Em Belo Horizonte não temos estudos sobre isso, mas em algumas entrevistas que eu fiz isso veio à tona, não como quilombos reconhecidos, mas como famílias negras, com práticas quilombolas: da mãe morar aqui e os filhos construir ali, o cultivo de ervas, as manifestações religiosas, por exemplo. Há elementos que eu chamo de Elementos de Negritude, que são elementos da negação da negação do homem negro, que é a denominação original quando o conceito nasce lá na França, em Sartre. Então se eu tenho como o racismo a negação do homem negro, e outras formas de operação, eu tenho a negritude como a afirmação da presença negra. Então, acredito sim que é um lugar de negritude, um lugar que o tempo todo está gritando: "olha nós somos população negra, nós temos uma forma de viver, várias práticas instituídas", e que são influenciadas por questões internacionais, por questões do próprio poder econômico. Enfim, a gente vê a juventude, grupos culturais de hip-hop e outras manifestações de negritude na favela.

12. Alexandre Kalil (PSD) é prefeito de Belo Horizonte na gestão 2017-2020, com o lema de governo: "Governar Para Quem Precisa". Fonte: site da PBH, disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/urbel>>.

13. Claudius Vinícius Leite Pereira é o atual Diretor-Presidente da Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). "Entre 2003 e 2012 presidiu a URBEL, trabalhando no reassentamento e melhora na qualidade de vida da população em área de risco." Fonte: site da PBH, disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/integrantes/urbel>>.

14. SILVA, L. M. Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade: cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018. Disponível em: <http://praxis.arq.ufmg.br/textos/disserta_lisandra.pdf?fbclid=IwAR3YDHQrSSwlZyO6jku18vIKxtjhbGYAfylehcXxTRapSC_1_4PLE0hfn0>.

15. CAMPOS, A. Do quilombo à favela: a produção de "espaços criminalizados" no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro,

Bertrand Brasil, 2007a. CAMPOS, A. Quilombo, favela e os modelos de ocupação dos subúrbios: Algumas Reflexões sobre a expansão urbanas sob a ótica dos grupos segregados. In: JESUS, R. de F. et al (orgs.): Dez anos da Lei no 10.639/03: Memórias e Perspectivas. Fortaleza: Editora Universidade Federal do Ceará (UFC)/ Coleção Diálogos Intempestivos, 2013, pp. 243-265; ISBN: 978-85-7282-577-1.

16. SILVA, Andréia Rosalina. Associação José do Patrocínio: dimensões educativas do Associativismo Negro entre 1950 e 1960 em Belo Horizonte - Minas Gerais. Dissertação de mestrado. Belo Horizonte: UFMG/FaE, 2010.

lá (na Pedreira) o quintal era grande, eu gostava de ir pra lá." E tem relatos também de pessoas que falam assim: "nossa, aquela família ali tem uma característica quilombola", por mais que ela não tenha sido autodeclarada e reconhecida pela Fundação Palmares. E hoje há um discurso muito forte de que existem três Quilombos em Belo Horizonte, que foram os que tiveram um processo político construído e se autodeclararam. Mas tem famílias que poderiam se autodeclarar quilombolas ou que poderiam ter se declarado há mais tempo, e que agora de repente não se identificam mais ou já saíram do território, por exemplo, mas acredito que exista sim essa resistência e identificação, e é forte. Desde a Maria Papuda que queria resistir ali no território dela, a senhora Maria (vou parar de falar Maria Papuda), que queria permanecer no território. Hoje essa prática ainda continua com todos os outros elementos das práticas sociais, mas eu identifico sim, elementos de negritude na favela.

Indisciplinar: E, Lisandra, atualmente há um coletivo na URBEL, certo? Como surgiu e por que? Quais os objetivos?

Lisandra: O coletivo surgiu pela necessidade de promover a participação popular, pra dar uma oxigenada na Instituição Pública, para compreendermos melhor as necessidades do público da política. A Política Popular foi instituída em 1993, norteada pela Resolução N.º II do Conselho Municipal de Habitação e, com o passar do tempo, novas ideias e desafios foram surgindo, assim como a necessidade de agir de outras formas na implementação dessas políticas. Essa resolução norteadora não abarcava essas novas demandas, mas, por outro lado, previa algumas coisas que nunca foram aplicadas, principalmente sobre a população de rua. Havia o entendimento de Bolsa Moradia para essa população, mas não tinha uma política implementada. E aí dentro das discussões que a gente tem no grupo de trabalhadores da URBEL, em 2013 começamos um grupo de estudo para ler Lefebvre e outros teóricos brasileiros, como Ermínia Maricato e Raquel Rolnik, pesquisadores das cidades brasileiras ou não. A gente começou de certa forma a provocar necessidade de revisão, por meio de reuniões e debates internos, como os que ocorreram pelo projeto "Diálogos", que traz discussões internas para os trabalhadores da URBEL, no sentido de formação. Então a gente começou a provocar essa necessidade de transformação interna, e essa provocação veio também das necessidades técnicas operacionais. Então a gente teve o corpo técnico da casa, associado ao movimento do Coletivo Habite a Política (que é uma história mais ampla que envolve seminários promovidos pelo movimento grevista), participando da discussão de uma nova resolução para substituir essa Resolução II e que incluísse essas demandas, como a necessidade de implementar o aluguel social. E esse grupo técnico não era constituído só por quem entrou por concurso em 2013, não, tinham pessoas que trabalham na URBEL há mais tempo. Aí sentimos a necessidade de haver mais discussões para elaborar essa nova resolução, porque aquela da década de 1990 foi construída em um processo participativo,

a de agora não poderia ser construída apenas no âmbito gerencial. Então, via conselho, a gente conseguiu eleger o Luís Torres como membro do Conselho Municipal de Habitação. Ele é ótimo, também fazia parte desse grupo de estudo, e como Conselheiro acabou conseguindo ser mais propositivo, ele é conselheiro pelo Sindicato[17].

Então, em resumo, o Coletivo foi criado pelos atores interessados na discussão da nova Resolução do Conselho Municipal de Habitação da URBEL, no Sindicato, convocando os movimentos de várias naturezas: população de rua, os próprios movimentos de ocupação, pessoal que foi envolvido na gestão popular da década de 1990 e as universidades. Então a ideia era promover mesmo a discussão que era necessária. Já não existem os fóruns de favela, e as conferências, por mais que a gente possa questionar esse modelo de participação, a gente queria provocar alguma forma de Participação Popular junto dos movimentos. Para cada linha de discussão a gente foi chamando as pessoas que tinham estudo na área, que estavam envolvidos com a luta, e aí a gente participou da construção da nova resolução que foi aprovada no final do ano passado no Conselho, a Resolução n.º LII. Assim fomos construindo esses laços, por isso que eu acredito no poder das relações. Essa força foi criada, está atuando na URBEL e provocou esse marco jurídico, que é essa nova resolução com inovações.

Indisciplinar: Como você atua nessa fronteira entre Instituição Pública e Movimentos Sociais e como mulher negra?

Lisandra: Acredito que nós, enquanto pessoas em sociedade, precisamos ter motivações para o trabalho e outras relações. E essas coisas trazem motivação para o meu trabalho. Eu não consigo, por exemplo, ter uma atuação no Poder Público sem ter uma visão crítica, sem pesquisar a fundo determinadas questões ou sem responder perguntas que eu tenho. Então eu chego na URBEL – sou a única arquiteta negra –, e o público que a gente atende é negro e os técnicos são brancos, na sua grande maioria. Minha pesquisa acadêmica passa por isso... Já a participação no Coletivo, acho que também vem dessa minha necessidade de realização enquanto pessoa, profissional e arquiteta. Então, é um pouco nesse sentido de promover uma sociedade melhor, procurando um pouco de justiça social. A minha resposta como profissional e enquanto mulher negra é uma necessidade de construção dessa ancestralidade também, já que há esse pacto branco, masculino e heteronormativo das dinâmicas de poder, com o qual não me identifico: meu lugar de fronteira. Então a gente tem que construir algo diferente para coisa ser possível. Minha atuação passa pela necessidade de fortalecimento da minha própria individualidade que também é coletiva. A gente precisa de uma aldeia para transformar o mundo.

17. Luís Torres Barros –
Graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais (2008) e mestrado em Planejamento Urbano e Regional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2011). <http://lattes.cnpq.br/4191336936351923> Titular – Sindicato dos Técnicos Industriais de Minas Gerais (Sintec-MG). Fonte: site da PBH, disponível em: <https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/novos-membros-do-conselho-municipal-de-habitacao-tomam-posse>.

***Susan Oliveira** é estudante de graduação em Arquitetura e Urbanismo na Arquitetura e Urbanismo / UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina). Ex-membro do Programa de Educação Tutorial (PET) ARQ / UFSC. Mobilidade acadêmica na EA / UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais) durante os anos de 2018 e 2019. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar / UFMG, atuando nas pesquisas "Territórios Populares" e "Cartografias da Percepção Popular do Orçamento Participativo em BH", assim como em projetos de extensão "Geopolítica e Cidades" e "Cartografias Emergentes do Rio Doce". E-mail: oliveira.susant@gmail.com

Gabriela Bitencourt é Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL) com período sanduíche na Erasmus University Rotterdam (Holanda) no Instituto de Estudos de Habitação e Desenvolvimento Urbano (IHS) - pelo programa de bolsas "Ciência sem Fronteiras" (Ciências sem Fronteiras - CsF). Mestrado em andamento em ambiente construído e patrimônio sustentável pelo PAPCPS na EA-UFMG desde 2018. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar desde 2019 com atividade nas pesquisas: "Territórios Populares" e "Cartografias da Percepção Popular do Orçamento Participativo em BH". Os principais temas de sua pesquisa são: disputas territoriais, segregação socioespacial, neoliberalização da política urbana e gentrificação. Contato: E-mail: bitencourtgca@gmail.com

Anderson Chagas é aluno de graduação em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais. Membro do grupo de pesquisa Indisciplinar / UFMG. Investigador da pesquisa "Cartografias da Percepção Popular do Orçamento Participativo em BH", Contato: E-mail: chagas.anderson@gmail.com.

Natcha Rena é Doutora, professora associada da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) junto aos cursos de Arquitetura e de Design. Possui: pós-doutorado (Universidade de Sevilha), doutorado em Comunicação e Semiótica (PUC - SP), mestrado em Arquitetura (UFMG), graduação em Arquitetura (UFMG). Participa do quadro permanente dos programas de pós-graduação da EA UFMG - NPGAU e PACPS-. É líder do Grupo de Pesquisa Indisciplinar/ CNPq. Coordena o Programa de extensão IndLab e o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT) "Tecnopolíticas: territórios urbanos e redes digitais". É Editora-Chefe da revista de extensão da UFMG Interfaces, vinculada à Pró-reitoria de Extensão da UFMG. Atualmente atua como conselheira do Centro de Estudos Latino-Americano (CELA) vinculado à Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFMG. Participa do Cenex (Centro de Extensão) da Escola de Arquitetura da UFMG. Os principais temas de sua pesquisa são: lutas urbanas e desigualdades socioespaciais; neoliberalismo, geopolítica e soberania; tecnopolítica urbana e plataformas digitais colaborativas. Contato: E-mail: natcharena@gmail.com

Territórios, movimentos populares e universidade: entrelaçando ensino, pesquisa e extensão na Pedreira Prado Lopes

Territories, popular movements and university: interlacing
teaching, research and extension in Pedreira Prado Lopes

Susan Oliveira, Gabriela Bittencourt, Carolina Nasser, Natacha Rena*

Resumo

Este artigo é resultado da experiência de investigação, extensão e imersão do Grupo de Estudos Lagoinha, vinculado ao grupo de pesquisa Indisciplinar, que acontece desde o segundo semestre de 2018. Tais investigações compõem o conjunto de projetos: de pesquisa como (i) TP – Territórios Populares e (ii) Cartografias da Percepção do Orçamento Participativo; e de extensão como (iii) Geopolítica e Cidades e (iv) Plataforma Urbanismo Biopolítico. Propõe-se, neste estudo, apresentar um olhar capaz de enredar controvérsias e vicissitudes que emergem dos processos de urbanização, gentrificação, resistências dos movimentos populares e o papel da universidade na atuação no território. Cartografar a região se apresenta, portanto, como um método adequado à compressão dos diagramas de forças, instrumentos e tecnologias de ação presentes – e em constante tensão – na região da Favela Pedreira Prado Lopes. Além disso, almeja-se dar visibilidade à leitura genealógica da produção do território da Favela Pedreira Prado Lopes, revisitando a história da região de forma a destacar atores e eventos importantes e que impactam nas controvérsias contemporâneas evidenciadas no território. Dessa forma, torna-se possível enfatizar as contradições emergentes nos processos de urbanização neoliberal ao mesmo tempo em que se fazem ecoar as redes de resistência e potência que surgem no território.

Palavras-chave: Pedreira Prado Lopes, movimentos populares, extensão, cartografia.

Abstract

This paper is the result of the research, extension and immersion experience of the Research Group of Lagoinha that is connected of Indisciplinar Research Group in the Favela Pedreira Prado Lopes (PPL), which has been taking place since the second semester of 2018. Such investigations integrate the framework of research projects such as (i) TP - Popular Territories and (ii) Cartography of Participatory Budget; and extension, such as (iii) Geopolitics and Cities and (iv) Biopolitical Urbanism Platform. In this study, we aim to offer a perspective capable of entangling controversies and vicissitudes that arise from urbanization, gentrification, resistance of popular movements and the role of the university in acting in the territory. Mapping the region is therefore a suitable method for compressing the forces' diagrams, instruments and technologies of action present - and in constant tension - in the region of Favela Pedreira Prado Lopes. In addition, it aims to provide visibility to the genealogical reading of the production of the territory of the Favela Pedreira Prado Lopes, revisiting the history of the region in order to highlight important actors and events that impact the contemporary controversies evidenced in the territory. Thus, it becomes possible to emphasize the emerging contradictions in neoliberal urbanization processes while echoing the networks of resistance and power that emerge in the territory.

Keywords: Pedreira Prado Lopes, popular movements, extension, cartography.



1. Introdução

Este artigo pretende aprofundar a experiência investigativa que o Grupo de Pesquisa Indisciplinar vem desenvolvendo na favela Pedreira Prado Lopes (PPL), tendo o método cartográfico como instrumento para a compreensão da realidade e das controvérsias do território. Este artigo é resultado da metodologia que vem sendo aprimorada através de sua natureza prática e teórica, além de ser fruto do desenvolvimento das seguintes pesquisas: *Territórios Populares (TP)*[6]; pesquisa *Cartografias da Percepção do Orçamento Participativo*[7]; extensão *Geopolítica e Cidades*[8]; *Plataforma Urbanismo Biopolítico*[9].

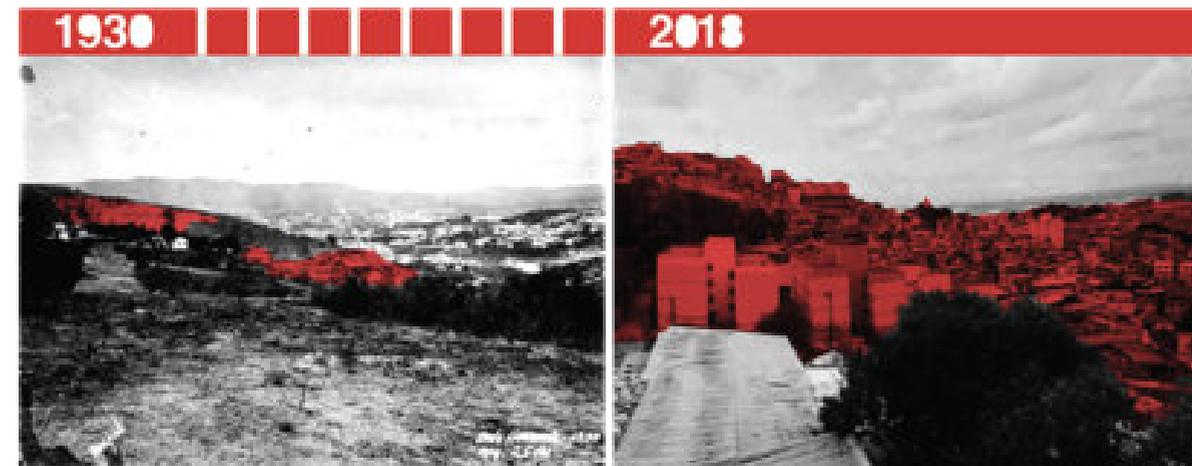
Diante do interesse do grupo em mapear os avanços do urbanismo neoliberal, este estudo busca compreender quais são os instrumentos e ações que acentuam as disputas de poder e a especulação urbana no território da PPL. As potências locais são evidenciadas por meio da cartografia, especificamente por meio da luta pelo direito de permanência na favela, tendo em vista o crescente fenômeno de gentrificação e flexibilização da relação Estado-Capital-Sociedade Civil. Dessa forma, a abordagem da investigação se dá a partir da atuação do grupo de pesquisa na PPL aprofundando as ferramentas e procedimentos empregados para a produção de cartografias, redes de atores e linhas do tempo.

Figura 01: Pedreira Prado Lopes em 1930 e 2018. Fonte: elaborado pelas autoras.

2. Contexto histórico da Pedreira Prado Lopes

Belo Horizonte foi inaugurada em 1897 e teve seu plano urbanístico baseado no ideal modernista. Segundo Alexandra Nascimento et al. (2018), a construção da cidade contribuiu para a vinda de muitos trabalhadores do interior do estado em busca de melhores condições de vida dando origem aos primeiros aglomerados de Belo Horizonte, como a favela PPL, pertencente à região popularmente denominada Lagoinha. (GUIMARÃES, 1992)[10].

Até a década de 1940, de acordo com Mara Marçal Sales (2003), a PPL tinha sua dimensão territorial muito maior do que a atual. A remoção das famílias se iniciou com a construção do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (IAPI) e se intensificou com a abertura da Avenida Antônio Carlos em 1944. (BITENCOURT; OLIVEIRA; RENA, 2019). Considerando as violentas políticas de expulsão utilizadas nessas intervenções, muitos moradores se viram obrigados a morar em regiões periféricas da cidade ou a construir seus barracos na área mais acidentada do local: a pedreira de onde se retiravam as pedras para a construção de Belo Horizonte[11]. Percebe-se que o contraste da favela à cidade formal é engendrado pelo estigma da marginalização e de um urbanismo segregador, que refletem, inclusive, o racismo estrutural da sociedade (SILVA, 2018).

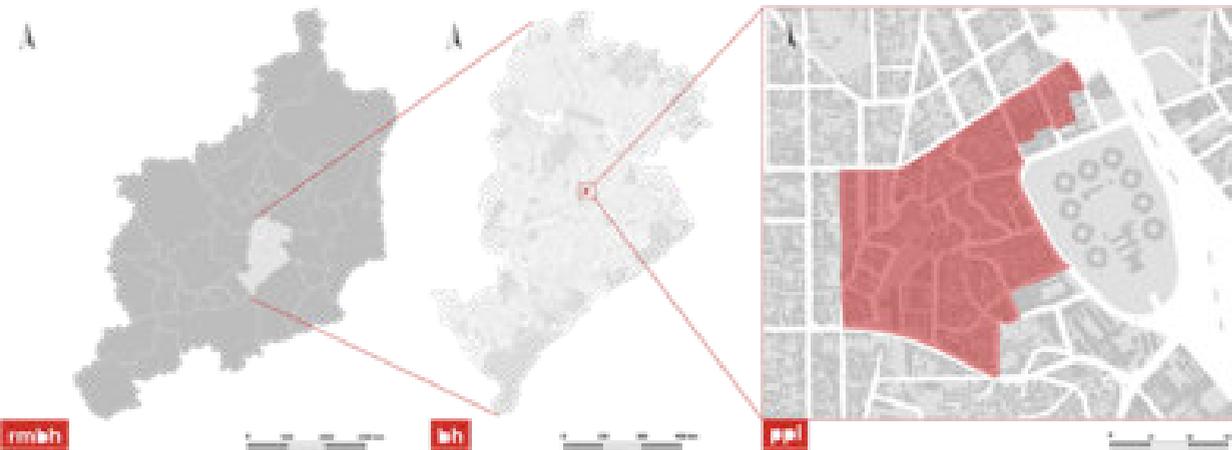


Com o contínuo crescimento da capital durante a metade final do século XX, a PPL seguiu sendo alvo de ações ligadas aos interesses imobiliários. Em reflexo às políticas de desestruturação socioespacial, Sales (2003) aborda o surgimento de organizações comunitárias na reivindicação das necessidades da comunidade junto ao poder público[12], se inserido, posteriormente, na Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). Nesse período foram criados os primeiros órgãos públicos ligados às políticas de regularização da terra urbana e à construção de unidades habitacionais em vilas e favelas.

Por meio da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), o final da década de 1990 teve um marco na história da PPL com o uso de um importante instrumento no processo de urbanização de favelas: o Programa Global Específico (PGE)[13], conquistado pelo Orçamento Participativo (OP)[14] no governo municipal de Patrus Ananias (PT). Seguindo as diretrizes do PGE, se inicia na PPL em 2008 o Programa Vila Viva (PVV)[15], que, segundo Danielle Silveira (2015), visava à urbanização, regularização fundiária e desenvolvimento social por meio da intervenção estrutural no território.

Esse discurso é tensionado a partir dos relatos dos moradores da PPL, que expõem atos de violência no processo de remoção e transferência das famílias para as edificações referentes às obras planejadas, além da precariedade material das construções e dos critérios questionáveis utilizados na redistribuição das famílias para os novos conjuntos habitacionais. Ademais, as aberturas de ruas e remoção de famílias em áreas de vulnerabilidade geológica, acentuaram ainda mais a redução da comunidade (BITENCOURT; OLIVEIRA; RENA, 2019).

Figura 02: localização da Pedreira Prado Lopes. Fonte: elaborado pelas autoras.



Desta forma, o breve histórico descrito provoca indagações quanto aos conflitos gerados pela execução de programas habitacionais e urbanos, visto que as políticas públicas acabam sendo co-autoras de processos de segregação sócio-espacial promotoras do processo de gentrificação. Este termo é caracterizado por Mendes (2016) como um fenômeno de aburguesamento urbano ou filtragem social por meio da substituição de classes mais vulneráveis economicamente por outras de maior poder aquisitivo, que implica em um aprofundamento de injustiças sociais impressas na desigual distribuição do espaço e dos direitos urbanos.

A urbanização brasileira e a formação das periferias resulta de ocupações ilegais, que se mostram compulsórias na medida em que

Figura 03: OUC ACLO e Setor 01. Fonte: elaborado pelas autoras.

não se criam alternativas legais de moradia popular pelo Estado ou mercado formal. Assim, o risco da remoção se faz presente por uma regulação exagerada para uma operacionalização discriminatória (MARICATO; COLOSSO, 2017).

Concomitantemente, insiste-se em afirmar que as favelas também são atravessadas por uma multiplicidade de formas estéticas, produções inventivas e relações humanas espontâneas que revelam o comum urbano. (CRUZ, 2017). A resistência histórica nas formas de vida dos moradores da PPL, mesmo com altos índices de vulnerabilidade e injustiça social presentes na comunidade, traz em suas narrativas locais a expressão da biopotência como forma de poder criativo, que não se origina, nem depende do sistema dominante, mas o precede, reafirmando a força indomável da própria vida (PELBART, 2003).

Sem deixar de lado o contexto de neoliberalização da cidade de Belo Horizonte por meio de políticas públicas orientadas para a rentabilidade do capital financeiro (FREITAS; CANETTIERI; VIANNA, 2017) e em virtude de atuais desdobramentos que favorecem a financeirização urbana, é necessário citar a Operação Urbana Consorciada Antônio Carlos Pedro I + Leste-Oeste (OUC - ACLO), que trará profundas modificações territoriais se implementada. Tal proposta afeta a cidade como um ator humano intensificador da gentrificação e das disputas político-territoriais enfrentadas na região da Lagoinha, onde a especulação cresce progressivamente devido à localização estratégica em relação à Belo Horizonte e ao Centro infraestruturalmente já consolidado.



Dessa forma, a OUC - ACLO visa a requalificação urbana pela execução do Programa Corredor Cultural da Lagoinha e Bonfim. Revela-se uma condução contraditória dos dispositivos urbanísticos que deveriam garantir a função social da propriedade e direitos urbanos fundamentais, instaurando o que Manuel Aalbers (2016) define como desregulamentação das regulamentações; ou seja, uma notória flexibilização das normas, posto que o Plano Diretor e o Estatuto da Cidade conferem à OUC plenas capacidades de alteração de parâmetros urbanísticos, legitimando a subjugação do interesse público e coletivo às vontades das parcerias privadas que configuram a força financeira motriz dessas obras (BITENCOURT; OLIVEIRA; RENA, 2019).

3. Breve histórico das organizações populares na Pedreira Prado Lopes

A trajetória da PPL é marcada pela sobreposição de ações e interesses engendrados em uma complexa rede de atores humanos e não humanos, na qual movimentos, coletivos, lideranças, associações e outros grupos locais surgem como resistências aos processos de desmantelamento da favela e na luta pela garantia de direitos. Fruto da Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH)[16], as organizações civis dessa comunidade tiveram importância de articulação no cenário belo horizontino na busca pelo desenvolvimento de políticas urbanas nas favelas (SALES, 2003).

A primeira[17] organização comunitária da PPL surgiu em 1956 – a União Defesa Coletiva – visando à articulação e mobilização da comunidade. Com o golpe militar de 1964 se intensificou a política de desfavelamento[18] e essas associações se desfizeram, ressurgindo a partir da década de 1970 (SALES, 2003). Nesse período, as entidades comunitárias de grande atuação local foram a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP) e União Prado Lopes[19]. A primeira, ainda hoje associada à atuação de um de seus coordenadores – Liberalino Alves –, é reconhecida pela luta contra os processos de remoções frequentes e melhores indenizações, além do protagonismo na união entre associações de favelas e na interlocução com os poderes públicos[20].

Simultaneamente, a Igreja Católica se inseriu na mobilização popular da PPL. Sua atuação seguia a cartilha das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), imbricada na Teologia da Libertação, para a formação de uma consciência crítica e recuperação da “capacidade ativa do povo e seus desdobramentos em termos de práxis sócio-política” (DOIMO, 1995, p. 81).

No início dos anos 2000, a União Prado Lopes[21] teve sua atuação estruturada no caráter reivindicativo e político com sua participação em setores de discussão e condução de políticas públicas e no acompanhamento dessas ações na favela[22]. Em paralelo, surge a

Associação Recreativa Comunitária Amigos da Pedreira Prado Lopes (ARCA), cujas atividades eram ligadas a pautas de cultura, esporte e organização de eventos, conquistando popularidade rapidamente no território (SALES, 2003).

Atualmente, a PPL possui diversas associações e lideranças locais que atuam isoladamente ou inserida em movimentos. Entre elas, se encontra Valéria Borges[23], moradora e liderança local, respeitada e admirada pelos moradores por sua atuação nos movimentos em defesa da PPL e na promoção do sentimento de pertencimento à comunidade. Além de atuar de forma independente, Valéria também é militante do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Imbricado no processo de resistência local, o MTD[24] atua junto à comunidade na luta pela garantia de direitos básicos da classe trabalhadora urbana.

4. Atuação do MTD na Pedreira Prado Lopes[25]

O MTD está inserido na rede nacional ligada à Frente Brasil Popular (FBP)[26], na construção de um projeto popular para o Brasil a partir da soberania nacional. Fundado na expressão de ordem “Direito de trabalhar. Trabalhar com Direitos”, o MTD acredita na formação política para a busca da transformação social. Atua nos territórios urbanos - bairros, favelas e periferias - sob a organização de grupos de base e defende a educação popular para a criação de uma consciência crítica em relação às formas de opressão. Na luta pelos direitos do acesso à moradia, trabalho, cultura, saúde, educação, soberania e segurança alimentar da classe trabalhadora, o movimento utiliza estratégias relacionadas a ocupações, atos e denúncias.

4.1. Estratégias de atuação

O MTD inicia sua atuação na PPL em 2012 com a ocupação da Avenida Antônio Carlos, no intuito de denunciar a demora na entrega das obras realizadas pelo PVV. Na PPL, esse discurso referente ao PVV foi relacionado à sobreposição de uma estruturação viária sobre a malha urbana pré-existente, determinando a remoção das casas sobrepostas a ele. Em entrevista, Valéria Borges (informação verbal)[27] relata:

O PGE, esse programa do Vila Viva, é uma higienização da cidade. (...) Quando eles (URBEL) chegaram lá na Favelinha (ou Pedreira de Cima) parecia guerra. Eles quebraram tudo (...), tiravam dez aqui e deixavam entulho, tiravam dez ali e deixavam entulho. Se você tirasse um beco inteiro as pessoas iam se mobilizar. (...) Quando a

URBEL chega, uma das coisas que mais doeu na gente foi eles terem marcado nossa casa (...) como se a gente fosse gado (informação verbal)[28].

Quanto à fragmentação do tecido social Valéria Borges (informação verbal)[29] descreve: “em 1990 eu fiz um censo na Pedreira (...) eram 21 famílias (...). Hoje a gente é nove, oito e pouco. (...) Dois terços da comunidade a gente não sabe pra onde foi”. Haja vista o déficit habitacional da PPL, em junho de 2013 o MTD realizou outra importante mobilização, a Ocupação Dona Maria em um dos prédios do PVV que permaneceu vazio por quase um ano. A ocupação buscava denunciar as políticas de expulsão utilizadas pelo PVV e contou com os apoiadores das lutas urbanas e rurais (movimentos populares, personalidades políticas e religiosas).

Seguindo essa lógica de atuação, em 2014 houve a ocupação do Centro Cultural Liberalino Alves que se encontrava fechado havia mais de cinco anos. Conduzida pelo MTD, em parceria com os moradores da comunidade e a Igreja Batista da Lagoinha, a mobilização reivindicava o direito das famílias no acesso à cultura. Segundo Vinícius Moreno (informação verbal)[30], diversas atividades culturais passaram a ser desenvolvidas no Centro Cultural, sem o apoio da PBH, que o transferiu para arcado Popular da Lagoinha em 2015. Reconhecendo a demanda cultural na PPL, atualmente o Galpão da Ocupação Pátria Livre/MTD realiza atividades culturais abertas à população.

Em 2016, o grupo de mulheres ligado ao MTD coordenou a ocupação na Unidade Municipal de Educação Infantil (UMEI), antiga Creche Maria Da Glória Lommez com a duração de cinco dias. A mobilização ocorreu em função da escola ter permanecido fechada por quase dois anos após o deslocamento de uma pedra que atingiu parte de seu terreno. A ocupação exigia a recuperação do edifício e abertura de novas vagas para as crianças da comunidade. Por meio dessa estratégia de ação, a comunidade saiu vitoriosa após a negociação do MTD com o governo do prefeito Alexandre Kalil (PHS).

No mês de setembro de 2017, o MTD junto com diversos parceiros (MST, MAB, Levante da Juventude, moradores da PPL e lideranças locais) ocupou uma edificação na PPL em defesa das mulheres, trabalho, soberania alimentar e moradia[31]. Informado por Moreno (informação verbal)[32], o prédio estava desocupado havia mais de 25 anos e não cumpria sua função social[33]. Durante seus dois anos de existência, a Ocupação Pátria Livre vem realizando diversas atividades que visam inserir a comunidade na nessa luta e na defesa da PPL quanto território de resistência histórica.

5. Universidade e ações no território: cartografia das controvérsias

A *Cartografias das Controvérsias*, metodologia aplicada ao longo da pesquisa, é estruturada no conceito de rizoma, abordado por Deleuze e Guattari (1996), que compreende o método cartográfico como um processo aberto de experimentação ancorada na realidade momentânea a partir de linhas de forças múltiplas, conexões e agenciamentos atuantes no presente, que podem sempre se reestruturar a depender do contexto e da temporalidade.

Por influência conceitual da Teoria-Ator-Rede (TAR) e das cinco fontes de incertezas de Bruno Latour (2012), a cartografia visa compreender as associações entre grupos de atores humanos e não humanos, na tentativa de expor suas heterogeneidades, flexibilidades e contradições nos arranjos, sem se precipitar à interpretações puras ou dicotômicas. A investigação faz emergir as disputas de poderes no território por meio da identificação dos impactos de práticas neoliberais e de resistências.

O destaque de atores não humanos também se torna fundamental para entender a influência de instrumentos urbanísticos e dispositivos de controle nas dinâmicas territoriais. Apesar da valorização da experiência em campo e da coleta de relatos por meio de dados qualitativos, a pesquisa não se dissocia da coleta de dados brutos e indicadores quantitativos, se valendo dos mesmos para fomentar um posicionamento crítico da dimensão política no urbano.

Ainda, tem-se em vista o conceito de genealogia de Michel Foucault (2006), que desponta como uma oposição à leitura da história por meio de uma narrativa única em busca de um ponto original para os fenômenos, que é desenvolvida por meio da construção de linhas do tempo que inter cruzam atores, eventos e saberes.

A transversalidade deste método lida com a existência de *platôs* de poderes perante a influência geopolítica mundial na produção das subjetividades e do espaço, sendo necessário multiplicar as possibilidades de ações táticas em diferentes escalas, desde a macro à microfísica do poder engendrado em formas de resistências. Assim, os dispositivos cartográficos procuram atuar em sintonia com as lutas urbanas, na tentativa de construir por meio de linhas de fuga visibilizadas, as conexões entre pontos cegos da história, revelando as biopotências (PELBART, 2003) das vozes invisibilizadas e aprofundando o reconhecimento das disputas no espaço.

O caráter da pesquisa condiz ao método da co-intervenção discutido por Eduardo Passos, Virgínia Kastrup e Liliana de Escóssia (2009) a partir da inserção do pesquisador à realidade, implicando na não neutralidade do sujeito em função do envolvimento investigativo-territorial, sendo um dispositivo interativo entre os sujeitos envolvidos na pesquisa, uma vez que o pesquisador entra na trama das relações em rede, tal qual defendido por Mairesse (2003).

O exercício ativo da pesquisa se encaixa ao ideário de projetos extensionistas, que inserem a Universidade no território e valorizam a aproximação entre debate político e produção intelectual – que deve estar direcionada ao interesse público, social e democrático, para a “criação e a ampliação de redes e plataformas que agenciem uma integração perene entre pesquisadores, extensionistas, Estado, coletivos, movimentos sociais e populares” (RENA, 2019). Portanto: Presente-se! Não aguardemos o futuro! Em tempos de crise e golpe no Brasil, enquanto bloqueiam recursos para as universidades, temos o dever de militar pelo retorno à prioridades como recursos para extensão universitária que é o elo que une pesquisa e ensino às questões fundamentais do mundo social real de nosso país. É tarefa prioritária e urgente ampliar ações extensionistas em tempos de ataque constantes por parte do novo governo às populações mais vulneráveis.

5.1 Indisciplinar na PPL junto aos movimentos populares[34]

A partir do projeto de extensão Geopolítica e Cidades[35], o Indisciplinar se aproximou da rede de movimentos populares ligados à FBP, inserido no Projeto Brasil[36]. Esse processo foi inaugurado pela disciplina UNI009 Geopolítica e Cidades, que buscou realizar atividades que contribuíssem para agenda territorial. Dentro disso, durante o ano de 2018, houve a participação dos alunos da disciplina, militantes do Levante e pesquisadores do grupo no 1º Encontro Nacional do brcidades, em São Paulo/SP, assim como na organização do 1º Fórum Mineiro do brcidades em Belo Horizonte/MG, que ocorreu na Ocupação Pátria Livre/MTD. A partir de então, a relação do grupo de pesquisa se tornou mais próxima da atuação do MTD na PPL e da liderança comunitária e integrante do MTD, Valéria Borges.

5.2 Territórios Populares I, II e III

Tendo como fio condutor a metodologia cartográfica e a fusão entre ensino, pesquisa e extensão, a pesquisa TP[37] se inseriu na PPL pelo desenvolvimento de quatro disciplinas extensionistas Territórios Populares P I, II e III e a disciplina de projeto ofertada pelo departamento de projeto da EA UFMG denominada Pflex – Arquitetura Desobediente. Mediante as parcerias comentadas, uma das autoras deste artigo, a bolsista Susan Oliveira, se inseriu no local de estudo junto aos outros alunos[38], dando origem a uma experiência de trocas e aprendizados.

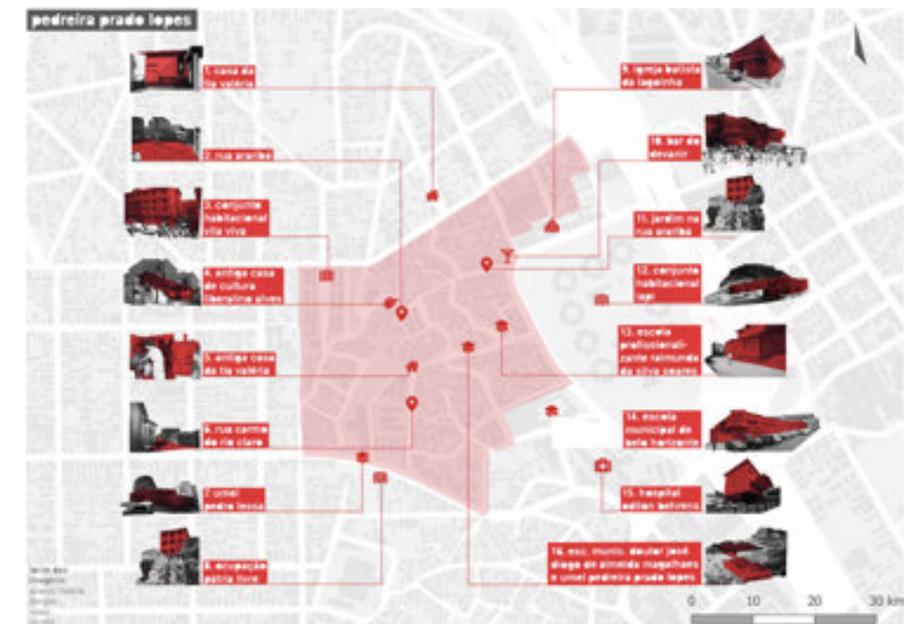
Durante as disciplinas, as aproximações em campo se deram por meio de instrumentos cartográficos, como: visitas guiadas, jogos e elaboração de linhas do tempo analógicas e interativas. Com o intuito

Figura 04: linha do tempo analógica e dispositivos de aproximação. Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 06: locais apresentados por Valéria Borges na PPL. Fonte: <http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>

de fundir a linha do tempo da Ocupação Pátria Livre à linha do tempo desenvolvida para a PPL, contactou-se a liderança comunitária Valéria Borges, que narrou às discentes e docentes histórias de resistências vividas pela comunidade. O grupo registrou a experiência em fotos, vídeos, anotações e mapas do trajeto, que contribuíram na inserção de eventos e narrativas no banco de dados sobre a comunidade e ocupação.

Esse processo foi marcado por diversas visitas à Ocupação Pátria Livre para participação em eventos organizados no Galpão ou durante as reuniões de base do grupo de mulheres do MTD, em que se levou a linha do tempo interativa produzida em sala. A troca entre os alunos da



Escola de Arquitetura e os militantes proporcionou a construção da linha do tempo de forma colaborativa, com a inserção de eventos e narrativas contadas a partir da vivência dessas pessoas.



Figura 07: linha do tempo digital e aplicação do método em sala. Fonte: elaborado pelas autoras.

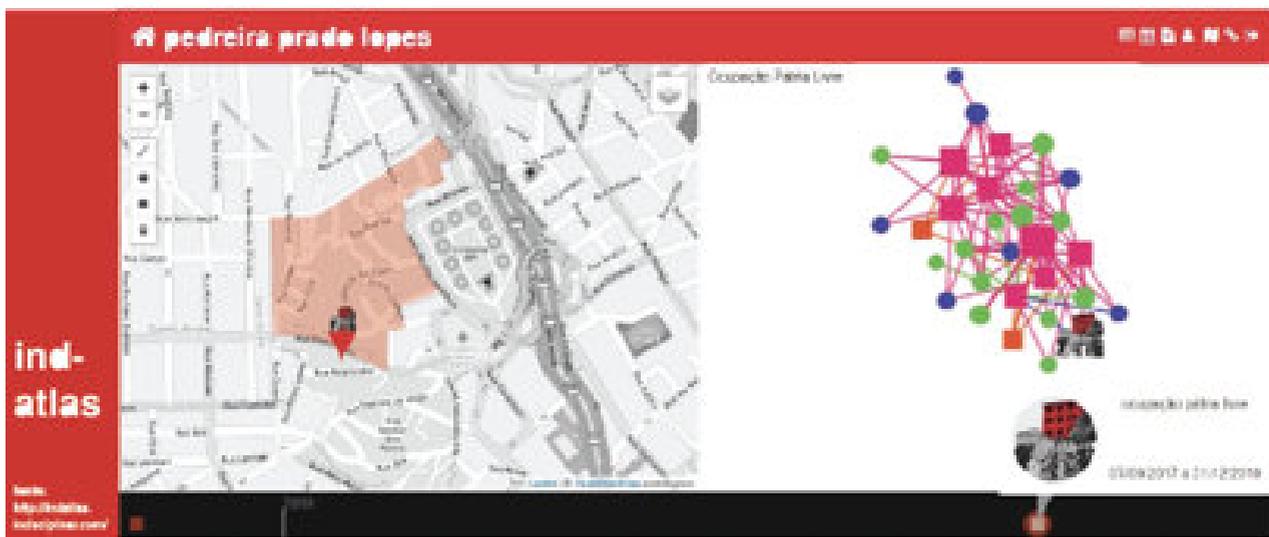
Figura 08: produção do documentário com Valéria para a pesquisa TP. Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 09: indatlas. Fonte: elaborado pelas autoras.

Figura 10: linha do tempo digital da PPL. Fonte: elaborado pelas autoras.

A disciplina de TP II teve enfoque na visibilização das lutas e história da Pedreira com a produção de um documentário[39], no qual Valéria Borges conta a história da comunidade a partir de sua relação de resistência território. A produção do vídeo contou com a participação de alunos do curso de Belas Artes da UFMG, que auxiliaram na edição dos materiais coletados. Como resultado final desse processo, além do documentário, o grupo de pesquisa elaborou o blog da pesquisa TP contendo diversas informações sobre cada um dos territórios estudados. Outras etapas da investigação-ação também levou ao aprofundamento dos dados sobre a PPL na linha do tempo digital e na plataforma IndAtlas[40], assim como a produção de artigos e eventos[41].

Identificando a importância do processo no desenvolvimento da Pesquisa TP durante o segundo semestre de 2019, o grupo conduzirá a última disciplina ligada à essa pesquisa, uma vez que a mesma se encaminha para sua finalização. Em TP III, disciplina de Formação Transversal com participação da militante e fotógrafa da PPL Valéria Borges dentre outras militantes de outros coletivos, será organizando o material produzido em TP II - fotos, vídeos, conversas da equipe, e-mails, linhas do tempo, planilhas, etc. -, para serem exibidos em uma mostra no Centro Cultural da UFMG. Ainda, o trabalho na PPL terá continuidade com atuações investigativas e extensionistas por meio da pesquisa do grupo “Cartografias Da Percepção Do Orçamento Participativo”, iniciada em agosto de 2019, vinculada ao GE - Grupo de Estudos - Região da Lagoinha[42].



5.3 PFLEX Arquitetura Desobediente

A disciplina Pflex – Arquitetura Desobediente, consistiu em uma disciplina de dois meses de duração ocorrida paralelamente à TP II. Retomou-se a parceria com o MTD e a Ocupação Pátria Livre para a elaboração de um projeto arquitetônico ligado à principal demanda local. Por meio de conversas, dinâmicas e uso de dispositivos interativos com os coordenadores e moradores da Ocupação, os alunos e a bolsista da pesquisa identificaram qual seria o elemento a ser projetado com a intenção de construí-lo em um mutirão.

Em reunião entre o grupo de pesquisa, alunos, moradores e coordenadores da Pátria Livre foi definido como projeto, a criação de divisórias para os apartamentos, buscando melhorar a qualidade de vida no edifício. No encontro seguinte, foi realizada uma dinâmica com ícones e maquetes de modelos de divisórias como processo lúdico na identificação das principais demandas e criação dos modelos que melhor atendessem às necessidades dos moradores. Ademais, foram mapeadas: as habilidades, os saberes construtivos, os materiais disponíveis e famílias que poderiam auxiliar na arrecadação de materiais e no mutirão.

Figura 11: atividades desenvolvidas no pflex. Fonte: elaborado pelas autoras.

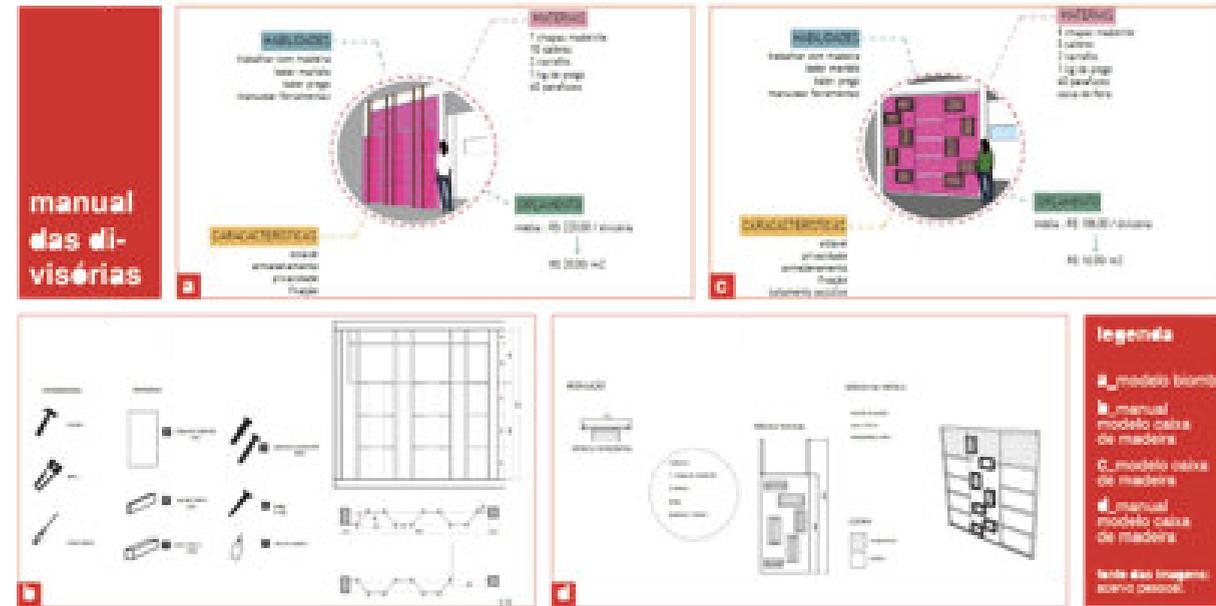


Figura 12: modelos das divisórias. Fonte: elaborado pelas autoras.

sobrepôs à construção das divisórias e alterou, mas não excluiu, os planos relacionados a elas. Em consentimento com os moradores e coordenadores da Pátria Livre após uma reunião, foi dada preferência à requalificação do sistema elétrico. Nesse momento, entrou o papel dos estudantes de arquitetura como agenciador na mediação entre o engenheiro eletricista, moradores, organização da potência consumida no local e na concepção de soluções intermediárias. No final da disciplina, junto com o manual das divisórias, foi entregue um relatório compilando essas informações. O ocorrido também modificou a situação do mutirão, alterado para a organização do evento organizado coletivamente, Arriá na Pátria Livre, com venda de rifas sob o objetivo de arrecadar mais recursos para essa reforma.

Como já visto, a cartografia busca mapear a realidade que é dinâmica e flexível. Dessa forma, a investigação conta com a ocorrência de imprevistos ao longo de seu processo, e nesse sentido, fica clara a valorização do trajeto e não somente foco no produto final. Nesse sentido, tanto nas disciplinas de TP, quanto de Pflex tiveram resultados diferentes dos esperados inicialmente, o que tornou a vivência muito mais factível e rica em trocas e aprendizados.

6. Considerações finais

O desfecho deste estudo se direciona a levantar inquietações quanto à necessidade de envolvimento de estudantes, professores e profissionais de Arquitetura e Urbanismo, não só com a produção



Tendo em vista essas questões, o grupo da disciplina de Pflex - Arquitetura Desobediente envolvendo a Ocupação Pátria Livre elaborou dois modelos finais de madeirite: o biombo e o caixa de madeira. Eles foram entregues à Ocupação junto com um manual de montagem (passo-a-passo para sua construção), além do orçamento contendo os contatos necessários para a execução. O dinheiro arrecadado pelos alunos e bolsista durante o Festival Lula Livre seria destinado para a construção de um molde de cada divisória que conduziria a reprodução das demais.

Ao longo do andamento do projeto (e das visitas na Ocupação) também foi identificada a precária fiação elétrica local. Essa questão se

teórica relativa ao ambiente construído e a sociedade, mas do urgente posicionamento político e presença participativa física destes profissionais nas lutas urbanas como possibilidade também de desconstruir noções cristalizadas quanto à elitização que permeia o âmbito da profissão. Conhecer o território a partir da experiência cartográfica, envolvendo múltiplas frentes de ação, nos auxilia na compreensão das controvérsias do território, de suas disputas, além de ampliar a pesquisa com dados duros sobre o contexto urbano, tornando a investigação mais complexa e potente.

Figura 13: arrecadação de recursos. Fonte: elaborado pelas autoras.



O método cartográfico utilizado enfatiza as contradições nos processos urbanos neoliberais, dando visibilidade às resistências locais e às redes estabelecidas entre diversos atores que operam nas dinâmicas territoriais. Além disso, a inserção do pesquisador por meio da co-intervenção permite a criação de pontes entre a atuação acadêmica e a realidade dos movimentos populares ligados às pautas urbanas que envolvem ampla luta por justiça social, assim como

reivindicações por direitos fundamentais.

A inserção do arquiteto e urbanista ao território pluraliza a práxis urbana e valida o retorno social dos avanços científicos à coletividade por meio da tríade *ensino - pesquisa - extensão*, enfatizando o papel da Universidade no combate às disparidades historicamente instituídas. Portanto, estreitar os laços entre academia e sociedade resulta em processos mais adequados perante a realidade local, colaborando no enfrentamento dos problemas sistêmicos e estruturais.

7. Agradecimentos

Agradecemos aos investigadores do grupo Indisciplinar e aos militantes, parceiros e aliados que vivem e atuam no território investigado. Agradecemos também aos financiadores indiretos das pesquisadoras envolvidas no artigo: EA UFMG, Programas de Pós-Graduação da UFMG PACPS, NPGAU, PPGD, PROEX UFMG, PRPQ/UFMG, CAPES, CNPQ e FAPEMIG.

Notas

5 O grupo de pesquisa Indisciplinar atua na elaboração de cartografias do processo de neoliberalização e produção biopolítica atrelados à produção contemporânea do espaço urbano. Informações em: <<https://www.facebook.com/indisciplinar.ufmg/>>; <<http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Indisciplinar>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

6 A pesquisa Territórios Populares: reestruturação territorial, desigualdades e resistências nas metrópoles brasileiras faz parte da rede nacional de pesquisadores coordenada pela Profa. Dra. Raquel Rolnik (LabCidade/USP). Informações disponíveis no blog da pesquisa: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

7 A pesquisa Cartografias da Percepção do Orçamento Participativo é coordenado pelas professoras Natacha Rena, Gisela Barcelos e Ana Isabel de Sá, realiza estudos sobre as intervenções urbanas a partir da aplicação do Orçamento Participativo no município de Belo Horizonte.

8 O projeto de extensão Geopolítica e Cidades está vinculado ao programa de extensão IndLab e busca consolidar um campo de atuação junto ao Projeto Brasil criado pela Frente Brasil Popular. Em 2016 a rede constituída inicialmente para o Projeto Brasil se ampliou criando diversos Grupos de Trabalhos (GTs) nacionais fazendo surgir o GT de Reforma Urbana (atualmente denominado BRcidades) ao qual este projeto está sendo realizado em parceria com: o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) e o Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos (MTD). Ver em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Geopol%C3%AAdtica_e_Cidades>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

9 O projeto de extensão Plataforma Urbanismo Biopolítico está vinculado ao Programa IndLab e vem produzindo informação de maneira coletiva e colaborativa (mapeamentos digitais, redes sociais, páginas wiki, blogs, produção de linhas do tempo etc.). Ver em: <http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=Projeto_Plataforma_Urbanismo_Biopol%C3%ADtico>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

10 É imprecisa a data de surgimento da PPL. Para Guimarães (1992), essa favela é a mais antiga das que ainda existe atualmente. Para Andrade (1994), a data de surgimento da favela é entre 1900 e 1920. E, segundo a URBEL (1997), a ocupação se deu a partir de 1910.

11 Em entrevista concedida ao Indisciplinar, Valéria Borges, moradora e liderança comunitária da PPL, conta sobre as contínuas expulsões enfrentadas pelos moradores favela. Essas informações estão

disponíveis no documentário produzido pelo grupo de pesquisa durante a pesquisa Territórios Populares (TP), disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEML>>. E mais informações sobre a pesquisa disponível na fanpage: <https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal> e no blog: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

12 Em 1955 surge o Fundo Municipal de Habitação (FMH) para tratar de políticas habitacionais para populações de baixa renda. Nesse mesmo momento cria-se também o Departamento Municipal de Habitação e Bairros Populares (DBP), substituído pela Coordenação de Habitação de Interesse Social de Belo Horizonte (CHISBEL), em 1971, órgão destinado à realização das remoções nas vilas e favelas. Com sua extinção no início da década de setenta, suas atividades foram substituídas pela Secretaria de Ação Comunitária (SMAC). Com a Lei 3532 de 1983 houve a criação do Programa Municipal de Regularização de Favelas (PROFAVELA) que deu origem à Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL), no mesmo ano, responsável pela urbanização de favelas. Essa empresa pública se tornou parte da Secretaria Municipal de Habitação em 2001 e, em instância estadual, ligada ao Programa de Desenvolvimento de Comunidade (PRODECOM), criado em 1976 pela Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral (SALES, 2003, p.117).

13 O PGE é um instrumento de planejamento urbano que reúne informações técnicas e elabora soluções que visem a melhoria das condições de vida de vilas e favelas com a participação popular (URBEL, 1997).

14 A Pedreira Prado Lopes conquistou diversas obras nos processos de Orçamento Participativo, como: o Conjunto Araribá em 1994; o Centro de Saúde em 1995; a Escola Profissionalizante em 1996; o Plano Global Específico (PGE) em 1997 e verba nos anos 1998, 2000 e 2002 para a aplicação desse Plano (SALES, 2003, p.135).

15 A Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) define o PVV como: “uma intervenção estruturante com ações baseadas em três eixos: urbanístico, social e jurídico. São obras de saneamento, remoção de famílias, construção de unidades habitacionais, erradicação de áreas de risco, reestruturação do sistema viário, urbanização de becos, além de implantação de parques e equipamentos para a prática de esportes e lazer. O eixo social engloba ações de desenvolvimento comunitário, educação sanitária e ambiental e criação de alternativas de geração de trabalho e renda. Já o eixo jurídico só pode ser implementado após o término da urbanização do local, para que a área possa ser legalizada e emitidas as escrituras dos lotes aos ocupantes. A origem do programa está diretamente relacionada com o Plano Global Específico (PGE), que é o instrumento de planejamento

que norteia as ações a serem realizadas.” Informações retiradas do blog da PBH (2018), disponíveis em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>>.

16 De acordo com Samuel Oliveira (2012), a Federação dos Trabalhadores Favelados de Belo Horizonte (FTFBH) existiu de 1959 à 1964 - dissolvida com o golpe militar -, e foi criada na tentativa de congregar associações civis de favelas no modelo das “União de Defesa Coletiva (UDC)” para a reivindicação do direito de moradias, melhoramentos urbanos e evitar despejos coletivos.

17 Em 1956 houve a criação da primeira associação comunitária da Pedreira, a União Defesa Coletiva, fruto da Federação dos Trabalhadores Favelados. Iniciado em 1954 em Belo Horizonte, esse movimento buscava representar politicamente as vilas e favelas na garantia de direitos e teve seu desmantelamento com o golpe militar (SALES, 2003, p.116).

18 O conceito de desfavelamento é definido por Laura Bueno (2000, P. 162) como: “remoção ou erradicação de favelas. Esse era o discurso do BNH em seus anos iniciais. Entretanto, essa proposta já havia sido tentada desde os anos 40, em diferentes cidades brasileiras, com sucesso nas áreas centrais. Essa proposta ainda vem sendo implementada em situações específicas relacionadas a grandes interesses imobiliários.”

19 Na década de setenta surgiram as associações União Prado Lopes - proveniente da União de Defesa Coletiva - e a União dos Trabalhadores da Periferia (UTP). Essa última foi coordenada por Francisco Nascimento e Liberalino Alves, sendo a figura de Liberalino muito popular e respeitado na favela pela sua atuação como liderança comunitária e pelo seu vínculo com o setor político. A UTP atuou na comunidade até seu desmantelamento nos anos noventa (SALES, 2003, p.118).

20 Para Afonso e Azevedo (1992), percebe-se a influência da UTP no elevado número associações filiadas a ela década de 1980, contando com 40 unidades espalhadas pela capital mineira.

21 Ao longo dos anos de existência, a União Prado Lopes teve sua composição alterada passando por diversas fases. Sua atuação durante a primeira década dos anos 2000 foi marcada pelo perfil político e ideológico, com uma postura bastante crítica e de vigilância em relação às obras públicas em andamento na região. Além disso, foi importante representante da Pedreira na interlocução com o poder público em várias instâncias deliberativas e de discussão, como: na Comissão Local de Saúde, nos Conselhos Municipais de Abastecimento, Defesa Social, Habitação, Políticas Urbanas e Segurança Pública, e no Conselho da Cidade (SALES, 2003, p.123 - 124).

22 Ainda, a União Prado Lopes articulou a conquista de recursos para a execução das obras, a partir do Orçamento Participativo. Até a terceira rodada do OP na Pedreira, quem organizava as reivindicações e liderava o processo era Liberalino Alves, depois essa frente passou a ser conduzida pela União Prado Lopes (SALES, 2003, p.135).

23 No documentário produzido pelo Indisciplinar durante a pesquisa TP, Valéria Borges narra a história dos processos de intervenções estruturais na Pedreira, assim como sua atuação e da comunidade na resistência frente aos avanços dessas políticas ligadas ao interesse neoliberal sobre o solo urbano. O vídeo está disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI>>. E mais informações sobre a pesquisa disponível na fanpage: <https://www.facebook.com/pg/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024/posts/?ref=page_internal> e no blog: <<http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

24 Fanpage do Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos disponível em: <<https://www.facebook.com/MTD.NACIONAL/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

25 O que será abordado neste parte do artigo se relaciona com informações retiradas de entrevistas, notícias de meios de comunicação, blogs e fanpages do Facebook.

26 De acordo com o site da FBP, seus objetivos são “defender os direitos e aspirações do povo brasileiro, para defender a democracia e outra política econômica, para defender a soberania nacional e a integração regional, para defender transformações profundas em nosso país decidimos – sem abrir mão das reivindicações específicas, da diversidade de opiniões e da autonomia das organizações que integramos e representamos— criar a Frente Brasil Popular. Informações retiradas do blog, disponível em: <<http://frentebrasilpopular.org.br/>>. Mais informações na fanpage: <<https://www.facebook.com/FrenteBrasilPopular/>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

27 Entrevista de BORGES, Valéria. Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Predo Lopes: depoimento [16 de julho, 2019]. Belo Horizonte. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI&t=32s>>.

28 Id., 2019, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI&t=32s>>.

29 Id., 2019, disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI&t=32s>>.

30 Id., 2019, em entrevista concedida ao Indisciplinar.

31 Informações retiradas da fanpage da Ocupação Pátria Livre coordenada pelo MTD, disponível em: https://www.facebook.com/pg/MTDMOTU/posts/?ref=page_internal.

32 Id., 2019, em entrevista concedida ao Indisciplinar.

33 Constituição Federal de 1988, Art. 182: A política de desenvolvimento urbano, executada pelo poder público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

34 A partir desse momento será relatada a experiência dos pesquisadores do Indisciplinar Susan Oliveira, Maíra Ramirez, Gabriela Bitencourt, Henrique Porto, Ana Luísa Schoenell, Lucca Mezzacappa, João Márcio Dias e Hiago Oliveira, e dos alunos do curso de Arquitetura da UFMG Mariana Belo, Ana Flor, Laís Godinho, Ana Urbano, Letícia Gardusi, Gabriel Goulart, entre outros, sob a orientação das professoras Natacha Rena, Marcela Silviano Brandão e Patrícia Azevedo, nas atividades desenvolvidas na Pedreira Prado Lopes.

35 O projeto de extensão Geopolítica e Cidades possui uma fanpage, na qual estão presentes as atividades realizadas ao longo de sua duração, disponíveis em: <https://www.facebook.com/Geopol%C3%ADtica-e-Cidades-188051388470360/>

36 O Projeto Brasil busca ampliar o campo de debate sobre as relações contemporâneas do território nacional inseridas na lógica global e à construção de novas políticas públicas que atendam à realidade brasileira, que auxiliem atuação dos movimentos frente às lutas por mais direitos sociais. Segundo as coordenadoras nacionais do Projeto Brasil, Ermínia Maricato e Karine Leitão professoras da USP e coordenadoras do LabHab: “é urgente elaborar, por meio de uma construção social, um projeto para as cidades do Brasil, no médio e longo prazo, tendo como parâmetros a justiça espacial, intraurbana e regional; a sustentabilidade social, econômica e ambiental; o combate a toda sorte de desigualdade – social, racial e de gênero – o respeito à diversidade geográfica e cultural, além do controle social e o respeito aos recursos públicos”. Trecho retirado do manifesto elaborado pelo Projeto Brasil Cidades, Para mais informações acesse: <https://www.brcidades.org/>.

37 Mais informações sobre a pesquisa TP em: <http://territoriospopulares.indisciplinar.com/>. E sobre o método em: <http://territoriospopulares.indisciplinar.com/metodo/>.

38 Os territórios estudados na pesquisa TP são: Asmare/ Catadores,

Carolina Maria de Jesus, Região dos Guaicurus e Pátria Livre/ PPL. Além de Susan Oliveira, os respectivos bolsistas envolvidos em projetos de pesquisa, extensão e disciplinas relativos a este processo narrado no artigo são: Bárbara Oliveira, Marília Pimenta, Saulo Maciel/Luiza Souza e Susan Oliveira. Ver em: <http://territoriospopulares.indisciplinar.com/> e na fanpage da pesquisa em: <https://www.facebook.com/Territ%C3%B3rios-Populares-Centro-Expandido-BH-395212114389024>.

39 Link para o documentário em: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI&t=36s>.

40 “A plataforma de investigação urbana IndAtlas está atualmente em desenvolvimento pelo grupo de pesquisa indisciplinar da UFMG. Ela associa ferramentas de crowdsourcing, um banco de dados espacial e a produção de visualizações de diferentes tipos, em uma plataforma web de coleta, análise e representação de informações acerca de processos de produção e transformação do espaço urbano. propõe-se que os fenômenos (temas) investigados na plataforma sejam abordados sobretudo a partir de três eixos: 1) espacial/territorial; 2) temporal; 3) social. Para isso, intenta-se aliar mapas colaborativos online com a produção de linhas do tempo dinâmicas e visualizações de redes de atores sociais (grafos).” Informações retiradas da plataforma IndAtlas, disponível em: <http://indatlas.indisciplinar.com/>.

41 Em julho de 2019 o grupo de pesquisa Indisciplinar participou do Festival de Inverno da UFMG e da comemoração do 30 anos do Centro Cultural da UFMG através do evento “TERRITÓRIOS POPULARES no centro expandido de BH), com a projeção de “4 vídeos documentários com as 4 mulheres que moram e/ou trabalham na região central de BH com Valeria Borges (Pátria Livre/ Pedreira Prado Lopes), Cris (Ocupação Carolina Maria de Jesus), Silvia (Asmare) e Nice (Guaicurus). E uma roda de conversa com essas mulheres e outras 4, técnicas e/ ou pesquisadoras que atuam na região: K-rina DG, Carolina Nasser, Lisandra Mara Silva, Ângela.” Informações retiradas do evento do Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/events/2372397833012595/>.

42 Esse GE é constituído pela graduanda Susan Oliveira, a mestranda Gabriela Bitencourt, a doutoranda Carolina Nasser sob a orientação da professora doutora Natacha Rena.

Referências

AALBERS, Manuels. B. **Regulated deregulation**. In: SPRINGER, S.; BIRCH, K.; MACLEAVY, J. (Eds). Handbook of Neoliberalism. Routledge, London, 2016. n. p.

AFONSO, Maria Rezende; AZEVEDO, Sérgio de. **Cidade, Poder Público e Movimento dos favelados**. In: POMPERMAYER, Malori José Jr. Movimentos Sociais em Minas Gerais: Emergência e Perspectiva. Belo Horizonte: UFMG, 1987. p. 112-130.

ANDRADE, Maria Luiza Costa Pinto. **Histórico da Pedreira Prado Lopes**. Relatório da Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, Belo Horizonte, 1994.

DOIMO, Ana Maria. **A vez e a voz do popular**: movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume Dumara: ANPOCS, 1995. 353 p.

ARROYO, Michele Abreu. **A Diversidade Cultural na Cidade Contemporânea**: O Reconhecimento da Pedreira Prado Lopes como Patrimônio Cultural. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Programa de Pós- Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010.

BITENCOURT, Gabriela; OLIVEIRA, Susan; RENA, Natacha. **Lagoinha e Pedreira Prado Lopes: entre políticas públicas e resistências urbanas**. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO DO ICOMOS BRASIL, 3., 2019, Belo Horizonte, 2019. Anais... Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em: <<https://www.even3.com.br/anais/IIISimposioICOMOSBrasil/149023-LAGOINHA--ENTRE-POLITICAS-PUBLICAS-E-AS-RESISTENCIAS-URBANAS>>.

BORGES, Valéria. **Documentário com Valéria Borges, moradora e liderança da Pedreira Predo Lopes**. [16 de julho, 2019]. Belo Horizonte. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI&t=32s>>.

BUENO, Laura Machado Mello. **Projeto e favela**: metodologia para projetos de urbanização. 2010. 176 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e

Urbanismo, FAU-USP. São Paulo, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p. (Série Legislação Brasileira).

COSTA, Débora de Araújo; VIGNOLI NETO, Orlando; BASTOS, Stephanie Oliveira. **Associações comunitárias**: Organização popular na Pedreira Prado Lopes. Assessoria Jurídica Universitária Popular da UFMG. Revista Direito & Sensibilidade, 2014.

CRUZ, M. M. **Vazio-Heterotopia**: entre a especulação e a produção do comum. Belo Horizonte, 236 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2017.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de janeiro: Ed. 34, 1995, 128 p.

FARIA, Maria Auxiliadora; GROSSI, Yonne de Souza. **A classe operária em Belo Horizonte**: 1897-1920. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS MINEIROS, 5, 1982, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG, 1982. p.165-213.

FREITAS, Daniel Medeiros de; CANETTIERI; Thiago ; VIANA, Luan Fernandes. BH S/A: discutindo a neoliberalização do espaço urbano a partir de Belo Horizonte. **Revista Indisciplinar**. Belo Horizonte, v. 4, nº 5, dezembro. 2017

FOUCAULT, Michel; MOTTA, Manoel Barros da (org.). **Arqueologia das ciências e história dos sistemas de pensamento** (Coleção Ditos e Escritos II). Rio de Janeiro: Ed. Forense-Universitária, 2000.

FOUCAULT, Michel; MACHADO, Roberto (org.). **Microfísica do poder**. São Paulo: Editora Paz e Terra S/A, 2006, 295 p.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Cafuas, Barracos e Barracões**: Belo Horizonte, Cidade Planejada. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia). Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1991.

GUIMARÃES, Berenice Martins. **Favelas em Belo Horizonte**: tendências

e desafios. *Análise & Conjuntura*, Belo Horizonte, v.7, n.2 e 3, maio/dez. 1992.

KASTRUP, Virgínia; BARROS, Benevides de Barros. (2009). Movimentos-funções do dispositivo na prática da cartografia. In: PASSOS, E.; KASTRUP, V.; ESCÓSSIA, L. (Orgs.). **Pistas do método da cartografia: pesquisa-intervenção e produção de subjetividade**. Porto Alegre: Sulina. p. 76-91.

LATOURETTE, Bruno. **Reagregando o social**: uma introdução à teoria do Ator-Rede. Salvador: Edufba, 2012; Bauru-SP: Edusc, 2012.

MARICATO, Ermínia. **As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias. Planejamento urbano no Brasil**. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia. *A cidade do pensamento único*. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

MAIRESSE, D. **Cartografia**: do método à arte de fazer pesquisa. In: Tania Mara Galli Fonseca; Patricia G. Kirst. (Org.). *Cartografias e Devires: a construção do presente*. Porto Alegre - RS: Editora da UFRGS, 2003, v., p. 259-272.

MENDES, L. Manifesto anti-gentrificação. **Revista Serra Nova**. Seção: Nacional, nº 1737 - Out/Inv 2016. Disponível em: <<http://www.searanova.publ.pt/pt/1737/nacional/670/Manifesto-anti-gentrifica%C3%A7%C3%A3o.htm>> Acesso em 12 de agosto de 2019.

MORENO, Vinícius. **Pesquisa Territórios Populares**: depoimento [08 de agosto, 2019]. Belo Horizonte: UFMG, 2019. Entrevista concedida à Pesquisa Territórios Populares do Grupo de Pesquisa Indisciplinar da UFMG.

NASCIMENTO, Alexandra.; RODRIGUEZ, Martin Nicolas.; PESSOA, Stenia Carvalho; OLIVEIRA, Talita Freitas. **Dilemas e perspectivas dos processos participativos nos projetos de urbanização de assentamentos precários no município de Belo Horizonte**: a Predeira Prado Lopes. In: III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS – URBFAVELAS, 3., 2018, Salvador, Brasil. Disponível em: <<http://www.sisgeenco.com.br/sistema/urbfavelas/anais2018a/ARQUIVOS/GT1-235-17520180820114004.pdf>>. Acesso em: 08 de agosto de 2019.

OLIVEIRA, Samuel Silva Rodrigues. **O movimento de favelas de Belo Horizonte e o Departamento de Habitações e Bairros Populares (1956-1964)**. *Revista Mundos do Trabalho*, UFSC, Florianópolis, vol. 4, n. 7, jan./jun. de 2012, p. 100-120.

PELBART, P. P. **Vida capital**: Ensaio de biopolítica. São Paulo: Iluminuras, 2003. 252 p.

PEREIRA, Claudius Vinícius Leite; AFONSO, Andréa Scalon; MAGALHÃES, Maria Cristina Fonseca de. **Programa Vila Viva**: intervenção estrutural em assentamentos precários. Companhia Urbanizadora e de Habitação de Belo Horizonte (URBEL). Belo Horizonte. 2008. 36p.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE (PBH). **Vila Viva**, 2018. Disponível em: <<https://prefeitura.pbh.gov.br/urbel/vila-viva>>. Acesso em 10 de agosto de 2019.

RENA, Natacha. Presente-se! **Interfaces - Revista de Extensão da UFMG**. Belo Horizonte, v. 7, n. 1, p.10-15 jan./jun. 2019. in: <<https://www.ufmg.br/proex/revistainterfaces/index.php/IREXT/articloe/view/507>>. Acesso em 19 de agosto de 2019.

RENA, Natacha; SÁ, Ana Isabel de; BRANDÃO, Marcela Silviano; FRANZONI, Julia Ávila; **Grupo de Pesquisa Indisciplinar**: Método, Ativismo e Tecnopolítica na Defesa dos Bens Comuns Urbanos. In: CONGRESO INTERNACIONAL CONTESTED_CITIES, 5., n. 5-524, Madrid, 2016.

REVEL, Judith. **Michel Foucault**: conceitos essenciais. São Carlos: Claraluz, 2005.

REVEL, Judith. **Dicionário Foucault**: Judith Revel; tradução: Anderson Alexandre da Silva; revisão técnica: Michel Jean Maurice Vincent. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

SALES, Mara Marçal. **A favela é um negócio a ferver**: olhares sobre a estigmatização social e a busca de reconhecimento na Pedreira Prado Lopes. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) - Faculdade de Ciências Humanas da UFMG, Belo Horizonte, 2003.

SILVA, L. M. **Propriedades, negritude e moradia na produção da segregação racial da cidade**: cenário Belo Horizonte. 241f. Dissertação

(Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Escola de Arquitetura da UFMG, Belo Horizonte, 2018.

SILVEIRA, Danielle Costa. **A implantação do programa vila viva em áreas de belo horizonte – MG: uma análise documental.** Programa de Pós-Graduação em Saúde Coletiva do Centro de Pesquisas René Rachou. Ministério da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz. Belo Horizonte, 2015.

SOUZA, Rafaela de Paula Amaral de. **Políticas públicas de inclusão digital: estudos de caso em centros de cultura da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós- Graduação em Ciência da informação da UFMG. Belo Horizonte, 2008.

URBEL – Companhia urbanizadora de Belo Horizonte. **Diagnóstico social**, 1997.

***Susan Oliveira** é graduanda em Arquitetura e Urbanismo/UFSC, em mobilidade acadêmica na EA/UFMG. Investigadora do Indisciplinar nas pesquisas: Territórios Populares, Cartografias da Percepção do Orçamento Participativo, e nos projetos de extensão: Geopolítica e Cidades e Plataforma Urbanismo Biopolítico. Contato: oliveira.susant@gmail.com.

Gabriela Bittencourt é mestranda em no programa de pós-graduação em PACPS pela EA/UFMG. Bacharel em Arquitetura e Urbanismo/UFAL. Investigadora no Indisciplinar nas pesquisas: Cartografias da Percepção do Orçamento Participativo, Neoliberalização da Política Urbana e Gentrificação e Ecologia Política e Sustentabilidade e projeto de extensão: Plataforma Urbanismo Biopolítico. Contato: bitencourtgca@gmail.com.

Carolina Nasser é doutoranda, mestra e bacharela em Direito/UFMG. Investigadora no Indisciplinar na pesquisa Territórios Populares. Contato: carolnasserc@gmail.com.

Natacha Rena é professora Doutora/EA da UFMG e líder do grupo de pesquisa Indisciplinar. Professora do quadro permanente dos programas de pós-graduação da EA/UFMG NPGAU e PACPS. Contato: natacharena@gmail.com.

Comunidades vulneráveis: um direito à cidade

Vulnerable communities: a right to the city

Carolina Mello Cotrim-Ferreira & Afonso Celso Vanoni de Castro*

Resumo

O artigo aborda as questões sociais e dinâmicas que envolvem as comunidades vulneráveis no centro de São Paulo, como por exemplo a chamada "Cracolândia". Inicialmente, é discutido o processo urbano que as originou, ressaltando sua relação com conflitos estruturais no contexto da Cidade de São Paulo e a lógica da segregação socioespacial. Assim, se introduz a questão da habitação no bairro da Luz, marcada por ocupações, pensões e cortiços, e a necessidade da implantação de habitação social de qualidade no centro. Para aprofundar o estudo foi selecionado o conceito de "Direito à Cidade", de David Harvey, essencial para que se entenda as dinâmicas das comunidades vulneráveis dos bairros do centro e seu direito à habitação num contexto de disputas entre vários agentes. Em uma segunda parte, o texto apresenta como um exemplo de busca pelo Direito à Cidade, o projeto urbanístico e social criado pelo Coletivo Fórum Aberto Mundaréu da Luz, denominado Campos Elíseos Vivo. Ele propõe, de forma participativa, uma nova forma de viver e trabalhar no bairro, sem a violência de remoções e demolições, criando novas dinâmicas e oportunidades para as comunidades vulneráveis.

Palavras-chave: São Paulo; comunidades vulneráveis; permanência; habitação

Abstract

The essay approaches social issues and dynamics involving vulnerable communities in the downtown area of São Paulo, such as the so-called "Cracolândia". The discussion about the urban process that originated these communities, emphasizes its relationship with the structural conflicts in São Paulo and the logics of socio-spatial segregation, bringing the housing issue at "Luz", marked by occupations, pensions and tenements, and the need to implement quality social housing in the downtown area. David Harvey's concept "Right to the city" was selected as an essential idea to understand the vulnerable community dynamics in the city center and their right to housing in this context of conflicts among various agents. The article's conclusion is an example of a search for the right to the city, an urban and social project by the collective "Fórum Aberto Mundaréu da Luz", called "Campos Elíseos Vivo". The project proposes, in a participative process, a new way of living and working in the neighborhood, without the violence of removals and demolitions, aiming at the creation of new dynamics and opportunities for vulnerable communities.

Keywords: São Paulo; vulnerable communities; permanence; housing



1. O contexto da região central da cidade de São Paulo

Na madrugada do dia 01 de maio de 2018, um edifício situado no Largo do Paissandu, centro de São Paulo, desabou devido a um incêndio. O edifício, que já foi sede da Polícia Federal e hoje é uma propriedade abandonada do governo federal, era habitado por aproximadamente 90 famílias de ocupantes, que ficaram desabrigados mais uma vez (Figura 1).

Na Nota Pública sobre o Desabamento do Edifício Incendiado no Largo do Paissandu, o Instituto Polis afirmou que:

As famílias que vivem em ocupações são vítimas do descaso, da irresponsabilidade do Estado e da especulação imobiliária – que impõe alto custo de habitação, sobretudo nas áreas centrais. Não é a primeira e não será a última tragédia, enquanto o investimento público para o enfrentamento do problema habitacional não for significativo e comprometido com o acesso à moradia como um direito. (Instituto Polis, 2 de maio de 2018.)



Ao se olhar a questão da habitação no centro, do ponto de vista do ideal de cidade compacta, observa-se que nessa área dotada de infraestrutura de transporte, comércio e serviço, e por consequência, com oferta de emprego e renda, deveria haver possibilidades de moradia acessíveis à população de baixa renda, como forma de reduzir percursos e por consequência promover melhorias sócio ambientais.

Figura 1: Ruínas do desabamento no Largo Paissandu. Fonte: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2018-05/bombeiros-encerram-buscas-em-escombros-no-largo-do-paissandu>

1. Cf. <
<http://www.habitasampa.inf.br/files/CadernoPMH.pdf>> (acesso em 19/05/2018)

2. “Cracolândia”, é o nome popular com que ficou conhecida essa região, ou melhor, essa territorialidade itinerante, onde se estabelecem as comunidades envolvidas com o uso e comércio de crack no centro da cidade de São Paulo. Importante mencionar o caráter pejorativo e político desse termo, motivo pelo qual decidimos indicá-lo destacado entre aspas.

Mas o que se observa é que essa população permanece colocada às margens dos interesses do mercado imobiliário e tem uma presença retórica nos principais planos urbanos, como é o caso da demarcação de Zonas de Interesse Social (ZEIS) na região dos Campos Elíseos.

Essa tragédia ressalta a importância da discussão e atuação sobre a questão urbana em São Paulo[1], principalmente no centro da cidade, onde existem tantos imóveis vacantes ou que não cumprem uma função social e por outro lado, a necessidade de produção de habitação para a população de baixa renda. Segundo o caderno do Plano Municipal de Habitação de São Paulo, de junho de 2016, a Prefeitura de São Paulo já notificou cerca de 1000 imóveis no centro da cidade sob pena de aumento anual do IPTU e, após 5 anos, de desapropriação com títulos da dívida pública para fins de moradia.

O Caderno do Plano Municipal de Habitação propõe uma ação integrada na área central, que envolve reabilitação de edifícios para Locação Social, e outras modalidades como Acolhimento Institucional Intensivo e o Aluguel de Imóveis Privados para Abrigamento Transitório. Além disso, sugere-se a regularização do mercado privado de aluguéis para garantir preços mais acessíveis nessa área. Para combater a ociosidade dos edifícios do centro, utiliza-se o PEUC (Parcelamento, Edificação e Utilização Compulsórios) como instrumento que estimula que as propriedades urbanas cumpram sua “função social”, ou seja, que seu uso seja compatível com a infraestrutura, equipamentos e serviços públicos disponíveis.

A presença de comunidades vulneráveis no centro de São Paulo, especialmente a “Cracolândia”[2], é um fenômeno marcante na região da Luz, por estabelecer relações muito específicas com o território e também por chamar a atenção da mídia para os conflitos violentos e remoções sistemáticas, o que a faz ficar constantemente em evidência.

O termo “territorialidade itinerante” foi introduzido por Frúgoli Jr. em “Pluralidade Urbana em São Paulo – vulnerabilidade, marginalidade, ativismos” em 2016 para descrever a imprecisão e as variabilidades geográficas da localização das populações presentes nessa região da cidade, que foi se alterando e se deslocando pelos bairros da Luz, Sta. Ifigênia, Campos Elísios e proximidades nas últimas duas décadas. Essa itinerância se relaciona “à quantidade de pessoas que ali chegam e permanecem, articuladas ao mundo das ruas, dos albergues e também das prisões” (FRÚGOLI, 2016, p.256), que fazem parte do que é popularmente chamado de fluxo, destacando sua mobilidade e possibilidade de expansão (Figura 2).

No texto de Taniele Rui (2016), “Fluxos de uma territorialidade: duas décadas de Cracolândia”, a autora ressalta a presença de uma lógica urbana que se suporta na segregação sócio espacial e os fluxos que



geram esse tipo de fenômeno urbano, como por exemplo a especulação imobiliária. Ela afirma que esse fenômeno pode ser melhor compreendido por meio das relações que tece com toda a cidade de São Paulo. Assim, ela argumenta contra a ideia que o surgimento dessas dinâmicas são fenômenos à parte na cidade, ou casos isolados: “A Cracolândia está coligada à dinâmica de reconfiguração das centralidades, mas também da gestão da violência nas periferias da metrópole” (RUI, 2016, p.226).

Para chegar a essas conclusões, Rui (2016) apresenta o histórico do uso de crack na cidade de São Paulo, inicialmente detectado na periferia leste no bairro de São Mateus em meados de 1990, já marcado por conflitos entre a polícia e os traficantes e o homicídio de crianças e adolescentes usuários da droga. O desemprego estrutural e a informalização dos mercados contribuíram também para o aumento da criminalidade nessas áreas, e conseqüentemente, para o deslocamento espacial dos consumidores para outras regiões periféricas e para o centro, provavelmente para fugir da possibilidade concreta de violência e assassinatos nos bairros de origem.

Pode-se perceber que, durante esse processo, essa região chamada “Boca do Lixo” de São Paulo em meados de 1980, foi gradualmente sendo conhecida como “Cracolândia” com a chegada do crack. A área que já era conhecida como “Região Moral” de São Paulo, definida por Robert Park como “zona dos vícios”, onde acontece a contiguidade entre marginalidades (como prostituição, consumo de drogas e jogos de azar), e foi se degradando ainda mais com o processo de abandono do centro e transferência das atividades financeiras para a Avenida

Figura 2: Vista aérea do fluxo da Cracolândia

Fonte: <https://noticias.r7.com/sao-paulo/ex-traficante-fala-sobre-consumo-e-venda-de-drogas-na-cracolandia-vi-umas-80-pessoas-morrerem-ali-10072017>

Figura 3: Interior de um cortiço no centro de São Paulo

Fonte: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/cracolandia-sp-bracos-abertos/>

3. Em meados de 1870, com a construção da Estação da Luz, a área se tornou ponto de referência para tráfego urbano e comercial da cidade, além de receber turistas e encontros da elite paulistana. Porém, hoje em dia, com o deslocamento das centralidades na cidade e o esvaziamento do centro, o bairro apresenta algumas mazelas, que, como explicado anteriormente, são resultado de diversos processos urbanos e sociais na cidade.

Paulista.

Essa região do centro de São Paulo hoje em dia atrai vendedores e usuários de drogas, além de moradores de rua, pela facilidade de acesso aos serviços públicos como de transporte, possibilidade de pequenos ganhos através de empregos informais, e relativa segurança. Devido a esses fluxos migratórios periferia-centro, acaba-se criando uma série de moradias irregulares, como os cortiços (Figura 3).



Sendo assim, é possível perceber a estreita relação da origem da “Cracolândia” com o processo de abandono do Centro de São Paulo, resultado do surgimento de novas centralidades na cidade[3]. Conseqüentemente, diversos planos urbanos foram propostos para “recuperar” essa área que se tornou um ponto de conflitos de interesses e ações políticas. Devido a essas disputas por território, a população mais pobre e as iniciativas de habitação de interesse social foram sendo afastadas do centro histórico da cidade, e os HIS se tornaram grandes complexos de prédios construídos em áreas com pouca infraestrutura e oportunidades de trabalho, cultura e lazer. O conceito de Direito à Cidade, de Harvey (2014), será introduzido posteriormente como uma argumentação que vai contra esses processos que geram segregação socioespacial.

Esses planos partem da constatação que a região central é dotada de um amplo sistema de infraestrutura urbana, atendida por uma rede diversificada de transporte público através de trens, metrô e ônibus urbanos, e concentra intensa atividade comercial e de serviços.

O Plano Diretor Estratégico de 2014 (PDE 2014 / Lei Municipal

16.050/14), definiu e determinou Eixos de Estruturação da Transformação Urbana para permitir que a cidade se reestruture ao longo de seus eixos de mobilidade urbana, qualificando as centralidades existentes e estimulando a criação de novas centralidades. Essa estratégia apoia-se em instrumentos urbanísticos que adotam regras de uso e ocupação e aplicação de incentivos exatamente em regiões dotadas de infraestrutura e de urbanização consolidada.

Esses instrumentos originaram-se da adoção de três premissas: o adensamento construtivo e habitacional otimizando o uso da terra em áreas bem localizadas, a transformação urbana articulada à mobilidade e definida no entorno dos sistemas de transporte coletivo de alta e média capacidade e a criação de espaços públicos humanizados, por meio de incentivos urbanísticos e fiscais para implantação de edifícios de uso misto, fachadas ativas, espaços para fruição pública e de largura mínima das calçadas, qualificando os espaços públicos na área de influência desses Eixos. Adotam também as Operações Urbanas (OUs), instrumentos de intervenção pública, previstos no Estatuto da Cidade (Lei Federal 10.257 /2001) e no Plano Diretor Estratégico (PDE 2014), que estabelecem regras urbanísticas específicas, como incentivos à construção de moradias próximas ao eixo de transporte e requalificações do meio urbano para determinada área da cidade.

Dentre as OUs que estão em discussão há a Operação Urbana Centro[4] criada com o objetivo de promover a melhoria e a revalorização da área central, para atrair investimentos imobiliários, turísticos e culturais e reverter seu processo de deterioração (Figura 4). Ela abrange uma área de 663 ha das regiões conhecidas como Centro Velho e Centro Novo, sendo que nessa segunda constam os bairros dos Campos Elíseos e da Luz.

Figura 4: OU Centro Prefeitura Municipal de São Paulo. Gestão Urbana.

4. Cf. <
https://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/wp-content/uploads/2016/12/OUCEN_caderno_GESTA_O_URBANA.pdf> (acesso em 12/10/2019)

Figura 5: Operação Urbana Centro Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Gestão Urbana.

5. Zeis 1 são áreas ocupadas por população de baixa renda. Inclui favelas e loteamentos irregulares e alguns conjuntos habitacionais que não estão regulares ainda, e representam a maior parte das Zeis. Zeis 2 são áreas vazias e destinadas à produção de habitação de interesse social (60% destinado para a população com renda de até 3 salários mínimos e 40% para famílias com até seis salários mínimos). Zeis 5 se aplica a imóveis subutilizados para fins de construção de Habitação do Mercado Popular (HMP), sendo 40% para atender famílias que ganham de 3 a 6 salários mínimos e outros 60% para atender quem ganha até 10 salários mínimos. Geralmente essas áreas estão muito próximas de eixos bem estruturados, próximas de outras Zeis.

Para sua viabilização as OUs buscam atrair investimentos privados, como também promovem intervenções com recursos públicos. Nesse contexto, a região da Luz foi uma das áreas eleitas para receber essas intervenções através de desapropriações para execução do Projeto Nova Luz (Figura 5).



Além disso, no novo plano de zoneamento do PDE, são propostas as áreas de ZEIS (Zonas Especiais de Interesse Social), que são porções do território destinadas predominantemente à moradia digna para a população da baixa renda. Assim, também se estimulam melhorias urbanísticas, recuperação ambiental e regularização fundiária de assentamentos precários e irregulares nessas áreas. De acordo com o mapa abaixo (Figura 6), pode-se perceber, na região da Luz e arredores, áreas de ZEIS 1, 3 e 5[5]. Essa iniciativa se justifica também pela quantidade de cortiços nessa área central, o que demonstra uma necessidade de moradia de interesse social de qualidade. Destaca-se também a área aproximada onde atualmente se estabelece o fluxo da “Cracolândia”, no contexto dessas demarcações.

Vistas sob esse ângulo, as propostas do PDE 2014 representam avanços nas questões da gestão da cidade. Mas quando nos aproximamos de nossas áreas de estudo e da vida dessas populações vulneráveis das áreas centrais de São Paulo, vemos que o alcance dessas propostas ainda não se consolidou.

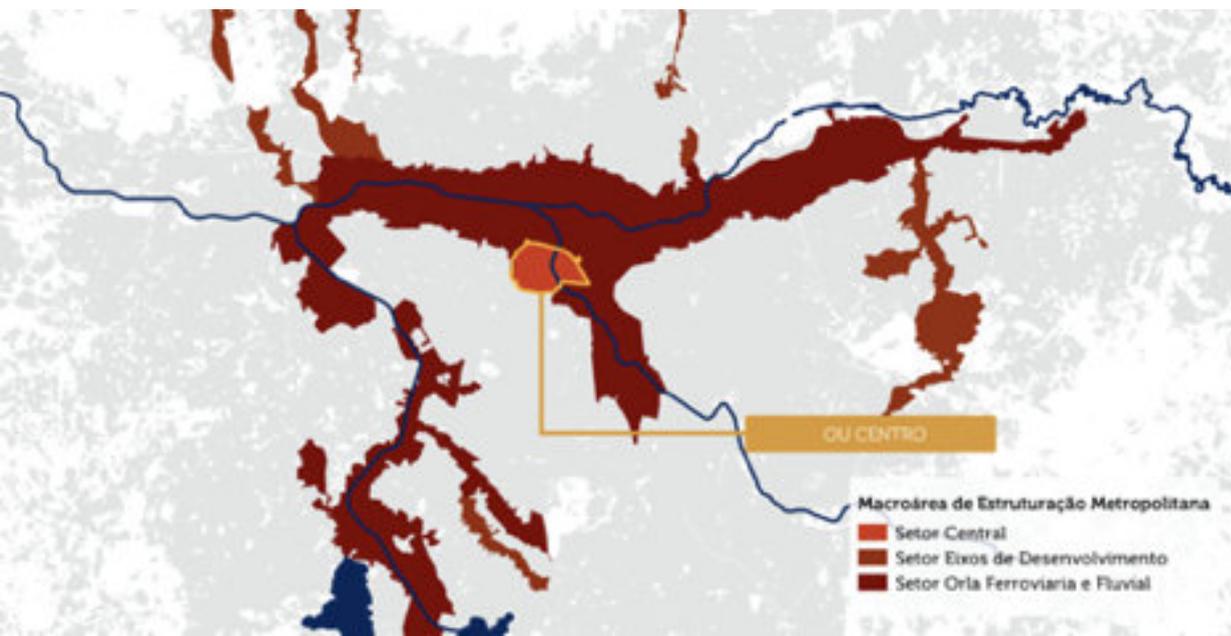




Figura 6: ZEIS e cortiços na região da Luz e arredores. Fonte: Prefeitura Municipal de São Paulo. Geosampa.

David Harvey (2014) afirma que o processo urbano é impulsionado por forças sociais poderosas e que o controle do uso do solo costuma estar nas mãos de poucos que obtêm o excedente da produção de riquezas das cidades, por isso o desenvolvimento do capitalismo está fortemente relacionado à urbanização. O autor explica que uma situação comum nas grandes cidades é a absorção do excedente por meio da transformação urbana. Porém, com o intuito de se realizar uma reestruturação urbana, é feita uma “destruição criativa” em nome do desenvolvimento cívico, recuperação ambiental ou renovação urbana. Nesses processos de reforma, destroem-se o tecido urbano e comunidades inteiras, com integrações sociais há muito tempo estabelecidas. E em prol do embelezamento da cidade ou de revitalização para o turismo, as mazelas da cidade são apenas transferidas para outro local.

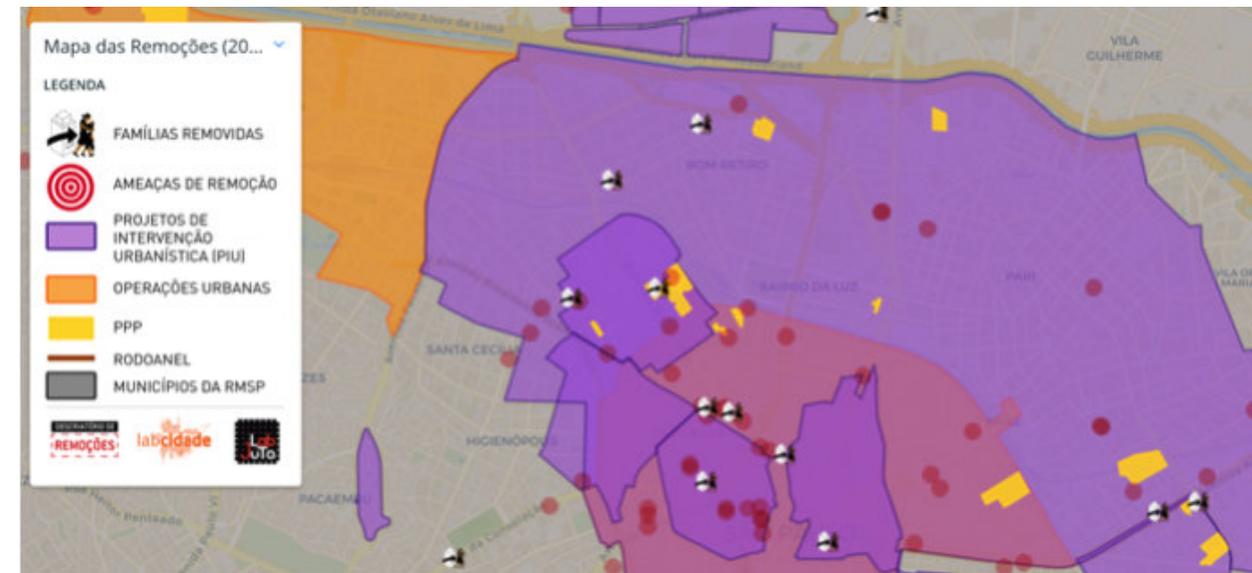
Nesse contexto pode-se avaliar criticamente tanto as desapropriações do projeto Nova Luz como as estratégias violentas adotadas na região da “Cracolândia”. Movimentos sociais e coletivos que atuam na região não foram consultados e programas de resgate dos usuários de drogas foram desativados. Percebe-se que, ainda que essa operação tenha resultado na construção de HIS em parte das quadras desapropriadas como a contrapartida do investimento público, o isolamento e a violência permanecem, e o investimento privado não se interessou pelo programa.

O Mapa das Remoções (Figura 7), realizado pelo Observatório de Remoções (projeto coordenado pelo LABCIDADE da FAU USP em parceria com o LABJUTA-UFABC), é resultado de denúncias relativas à

Figura 7: Mapa de denúncias de remoções no bairro da Luz e arredores. Fonte: <http://www.labcidade.fau.usp.br/mapa-denuncias/>

remoções e ameaças de remoção na Região Metropolitana de São Paulo (RMSP).

O mapeamento possui caráter colaborativo e é realizado desde 2012. Os objetivos desse mapeamento são: (a) identificar e compreender, em diferentes escalas, os impactos proporcionados pelas remoções e ameaças; e (b) sistematizar e compartilhar informações para fortalecer a resistência dos atingidos contra políticas e projetos urbanos que implicam em processos de despossessão e violação de direitos. (LABCIDADE FAUUSP, 2019)



Harvey (2014) nos lembra que no sistema capitalista, o excedente é reinvestido, e o mercado imobiliário absorve parte significativa do processo de valorização do capital por meio de grandes projetos imobiliários. Esses processos geram problemas urbanos importantes que marcam as cidades pós-modernas, que são divididas, fragmentadas e propensas a conflitos, e essas características dificultam a existência de uma identidade urbana e senso de cidadania em seus moradores. Porém são notáveis os movimentos sociais, que resgatam o desejo pela cidade e a vontade que ela seja diferente que o determinado pelas empreiteiras, como será exposto no caso Mundaréu da Luz que compõem a segunda parte desse texto.

O autor define a cidade como uma incubadora de ideias, ideais e movimentos revolucionários. É direito mudar e reinventar a cidade de acordo com os nossos desejos.

O direito à cidade é muito mais que a liberdade individual para acessar os recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos por mudar a cidade. É, sobretudo, um direito coletivo, ao invés de individual, pois essa transformação inevitavelmente depende do exercício de um poder coletivo para dar nova forma ao processo de urbanização. O direito de fazer e refazer nossas cidades e nós mesmos é, como quero argumentar, um dos mais preciosos, e ainda assim mais negligenciados, de nossos direitos humanos. (HARVEY, 2014, p.28).

Fazendo um paralelo, no livro a “Guerra dos Lugares”, de Raquel Rolnik (2015), a autora aborda o processo de financeirização global da moradia, no qual a dívida das habitações passou dos estados para indivíduos e famílias através do sistema de hipotecas. Ela explica que a privatização do estoque público de moradias transferiu ideologicamente a responsabilidade de geração de habitação, assim como os riscos de se obter o sonho da “casa própria”. Em relação às finanças globais, o capital financeiro absorveu a promoção imobiliária residencial e a habitação como propriedade em detrimento de outras formas de acesso.

Na Holanda, ONGs privadas como a Woningcorporates construíram habitações pelas cidades com subsídios públicos, aliando planejamento urbano com aluguéis controlados, o que gerou cidades pouco segregadas. Já na Espanha, durante a ditadura franquista, o estímulo à casa própria através de crédito hipotecário e isenções fiscais era uma ferramenta para dinamizar economia e promover o controle social. A partir desses casos, Raquel Rolnik conclui que a economia neoliberal globalizada controlada pelo sistema financeiro captura territórios, expulsa e coloniza espaços e formas de viver. Ao mesmo tempo, argumenta que esse processo de “despolitização” e do esvaziamento dos espaços públicos gerado pelas privatizações é questionado justamente nas manifestações que acontecem nas ruas e trazem de volta a vida nesses espaços.

Essa discussão é pertinente ao centro de São Paulo e especialmente à área estudada, que é marcada por disputas de território entre diferentes agentes e projetos de reestruturação que terminam em remoções forçadas. Para reduzir essas discrepâncias, Harvey (2014) sugere um controle democrático sobre a produção do excedente e o uso dele na urbanização, mas para isso os governos deveriam ter poder de regulação mais rígida do mercado imobiliário; corroborando com Henry Lefebvre (1999), que afirma que a revolução de nossa época tem de ser urbana – ou não será nada.

Figura 8: Linha do tempo dos projetos para a região da Luz. Fonte: a autora

Por ser uma área muito discutida, a região próxima a Estação da Luz já foi objeto de estudos e de muitas propostas e planos urbanísticos (Figura 8). É possível perceber diferentes soluções para a área, que divergem entre soluções “Arrasa Quarteirão” e outras que envolvem um Processo Participativo de implementação.



O Projeto Nova Luz, encabeçado pela prefeitura de São Paulo na gestão Kassab para essa região visava à “valorização dos prédios históricos, reforma das áreas livres públicas, criação de espaços verdes e de lazer e melhoria do ambiente urbano da região” (São Paulo, 2011). Porém a falta de participação popular e de clareza na concepção desse projeto foi o que encadeou diversas manifestações que levaram ao engavetamento do projeto.

2. Campos Elíseos Vivo

Como resposta ao fracasso do projeto Nova Luz que, apesar de sua consistência como plano urbano em relação ao PDE não foi colocado em prática, o Coletivo Fórum Mundaréu da Luz criou um projeto que pretende uma aproximação ao território a partir de um processo participativo, ou seja, de baixo para cima.

Esse por sua vez se estruturou a partir de um amplo processo de consulta por meio da escuta das necessidades e dos desejos da população local do bairro Campos Elíseos, que culminou num projeto amplo de construção coletiva chamado Campos Elíseos Vivo.

O projeto contou com a atuação e participação de companhias e coletivos culturais, organizações que atuam no campo da saúde mental, universidades (por meio de laboratórios e escritórios-modelo de arquitetura e urbanismo, história social e psicologia), ONGs com atuação em políticas urbanas e de assistência social, dentre outros grupos. As atividades objetivaram conhecer e tornar visíveis as pessoas atingidas por intervenções por parte dos governos

municipal e estadual de São Paulo – que, inclusive com uso da violência, pretendem expulsar quem atualmente ocupa a região e compreender a diversidade de situações ali presentes. (Fórum aberto Mundaréu da Luz, 2018)

O Fórum Aberto Mundaréu da Luz reúne instituições e pessoas das mais diversas áreas do conhecimento que atuam na região da Luz, em São Paulo. Esse coletivo se desenvolveu como frente de reação às ações violentas e autoritárias do poder público na região. Atualmente, o coletivo trabalha no Campos Elíseos Vivo[6], projeto urbanístico e social que propõe uma nova forma de viver e trabalhar no bairro, sem a violência de remoções e demolições.

Esse projeto começou como uma contraproposta aos projetos de grandes infraestruturas e habitações PPP ao redor da Igreja Coração de Jesus. Propõe-se primeiramente uma imersão no território, um estudo do patrimônio material e imaterial da região, e a compreensão da situação habitacional precária e das vulnerabilidades sociais das populações residentes, para que se possa reconhecer num mesmo plano, tanto a arquitetura local como a população local, sem perder de vista a necessidade de desenvolvimento urbano da cidade.

Para isso, o trabalho foi dividido em distintas frentes (moradores, comerciantes e o “fluxo”), para que a complexidade da questão contemplasse várias perspectivas e disciplinas diferentes. Se organizou a partir de uma imersão na área para se conhecer as populações que ali vivem e suas demandas. Ao mesmo tempo, as equipes dedicaram-se a analisar as potencialidades urbanísticas e construtivas da região a partir da escala do bairro, das quadras e das edificações. De posse desses dados, organizaram-se três eixos de atuação que contemplam as diferentes modalidades de atendimento: o eixo morar e trabalhar, o eixo amar e cuidar e o eixo estar na rua e conviver, resultando desse processo propostas de tipologias de projeto e estratégias econômicas e financeiras para sua viabilização (Fórum Mundaréu da Luz, 2018).

Como o projeto teve sempre a intenção de ser participativo, pode-se perceber a diversidade da área a partir da conversa com os locais. Foi levantada uma grande diversidade de tipologias habitacionais e modalidades de acesso à moradia, como os hotéis sociais, pensões, cortiços. E, por ser tão heterogênea, não se percebeu na área uma liderança ou uma comunidade consolidada, o que torna ainda mais difícil a tentativa de unir todos os habitantes e comerciantes da região em um mesmo plano urbano.

Em 2017, o coletivo realizou um levantamento dos moradores das quadras 36, 37 e 38 do bairro Campos Elísios, situadas no quadrilátero

6. Cf. <
https://mundareudaluz.files.wordpress.com/2018/04/miolo_caderno-plano-alternativo-luz-r07-2018-04-02.pdf> (Acesso em 03/04/2018).

Figura 9: Quadras de intervenção do Mundaréu da Luz. Fonte: Relatório do Mundaréu da Luz, 2018.

entre as ruas: a Avenida Rio Branco, a Rua Helvétia, a Alameda Cleveland e a Alameda Gleite, para realizar a proposta de projeto Campos Elísios Vivo (Figura 9). O estudo apontou que todas famílias tinham um rendimento mensal de no máximo 3 salários mínimos, e algumas dessas não possuíam rendimentos fixos, o que dificultava o pagamento de despesas permanentes. Os aluguéis variavam entre R\$ 400 e R\$ 700, ou seja, entre 45% e 75% de um salário mínimo naquele ano. Além disso, alguns indivíduos e núcleos familiares alugavam quartos ou camas por dia, semana ou mês. Porém, foram encontradas muitas pessoas que habitavam a área há muitos anos, ou seja, muitos moradores permanentes. O estudo chamou a atenção para a diversidade de tipologias e arranjos familiares.



Muitas das famílias vivem em moradias com condições inadequadas em termos de salubridade. Tais famílias sujeitam-se a essas condições porque morar no centro representa uma alternativa ao destino da periferia geográfica das camadas de baixa renda na cidade de São Paulo, e pela possibilidade de morar próximo ao emprego. Em relação à oferta de empregos, nas quadras onde se realizou o levantamento, existem muitos estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços e grande parte das atividades realizadas nesses estabelecimentos são as fontes de trabalho e renda de quem mora na região.

A conclusão do levantamento sobre os moradores indicou que um projeto para aquela região precisa incluir um programa articulado de uso habitacional, variando não só as tipologias habitacionais, como o acesso a elas, atendendo as demandas por moradia de baixo custo e a transitoriedade de algumas famílias (Figura 10).



Figura 10: Gráfico apresentado pelo Fórum Mundaréu da Luz, no caderno de apresentação do projeto Campos Elísios Vivo. Fonte: Relatório do Mundaréu da Luz, 2018

Figura 11: Croqui da Estação da Luz. Fonte: a autora

uma nova dinâmica para o bairro.

Tendo em vista o conceito de Direito à Cidade e as ferramentas urbanísticas possíveis, podemos ter como exemplo a iniciativa do Fórum Aberto Mundaréu da Luz como um projeto realizado de forma participativa e que é parte de diversos movimentos importantes de permanência e de reocupação da população mais pobre nos territórios de disputa, como é por exemplo, o centro de São Paulo.

O projeto pretende corresponder a essa demanda por moradia transitória de baixo custo ao mesmo tempo em que preserva as tipologias arquitetônicas existentes. Propõe uma intervenção sobre as áreas vazias e subutilizadas, com edifícios que mantêm a morfologia do bairro, com fossos, pátios, terraços, construções geminadas e que refletem o modo de viver na área com espaços de trabalho compartilhado, espaços de convivência e áreas de uso comercial. A proposta principal é a produção habitacional que não envolva demolições e remoções. É importante ressaltar a importância de documentos como o Plano Diretor e o Plano Municipal de Habitação na proposição de projetos, para que se tenha em vista os instrumentos urbanísticos que podem ser utilizadas na produção habitacional para a população de baixa renda.

Conclusões

Conclui-se que a região da “Cracolândia” e as populações vulneráveis no centro de São Paulo são resultado do processo de abandono do centro e de diversos outros conflitos na metrópole. Ou seja, não é um caso isolado e deve ser aprofundado e considerado nos estudos e planos sugeridos para a área central. É importante que se atenda a demanda por habitação social de qualidade e moradia de baixo custo para toda a diversidade possível de moradores. Além disso, é necessário levar em conta as potencialidades da área central no aspecto cultural, histórico e de infraestruturas da cidade, trazendo



Referências

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana.* São. Paulo: Martins Fontes, 2014. Trad. Daniella Frabasili e Laís Bellini.

KOWARICK, Lúcio e FRÚGOLI JR, Heitor (orgs). *Pluralidade Urbana em São Paulo: Vulnerabilidade, marginalidade, ativismos.* São Paulo: Ed.34, 2016.

LEFEBVRE, Henry. *A revolução urbana.* Editora da UFMG, 1999. Trad. Sérgio Martins

ROLNIK, Raquel. *Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças.* São Paulo, Boitempo, 2015.

SÃO PAULO, Prefeitura Municipal de. *Projeto Nova Luz, Projeto Urbanístico Específico*, 2011. Acesso pelo sítio: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/arquivos/nova_luz/201108_PUE.pdf

***Carolina Mello Cotrim-Ferreira** é graduada em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie, com intercâmbio na Faculdade de Arquitetura da Universidade KU Leuven, Ghent - Bélgica, Master Internacional: Resilient and Sustainable Strategies.

***Afonso Celso Vanoni de Castro** é doutorando em andamento em Arquitetura e Urbanismo. Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestrado em Engenharia Civil Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP. Graduação em Arquitetura e Urbanismo PUC Campinas. Atualmente docente na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo na Universidade Presbiteriana Mackenzie.

O fechamento de equipamentos públicos como uma camada de segregação socioespacial em Curitiba

The closing of public facilities as an addition for spatial segregation in Curitiba

Simone Aparecida Polli, Alessandro Lunelli e Carolina Gama*

Resumo

Os equipamentos públicos sociais são fundamentais para o atendimento à população de baixa renda, servindo de suporte essencial à reprodução da vida, ao acesso a direitos, além de serem componentes importantes no ordenamento dos bairros. Eles representam pontos nodais de centralidade nos bairros, servindo como elementos de referência no cotidiano dos moradores. Em Curitiba, durante os anos de 2016 a 2018, observou-se uma série de ações da Prefeitura Municipal que ameaçava, fechar ou privatizar equipamentos de saúde e assistência social. O Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba catalogou esses protestos ao longo dos anos, observando as ações da população, Ministério Público, sindicatos e conselhos de classe, contra o sucateamento dos equipamentos públicos na cidade. Este artigo tem como objetivo fazer uma análise espacial da localização desses equipamentos públicos sociais em relação a indicadores do IBGE e do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba. Confrontando essas informações, chegou-se à conclusão de que o fechamento desses equipamentos sociais representa, além do não atendimento dessa população, o fortalecimento dos processos de segregação socioespacial produzidos pelo planejamento urbano, evidenciando ainda mais o mito em torno da cidade dita modelo.

Palavras-chave: Equipamentos públicos; segregação socioespacial; análise espacial; Curitiba

Abstract

Public facilities are fundamental to the reception of the low-income population, serving as an essential support to the maintenance of life and to the access to fundamental rights, in addition to being important components on a neighborhood spatial planning. They also serve as reference elements in the daily life of the residents. In Curitiba, Brazil, between the years of 2016 to 2019, we observed a series of actions from the mayor office that threatened to shut down or privatize health and social assistance facilities. The Curitiba Urban Conflicts Observatory catalogued these actions, observing movements from the population, the public prosecution agency, trade unions and professional councils against the public facilities scrapping. This article has as its main objective to make a spatial analysis of the facilities in relation to Brazilian Institute for Geography and Statistics (IBGE) and Curitiba's Institute of Research and Urban Planning (IPPUC) indicators. Cross-referencing these data, it concluded that the enclosure of the public facilities, in addition to the abandonment of population they used to serve, reinforces the socio-spatial segregation brought up by the urban planning processes, exposing the myth around Curitiba as a "model city".

Keywords: Public facilities; socio-spatial segregation; spatial analysis, Curitiba



1. Contextualização

Os equipamentos públicos comunitários são fundamentais para o bem-estar social e desenvolvimento da cidade, contribuindo para a construção da cidadania de seus habitantes, possuindo ainda, grande potencial de ordenamento urbano, além de marcarem o atendimento social público do Estado.

Em Curitiba[1], durante os anos de 2016 a 2018, o Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba catalogou 17 notícias[2] de denúncias sobre vários equipamentos de saúde e assistência social públicos municipais sob ameaça de fechamento ou privatização, numa justificativa de contenção de despesas (POLLI; LUNELLI; MORAIS, 2019). Essa ação paralisaria alguns programas sociais especiais de atendimento nos bairros, seguindo o direcionamento das políticas nacionais, a partir de argumentos como a crise econômica e o contingenciamento do orçamento a nível federal que tem rebatimento na escala municipal. Para a prefeitura de Curitiba os serviços poderiam ser feitos por outros equipamentos sem comprometer o atendimento. Observou-se também que as ameaças de fechamento não eram casos isolados e tinham certa permanência no tempo, estendendo-se de 2016 a 2018. Pelas notícias tabuladas, foram contabilizados 15 equipamentos com ameaça de fechamento, durante as gestões de Gustavo Fruet (PDT, 2013-2016) e Rafael Greca (PMN, 2017-2020).

Nesse período, diversos protestos dos moradores foram catalogados, opondo-se ao sucateamento da saúde e da assistência social em Curitiba, com ações coletivas em frente às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) ameaçadas de fechamento ou privatização. Também houve ações de bloqueios em rodovias com queima de pneus, além do posicionamento contrário do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba (SISMUC) e do Ministério Público do Paraná (MPPR) ao fechamento de sete Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) do município, que representaria o desamparo de 24.810 famílias (MPPR, 2018).

Em 2016, as manifestações reivindicavam a abertura da Unidade Básica de Saúde Jardim Aliança, localizada no bairro Santa Cândida, que estava fechada e não havia sido finalizada, pois a construtora responsável não recebeu os repasses necessários do governo do Estado. A manifestação partiu dos moradores, que trancaram ruas e queimaram pneus perto da Unidade de Saúde (CARRANO, 2016). Na época, a Secretaria Municipal de Saúde (SMS) afirmou que o problema estava nas verbas que não foram repassadas pelo governo do Estado (Beto Richa - PSDB), via Secretaria Estadual de Saúde (CARRANO, 2015). Esse embate aponta que o não atendimento também está associado a disputas políticas de partidos com legendas opostas.

Já em 2018, as manifestações explodiram após o anúncio do fechamento de sete unidades do Centro de Referência à Assistência Social e três Unidades de Atendimento Social. Isso provocou

1. O Observatório de Conflitos Urbanos é uma rede de pesquisa nacional e internacional que envolve vários grupos de pesquisa. Trabalha com um banco de dados, o MapCon, que busca catalogar os protestos e manifestações de Curitiba e Região Metropolitana.

2. As notícias referem-se a manifestações populares contra o fechamento dos equipamentos públicos, veiculadas em diversos jornais da cidade de Curitiba.

3. O QGIS permite a criação, visualização, edição e análise de dados georreferenciados.

contestação do Sindicato dos Servidores Municipais de Curitiba, que pressionou a prefeitura e, junto ao Ministério Público do Paraná, realizou audiências que discutiram o tema em cada unidade afetada. Segundo a presidente da Fundação de Ação Social (FAS), a medida garantiria um reordenamento no atendimento dos CRAS e continuaria dentro das exigências legais (OLIVEIRA, 2018).

De acordo com o Plano Municipal de Assistência Social de 2018, a prefeitura se comprometeu com a “promoção e ampliação do acesso das famílias e pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social aos benefícios e serviços socioassistenciais” (CURITIBA, 2018, p. 34), o que não é condizente com a tentativa de fechamento de equipamentos de assistência social.

O objetivo deste artigo é efetuar uma análise espacial dos equipamentos com ameaça de fechamento a fim de entender os efeitos da ocorrência de tais fechamentos no território. Para tanto, este artigo apresenta as seguintes questões norteadoras: onde estão localizados os equipamentos públicos com ameaça de fechamento? A que população da cidade atendem? Em relação aos serviços que prestam, são equipamentos importantes? Por que estes foram os escolhidos pela prefeitura?

Parte-se da hipótese que o fechamento desses equipamentos sociais urbanos aponta, além do não atendimento social à população, que as ações do poder público têm um caráter de classe, isso é, atingem diretamente aqueles que já são mais vulneráveis e dependentes de serviços públicos, ampliando a desigualdade e segregação em setores específicos da cidade.

Como metodologia, este artigo utilizou o banco de dados do Mapeamento de Conflitos (MapCon), sistema que busca catalogar e registrar, por meio da coleta diária das notícias nos meios de comunicação de massa, os protestos que ocorrem na região Metropolitana de Curitiba, a fim de entender os processos relacionados aos conflitos urbanos, sua localização e distribuição na cidade e como isso afeta a dinâmica urbana[3].

Os dados foram inicialmente coletados no MapCon e na sequência foram confirmadas suas fontes e localização em visitas de campo, o que gerou subsídios para produção, no software QGIS, dos mapas de localização dos equipamentos sob ameaça de fechamento ou privatização. A localização foi, então, cruzada com dados municipais e censitários, agregados territorialmente em 2.395 setores na cidade de Curitiba. Esses foram selecionados em categorias de modo a evidenciar os aspectos socioeconômicos da população nas áreas adjacentes aos equipamentos, gerando mapas complementares.

Foram feitas entrevistas com Irene Rodrigues, coordenadora do SISMUC à época dos conflitos, e Denise Colin, assessora da subprocuradoria-geral de Justiça para Assuntos de Planejamento

Institucional do Ministério Público do Estado do Paraná (MPPR). Foram consultados os documentos oficiais da Prefeitura Municipal de Curitiba e a liminar do Tribunal de Justiça em pedido formulado contra o fechamento dos equipamentos de Assistência Social pelo MPPR (2018). A partir do referencial teórico levantado e dos mapas produzidos, foram feitas as análises espaciais do atendimento nos bairros.

Curitiba: planejamento, desigualdade e segregação

A história do planejamento urbano de Curitiba, de maneira sintética, é polarizada por dois pontos de vistas: (i) o primeiro corresponde à visão oficial do grupo técnico político responsável pela implantação e continuidade do modelo, que considera Curitiba como cidade exemplar do país; (ii) o segundo grupo é formado por autores que passam a questionar esse modelo construído na década de 1970, considerado exitoso no planejamento urbano a partir de pontos de vistas distintos, seja pela questão habitacional (ALBUQUERQUE, 2007), pela ambiental (FRÓES, 2018), pelo planejamento urbano (OLIVEIRA, 2000) e pela segregação socioespacial (PILLOTO, 2010).

Os dados apresentados em pesquisas como de Albuquerque (2007) mostraram que a habitação, por exemplo, foi uma lacuna no tratamento da cidade, justamente porque era necessário encobrir alguns dados para que a noção do modelo se fortalecesse. Também Sanchez (2001), mostra que por meio do *city-marketing* foi vendido um modelo que implicitamente sugere a existência de uma vida de classe média para todos os habitantes, mas que na verdade consolida-se em apenas partes da cidade. Em relação a esse processo, a autora afirma que o espaço urbano é marcadamente contraditório: a destacada “qualidade de vida”, o “padrão urbanístico inovador” e os equipamentos urbanos que deram notoriedade ao chamado “modelo-Curitiba” concentram-se nas áreas centrais e nobres, em detrimento de extensa periferia desprovida de infraestrutura, interna e externa ao município, evidentemente distante do modelo. Segundo Sanchez (1993):

Tal ideologia difundida é capaz de alcançar certa hegemonia em torno da cidade que deu certo, porém longe de expressar uma conquista da sociedade, pode ser interpretada como uma imposição que anula ou apaga outras leituras possíveis da cidade e das transformações em curso (SANCHEZ, 1993, p.164).

Segundo Villaça (2001), nas metrópoles brasileiras há segregações das mais variadas naturezas, principalmente de classe, etnia e nacionalidade. Porém, a que possui implicações mais profundas sobre

a estrutura urbana é a segregação por classe social. Esse processo é frequentemente reconhecido pelo padrão “centro x periferia”, em que o centro, provido da melhor infraestrutura e maioria dos serviços urbanos, públicos e privados, é ocupado pelas classes de mais alta renda. A segunda, subequipada e distante, é ocupada predominantemente pela população de baixa renda. Assim, o espaço atua como mecanismo de exclusão.

No entanto, o autor demonstra que os padrões de segregação das metrópoles brasileiras não podem ser explicados apenas por esse modelo, pois “a segregação é um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes regiões gerais, ou conjuntos de bairros da metrópole” (VILLAÇA, 2001, p.142). Ela decorre da disputa entre as classes sociais pelas melhores ou mais valiosas localizações da cidade que elas próprias criam e se relaciona também em torno das vantagens e desvantagens do espaço urbano (VILLAÇA, 2001). Já Castells conceitua a segregação socioespacial como uma “[...] tendência à organização do espaço em zonas de forte homogeneidade social interna e com intensa disparidade social entre elas, sendo esta disparidade compreendida não só em termos de diferença, como também em hierarquia” (CASTELLS, 1983, p.210).

Voltando à história do planejamento urbano, Curitiba teve seu primeiro plano diretor em 1940, conhecido por Plano Agache. Segundo Garcez (2006), a setorização do espaço foi característica marcante desse plano. Foram criados vários centros, divididos em setores da cidade: o centro administrativo; centro comercial e social; centros de abastecimento; zona industrial (à época, no Rebouças); centro esportivo; estação rodoviária; centro de instrução e o centro militar, além de áreas de recreação e lazer, organizado num sistema radial de malha urbana. Porém, o Plano Agache logo se tornou obsoleto e foi abandonado por não prever o aumento da massa populacional (GARCEZ, 2006) e, ao definir rígidas setorizações na cidade, o plano excluiu parcela da população que não se encaixa nessas definições.

Em 1966 foi elaborado o Plano Preliminar de Urbanismo, pensado por Wilhelm com o Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUC), que previa a abertura dos eixos estruturais e a inauguração do novo sistema de transporte. A ideia consiste no planejamento por níveis de adensamento: quanto mais próximo das linhas de transporte coletivo, o Bus Rapid Transit (BRT), mais se poderia adensar e verticalizar, com as permissibilidades diminuindo gradativamente por zona, até a menos adensada e horizontal. Logo, essas regiões adensadas, chamadas de eixos estruturais, recebiam maior infraestrutura, como equipamentos urbanos e públicos. Foram implantados, na década de 1970, os eixos norte-sul (Santa Cândida – Capão Raso) e leste-oeste (Centenário – Campo Comprido).

Segundo Polucha (2010), o estabelecimento das estruturais causou a elevação do preço da terra nessas áreas, fazendo com que eles se tornassem também eixos de valorização imobiliária. Albuquerque (2007) complementa ainda que os eixos são funcionais à segregação, pois possibilitam a interligação das áreas periféricas à área central de maneira eficiente. Segundo Sanchez (1993), a imagem da cidade foi produzida a partir da seleção de partes do espaço urbano: no caso de Curitiba, os eixos estruturais e obras icônicas, que aparecem como referências expressivas da totalidade urbana da metrópole.

Nas proximidades dos eixos estruturais houve um enorme investimento por parte da prefeitura na execução da infraestrutura urbana, com o objetivo de induzir uma determinada ocupação do espaço, o que beneficiou uma pequena parcela da população. Para Pilloto (2010), é importante ressaltar que não foi a legislação urbanística simplesmente, ou o Plano Diretor, que guiou o adensamento e verticalização dos Setores Estruturais. As porções dos Setores Estruturais que sofreram verticalização estão localizadas em áreas de interesse das camadas de alta renda e, conseqüentemente, do setor imobiliário.

Polucha (2010) afirma que o processo de consolidação da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), na década de 1970, também foi um processo que produziu segregação socioespacial, impulsionando a urbanização da porção oeste da cidade. Primeiro, porque parte da classe trabalhadora passou a se concentrar perto de indústrias, com a implantação de conjuntos habitacionais da Companhia de Habitação (COHAB-CT) e a consolidação de ocupações informais na região do CIC. Segundo, devido à ligação facilitada do CIC ao centro, por meio do eixo viário da Conectora 5, mais tarde denominada de Nova Curitiba-Ecoville, que concentrou apenas investimentos em edifícios residenciais de alto padrão destinados às classes altas da cidade. Assim, as camadas mais pobres assentaram-se sobretudo na porção sul, longe dos Eixos e sem acesso às infraestruturas. Essa visão é apoiada por Albuquerque (2010), pois a versão de Curitiba que é representada na imagem síntese da cidade corresponde concretamente às porções nobres do território que são atendidos de serviços e infraestrutura.

De acordo com Villaça (2001), é a segregação socioespacial que contribui para aprofundar a maneira como a cidade capitalista é apropriada pelos agentes sociais, na medida em que há uma tendência das elites a ocupar (e construir) um determinado local da cidade, estigmatizando as áreas de concentração de pobreza. Segundo o autor “[...] os bairros das camadas de mais alta renda tendem a se segregar numa mesma região geral da cidade, e não a se espalhar aleatoriamente”. Assim, para ele, a segregação “é um processo dialético, em que a segregação de uns provoca ao mesmo tempo e pelo mesmo processo, a segregação de outros” (VILLAÇA, 2001, p.147-148).

Em suma, a segregação como um meio de dominação via espaço é um “processo necessário à dominação social, econômica e política” (VILLAÇA, 2001, p.150), em que a classe dominante controla a produção e consumo do espaço urbano: (i) na esfera econômica, através do controle do mercado imobiliário, que produz nos locais onde a classe dominante deseja e (ii) na esfera política, com o controle do Estado, que se manifesta no espaço urbano através do controle da localização da infraestrutura urbana, da localização de aparelhos do Estado e da legislação de uso e ocupação do solo. Fica evidente, assim, o papel fundamental do Estado nesse cenário, que pode acentuar a segregação socioespacial no espaço urbano (VILLAÇA 2001). Dessa forma, o planejamento urbano pode ser caracterizado como uma forma de segregação programada (LEFEBVRE, 2001) onde o Estado, com suas representações do espaço, colabora na produção de desigualdades.

Para Polucha (2010) e Albuquerque (2007), as intervenções propostas pelo planejamento urbano de Curitiba valorizaram o espaço urbano nas áreas infraestruturadas, elevando seu preço e com isso acentuando a segregação socioespacial. Assim, as intervenções urbanas construíram um espaço urbano qualificado em algumas porções, restringindo o acesso à terra urbana por parte da população que não tem condições de pagar.

2. Os equipamentos com ameaça de fechamento: o que isso representa para os moradores?

Em 2016, a comunidade do Jardim Aliança, no Bairro Santa Cândida, denunciou a paralisação das obras da Unidade de Saúde local. Em 2018, Irene Rodrigues, coordenadora do SISMUC, afirmou que as medidas de “reordenamento” propostas por Rafael Greca fazem parte de uma decadência no setor de assistência social por parte da gestão, trazendo desconforto à população desassistida (RAMIRES, 2018).

Segundo a Prefeitura Municipal de Curitiba, o atendimento nas UPAs prioriza os pacientes em quadro de emergência ou urgência, em situações graves ou risco de morte, enquanto as Unidades Básicas de Saúde (UBS) atendem casos cotidianos, com acompanhamento médico e atendimento integral (CURITIBA, 2017). Já o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) organiza as ações da assistência social em dois tipos de proteção social: a Proteção Social Básica, que objetiva prevenir riscos sociais e pessoais através da oferta de programas, projetos, serviços e benefícios a indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; e a Proteção Social Especial que, por sua vez, é destinada aos indivíduos que já se encontram em situação de risco e que tiveram seus direitos violados – em situação de abandono, maus-tratos, abuso sexual e uso de drogas, por exemplo (BRASIL, 2005).

Em nível municipal, em Curitiba, a Proteção Social Básica é representada pelos Centros de Referência da Assistência Social

(CRAS), destinados à população em situação de vulnerabilidade social e, vinculadas a esses equipamentos, estão as Unidades de Atendimento, ampliando o alcance e abrangência dos serviços oferecidos (CURITIBA, 2016). O Sistema Único de Assistência Social (SUAS) foi implantado em Curitiba em 2005, com a criação de 17 CRAS, como parte da organização e articulação do SUAS. Em 2006, surgiram as Unidades de Atendimento. Em 2010, somados, eram 45 CRAS e Unidades de Atendimento, responsáveis pelo cadastro único para programas sociais do Governo Federal, por atendimento e acompanhamento familiar e ações comunitárias, dentre outras atividades.

Segundo a Política Nacional de Assistência Social (2004, p.35), o CRAS “abrange um total de até 1.000 famílias por ano [...] atuando com famílias e indivíduos em seu contexto comunitário, visando a orientação e o convívio sociofamiliar e comunitário”. A Prefeitura Municipal de Curitiba, dessa forma, argumentou ter mais equipamentos do que o previsto por lei: a cidade possuía, então, 45 equipamentos em funcionamento, quando pelo número da população o atendimento poderia se fazer em 36 deles (MPPR, 2018). Em 2017, foi então anunciado pela Prefeitura Municipal de Curitiba o fechamento de sete CRAS e quatro unidades de atendimento.

Esse é o primeiro argumento utilizado pela gestão para justificar o fechamento dos equipamentos. Ainda, a prefeitura alega a necessidade de cortes no orçamento, contingenciamento de recursos e a falta de colaboração e repasse dos demais entes federados. Esse último, também foi o argumento utilizado para o não funcionamento da US Jardim Aliança (MPPR, 2018).

Em agosto de 2017, foi elaborado pela prefeitura um questionário, preenchido pelos coordenadores de CRAS, gerentes e supervisores regionais. Utilizando dados do Cadastro Único, a pesquisa entre os coordenadores de CRAS e gestores e informações dos relatórios mensais de atendimento, foi construído o Diagnóstico Situacional dos CRAS, que identificou alterações na demanda, nas áreas de vulnerabilidade e nos atendimentos realizados por esses equipamentos. O diagnóstico identificou, ainda, o custo dos equipamentos e a equipe de cada unidade. Com as informações obtidas, foram estabelecidos pesos[4] que resultaram na classificação dos CRAS existentes por níveis de prioridade: muito alta, alta, média, baixa e muito baixa (MPPR, 2018).

A partir dos resultados desse estudo interno, a prefeitura constatou que a demanda atendida por alguns CRAS poderia ser direcionada para outros equipamentos, considerando-se proximidade, capacidade de atendimento, abrangência do território e infraestrutura. Assim, foi proposta a transferência de atividades de sete CRAS e quatro unidades de atendimento (MPPR, 2018).

Esta alteração na rede de unidades de proteção social básica foi

4. O cálculo estabeleceu alguns pesos: a dimensão relacionada à infraestrutura (peso 1), a dimensão do território (peso 3) e a dimensão dos atendimentos (peso 2), que subsidiaram a tomada de decisão da Prefeitura.

5. Informação verbal por meio de entrevista concedido aos autores por Denise Colin em 24 de junho de 2019.

contestada por usuários do CRAS, bem como associações de moradores, conselheiros tutelares, que procuraram o MPPR. Por sua vez, o órgão ajuizou uma ação (MPPR, 2018), cobrando a necessidade de estudos mais profundos para embasar as decisões - para eles, os dados vieram de muitas fontes diferentes, o que coloca em xeque os parâmetros de avaliação propostos pela prefeitura[5].

Para o MPPR, a prefeitura de Curitiba fez um estudo genérico para subsidiar a tomada de decisão de quais equipamentos seriam fechados, e as informações previstas no Diagnóstico Situacional utilizaram basicamente a variável renda. No processo judicial, o MPPR sustenta que a utilização de dados do Cadastro Único para programas sociais para justificar proposta de reordenamento não é suficiente, ressaltando que esses não se referem à totalidade da população, tendo em vista que o referido cadastro depende da procura espontânea e/ou da busca ativa das famílias para sua efetivação, não sendo um dado substancial que possa justificar o fechamento dos equipamentos (MPPR, 2018). Ainda, o MPPR alega que a prefeitura estaria privilegiando para fechamento aqueles equipamentos cujos imóveis não atendiam aos pré-requisitos solicitados pelas normativas, como “número de salas, pelo tipo de acessibilidade, e aqueles que eram alugados”; ou mesmo aqueles que eram mais distantes da malha consolidada e por isso há dificuldade por parte dos funcionários em deslocar-se até a unidade⁵.

No processo de tomada de decisão, a prefeitura não levou em consideração a gestão compartilhada, isso é, a responsabilidade que deve ser dividida entre prefeitura, estado e governo federal: cada ente federativo deve arcar com uma porcentagem dos gastos. O recurso repassado pelo governo federal está vinculado ao serviço da assistência social e não à unidade. Já o Estado do Paraná alegou já estar cumprindo sua função na ação social por meio do programa Família Paranaense em 100 municípios de extrema pobreza no Paraná, eximindo-se de contribuir com a cidade de Curitiba.

Ainda, a noção de “vulnerabilidade social” apresentada pela prefeitura não corrobora com a defendida pelo MPPR, que reconhece que o conceito envolve uma série de outros elementos, não apenas a renda (MPPR, 2018). Segundo Denise Colin, vulnerabilidade também envolve a ausência de acesso a bens, serviços e riquezas em determinado território⁵.

Em audiências públicas realizadas pela PMC e acompanhadas por técnicos do MPPR nos equipamentos com ameaça de fechamento, o órgão verificou que a FAS não estaria operando com equipes de referência mínimas para que os recursos da esfera federal pudessem ser repassados. Então, para além do contingenciamento financeiro justificado pela Prefeitura, a Fundação de Ação Social buscou uma reorganização para atender as normativas de equipe de referência ao juntar duas unidades para formar uma, por exemplo. Esse

posicionamento da prefeitura também é notado pelo SISMUC. Segundo Irene Rodrigues, “a prefeitura tem aberto uma série de excepcionalidades para diminuir custo e cumprir a legislação. Assim, ao mesmo tempo, a prefeitura não consegue comprovar que esses são os equipamentos mais prudentes para fechamento”[6].

3. Análise espacial dos equipamentos com ameaça de fechamento

Para procurar compreender de que território se trata cada equipamento com ameaça de fechamento, procurou-se traçar uma análise espacial por meio do mapeamento de dados do Censo IBGE 2010, do IPPUC e as informações obtidas e confirmadas nas notícias de jornal e no processo judicial.

Dentre os equipamentos evidenciados neste artigo, estão duas Unidades Básicas de Saúde (US), duas Unidades de Pronto Atendimento (UPAs), e 11 equipamentos ligados à assistência social, divididos entre Centros Regionais de Assistência Social (CRAS) e Centros de Atendimento. As Unidades de Saúde (US) Jardim Aliança, localizada no bairro Santa Cândida, e Bom Pastor, localizada no Vista Alegre, são os casos em que se observou a subutilização[7] do equipamento. Ainda foram catalogados conflitos referentes às Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) Campo Alegre, na Cidade Industrial de Curitiba e Pinheirinho, no Capão Raso, que receberam ameaça de fechamento.

Os CRAS Sambaqui, no bairro do Sítio Cercado; Vila Hauer, no Boqueirão; Arroio e Jardim Gabinete, no CIC; Butiatuvinha, no São Braz; Portão, no Novo Mundo e Santa Rita, no Tatuquara, bem como as Unidades de Atendimento Autódromo, no Cajuru; São José do Passaúna, na Cidade Industrial de Curitiba; Terra Santa, no Tatuquara e São Fernando, em Santa Felicidade, também receberam ameaça de fechamento.

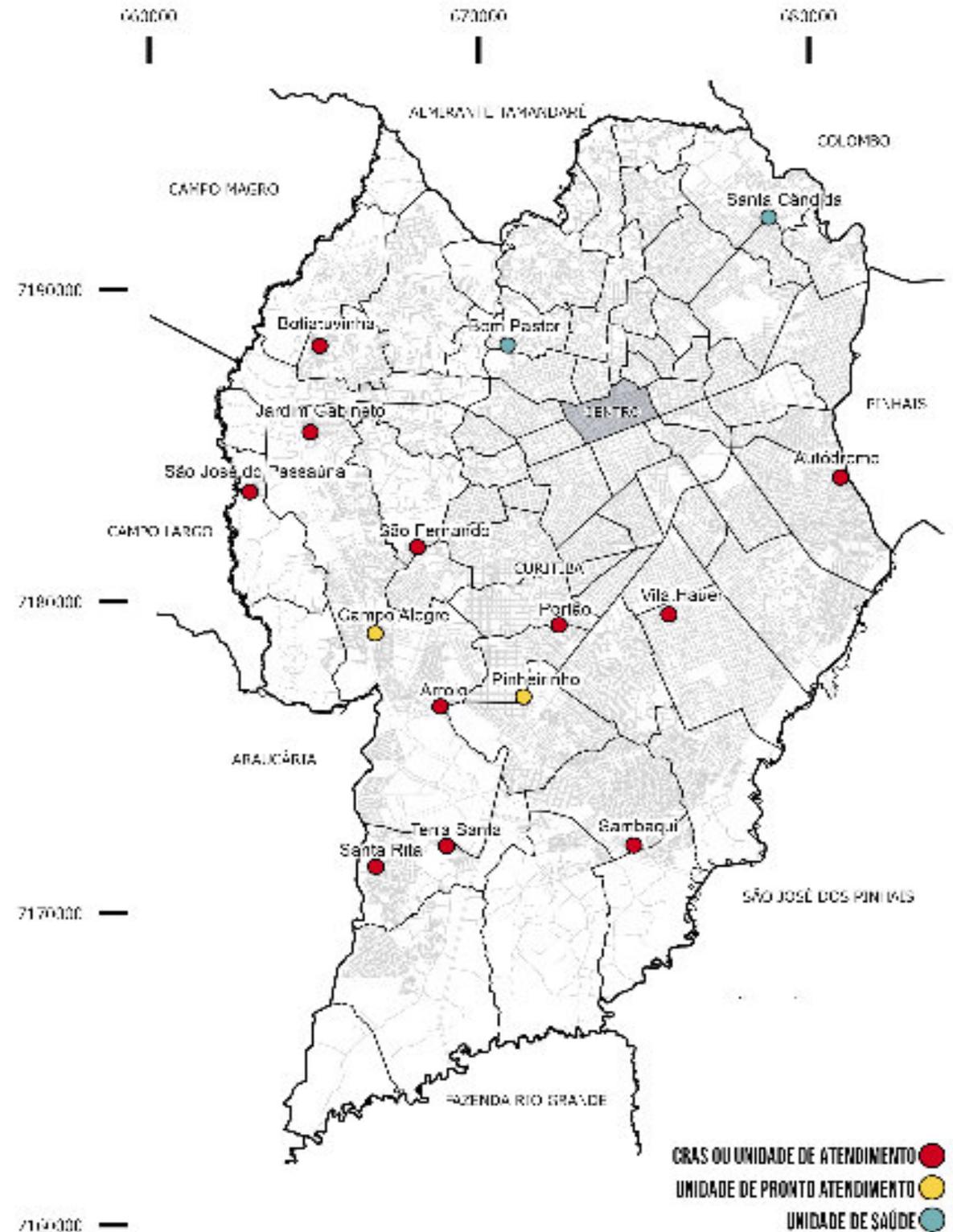
O Mapa 1 mostra quais são os equipamentos com ameaça de fechamento, tanto da Assistência Social quanto da Saúde em relação a sua localização nos bairros e na cidade de Curitiba.

Percebe-se que os equipamentos estão localizados longe do centro da cidade, concentrados em sua maioria em bairros periféricos, na porção sul e sudoeste da cidade que, como veremos nos mapas a seguir, comumente são os bairros com estrutura física, social e ambiental mais fragilizadas.

Mapa 1: Localização dos Equipamentos
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pelos autores (2019)

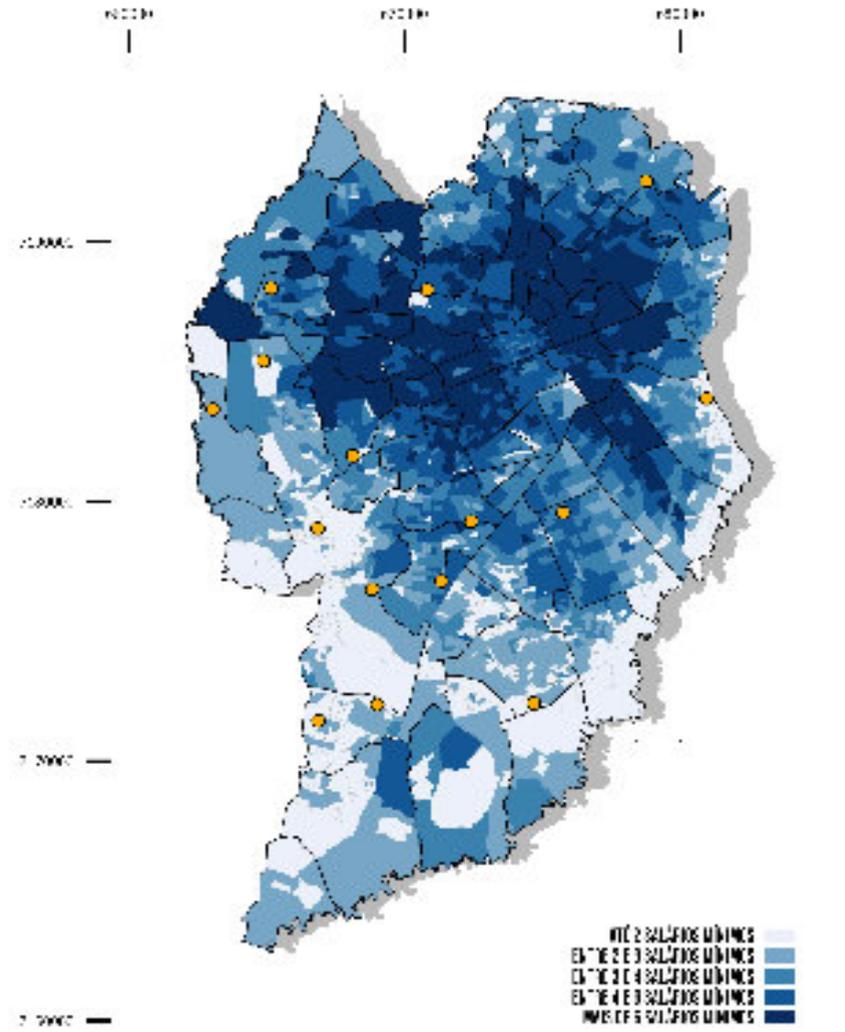
6. Informação verbal por meio de entrevista concedido aos autores por Irene Rodrigues dos Santos, em 29 de abril de 2019.

7. A subutilização pode se referir a uma série de motivos pelos quais o equipamento não opera com toda sua capacidade. A US Jardim Aliança possuía o espaço físico não finalizado, enquanto na Bom Pastor houve mudança no atendimento de saúde (passou a atender como Unidade Básica de Saúde e não mais como Saúde da Família).



O Mapa 2 estabelece a relação entre a renda per capita da população por setor censitário segundo o IBGE (2010) e a localização dos equipamentos.

Observa-se no mapa que as manchas mais escuras são onde se concentram a população com maiores rendas per capita na cidade de Curitiba e, em contrapartida, nas manchas mais claras estão as populações com as menores. Sete equipamentos pesquisados estão inseridos em áreas de Classe E, em que a renda familiar é inferior a dois salários mínimos[8], enquanto os outros oito equipamentos atendem a população das Classes C e D, em que a renda não ultrapassa quatro salários mínimos por família. Na porção sul do município, estão presentes os setores com as condições de renda mais baixas do município.



MAPA DE RENDA
SISTEMA DE COORDENADAS: UTM - PROJ. MERIDIONAL
DATUM: SIRGAS 2011

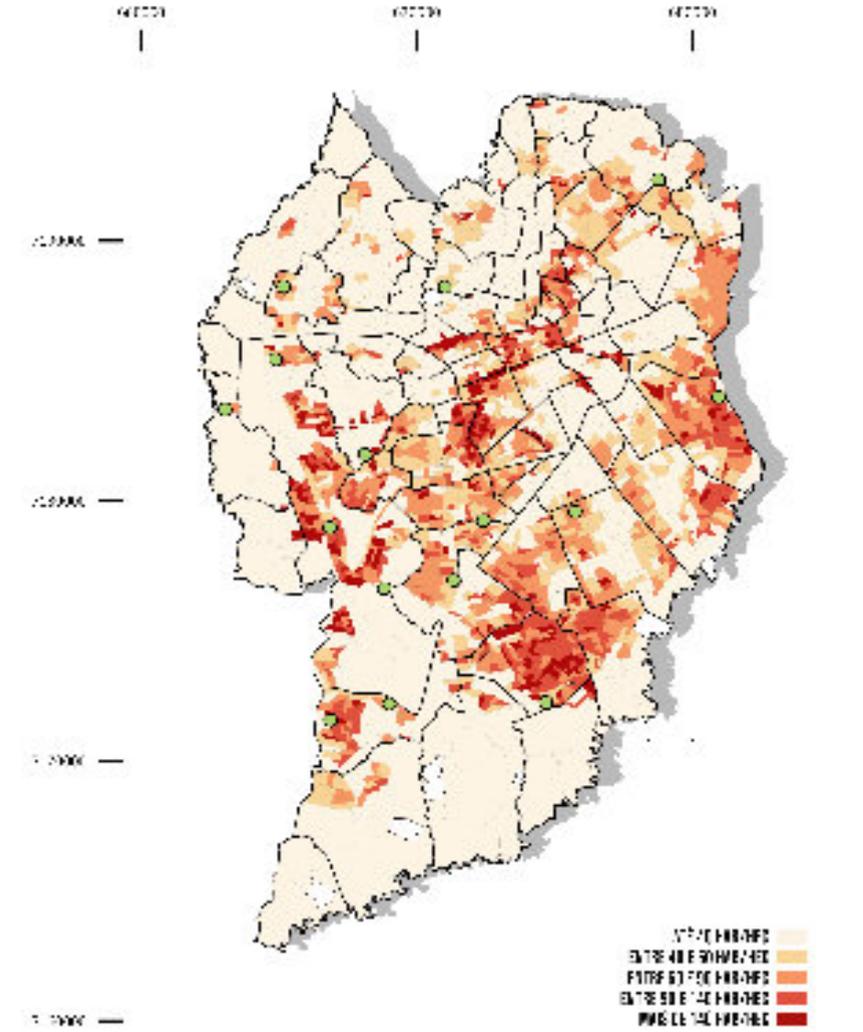
Mapa 2: Renda per capita
Fonte: IBGE (2010),
produção própria (2019)

8. O salário mínimo na época do censo era de R\$510,00 (IBGE, 2010).a capacidade. A US Jardim Aliança possuía o espaço físico não finalizado, enquanto na Bom Pastor houve mudança no atendimento de saúde (passou a atender como Unidade Básica de Saúde e não mais como Saúde da Família).

Mapa 3: Densidade Populacional
Fonte: IBGE (2010),
produção própria (2019)

Ainda, o Mapa 3 demonstra a relação da localização dos equipamentos com a densidade populacional do município por setor censitário (IBGE, 2010).

Pelo Mapa 3 é possível observar que mais da metade dos equipamentos sob ameaça de fechamento ou privatização está inserida em áreas com a maior densidade registrada, mais de 140 habitantes por hectare, o que conseqüentemente comprova sua importância em relação ao atendimento da população. Em nível de comparação, segundo o IBGE (2010), a média de densidade populacional da cidade é 40 hab/ha. E ainda, as unidades de saúde Bom Pastor e Santa Cândida, localizadas na porção norte de Curitiba, não apresentam entorno com densidade populacional alta, mas realizam atendimento à população dos municípios metropolitanos como Almirante Tamandaré e Colombo, que juntos possuem mais de 350 mil habitantes (IBGE, 2010) e não possuem um hospital.



DENSIDADE POPULACIONAL
SISTEMA DE COORDENADAS: UTM - PROJ. MERIDIONAL
DATUM: SIRGAS 2011

O Mapa 4 mostra preço dos imóveis por metro quadrado em cada bairro de Curitiba e sua relação com os equipamentos com ameaça de fechamento. Os valores foram calculados numa média de preços de imóveis no mês de abril de 2019, segundo levantamento mensal elaborado pelo portal Imovelweb.

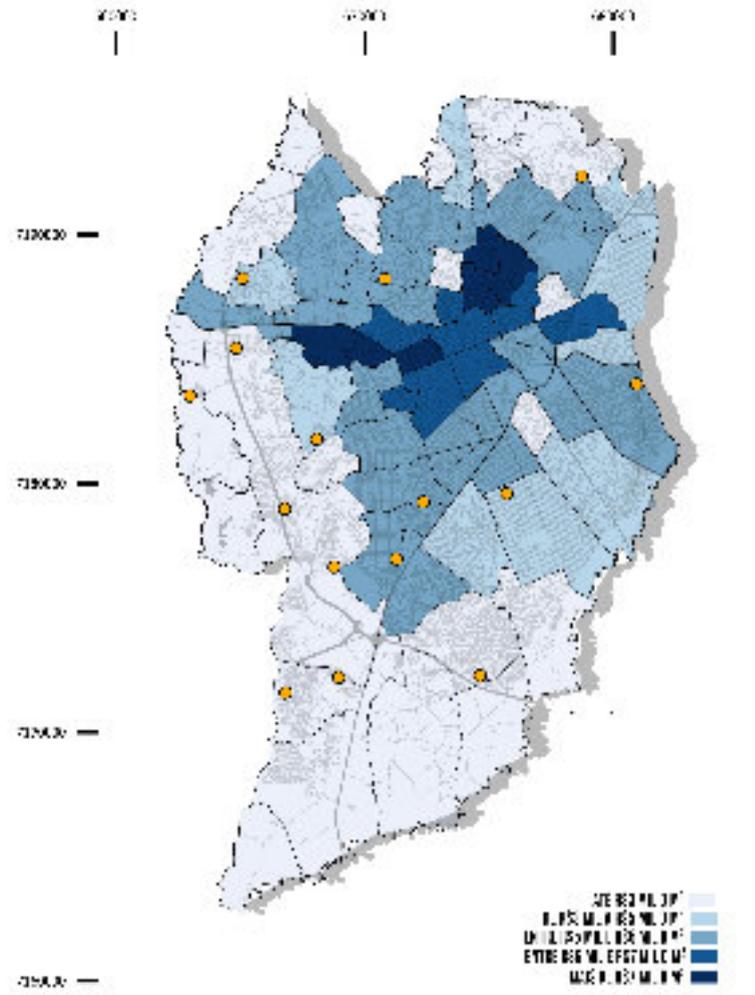
Em linhas gerais, o Mapa 4 demonstra que os equipamentos com ameaça de fechamento estão localizados nas regiões mais baratas da cidade. Nenhum deles está localizado nas áreas com preço da terra mais alto, isso é, aqueles que concentram transporte coletivo, sistema viário e infraestrutura urbana consolidada, com qualidade ambiental e urbanística.

O Mapa 5 apresenta em camadas sobrepostas as informações das ocupações irregulares (favelas, ocupações em área de preservação permanente), áreas de atuação da Companhia de Habitação de Curitiba – COHAB (empreendimentos habitacionais financiados pelo poder público), e Setor Especial de Habitação de Interesse Social (SEHIS) em relação a divisão de bairros e os equipamentos ameaçados de fechamento na cidade de Curitiba.

Analisando o mapa 5, mais uma vez observa-se que treze dos quinze equipamentos levantados estão próximos a ocupações irregulares ou áreas que receberam ações da COHAB[9]. Essa localização enfatiza que nas proximidades dos equipamentos sociais tem-se áreas com precariedade habitacional e infraestrutura urbana, no caso das ocupações irregulares, ou uma tipologia de habitações de baixo padrão, no caso de SEHIS e empreendimentos populares da COHAB.

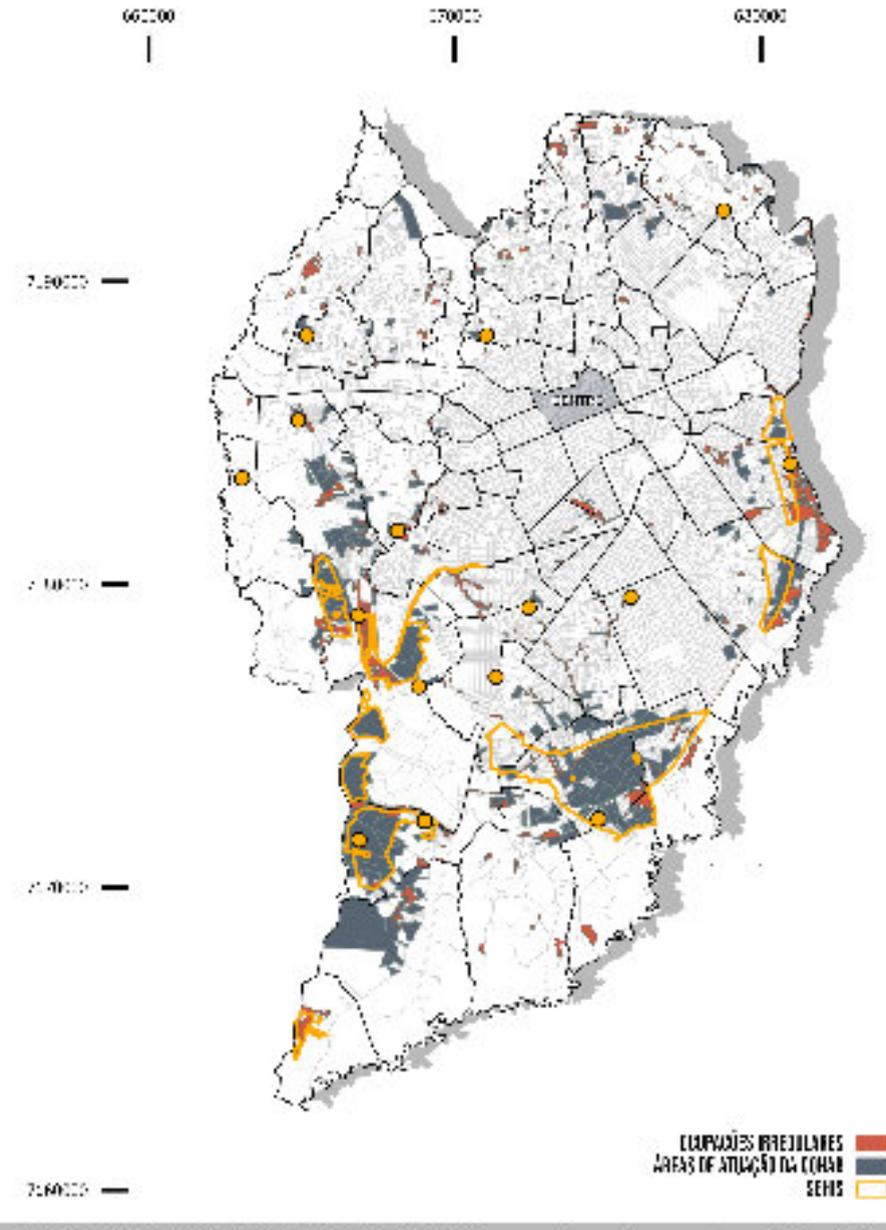
Essa localização coincidentemente, nos vários mapas analisados, indica que é uma população que, pela renda, densidade, condição da habitação, consolidação do bairro, precisa do atendimento social, e o seu fechamento simbolizará uma camada a mais de precariedade e exclusão. Ou como aponta Martins (1997), trata-se de uma inclusão

Mapa 4: Preço dos imóveis. Fonte: Adaptado de Imovelweb (2019).



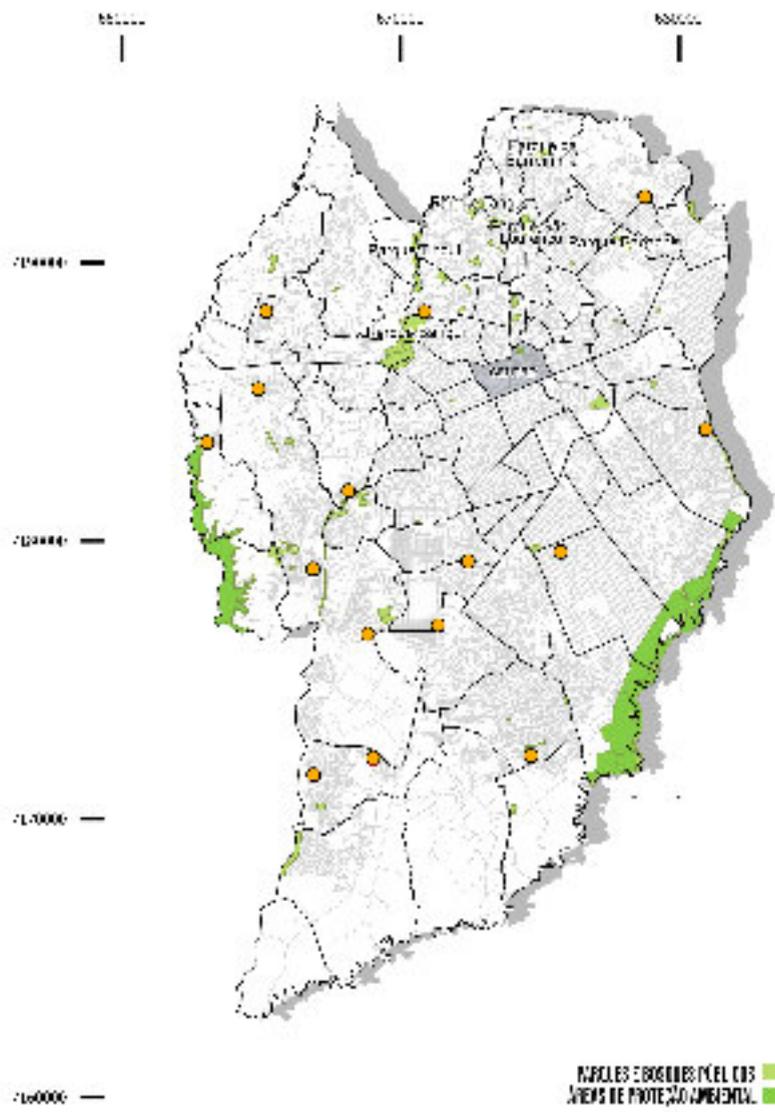
9. A Companhia de Habitação Popular de Curitiba (Cohab) é responsável pela execução da política habitacional do município de Curitiba e tem competência para atuar também na Região Metropolitana.

Mapa 5: Ocupações Irregulares, Áreas de Atuação da COHAB, e Setor Especial de Habitação de Interesse Social. Fonte: IPPUC (2019) e adaptado de Albuquerque (2017)



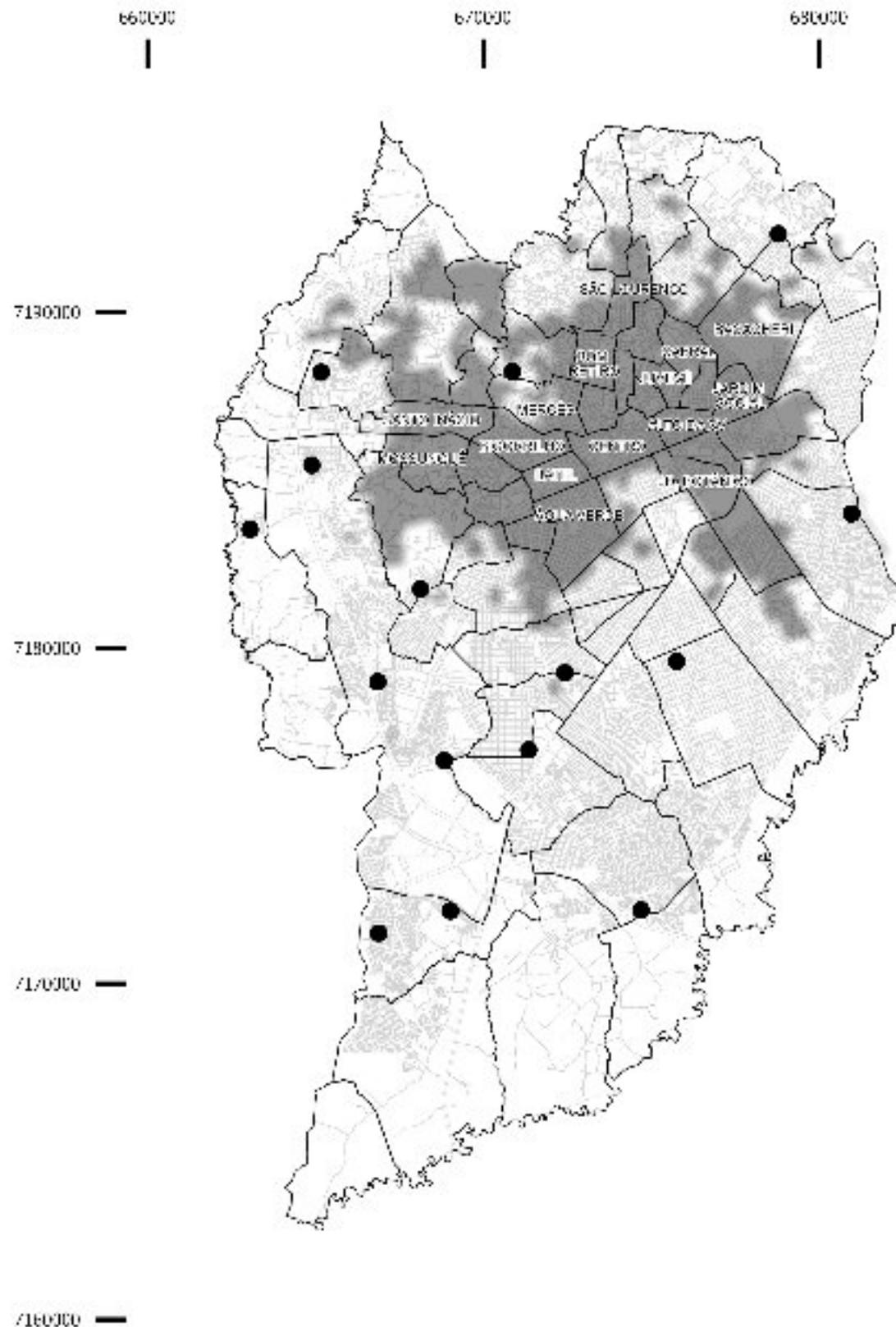
Por outro lado, a porção ao norte do centro de Curitiba se destaca tanto pela infraestrutura consolidada, quanto pelos seus parques, Tanguá, Tingui, São Lourenço, Bacacheri, Barigui (mapa 6). O mercado imobiliário utiliza-se dos atributos ecológicos, como os parques (que são parte do marketing da cidade modelo), para promover uma espécie de “urbanismo de resultados”, onde o valor ambiental é apropriado como valor de troca, a partir de classificações do mercado especulativo de terras. Em Curitiba, Busnello (2019) ao analisar os parques Barigui, São Lourenço e Barreirinha, aponta que os parques urbanos foram apropriados como artefatos do mercado imobiliário, e acabam resultando num processo contraditório para o conjunto na cidade, qual seja, o aumento das desigualdades sociais e a degradação ambiental intra-urbana.

E por fim, o mapa 7 apresenta-se como uma síntese que sobrepõe as áreas verdes, os bairros com maiores preços da terra e os setores com maiores rendas, mostrando a concentração de riqueza em uma mancha específica da cidade, ideologicamente chamada por alguns de cidade modelo. Percebe-se que os equipamentos ameaçados de fechamento não se encontram nessa área.



Mapa 6: Áreas Verdes
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pelos autores (2019)

Mapa 7: Mapa Síntese
Fonte: IPPUC (2019), adaptado pelos autores (2019)



ÁREAS VERDES
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM - SAD 60 ZONA 22 S
1:100.000

PARQUES E BARRIOBOSQUES
ÁREAS DE PROTEÇÃO AMBIENTAL

0 2,5 5 7,5 10 km

MAPA SÍNTESE
SISTEMA DE PROJEÇÃO CARTOGRÁFICA UTM - DATUM - SAD 60 ZONA 22 S

0 2,5 5 7,5 10 km

4. Considerações Finais

O planejamento urbano de Curitiba contribuiu, historicamente, com a produção da cidade desigual, no qual os planos influenciaram a valorização de determinadas áreas em detrimento de outras. Citam-se nesse artigo os eixos estruturais e a formação da CIC como partes deste mesmo processo de produção desigual da cidade de Curitiba.

O mito da cidade modelo por meio do city marketing colaborou na incorporação dos lugares estratégicos e dos parques urbanos no processo de construção dos lugares icônicos da cidade. Essa valorização foi apropriada pelo mercado imobiliário, produzindo os espaços de excelência e os espaços de vulnerabilidade na cidade. A periferação e a segregação socioespacial fazem parte deste mesmo processo, deslocando os grupos sociais que não podem pagar por morar nos lugares valorizados.

A análise espacial realizada neste artigo aponta para as desigualdades intra-urbanas na cidade, além da forte segregação socioespacial. Curitiba apresenta o contraste de áreas com equipamentos e infraestrutura consolidada e outras em que se sobrepõem camadas de despossessão, com precariedade habitacional, alta densidade populacional e baixa renda. A ameaça de fechamento dos equipamentos públicos sociais e de saúde, justamente em bairros periféricos, na porção sul e sudeste, com alta vulnerabilidade social e altos índices de precariedade, são uma camada a mais de desigualdade e uma ameaça aos direitos sociais dessa população. O fechamento ainda pode prejudicar o atendimento de saúde de municípios pertencentes à Região Metropolitana de Curitiba que se utilizam desses serviços.

Não há uma definição clara por parte da prefeitura que justifique a escolha desses equipamentos para fechamento. A falta de um estudo técnico qualitativo por parte da PMC, considerando além do atendimento atual, os futuros “potenciais usuários” dos equipamentos de saúde e assistência social coloca em risco esses territórios, que podem se tornar com o tempo “verdadeiras bombas socioecológicas” (MARICATO, 1996).

O argumento da Prefeitura Municipal de Curitiba de que os atendimentos poderiam ser removidos para outros CRAS apresentou-se como inviável nas entrevistas realizadas com representantes do MPPR e com o Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Curitiba. Em audiências públicas nos CRAS, constatou-se que os moradores demarcam territórios e constroem vínculos sociais que nem sempre são aceitos em outros espaços que possuem dinâmicas próprias, ainda mais quando envolvem casos de violência urbana e tráfico de drogas. A necessidade de transporte para o deslocamento pode significar o não fornecimento do serviço, ainda mais nos casos de serviços sociais especiais, tais como atendimento à mulher vítima de agressão, dependentes químicos. Os serviços sociais centralizados,

em poucas unidades, podem representar o não atendimento às demandas dessa população.

Confirma-se a hipótese de que o fechamento desses equipamentos representa o não atendimento dessa população e acima de tudo fortalece os processos já em curso da segregação socioespacial desses territórios como apontado por Villaça (2001). Observou-se por meio da análise espacial que ações do poder público tem um caráter de classe, isso é, transferem-se os ônus da austeridade (cortes, contingenciamentos) para aqueles que são mais vulneráveis, dependentes de serviços públicos, ampliando as camadas de desigualdade e exclusão que já atingem os moradores da porção sul da cidade.

Referências

ALBUQUERQUE, Aline Figueiredo de. A construção histórica do discurso (da imagem) da “cidade-modelo”: o ocultamento da questão habitacional no urbanismo curitibano. In: *Anais do XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional*. Belém, 2007.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria Especial da Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social - PNAS e Norma Operacional Básica NOB/SUAS*. Brasília, 2005.

CARRANO, Pedro. Calote do Governo do Paraná paralisa construção de Unidades de Saúde em Curitiba. *Portal SISMUC*, Notícias Saúde, 14/07/2015. Disponível em: <<http://sismuc.org.br/noticias/2/geral/4639/calote-do-governo-do-parana-paralisa-construcao-de-unidades-de-saude-em-curitiba>>. Acesso em: 04 ago. 2019.

_____. Moradores fazem ato em frente à US abandonada no bairro Santa Cândida, em Curitiba. *Jornal Brasil de Fato*. 26/09/2016. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/09/26/moradores-fazem-ato-em-frente-a-us-abandonada-no-bairro-santa-candida-em-curitiba/>>. Acesso em: 05 jul. 2019.

CASTELLS, Manuel. *A questão urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CURITIBA, Fundação de Ação Social de... *Protocolo dos Centros de Referência da Assistência Social de Curitiba / Fundação de Ação Social*. Diretoria de Proteção Social Básica; coord. de Débora Cruz Marinho. ____ Curitiba: Instituto Municipal de Administração Pública, 2016.

CURITIBA, Prefeitura Municipal de. *Plano Municipal de Assistência Social 2018/2021*. Conselho Municipal de Assistência Social Curitiba, 2018.

_____. *Vídeo com animação mostra local correto para buscar serviços de saúde*. Notícias, 31/10/2017, Disponível em: <<https://www.curitiba.pr.gov.br/noticias/video-com-animacao-mostra-local-correto-para-buscar-servicos-de-saude/43977>>. Acesso em 12 mai. 2019.

FRÓES, Ana Cláudia Stangarlin. *Ideologia ambiental no planejamento e produção do urbano em Curitiba: estudo de caso do Projeto Viva Barigui*. Dissertação de Mestrado (Planejamento Urbano e Regional) Universidade Federal do Paraná, 2018.

GARCEZ, Luiz Armando. *Curitiba – Evolução Urbana*. Rio de Janeiro,

Curitiba, 168p, 2006.

IMOVELWEB INDEX. Imovelweb. *Relatório de Mercado Curitiba - Abril 2019*. Disponível em: <http://produto.imovelweb.com.br/2019/Marketing/Index/INDEX_CB_RELATORIO-2019-04.pdf>. Acesso em 08 jul. 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9673&t=sobre>>. Acesso em: ago. 2019.

LEFEBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001. Trad. Rubens Eduardo Frias.

MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo: ilegalidade, desigualdade e violência*. Hucitec, São Paulo, 1996

MARTINS, José de Souza. *Exclusão social e a nova desigualdade*. São Paulo: Paulus, 1997.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARANÁ (MPPR). Processo Judicial – Projudi número 0015142-17.2018.8.16.0188. *Subsídios para a resposta à Ação Civil Pública sobre o Reordenamento da Proteção Social Básica em Curitiba*. Curitiba, 2018.

OLIVEIRA, Dennison de. *Curitiba e o mito da cidade modelo*. Editora da UFPR, Curitiba, 2000. 204p.

OLIVEIRA, Luiz Henrique de. Prefeitura vai fechar sete unidades do Cras em Curitiba; sindicato protesta. *Portal Banda B*, 26/06/2018. Disponível em: <<https://www.bandab.com.br/cidades/prefeitura-de-curitiba-vai-fechar-sete-unidades-do-cras-em-curitiba-sindicato-protesta/>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

PILOTTO, Angela Seixas. *Área metropolitana de Curitiba. Um estudo a partir do espaço intra-urbano*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 196 p.

POLLI, Simone Aparecida; LUNELLI, Alessandro; MORAIS, Carolina de. Ano de muitos protestos, crise política e ataque a direitos. *Jornal Brasil de Fato*. Caderno Paraná, 13/03/2019. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2019/03/16/ano-de-muitos-protestos-crise-politica-e-ataque-a-direitos/>>. Acesso em: 03 ago. 2019.

POLUCHA, Ricardo Serraglio. *Ecoville: construindo uma cidade para poucos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010. 164 p.

SANCHEZ, Fernanda. *A reinvenção das cidades para um mercado mundial.* São Paulo. Tese (Doutorado em Ciências: Geografia Humana). FFLCH, Departamento de Geografia, Universidade de São Paulo. 2001

_____. *Curitiba imagem e mito: Reflexão acerca da construção social de uma imagem hegemônica.* 1993. 189f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1993.

RAMIRES, Manoel. Servidores e comunidade pressionam contra fechamento de CRAS. *Portal Sismuc, notícias.* 18/07/2018. Disponível em: <<http://sismuc.org.br/noticias/9/fundacoes/6989/servidores-e-comunidade-pressionam-contrafechamento-de-cras>>. Acesso em 03 ago. 2019.

VILLAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano no Brasil.* São Paulo: Fapesp, 2001.

***Simone Aparecida Polli** é Doutora em Planejamento Urbano e Regional pela UFRJ/IPPUR. Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Governança Pública da Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Líder do Grupo de Pesquisa Cidades, Planejamento e Gestão. Pesquisadora associada do ETTERN/UFRJ. Coordena o Observatório de Conflitos Urbanos de Curitiba desde 2012.

Alessandro Lunelli de Paula é graduando do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR). Foi bolsista pela Fundação Araucária (2018-2019) de Iniciação Científica na pesquisa “Observatório dos Conflitos de Curitiba: os conflitos como método de leitura do espaço”, no Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR.

Carolina Raiane Gama de Oliveira de Moraes é graduanda no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), voluntária (2018-2019) e bolsista pela Fundação Araucária (2019-2020) de Iniciação Científica na pesquisa “Observatório dos Conflitos de Curitiba: os conflitos como método de leitura do espaço”, no Laboratório de Urbanismo e Paisagismo da UTFPR.

Assentamentos informais: dinâmicas territoriais e suas (in)visibilidades

Informal settlements: territorial dynamics and its
(in)visibilities

Paulo Nascimento Neto*

Resumo

A segregação socioespacial constitui uma das faces mais importantes da desigualdade social e é parte promotora da mesma, tanto em nível simbólico quanto em nível econômico: a ilegalidade fundiária soma-se a dificuldade de acesso aos serviços e infraestruturas urbanas, menos oportunidades de emprego e maior exposição à violência. Nesse contexto, é no plano do cotidiano, vinculado à apropriação, utilização e ocupação de lugares, que se efetiva a produção do espaço, em um processo contínuo de hierarquização e fragmentação, no qual o *habitus* tem importância central, envolvendo um sistema aberto de ações e percepções adquiridas a partir das experiências sociais, tanto em sua dimensão corpórea quanto simbólica. É sobre esse tema de estudo que o presente artigo se debruça, investigando as dinâmicas invisíveis que organizam social e territorialmente os assentamentos informais, ampliando a compreensão das dinâmicas territoriais e de apropriação do espaço. Tem-se por objeto de estudo o município de Curitiba (PR, Brasil), especificamente a Vila Três Pinheiros. Os resultados evidenciam uma complexidade de relações e espacialidades, revelando um caleidoscópio de territorialidades, onde lugares se sobrepõem, em um complexo emaranhado de relações no qual evidenciam-se múltiplos níveis de segregação socioespacial. Permite-se, assim, transpor o entendimento dicotômico pausteurizador de *cidade formal x cidade informal* em direção a uma relação menos linear e mais multifacetada de relações complexas.

Palavras-chave: Assentamentos informais; dinâmicas invisíveis; territorialidades; análise espacial.

Abstract

Social and spatial segregation is one of the most important facets of social inequality as it promotes injustice, both symbolically and economically: land tenure problems came together with greater difficulty in accessing urban services and infrastructure, fewer job opportunities and greater exposure to violence. In this context, it is in the daily life, linked to the appropriation and use of places, that the production of space is effected, in a continuous process of hierarchization and fragmentation, in which the habitus acquires central importance, involving an open system of actions and perceptions acquired from social experiences, both in their corporeal and symbolic dimensions. It is on this subject of study that this article focuses, investigating the invisible dynamics that socially and territorially organize informal settlements, broadening the understanding of territorial dynamics and the appropriation of space. The object of this study is the city of Curitiba (PR, Brazil), specifically Vila Três Pinheiros. The results show a complexity of relationships and spatialities, revealing a kaleidoscope of territorialities, where places overlap in a complex tangle of relationships in which multiple levels of socio-spatial segregation are evident. This allows us to transpose the dichotomous understanding of the formal city x informal city into a less linear and more multifaceted relationship of complex relations.

Keywords: Informal settlements; invisible dynamics; territorialities; special analysis.

1. Introdução

Dados recentes apontam para uma população de 828 milhões de habitantes residindo em favelas no mundo (UN-HABITAT, 2012), dos quais 11,4 milhões residem no Brasil (IBGE, 2010). A relevância do tema do presente trabalho é expressa pela sua proeminência na Nova Agenda Urbana construída a partir da Conferência HABITAT III, focada em um cenário de múltiplas dimensões de pobreza, “persistentes e crescentes”, nas quais se insere o aumento constante no número e extensão de favelas e assentamentos informais (UN-HABITAT, 2017).

A origem dos assentamentos precários se vincula à “fórmula da sobrevivência” (KOWARICK, 1980), resposta de parcela da população à necessidade de moradia, que a leva a ocupar áreas periféricas e insalubres com o objetivo de resolver a sua condição de não mercadoria (RIBEIRO, SANTOS JR, 2010; MARQUES, 2015; ABRAMO, 2007). Esses elementos convergem para o que Barbosa e Silva (2013) definem como distinção corpóreo-territorial de direitos, envolvendo o distanciamento ontológico (corpóreo e territorial) entre o mesmo hegemônico e o outro subalternizado, gerando hierarquias de distribuição de direitos da cidadania.

De fato, a segregação socioespacial constitui uma das faces mais importantes da desigualdade social e é parte promotora da mesma, tanto em nível simbólico quanto em nível econômico: à ilegalidade fundiária soma-se a dificuldade de acesso aos serviços e infraestruturas urbanos, menos oportunidades de emprego e maior exposição à violência. Em síntese, tem-se um panorama complexo, no qual múltiplas dimensões conformam um processo de segregação que extrapola leituras vinculadas exclusivamente à indicadores de infraestrutura (ALMEIDA; ALVIM, 2016; NOBRE, 2008; ROLNIK, KLINK, 2011; MARICATO, 2009; AZEVEDO; MARES GUIA, 2010; TORRE; MARQUES, 2004; MARQUES, 2015; QUILLIAN, 2012).

Corroborando com a discussão, em uma perspectiva mais ampla, Brenner e Schimd (2014) advogam que os processos de urbanização produzem variadas condições socioespaciais, demandando o reconhecimento e a análise das especificidades locais. Como bem colocado pelos autores, o vocabulário e os métodos cartográficos tradicionais não capturam adequadamente a natureza mutante dos processos urbanos contemporâneos, sendo fundamental o avanço em direção a novas abordagens analíticas e métodos englobando as condições socioespaciais e sociometabólicas.

As análises espaciais demandam, destarte, a análise conjunta das características intrínsecas de seus usuários, exprimindo uma *linguagem silenciosa* do espaço (HALL, 2014), indispensável à compreensão da significância simbólica gerada por aqueles que o ocupam (WAGNER, DUARTE, 2007). Em última instância, trata-se de discutir as formas de apropriação que são exercidas sobre o meio, no qual os territórios se transformam em campos topológicos (TUAN,

2001), organizados em compartimentos subjetivamente delimitados pelas qualidades das relações estabelecidas (FISCHER, 1994).

Parte-se neste artigo de uma visão calcada no conceito da produção social do espaço urbano, amplamente discutido por Gottdiener (1997), que construiu seu trabalho em um diálogo conflituoso com os estudos de Harvey (2001) e Lefébvre (2003). Ao evidenciar a complexidade da relação da produção do espaço urbano, Gottdiener (1997) defende que o espaço é elemento fundamental no processo de produção capitalista, não como substrato, mas como elemento ativo que estabelece uma relação dialética com a sociedade, na (re)produção de valores culturais, políticos e econômicos. Há, de fato, uma multiplicidade de interesses e atores, os quais priorizam ora os valores de uso, ora os valores de troca da terra, a depender da condição sob a qual são colocados, independentemente da categorização de classes tão cara ao marxismo estruturalista. Essa condição resulta em um permanente conflito de interesses em torno do espaço social, enquanto espaço pleno de valor sociocultural e enquanto espaço abstrato.

Dentro desse contexto, é no plano do cotidiano, vinculado à apropriação e utilização e ocupação de lugares, que se efetiva a produção do espaço, em um processo contínuo de hierarquização e fragmentação (CARLOS, 2007; LEFÉBVRE, 2003), no qual o *Habitus* (BOURDIEU, 2004) adquire importância central, envolvendo um sistema aberto de ações e percepções adquiridas individualmente a partir das experiências sociais, tanto em sua dimensão corpórea quanto simbólica.

Como bem pontuado por Soja (2000) e Schimd et al (2018), uma visão alternativa das espacialidades desafia, de forma direta, os modelos convencionais de pensamento espacial.

o mapeamento preciso do fenômeno espacial e de sua forma de distribuição somente pode criar uma ilusão de exatidão. [...] nenhuma representação pode fornecer mais que um retrato em um dado momento. Além disso, a realidade urbana compreende uma série de diversos atributos multiescalares que se sobrepõem em várias camadas. Dessa forma, muitas linhas diferentes de delimitação podem ser traçadas, dependendo da perspectiva do observador e de seu interesse heurístico (SCHMIDT et al, 2018, tradução livre do autor).

Dentro desse contexto, parte-se do entendimento que a leitura da forma urbana, por si só, é insuficiente para compreender os territórios populares, nos quais múltiplas territorialidades se articulam e se

sobrepõem, em um arranjo muito mais dinâmico que a leitura usualmente realizada pelos procedimentos tradicionais de mapeamento, voltados ao grau de precariedade das edificações e grau de carência de infraestruturas.

Inserido nesse contexto, este trabalho tem por objetivo investigar essas dinâmicas invisíveis, que organizam social e territorialmente os assentamentos informais, ampliando a compreensão das dinâmicas territoriais e de apropriação do espaço. Para tanto, propõe-se um estudo de caso no qual contrapõem-se as dinâmicas visíveis, vinculadas a diagnósticos tradicionais essencialmente relacionados à forma urbana, com leituras que as transcendem, buscando captar dinâmicas invisíveis do território, usualmente não apreendidas. Tem-se por objeto de estudo o município de Curitiba (PR, Brasil), especificamente a Vila Três Pinheiros, conforme explicitado na seção seguinte. De forma a organizar a discussão, o artigo apresenta inicialmente questões de ordem metodológica, na sequência discute os resultados obtidos com a pesquisa e, por fim, nas considerações finais, desenvolvem-se reflexões provenientes do estudo.

2.Procedimentos metodológicos

Adotou-se como método de pesquisa o estudo de caso qualitativo, visando investigar de forma profunda uma unidade de análise específica, compreendendo sua idiossincrasia e sua complexidade (GODOI, 2006; YIN, 2005). Definiu-se como recorte de estudo o município de Curitiba (PR), especificamente a Vila Três Pinheiros, assentamento informal situado na porção extremo noroeste do perímetro urbano. Originada há cerca de 30 anos, a área se caracteriza por topografia acidentada, com riscos de deslizamento de terra, além de variadas restrições legais, como o atingimento por faixa não edificável de rodovia e área de preservação permanente (APP) de curso da água.

O caso selecionado mostrou-se relevante para o estudo, já que se trata de assentamento informal já consolidado no município, inserido no tecido urbano, próximo a vias de hierarquia elevada e com uma natureza dicotômica: apesar de ser enxergada pelo órgão local de assistência social como um único território (Vila Três Pinheiros), organiza-se para os residentes em duas associações de moradores (Vila Três Pinheiros e Vila Ivaí), denotando um caso de potencial de investigação de diferentes leituras provenientes de múltiplas dinâmicas, visíveis e invisíveis.

A seguir é apresentado um cartograma de localização da área de estudo, desde sua inserção no território nacional até a escala local, seguido de fotos do local, para compreensão pelo leitor da paisagem urbana (figuras 1 e 2).

De forma a atingir o objetivo proposto, a pesquisa centrou-se em duas

Figura 1: Cartograma de localização da Vila Três Pinheiros
Fonte: autor.



Figura 2: Registro Fotográfico - Vila Três Pinheiros
Fonte: autor.



dimensões analíticas, investigando o território de estudo a partir das (a) *dinâmicas visíveis*, relacionada aos elementos de estrutura e forma urbana e das (b) *dinâmicas invisíveis*, aqui entendidas como aquelas relacionadas às dimensões perceptivas e de apropriação do território.

Tem-se, assim, a integração de duas abordagens usualmente pesquisadas de forma independente, possibilitando uma compreensão mais ampla do fenômeno nos termos das reflexões de Bourdieu (2018, p. 108), para quem o espaço social está inserido tanto na objetividade das estruturas espaciais como na subjetividade das estruturas mentais, que são, em parte, produto da incorporação dessas estruturas objetivas.

Para a análise das dinâmicas visíveis, apoiou-se no trabalho de Lamas (2004) para dividir a área de estudo em grandes compartimentos

morfológicos, resultado da síntese de análise de aspectos de organização funcional (usos e atividades), aspectos quantitativos (densidades, fluxos e superfícies), aspectos qualitativos (acessibilidade e conforto ambiental) e figurativos. Para tanto, foram coletados dados socioeconômicos e espaciais junto ao órgão habitacional local e realizados levantamentos *in loco*. Os resultados obtidos permitiram a compreensão das *dinâmicas visíveis* relacionadas ao recorte de estudo.

Já para a análise das *dinâmicas invisíveis*, trabalhou-se com um estudo urbano de inspiração etnográfica, transcendendo a “escrita do visível” a partir da articulação da estrutura urbana a eventos e contextos, captados de múltiplas fontes, permitindo uma compreensão das dimensões intangíveis do território. Observou-se, destarte, não apenas os indivíduos e suas atitudes, mas também, e sobretudo, as relações estabelecidas no espaço, que se expressam a partir da edificação de lugares (RAPPORT; OVERING, 2000; DUARTE, 2010; CARVALHO, 2013).

Essa análise se desenvolveu a partir dos dados coletados pela realização de observação etnográfica (apoiada por croquis de campo, registros fotográficos e notas de campo) e a aplicação de entrevistas semiestruturadas. Buscou-se compreender a realidade local sob a ótica da percepção do espaço, sua apropriação e as relações de poder instituídas, formal e informalmente. A seleção dos entrevistados ocorreu a partir de uma amostra aleatória de residentes, que foram somados às entrevistas junto a lideranças do território, contemplando lideranças religiosas e presidentes das associações de moradores.

A triangulação dos resultados decorrente da discussão comparativa das duas dimensões – que aqui denominamos de dinâmicas visíveis e invisíveis – permitiram avançar sobre o tema de estudo, ampliando a compreensão das dinâmicas territoriais e de apropriação do espaço.

2. Dinâmicas visíveis: organização espacial do território

A Vila Três Pinheiros, originada há cerca de 30 anos, encontra-se no Bairro Butiatuvinha, no município de Curitiba (PR). O local conta com aproximadamente 390 habitantes e possui áreas com topografia acidentada e sujeitas a risco de deslizamento de terra, além de impedimentos legais relacionados à área de preservação permanente e faixa não edificável do Contorno Norte de Curitiba.

A partir da análise da série histórica de ortofotos do local, percebe-se que o processo de ocupação da Vila ocorreu majoritariamente entre 1990 e 2000, denotando um rápido processo de consolidação do assentamento, ocorrido em período inferior a uma década (figura 3).

Para contextualização dos aspectos socioeconômicos locais, optou-se por trazer apenas alguns dados centrais que caracterizam a realidade observada, de forma a sintetizar o panorama da vila sem se estender em elementos introdutórios, privilegiando assim a exposição dos

Figura 3: Cartograma de Evolução da ocupação da Vila Três Pinheiros. Fonte: autor, com base em série histórica de fotos aéreas.



resultados da pesquisa. Destarte, verifica-se que, 59% dos moradores da vila possuem apenas o ensino fundamental completo, 85% das famílias possuíam renda mensal inferior a um salário mínimo e 60% dos indivíduos maiores de 18 anos trabalhavam de maneira informal, sem carteira assinada quando do levantamento realizado pelo órgão local de habitação.

Tendo em vista a limitação de extensão do artigo, optou-se por não descrever de forma extensiva cada um dos elementos analisados, sejam eles socioeconômicos ou espaciais, concentrando-se apenas na síntese dos resultados. Destarte, a leitura espacial a partir de elementos morfológicos e da estrutura urbana da Vila Três Pinheiros resultou na sua divisão em quatro compartimentos homogêneos, conforme cartograma abaixo.

A triangulação dos dados coletados evidenciou uma organização espacial segundo um ordenamento econômico manifesto, na qual, apesar de se tratar de uma ocupação de origem espontânea e informal, a distribuição dos usos (comerciais e residenciais) e os padrões construtivos expressam uma setorização intimamente correlacionada ao grau de conectividade à cidade, de exposição a riscos[1] e de oferta de infraestrutura e equipamentos comunitários. Revela-se, de fato, uma “hierarquia espacial” dentro da comunidade.

Isso também se aplica ao entorno imediato. Assim, quanto maior o padrão socioeconômico do compartimento, maior sua proximidade à

Avenida Manoel Ribas ou a Rua José Culpi (via que tangencia a vila e ponto mais próximo de oferta de transporte público) e, por conseguinte, maior a presença de edificações de alvenaria de tijolos. No sentido inverso, as áreas de riscos, próximas à rodovia e à área de preservação permanente do curso da água, possuem predomínio de edificações de madeira ou de materiais recicláveis sobrepostos.



Figura 4 :Classificação do território em compartimentos morfológicos
Fonte: autor.

Quadro 1: Classificação do território em compartimentos morfológicos
Fonte: autor.

1. Com destaque para aqueles decorrentes de condicionantes ambientais (declividade, área sujeita a inundação, áreas insalubres) ou relacionados à violência (notadamente pela maior proximidade com a porção do território onde se concentra a atividade de tráfico de drogas)

	Uso e ocupação	Padrão construtivo	Relevo	Infraestrutura viária	Demais características
1	Residencial / Edificações entre um e dois pavimentos	Alvenaria com acabamento	Predominantemente plano	Vias asfaltadas / iluminação pública / presença frequente de passeio pavimentado	Área próxima da Av. Manoel Ribas, via de conexão da Vila com o restante da cidade
2	Predominância de usos comerciais e comunitários / Edificações de dois pavimentos	Alvenaria com acabamento	Predominantemente plano	Principal via de acesso / vias asfaltadas, com iluminação pública e existência ocasional de pavimentação da área destinada ao passeio	Presença do campo de futebol da União São Carlos Esporte Clube – elemento de referência dentro da vila Três Pinheiros
3	Residencial / Edificações entre um e dois pavimentos	Predomínio de edificações em alvenaria sem acabamento e edificações em madeira	Acentuado, com declividade superior a 30% e áreas de risco	Vias asfaltadas / iluminação pública / existência ocasional de passeio	-
4	Residencial / Edificações térreas	Precário, com utilização diversa de materiais recicláveis (madeira, telhas...)	Acentuado, com declividade superior a 30% e áreas de risco	Vias de saibro / série de vias compostas apenas por degraus executados sobre o solo, com acesso à unidades situadas junto aos cursos da água	Área de maior precariedade urbanística e habitacional

A despeito da precisão quanto à origem da destinação da gleba posteriormente ocupada, é interessante observar a vinculação da população com a história de formação do local. Da amostra de moradores entrevistada, 84% informaram residir há mais de 10 anos no local e aproximadamente 83% vieram de fora do município diretamente para a vila Três Pinheiros.

Ainda sobre as relações de vizinhança e pertencimento ao território, é interessante observar que a maior parte dos residentes há mais de dez anos na Vila afirmaram possuir contato próximo com a associação de moradores. Em oposição, os moradores mais recentes afirmaram não possuir essa relação, revelando uma tendência de alteração no perfil dos residentes, com possível substituição dos moradores originais por novos, que acessam as habitações predominantemente pela forma de aluguel, sem vínculos de vizinhança e pertencimento ao território. Essa possibilidade também foi evidenciada em algumas das entrevistas realizadas.

Particularmente sobre a associação de moradores, deve-se destacar sua organização particular. Ainda que alguns entrevistados tenham se referido ao recorte como um único território (Vila Três Pinheiros), os

3. Dinâmicas [in]visíveis: percepção e apropriação do território

Deslocando a discussão para as dinâmicas invisíveis, a análise dos resultados obtidos foi organizada seguindo uma narrativa que passa, sequencialmente, pelo processo de ocupação, pela apropriação do território e pela sua percepção pelos moradores.

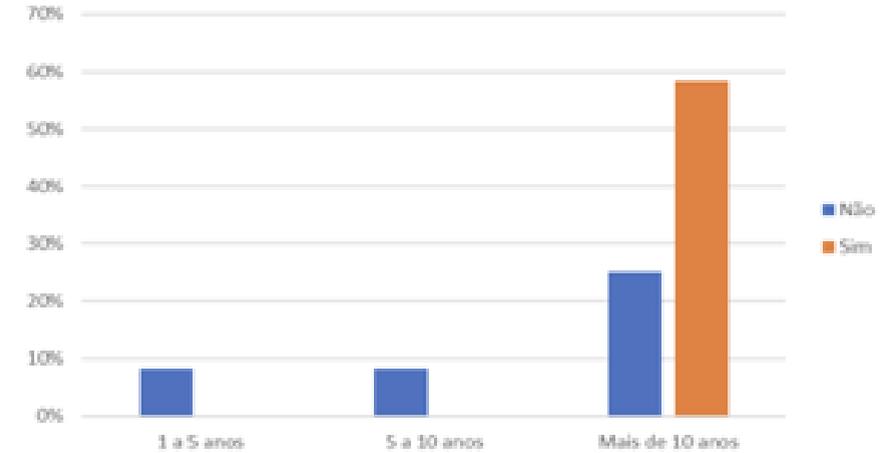
Sobre o primeiro aspecto, conforme o relato de um dos entrevistados, a área foi originalmente planejada para receber o cemitério da Paróquia Nossa Senhora da Conceição, do Bairro Butiatuvinha. Ainda segundo ele, “com a proibição, por órgãos ambientais [...] e por já ter um princípio de invasão, os proprietários ‘venderam’ com um acordo firmado só pelo comprador, numa folha de papel almaço, que uns poucos ainda guardam”. Houve tentativa de confirmação, sem sucesso, da informação com outros entrevistados.

residentes estabeleceram uma distinção de territórios, sendo identificadas atualmente duas organizações locais: a (1) Associação dos Moradores da Vila Ivaí e a (2) Associação dos Moradores da Vila Três Pinheiros.



Figura 5: Tempo de moradia e origem dos residentes entrevistados – Vila Três Pinheiros. Fonte: autores.

Figura 6: Tempo de moradia X relação com as associações de moradias – Vila Três Pinheiros. Fonte: autores.



funções muito mais amplas do que uma simples residência (ibid, p. 123).

É interessante observar que essa divisão de territórios (no sentido de poderes instituídos) possui grande correspondência com a unidade morfológica delineada na etapa anterior, revelando que a hierarquia socioeconômica espacialmente posta possui reflexos também na territorialização do espaço. Essa percepção é corroborada por algumas das entrevistas realizadas, nas quais foi recorrente a visão da porção correspondente à “Vila Ivaí” como uma área de maior padrão de renda e disponibilidade de infraestrutura. Também é uma área próxima do aglomerado de pequenos comércios e instituições religiosas, concentradas ao longo de apenas duas quadras (Rua Lingaru do Espírito Santo) e do campo de futebol da União São Carlos.

Essa distribuição espacial, traduzida também pela organização comunitária, (re)produz uma hierarquia econômica dos espaços, que concretiza lógicas ocultas em signos visíveis, como os materiais predominantemente utilizados nas construções e a localização de comércios, instituições religiosas e áreas de lazer. Em síntese, observa-se que quanto maior a carência individual, menor a oferta de serviços no entorno. Essas constatações também revelam indícios de uma organização do mercado imobiliário que, mesmo informal, atribui valores de uso e troca diferenciados para diferentes áreas do assentamento precário, gerando uma distinção hierárquica entre áreas com maior e menor infraestrutura. O espaço, de fato, é um produto social e, como tal, tem seu valor construído coletivamente, resultado de uma matriz socioespacial de localizações e atividades, que dá ao solo urbano valores de uso socialmente aceitos.

Corroborando com a discussão, Barbosa e Silva (2013) recordam que

Quando se trata das favelas, a habitação não se resume aos padrões hegemônicos de uso exclusivamente residencial. A casa na favela tem outro sentido. Isto porque a habitação, no cotidiano dos espaços populares, tem

Sobre esse aspecto, alguns dos dados coletados fornecem subsídio adicional. Dentre esses, duas territorialidades se destacam: o compartimento (1) de concentração de imigrantes haitianos e o compartimento (2) dominado pelo tráfico de drogas. O cartograma a seguir especializa estes dois compartimentos, que são descritos de forma mais detalhada na sequência.

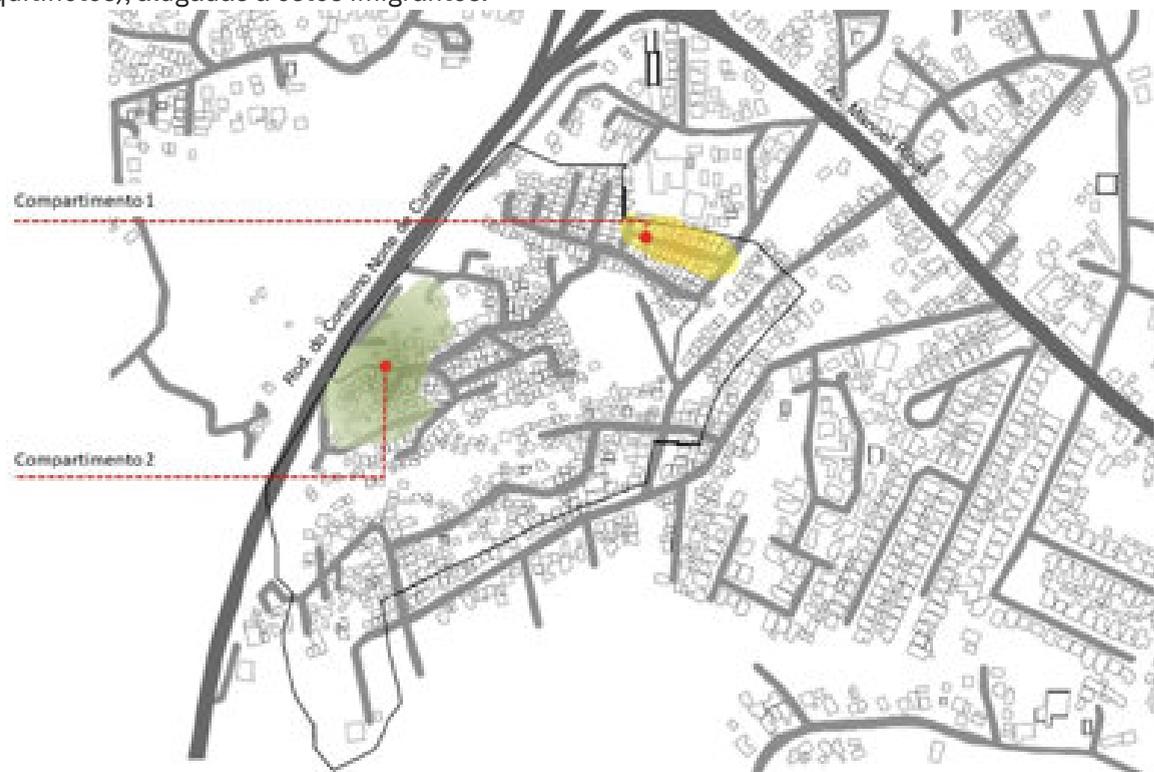
Em relação ao primeiro, conforme relatos obtidos nas entrevistas, a Vila Três Pinheiros tem se constituído nos últimos anos como o principal destino de haitianos que migram para o país e fixam residência em Curitiba. Tal dinâmica também foi identificada em outras pesquisas científicas e matérias jornalísticas.

A vila Três Pinheiros, no Butiatuvinha, já é conhecida na região de Santa Felicidade como o pequeno Haiti. Há pelos menos cinco comunidades na ocupação, pelo menos duas delas recém-formadas (FERNANDES, 2013).

[...] é um dos polos de atração para os imigrantes, onde há um intenso fluxo comercial e oportunidade de moradia (SCHEIBE et al, 2017).

De fato, conforme relato de moradores e levantamento *in loco*, percebe-se que a maior parte das moradias destinadas aos haitianos situa-se em uma única viela (Rua Aurélio Buarque de Holanda), já reconhecida pelos próprios residentes como a “rua dos haitianos”. Em visita ao local, percebeu-se que se trata de uma viela estreita, com menos de 8 metros de largura, com a presença significativa de

edificações de três pavimentos, com uma série de pequenas moradias (quitinetes), alugadas a estes imigrantes.



Em conversa com alguns deles, percebeu-se predomínio de pessoas desempregadas ou com emprego informal, sendo recorrente a citação de dificuldades de garantir as condições mínimas de subsistência. A figura 8 apresenta uma vista geral da via e o interior de uma das edificações direcionada para as comunidades haitianas.

Ainda sobre esse tema, conforme relato de um dos entrevistados, a demanda de pessoas oriundas do Haiti, que busca atendimento e fornecimento de auxílio financeiro ou alimentar junto ao órgão de assistência é muito grande e acredita-se que a principal razão de concentração na Vila Três Pinheiros se dá pela existência da Pastoral do Imigrante, localizada próxima à vila, na Avenida Manoel Ribas. Também foi frequente a menção ao fato da prévia existência da comunidade haitiana na Vila enquanto fator preponderante de decisão de moradia. Essa tendência de deslocamento constante de imigrantes haitianos tem alterado o padrão tradicional da Vila Três Pinheiros (de famílias residentes desde a origem da ocupação), ao menos em uma porção do território.

O segundo recorte específico se refere à porção noroeste da Vila, localizado nas cotas mais baixas do assentamento e próximo do curso da água, onde há concentração da atividade de tráfico de drogas. Para

Figura 7: Dinâmicas invisíveis e suas territorialidades – Vila Três Pinheiros. Fonte: autor.

Figura 8: Vistas geral da Rua Aurélio Buarque de Holanda (G.Earth) e fotos do local. Fonte: Google Earth e acervo pessoal.

se chegar até esse ponto, o acesso é limitado, restrito a uma única via de grande declividade e poucos acessos por escadaria, exclusivamente para pedestres.

Sobre esse local, é interessante observar certa recorrência em relação às respostas dos entrevistados sobre qual o lugar da vila que consideram mais perigoso e qual demandaria maiores ações do poder público. O cartograma na página seguinte apresenta a espacialização das respostas.

É possível perceber duas concentrações de áreas consideradas perigosas pelos próprios moradores. A primeira, na porção oeste da vila, é justamente o bolsão correspondente a área com incidência de tráfico de drogas. A segunda área corresponde ao único acesso de veículos ao restante da cidade, pela Avenida Manoel Ribas. Conforme mencionada por parte dos respondentes, com frequência ocorrem acidentes naquele cruzamento, ficando claro uma diferente conotação de *perigo* em relação à primeira área.

Cabe também destacar a concentração de respostas na Rua Linguarú Espírito Santo, sendo recorrente sua indicação como área de priorização em eventual melhoria pelo poder público. Levanta-se aqui a hipótese dessa indicação ter relação com a frequência com que os entrevistados, mesmo residentes em diferentes setores da vila, frequentarem a referida rua, considerada a principal do assentamento e onde há a concentração de comércios e instituições religiosas. Corroborando essa constatação, ao se tabular as entrevistas em um gráfico *Mapa de Árvore* percebe-se a recorrência de menção a essa oferta de acesso a comércios (sobretudo padaria, mercado, bar) como principais aspectos positivos da vila.

A tabulação das questões espacializadas nos cartogramas abaixo reforçam as constatações efetuadas. Ao serem questionados sobre qual seria a melhor rua da região (percepção geral) e qual o local que mais frequentam na vila, há predomínio de respostas justamente na Rua Linguarú Espírito Santo.



Esses resultados, ainda que de forma exploratória, apontam para ordenamentos espaciais multidimensionais que trazem à luz a relação dialética entre a objetividade das estruturas espaciais e a subjetividade das estruturas mentais. Nesse contexto, em que grau a concretude do espaço edificado expressa as interações e hierarquizações sociais estabelecidas nos territórios populares? Ou ainda, quais os mapeamentos necessários para se compreender, de fato, o território sobre o qual intenta-se intervir? Esse é um campo aberto, com muitas questões e poucas respostas, sobre a qual, inclusive, há uma disputa silenciosa entre narrativas e práticas, entre intervenções homogeneizantes e insurgências identitárias, na qual as formas de representação espacial constituem um elemento central, por vezes de convencimento, por vezes de fortalecimento de luta pelo direito à cidade em sua mais ampla compreensão.



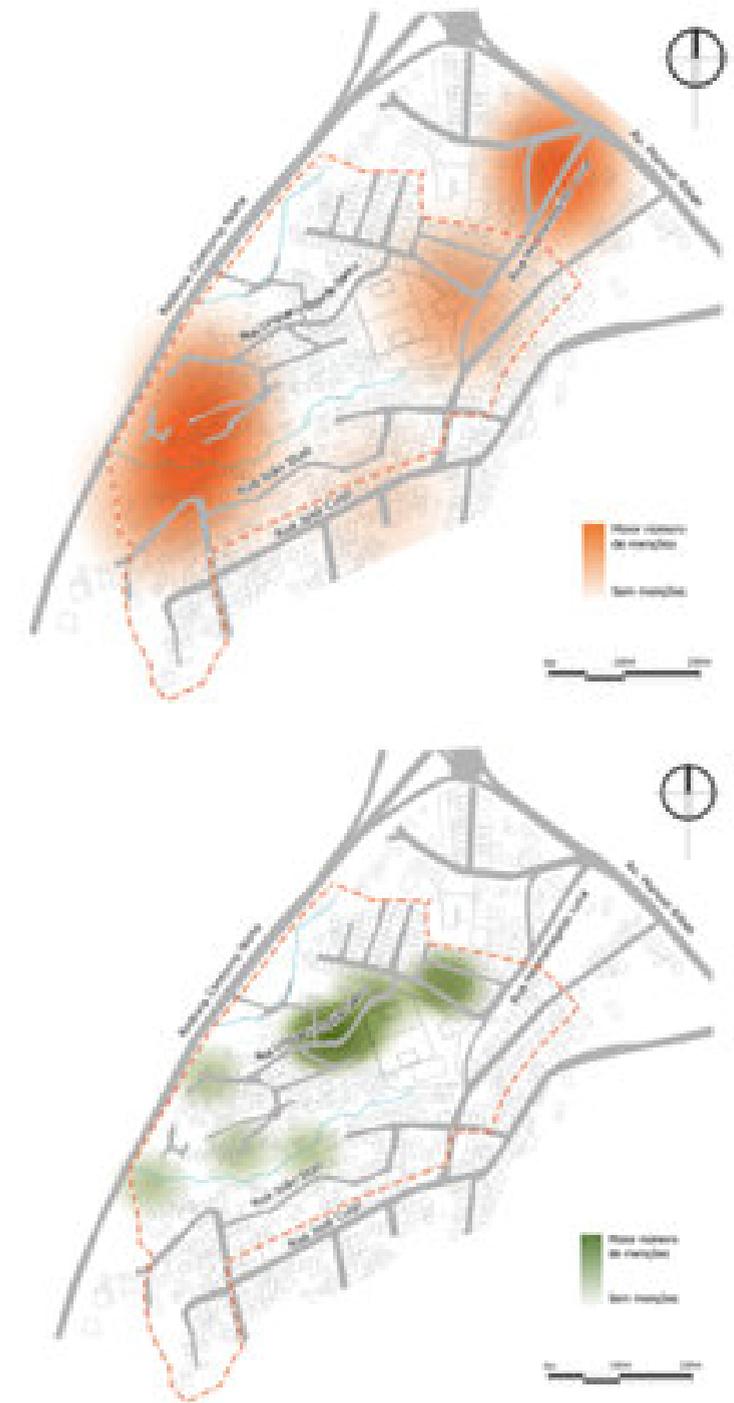
Figura 9: Vila Três Pinheiros – acesso unicamente por escadaria. Fonte: autor.

5. Considerações finais

Este trabalho se lançou ao objetivo de compreender as territorialidades de territórios populares a partir de suas expressões em dinâmicas visíveis e invisíveis. Ao se ultrapassar essa camada de mapeamento primeira, da forma urbana *per se*, abre-se a possibilidade de uma compreensão mais profunda a partir da sua articulação às *dinâmicas invisíveis*, que estruturam esses territórios, constroem significado social e produzem apropriação e senso de coletividade. Esses elementos, muitas vezes desprezados por políticas assépticas voltadas à estandardização e busca de uma ocupação urbana ideal, contribuem para a desconstrução de termos como “aglomerados subnormais” ou “assentamentos precários” que, já na dimensão simbólica, reduzem as qualidades das tessituras sociais presentes nestes espaços à eventual precariedade de infraestruturas urbanas.

Os resultados obtidos, ainda que de forma exploratória, evidenciam uma complexidade de relações e espacialidades, um caleidoscópio de territorialidades muito superior aos meros compartimentos morfológicos. Sobrepostos às unidades morfológicas básicas, verifica-

Figura 10: Locais indicados pelos respondentes como mais inseguros e como foco de prioridade para intervenção pelo poder público, respectivamente. Fonte: autor.



se, por exemplo, os núcleos de moradia de imigrantes haitianos, reconhecidos pelos demais moradores como um “gueto”. Pode-se citar também a questão das diferentes associações de moradores, fazendo surgir uma distinção territorial diversa.



Figura 11: Principais aspectos positivos da vila, segundo citação dos respondentes. Fonte: autor.

Figura 12: Melhores vias, conforme preferência dos respondentes, e locais que mais frequentam na vila, respectivamente. Fonte: autor.



Percebe-se, neste contexto, que diferentes territórios se sobrepõem, em um complexo emaranhado de relações, permitindo-se questionar se não teríamos aí múltiplos níveis de segregação socioespacial, que se (re)produzem em diferentes intensidades e características, mesmo dentro da vila. Arrisca-se, assim, transpor a dicotomia *cidade formal x cidade informal* em direção a uma relação menos linear e dicotômica, mais multifacetada e complexa, derivada da expansão de fluxos de capital secundários sobre a área. Essas afirmações encontram apoio em Barbosa e Silva, para quem,

O território não é apenas um lugar físico que se habita. É uma experiência de comunicação entre sujeitos sociais. E, em se tratando de espaços populares, por mais precária que se nos apresente a sua forma-aparência, não podemos desconsiderar as vivências compartilhadas pelo grupo social, que os animam com suas histórias e, por meio destas, possibilitam que os indivíduos e grupos sociais se posicionem no mundo. (BARBOSA; SILVA, 2013, p. 125)

Complementarmente, questões de forma e estrutura urbana também se mostraram relevantes para a compreensão da percepção do espaço da Vila Três Pinheiros. A análise das entrevistas realizadas, cumulada com os resultados da observação direta efetuada no local, demonstraram a relevância das condicionantes físicas, do processo de formação, da distribuição espacial dos usos, padrão construtivo e de infraestrutura na estrutura urbana da vila. Como resultados mais claros desta constatação pode-se citar a Rua Lingaru Espírito Santo – com sua centralidade polarizadora – e o bolsão oeste da vila – evitado por grande parte dos moradores, pelo tráfico de drogas que ocorre no local.

Por fim, destaca-se que a metodologia adotada, com um viés de inspiração etnográfica, provou-se potencialmente capaz de agregar subsídios adicionais aos levantamentos clássicos de morfologia e estrutura urbana. Os elementos emergidos dos resultados, subsidiados pela análise de inspiração etnográfica, reforçam as reflexões de Carvalho (2013), para quem, a “edificação de lugares” decorre de múltiplas relações estabelecidas no espaço. Não se pretende, assim, hierarquizar importâncias analíticas, mas reconhecer a complementariedade de análises em direção à ampliação da compreensão do território, envolvendo elementos essenciais não apenas para o entendimento do espaço, mas também como subsídio à formulação de políticas públicas efetivamente adequadas ao território objeto de intervenção.

Referências

ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, 9(2), 2007.

ALMEIDA, A. A.; ALVIM, A. A. T. B. Segregação urbana na contemporaneidade: o caso da comunidade Poço da Draga na cidade de Fortaleza. II Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2016. Anais... Rio de Janeiro, 2016.

AZEVEDO, S. de; MARES GUIA, V. R. dos. Os “dois lados da moeda” nas propostas de gestão metropolitana: virtude e fragilidade das políticas. In: CASTRO, E.; WOJCIECHOWSKI, M. J. (2010). *Inclusão, colaboração e governança urbana: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2010.

BARBOSA, J. L.; SILVA, J. de S. e. As favelas como territórios de reinvenção da cidade. *Cadernos de Desenvolvimento Fluminense*, n. 1, 2013.

BOURDIEU, Pierre. *Coisas ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004. Trad. Cassia da Silveira

BOURDIEU, Pierre. Social Space and the Genesis of Appropriated Physical Space. *Int. J. Urban Reg. Res.*, 42, 2018, p. 106-114.

BRENNER, N.; SCHMID, C. The ‘Urban Age’ in Question. *International Journal of Urban and Regional Research*, 38(3), 2014, p. 731-755.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARVALHO, N. M. *Ambiências Noturnas: Arquiteturas e Subjetividades em cenários urbanos cariocas*. Dissertação (mestrado) – UFRJ/PROARQ/ Programa de Pós-graduação em Arquitetura, 2013. 193 f. Rio de Janeiro: UFRJ.

DUARTE, C. R. S. Olhares possíveis para o pesquisador em arquitetura. *Revista Interfaces*, n, 13, 2010, p. 130 a 146.

FERNANDES, J. C. A república sentimental do Haiti. *Gazeta do Povo online*, 22 de junho de 2013. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/a-republica-sentimental-do-haiti-5191y190x0hck8m3y2lvbk66m#ancora>. Acesso em Março de 2018.

FISCHER, G. *Psicologia social do ambiente*. Lisboa: Instituto Piaget,

1994.

GODOI, A. S. Estudo de Caso Qualitativo. In: GODOI, C.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; Silva, A. *Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais*. São Paulo: Saraiva, 2006.

GOTTDIENER, M. *The Social Production of Urban Space*. Austin: University of Texas Press, 1997.

HALL, P. *Cities of Tomorrow: An Intellectual History of Urban Planning and Design Since 1880*. Somerset: Wiley, 2014.

HARVEY, David. *Spaces of Capital: Towards a Critical Geography*. Edinburh: Edinburgh University Press, 2001.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Aglomerados subnormais - Censo Demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

KOWARICK, L. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LAMAS, J. M. R. G. *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

LEFEBVRE, H. *The Urban Revolution*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2003.

MARQUES, E. Urban Poverty, Segregation and Social Networks in São Paulo and Salvador, Brazil. *International Journal of Urban and Regional Research*, 39, 2015, p. 1067-1083.

NOBRE, E. A. C. Precariedade do habitat e política de habitação de interesse social: o caso da Grande São Paulo. In: Pereira, P.; Hidalgo, R. (eds.). *Producción Inmobiliaria y reestructuración metropolitana en América Latina*. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile/FAUUSP. p. 245-256, 2008.

QUILLIAN, L. Segregation and Poverty Concentration: The Role of Three Segregations. *American Sociological Review*, 77(3), 2012, p. 354–379.

RAPPORT, N.; OVERING, J. *Social and cultural anthropology: the key concepts*. London; New York: Routledge, 2000.

RIBEIRO, L. C de Q.; SANTOS JR., O. A. dos. As grandes cidades e a questão social brasileira: reflexões sobre o estado de exceção nas metrópoles brasileiras. In: CASTRO, E.; WOJCIECHOWSKI, M. J. (Orgs.). *Inclusão, colaboração e governança urbana: perspectivas brasileiras*. Rio de Janeiro: Observatório das metrópoles, 2010.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento Econômico e desenvolvimento urbano: por que nossas cidades continuam tão precárias? Revista Novos Estudos CEBRAP, n. 89, p. 89 – 109, 2011.

SCHEIBE, A. H.; TEZOTTO, A. da S.; SOUZA E SILVA, A.; HIRT, B. SILVA, F. L. Intervenção multidisciplinar em migrantes haitianos. 14º Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade. Anais. Curitiba, 2017.

SCHMID, C.; KARAMAN, O.; HANAKATA, N. C.; KALLENBERGER, P.; KOCKELKORN, A.; SAWYER, L.; WONG, K. P. Towards a new vocabulary of urbanisation processes: A comparative approach. Urban Studies, 55(1), 2018.

SOJA, E W. Thirdspace: journeys to Los Angeles and other real and imagined places. Oxford: Blackwell, 2000.

TORRES, H. da G.; MARQUES, E. Políticas sociais e território: uma abordagem metropolitana. São Paulo em Perspectiva, v. 18, n. 4, 2004.

TUAN, Y. Space and Place: The Perspective of Experience. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2001.

UNITED NATIONS - UN (2017). New Urban Agenda. Available at <habitat3.org/wp-content/uploads/NUA-English.pdf>.

WAGNER, S. G.; Duarte, C. R. A Ambiência Peculiar do lugar quintal nas residências da zona norte do Rio de Janeiro. Revista Interfaces, 22(1), 2015.

YIN, R. K. Case Study Research. London: Bookman, 2005.

**Paulo Nascimento Neto: Programa de Pós-graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PPGTU - PUCPR), Curitiba, PR, Brasil.*

A fragilidade do discurso da neutralidade no planejamento da cidade: perspectiva de gênero e o espaço urbano

The fragility of neutrality discourse in city planning: gender perspective and urban space

Rogério Lucas Gonçalves Passos*

Resumo

Este trabalho propõe uma reflexão relacionada à perspectiva de gênero e o planejamento urbano, tendo como ponto o discurso de neutralidade técnica existente em sua elaboração. Partindo da premissa da inexistência do “sujeito neutro”, devido à sua corporificação, é possível notar contradições e problemáticas no discurso vigente, sendo essas influenciadoras das dinâmicas socioespaciais existentes.

Palavras-chave: Gênero; produção do espaço urbano; urbanismo com perspectiva de gênero.

Abstract

This paper proposes a reflection related to gender perspective and urban planning, focusing on the discourse of technical neutrality. Starting from the premise of the nonexistence of the “neutral subject”, due to its embodiment, it is possible to notice contradictions and problems in the current discourse, which influences the current socio-spatial dynamics.

Keywords: Gender; urban space production; gender perspective in urbanism.



Introdução

Atualmente, a temática sobre minorias oprimidas vem sendo discutida de maneira intensa nos meios de comunicação, embora seja pouco considerada no meio acadêmico no que diz respeito à sua inserção e influência na cidade. Os responsáveis por planejar o espaço parecem determinar entre considerar ou não os atores que se apropriarão desse. Esses responsáveis são representados, na maioria das vezes, por um grupo hegemônico bem específico: masculino, branco, cisgênero[1] e burguês. Ou seja, a cidade parece ser feita deles e para eles.

Esse artigo faz parte dos resultados de pesquisa do trabalho de conclusão de curso intitulado “Cadê a minoria que estava aqui?: estudo sobre o apagamento dos atores relacionados a gênero e sexualidade no Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte”, cuja intenção era analisar o processo de produção do Plano do Hipercentro de Belo Horizonte e compreender a abordagem e o desaparecimento de determinados atores sociais historicamente oprimidos que são nele tratados. Desse modo, farei aqui uma discussão sobre a abordagem da relação entre a perspectiva de gênero e o planejamento urbano, bem como sua relação com o dito discurso de neutralidade técnica existente em sua elaboração.

Assim como o trabalho original, adotarei como forma de metodologia escrita seu desenvolvimento em primeira pessoa, uma vez que eu, como autor, creio que, muitas vezes, as vozes das minorias estão ausentes das discussões acadêmicas, o que faz com que suas vidas possam ser coisificadas e exotificadas. Essa posição metodológica também foi adotada partindo da concepção de Silva (2013), de que o cientista, ser humano produtor do conhecimento, é um ser corporificado. Sendo assim, aquilo que é produzido pela ciência se realiza de determinado ponto de vista de um ser generificado e racionalizado.

Apontamentos iniciais

Historicamente, grupos pertencentes ao meio LGBTTQI+[2] e mulheres cis-hétero foram, e ainda são, excluídos de decisões das políticas urbanas, sendo desconsiderados também nas questões referentes ao planejamento urbano das cidades. Segundo Vieira (2013, p. 16), as experiências masculinas são consideradas como experiências de todos os seres humanos, sendo apresentadas como uma norma universal. Já o discurso urbanístico afirma que a cidade deve ser encarada com temáticas neutras no que diz respeito a várias perspectivas, incluindo o gênero entre elas. Com isso, podemos notar algumas problemáticas existentes nesse discurso.

Em primeiro lugar, os planejadores desses espaços são representados prioritariamente por homens cisgênero, de modo a atender e reforçar

1. Pessoa que se identifica com a identidade de gênero designada em seu nascimento. Sinônimo de cissexual. Abreviado como cis.

2. Acrônimo de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros, Queer e Intersexuais. O sinal de + ao final é usado para englobar qualquer outra pessoa que não esteja coberta pelas outras seis letras iniciais.

uma ideologia patriarcal já existente. De acordo com Durán (2008), as perspectivas neutras têm um peso sobre o conhecimento dos sujeitos, sendo que há uma generalizada pretensão de converter algumas perspectivas particulares em universais. Contudo a suposta perspectiva neutra e universal tem gênero e idade, etnia e língua. Com isso, uma vez que o sujeito desse conhecimento não é neutro, ele contraria o referido discurso urbanístico vigente, pois o dito “sujeito neutro” é corporificado, dotado de uma série de atributos predeterminados.

Adotarei aqui o conceito de planejamento urbano utilizado por Duarte (2013), o qual não se aprofunda na questão semântica da palavra e de seus termos correlatados, e o definirei como o conjunto de medidas tomadas para que sejam atingidos os objetivos desejados, tendo em vista os recursos disponíveis e os fatores externos que podem influir nesse processo. Assim, com o intuito de reduzir a desigualdade socioespacial e a segregação urbana, o planejamento urbano pode utilizar diversos instrumentos jurídicos, técnicos (desenvolvidos pelo urbanismo) e políticos, com gestão voltadas especificamente para essa finalidade. Mais ainda, entenderei esse, de acordo com Ribeiro & Cardoso (1994), como o conjunto dos princípios que orientam o “diagnóstico da realidade urbana”, bem como a definição da forma, objeto e objetivos das intervenções propostas para ele.

Segundo Del Valle (1997), assim como o conhecimento, há um sentido cultural na construção dos espaços que habitamos. Dessa maneira, eles não são neutros, sendo seu desenho limitado, hierarquizado e avaliado desde estruturas androcêntricas de poder. Massey (1994), de maneira complementar, afirma que esses espaços partem da concepção de uma identidade cultural masculina em consequência de um sistema de dominação. Com relação a produção do conhecimento relacionado à temática, Molina Petit afirma que:

Los principios de la arquitectura no son neutrales al género: el diseño de arquitectura ha sido realizado fundamentalmente por varones, atendiendo a las necesidades de los varones y los valores inherentes han sido transmitidos por varones que dominan las escuelas de arquitectura y escriben los libros de teoría arquitectónica. (MOLINA PETIT, 2003, p. 132)

Já o conceito de gênero é aqui compreendido como a relação estabelecida a partir da percepção sociocultural das diferenças biológicas entre os sexos, atribuindo a cada um desses papéis específicos na sociedade. Essas distinções são (re)produzidas a partir de oposição masculino/feminino e conseqüentemente relacionadas a outras dicotomias: grande/pequeno, forte/fraco, grosso/fino,

pesado/leve, gordo/magro, solto/tenso, dominante/dominado, acima/abaixo, ativo-penetrar/passivo-ser penetrado (BOURDIEU, 1999). Essas oposições/hierarquizações são arbitrárias e [sócio]historicamente construídas, sendo dotadas de clara hierarquia, enquadrando sempre o ser masculino e seus semelhantes nos valores julgados elevados, positivos e superiores (ANJOS, 2000).

Desse modo, a identidade de gênero não é algo neutro, acidental ou extrínseco, atuando fundamentalmente como uma proteção à norma hegemônica cis-heterossexista e misógina. Reflexões advindas de estudos provenientes de movimentos feministas e LGBTQI+ demonstram que o gênero é uma construção social, resignada por circunstâncias histórico-antropológicas e discursos sociais e, de maneira alguma, derivado de condições biológicas previsíveis estatisticamente. O sexo é biológico, já o gênero é o fazer, é a prática performada por um sujeito, “o gênero não deve ser meramente concebido como a inscrição cultural de significado num sexo previamente dado” (BUTLER, 2003, p. 25). Ou seja, o gênero é um processo, e pode ou não corresponder ao sexo atribuído ao nascimento. Como afirma Cortés (2008, p. 137) sobre o conceito de gênero, “mais que estático e reativo, é inevitavelmente performático, sendo sempre posto em prática como uma complexa encenação de auto representação e auto definição”. O que nos leva à ideia de performatividade[3] com base em Butler (2003), que diz respeito às normas socialmente construídas que se impõem às pessoas e que são incorporadas por elas em atos repetidos no cotidiano. Sendo assim, é possível concluir que o gênero, algo tão complexo e arriscado de ser definido, pode ser entendido em sua totalidade em um dado momento histórico determinado, sendo esse fluido e dinâmico.

[...] el género no es a la cultura lo que el sexo es a la naturaleza; el género también es el medio discursivo/cultural a través del cual la “naturaleza sexuada” o “un sexo natural” se forma y establece como “prediscursivo”, anterior a la cultura, una superficie políticamente neutral sobre la cual actúa la cultura. (BUTLER, 2007, p. 55-56)

Nesses esquemas de classificação, a sexualidade é pensada de maneira instituída e pré-concebida, sempre presumindo o sujeito como “normal”, ou seja, o sujeito como heterossexual, estabelecendo uma ordem compulsória entre sexo, gênero e desejo, levando ao conceito da heterossexualidade compulsória[4] (RICH, 1993). Os papéis de gêneros aparecem como modelos de comportamento estabelecidos aos sujeitos em função do seu sexo biológico, com uma imposição direta de homem = masculino e mulher = feminino. Essa classificação se dá com base na já mencionada oposição e hierarquização masculino/feminino, realizando a contraposição ativo/passivo, remetendo a perspectiva sexual e de poder. Essas

3. Leia mais em “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”.

4. A autora propõe a ideia da heterossexualidade como uma instituição política que retira o poder das mulheres.

relações são corporificadas e a cultura dominante classifica e rotula valores e significados para o “grupo dos outros”, definindo, como afirma Silva (2013), as normas sociais que designam esse grupo, de forma degradante, como desviantes, impuros, feios, repugnantes, doentes e fora de ordem. Mais ainda, evidenciando a propensa dominação masculina e como o gênero é uma construção social e não algo biológico.

A partir dessas designações, o masculino é colocado no polo dominante e o feminino exatamente do lado oposto, uma vez que, dentro da estrutura ideológica provinda da cultura ocidental, patriarcal e cis-heterossexista, a masculinidade foi tradicionalmente estruturada como o gênero normativo ou único sexo. Com isso, a mulher/o feminino é apresentado como o fraco, o vulnerável, o estranho. Já o homem/o masculino, ao contrário disso, tem seu caráter associado ao forte, ao inatacável, ao natural, mostrando que cada gênero tem um caráter simbólico muito bem definido e hierarquizado, com clara evidência de superioridade. Bozon (1999) afirma que essa dominação tem como concepção que o homem é o sujeito e a mulher o objeto (o homem “come” a mulher); concepção estabelecida por meio dos papéis de gênero tendo como norte a rejeição da passividade, atitude tida como absolutamente feminina.

Green (2000) afirma que, até muito recentemente, a média dos brasileiros confundia homossexualidade masculina com efeminação. Ser homossexual era associado determinantemente às características tidas como femininas, à passividade. Ele explica que, segundo antropólogos, a preponderância dessa ideia é resultado do sistema de gêneros brasileiro, uma vez que esse é hierarquicamente estruturado de modo a dividir os homens em duas categorias distintas: o homem (tido como o homem “verdadeiro”) e o bicha. Essa relação binária, mais uma vez, espelha as categorias de gêneros heterossexualmente definidas, tendo como modelo o homem e a mulher, associando esses indivíduos ao “ativo” e ao “passivo”. A “passividade”, ao ser conferida ao sujeito, atribui-lhe a posição social da mulher. É importante ressaltar que em momento algum estou me referindo à passividade com referência sexual, mas sim como característica intrínseca atribuída a esse sujeito.

Os referidos papéis são estruturados a partir desses gêneros e articulados desde uma concepção patriarcal e hierárquica, sendo que o espaço que deve ser ocupado por cada gênero é definido a partir dessa determinação. Segundo Montaner e Muxí (2014), a cada um dos sujeitos é concedido um espaço: a casa e a cidade. Já Silva (2013) completa afirmando que os espaços são associados a um sentido bipolar, masculino/feminino, sendo que essas características de dualidade e oposição são reproduzidas criando outras associadas a elas: público/privado, sagrado/profano, local/global. Da tal forma que, para o sujeito masculino, é oferecido o espaço externo, o público, o irrestrito e, em contraponto, ao sujeito feminino é oferecido o espaço

privado, o âmbito residencial e restritivo, confinando-as fisicamente e/ou privando seus movimentos.

Silva (2013) afirma que, ao estabelecer essas relações de poder ditas corporificadas e aprisionar o “outro”, os grupos dominantes estão aptos a tomar sua posição como sujeitos desincorporados e sem marcas. Isso porque eles se constituem como a referência positiva a que todos os demais indivíduos da sociedade são comparados. Esses indivíduos estabelecem os espaços de dominação. Tendo em vista que o responsável pelo planejamento urbano normalmente é masculino, podemos afirmar que o sujeito desse conhecimento não é neutro, mas sim sexuado, e que o conhecimento produzido ao longo da história por esse sujeito, pretensamente universal, é unicamente um conhecimento masculino e falocêntrico, no qual as mulheres ou qualquer grupo que se aproxime das características atribuídas a elas não são reconhecidos. Ou seja, o homem tem incorporado sua identidade masculina como única identidade possível, negando ao feminino uma subjetividade própria (RIVERA GARRETAS, 1994).

O espaço urbano é um reprodutor das dinâmicas que ali ocorrem não se restringindo a ser um “mero cenário no qual ocorrem coisas de vez em quando, mas o resultado conjunto da ação e do discurso dos diferentes setores sociais” (CORTÉS, 2008, p. 123), prevalecendo quase sempre o dominante, o opressor. Sendo assim, ainda segundo o autor, “tanto as pessoas como os espaços têm um gênero” (CORTÉS, 2008, p. 124). Ou seja, esses espaços não são lugares inertes, mas sim significativos na construção de identidades, onde as relações sociais e espaciais coexistem.

[...] o espaço urbano estabelece – em sua distribuição, utilização, transferência e simbolização – hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros. Dessa forma, enquanto o trabalho e as atividades masculinas (bem como suas necessidades e prioridades) são o que organiza majoritariamente a casa e a cidade, ambos se adaptam aos movimentos, tempos e desejos da masculinidade, do mesmo modo que omitem as experiências diferentes ou dissidentes dessa masculinidade. (CORTÉS, 2008, p. 135)

Novas (2014) menciona que a ausência da abordagem de demandas sociais no campo da arquitetura é justificada por essa ser reconhecida como ciência exata de padrões estritamente funcionalistas e técnicos. Esse argumento se ampara em uma rigorosa objetividade científica que, somada a uma visão cultural patriarcal, teve como resultados a

negação das necessidades dos grupos sociais mais vulneráveis que se afastavam do modelo padrão adotado. Atualmente, os estudos de gênero relacionados à arquitetura e ao urbanismo são cada vez mais presentes, representando formas de análise social, cultural e espacial. Contudo, do mesmo modo que a produção da teoria da arquitetura, o espaço não é neutro.

Como afirma Montaner (2014), as janelas – reais ou metafóricas – são os espaços de acesso ao exterior destinado ao feminino, baseado em um modelo cultural dominante, impositivo e hierárquico. Com isso, a mulher vive o exterior por meio das experiências do homem da casa, observa e contempla a rua da janela e da televisão. O feminino não vive sua realidade e sim uma realidade mediada, desfrutada e vivida por outros, uma realidade que não lhe cabe, que oculta sua subjetividade e nega sua possibilidade de ser, uma vez que essa é a construção ideal buscada pelas hierarquias dominantes. Desse modo, o espaço exterior urbano é onde as mulheres desenvolvem os papéis complementares aos seus papéis socioculturalmente atribuídos.

O plano do hipercentro

O Plano de Reabilitação do Hipercentro de Belo Horizonte foi desenvolvido pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas com consultoria da empresa Práxis Projetos e Consultoria Ltda, no ano de 2007. Durante a sua elaboração, houve a colaboração de diversas Secretarias Municipais e da comunidade belo-horizontina, em especial aquelas que residem, trabalham ou mantêm algum vínculo com a região central. A área contemplada pelo Plano compreende os quarteirões correspondentes ao Hipercentro legal definido pela Lei nº 7166/1996 como macrozona de Belo Horizonte, acrescido do Parque Municipal, parte dos quarteirões ao longo do Ribeirão Arrudas, dois quarteirões da área hospitalar e quarteirões adjacentes à Av. Bias Fortes, como ilustrado na Figura 1 a seguir.

O objetivo principal do Plano do Hipercentro foi apontar soluções, desenho urbano e paisagismo que permitissem dinamizar o uso e ocupação da área, de forma a implementar a melhoria do ambiente urbano e a valorização das áreas públicas, conferindo-as condições e vida compatíveis com seu potencial e sua importância na cidade. Segundo informações presentes na documentação referente ao Plano, sua forma de construção deu-se de maneira coletiva mediante o que se chamou de um “pacto” entre a administração pública municipal e a comunidade. Isso foi feito com o objetivo de se buscar um Hipercentro “melhor”: ambientalmente mais qualificado, socialmente mais plural e mais dinâmico do ponto de vista econômico. Além disso, o Plano trata a área como principal referencial simbólico da cidade.

Ainda de acordo com informações encontradas no Plano, o Hipercentro

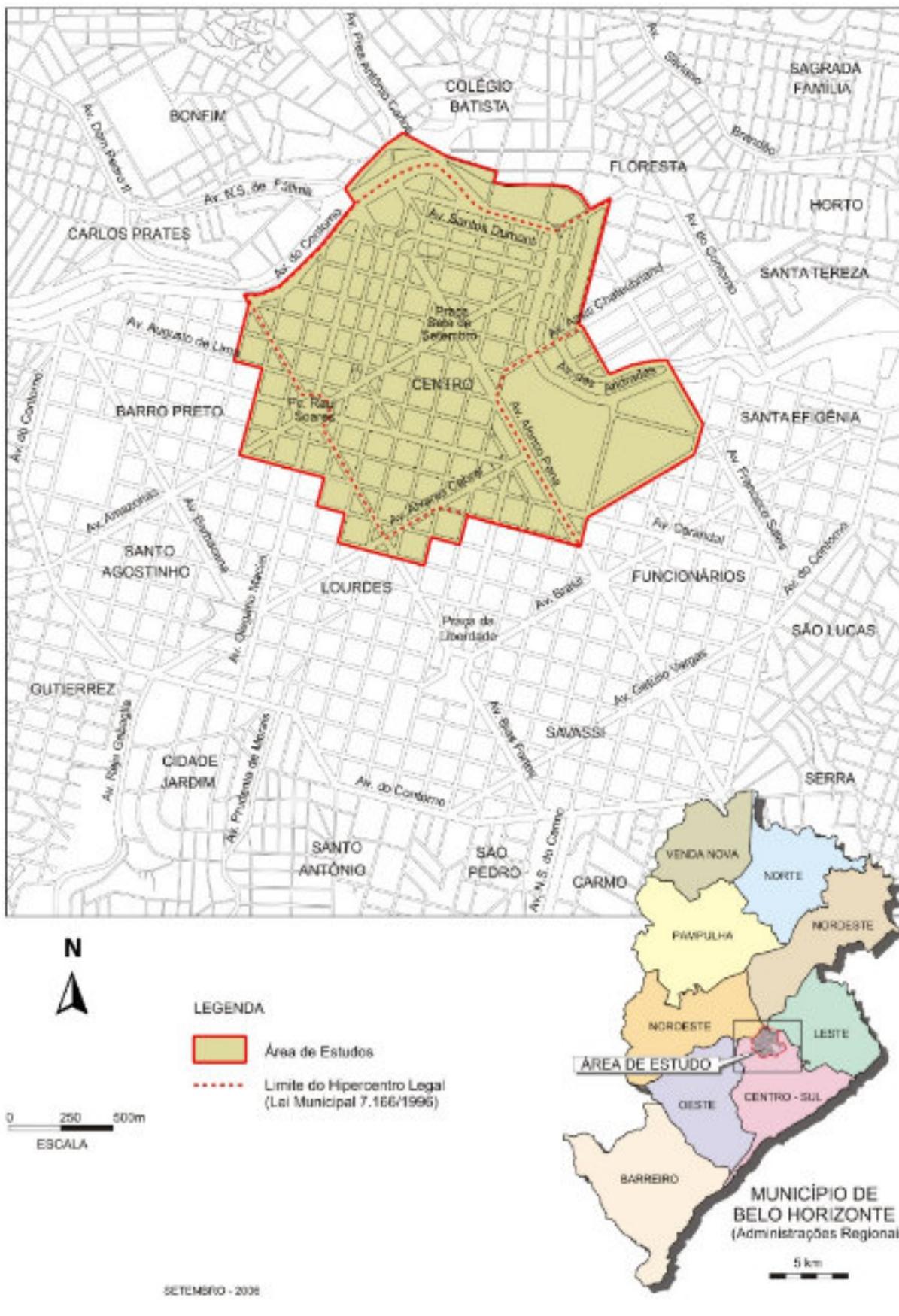


Fig. 1. Mapa com delimitação da área do Hipercentro. Fonte: PBH & PRÁXIS, 2007.

5. Haussman foi nomeado prefeito do Departamento de Sena (Paris) em 1853 e, sob o comando de Napoleão III, idealizou uma reforma radical que modificou a estrutura tradicional de *percements*, parcelamento por quarteirões, implementando na área central o desenho axial que modificou a estrutura local da cidade.

de Belo Horizonte é caracterizado como uma área abrangente e diversificada, não só no que se refere à ocupação e o uso dos espaços privados, mas também quanto às formas de uso do espaço público. De acordo com a pesquisa e realizada para sua formulação, a área continua a exercer função privilegiada no contexto da cidade como espaço democrático, propiciando diversas possibilidades de contato com os mais diferentes públicos. As dinâmicas urbanas ocorridas na área do Plano são descritas como formas de definição de territórios de apropriação, muitas vezes fluidos, efêmeros e superpostos, mas que contribuem para a construção de diferentes escalas de relacionamento humano, do local ao metropolitano. Ou seja, é entendido que os grupos identificados na composição dessas dinâmicas são de suma importância para o espaço analisado.

Segundo o Plano do Hipercentro, está nos centros urbanos a possibilidade da instauração de uma zona neutra da cidade, na qual grupos diversos interagem, sendo um ponto de contato privilegiado para trocas, para a festa e para o desenvolvimento de cultura, sendo que ali é explicitado que o termo “neutra” não aparece no sentido de “indiferente”, mas sim no sentido de imparcial. A zona neutra seria uma zona receptiva aos mais diversos modos de uso do espaço, onde a troca encontra um ponto passível de efetivação, propiciador da consciência, interlocução, reflexão e construção de novos valores. Contudo, essa neutralidade é baseada e criada por um sujeito pré-estabelecido, rompendo com o discurso vigente dessa “zona neutra”.

Urbanismo tecnicista e perspectiva de gênero

Desde muitos anos, procura-se, em grande parte, a criação de cidades por meio de um planejamento urbano onde os espaços estarão desobstruídos, assépticos e puros, que causará privações em seus ocupantes. Como afirma Sennett (1997), os planejadores urbanos da época da Revolução Francesa, por exemplo, tentaram criar espaços abertos e desprovidos de obstáculos naturais ao movimento e à visão. Esses espaços, dotados de tais características, permitiam a máxima vigilância policial à multidão. Anos após, seguindo e materializando essas mesmas ideias, o barão Haussmann [5] executou o maior projeto de renovação urbana dos tempos modernos: a reforma urbana parisiense. Vias mais largas foram abertas, de maneira a possibilitar maior fluxo de veículos, houve a separação dos bairros pobres dos bairros ricos, além de todas as medidas tomadas, em conjunto, permitirem um maior controle das pessoas. Essa forma de planejamento urbano quase militar reflete a força masculina e comprova a imposição sobre a sociedade por meio da criação de um espaço limpo e de fácil domínio, permitindo um importante controle social da população da cidade. Por meio dessa organização espacial, busca-se construir uma cidade tida como perfeita, na qual a feiura e a desordem não existam, onde a cultura arquitetônica tradicional realça

os papéis do homem e seu poder social, e, mais ainda, mantém reprimida a sexualidade no espaço, conservando-o limpo, estéril e organizado.

Em uma de suas obras, Foucault (2013) traça a relação entre corpo e poder demonstrando a construção, fabricação e modelação que são impostas aos corpos dos indivíduos de modo a docilizá-los. Isso é feito com o propósito de normalização e regulação da sociedade de modo a negar a subjetividade dos indivíduos. O autor utiliza o exército e suas práticas como um exemplo do que ele vem a chamar de sociedade disciplinar de controle, cujo corpo do indivíduo passa a ser visto como objeto. O poder utilizado para essas imposições é uma estratégia de localização e controle dos corpos dóceis, de modo que esses, bem como os sujeitos, sejam moldados com base em um conjunto de regras de obediência e subserviência, com a finalidade de ter uma função. Aos métodos utilizados para que se obtenha o controle detalhado e silencioso das operações ligadas aos corpos, impondo-lhes uma relação de docilidade-utilidade, é o que podemos compreender como “disciplina” (FOUCAULT, 2013).

Sabe-se que os processos disciplinares existem nas cidades há vários anos, como nos conventos e nos exércitos. No entanto, ao longo dos séculos XVII e XVIII, esse processo tornou-se uma forma geral de dominação radical dos indivíduos no meio social. O autor argumenta que a escola e o exército funcionam como repressores de toda micropenalidade de tempo, da atividade, da maneira de ser, dos discursos, do corpo e da sexualidade. Ao mesmo tempo, é utilizada, a título de punição, toda uma série de processos sutis que vão desde o castigo leve às privações ligeiras e pequenas humilhações. A disciplina é utilizada de maneira a aplicar punições aos indivíduos que descumprem a normalização estabelecida (FOUCAULT, 2013). O aparecimento do poder do grupo dominante está vinculado às microrrelações sociais sendo que, ainda segundo Foucault (2012), na sociedade há milhares e milhares de relações de poder e, como consequência, relações de forças de pequenos enfrentamentos e micro lutas, exemplificando que há relações de poder impostas entre homem e mulher, entre aquele que sabe e aquele que não sabe ou entre os pais e as crianças. Cortés reitera que

desde fins do século XVIII, a cidade começa a ser entendida como lugar de controle, codificação e regulação do conjunto de práticas sociais que nela se realizam, bem como da racionalização de seus espaços a serviço de um projeto global de organização social. (CORTÉS, 2008, p. 53-54)

E afirma ainda que

cada vez mais a cidade contemporânea instaura atitudes e formas de atuação

para organizar e estruturar o controle dos desejos do corpo através de dois aspectos que [...] são básicos: o primeiro, a criação de certos “espaços dóceis”, fáceis de vigiar e controlar; o segundo, o esforço de obter “corpos ausentes” e/ou negados para que o prazer e os desejos desapareçam dos espaços públicos. (CORTÉS, 2008, p. 28)

Esses espaços são capazes de expressar o ideal de uma sociedade, de modo a manifestar ordens e proibições, de maneira autoritária, por meio de uma linguagem que pode ser entendida como se fossem “textos espaciais”, ressaltando que o traçado das casas e cidades tem como base um modelo masculino, como afirma Darke (1998). Para Cortés (2008), o espaço urbano deixou de ser compreendido como algo “natural”, no sentido de dado, para ser compreendido cada vez mais como “político”, no sentido de socialmente construído, e não historicamente institucionalizado, ao mesmo tempo em que as técnicas de ocupação espacial, de invasão e de vigilância são vistas como instrumentos de controle social e individual, com o intuito de estabelecer aos corpos quais as suas possibilidades e limites em sua apropriação.

[...] quando o homem controla e vigia o espaço urbano, faz que seus interesses passem por interesses globais da sociedade e, para tanto, não hesita em apresentar esse espaço como um espaço descorporificado, indeterminado, como se não possuísse nenhum caráter específico, isto é, como se fosse neutro. E mais: nega a todos os setores que não participam da sua maneira de entender a sexualidade ou os gêneros o direito de ser vistos, identificados, representados, pois pretende torná-los invisíveis e silenciosos. E frequentemente conseguem. (CORTÉS, 2008, p. 133)

O cenário público foi considerado, durante muito tempo, com limitações, e até proibições, para quem fugia do padrão de virilidade exigido para sua utilização, sendo assim entendido como território natural da figura do homem viril. Contudo essa figura não é representada por qualquer tipo de homem, e sim o que tinha a virilidade aflorada de maneira a sobressair e se destacar positivamente, visto que qualquer tipo de expressão feminina era (e ainda hoje, é) um valor negativo, de fraqueza e estigma. Dessa maneira, a esses indivíduos viris, era conferida a esfera pública, a liberdade, os locais onde se desenvolve a vida social. Já aos que não se enquadravam a esses padrões, sejam mulheres ou homens

homossexuais, era concedida a esfera privada, junto à negação do acesso ao âmbito público, as áreas fundamentais da sociedade. Essas políticas do espaço possuem objetivos que propõem organização por meio de um firme controle das áreas públicas da cidade e de algumas pessoas sobre outras, acentuando ainda mais as desigualdades e a marginalização social, ao mesmo tempo que impossibilita a integração e a manifestação cultural dos diferentes setores da população (CORTÉS, 2008).

O sujeito neutro do discurso

Tradicionalmente, o sujeito do pensamento, do discurso, da história e do desejo se declara como universal e se consagra como representante único de toda a sociedade. O pensamento produzido por esse sujeito, ilusoriamente universal, ao longo da história, não é neutro, mas sim sexuado. É um conhecimento masculino, onde as mulheres ou qualquer outro sujeito fora desse padrão dominante não se reconhecem. Isso ocorre porque, na sociedade patriarcal, o homem implementou sua identidade masculina cis-heteronormativa dominante como a única possível, negando a todos os outros uma subjetividade própria. A oposição ativo/passivo traz consigo a heterossexualidade como norma, fazendo com que, neste sentido, a homossexualidade seja considerada uma subversão da norma instituída.

La división del trabajo entre hombres y mujeres fue el origen de la distinta concepción y división de los espacios [...] Se trata entonces de repensar el espacio (tanto el público como el privado) para que no esté generado por “roles” establecidos en función de los sexos, sino por opciones individuales, (CEVEDIO, 2004, p. 94)

Normalmente, entende-se o termo privado como relativo a íntimo, pessoal e interior; ele está restrito ao contexto do indivíduo, não o tornando público. Com isso, é facilmente relacionado a sentimentos, afetividade e relações. De outro modo, o termo público possui relação ao explícito, ao comum e ao conhecido. E é associado ao conflito, ao encontro e ao coletivo. As citadas valorações atribuídos a esses espaços dão origem a dois enfoques distintos: o do relacional voltado aos sentimentos, vinculado ao privado, e o da autonomia e dinâmica, ligada à esfera do público. De maneira também binária, desconsiderando qualquer variação tida como “não habitual” da possibilidade de se identificar com outro gênero, esses conceitos normalmente possuem significância distinta se relacionados ao homem ou à mulher. Utilizando dessa lógica, o cenário público foi considerado durante muitos anos, e ainda hoje é, tabu para as

mulheres, sendo entendido como campo natural dos homens, o lugar onde eles podem sobressair-se e destacar-se. De maneira similar, os homens relacionam a esfera privada à liberdade, já as mulheres o vinculam à negação de possibilidade de acesso às áreas fundamentais da sociedade, como afirma Cortés (2008).

[...] o privado, ao ser espaço do refúgio, é também o lugar das relações que não são meramente instrumentais, aparecendo tudo aquilo que é inadequado, inoportuno, inconveniente ou vergonhoso, tudo aquilo que não convém mostrar aos estranhos, pois nos converte em indivíduos fracos e vulneráveis. A casa particular constrói e reflete nossa identidade social e é o ponto de conexão entre a vida emocional e sexual e a vida política e econômica, além de ser o lugar em que se reproduzem as relações de classe e/ou gênero. [...] Para muitas pessoas, é um lugar onde a distribuição espacial produz e provoca a materialização das relações de domínio e poder; um lugar onde, frequentemente, se desenrolam a violência física e/ou psicológica contra o mais fraco, a opressão de gênero ou as violações sexuais. (CORTÉS, 2008, p. 80)

Dovey (1999, p. 45) escreve que “o entorno construído é um meio primário para as técnicas de estabelecimento, legitimação e reprodução de ideologia em todos os níveis, da casa à cidade”. Com isso, é possível concluir a arquitetura e urbanismo não são arbitrários ou inocentes, ao contrário disso, eles são uma forma de legitimação e reprodução de certo ponto de vista e ideologia de determinado grupo social.

A arquitetura, a construção de entornos urbanos, é uma forma de representação que se compõe de imagens e textos; são criações culturais, dado que tanto o processo de construção como as formas traçadas expressam valores ideológicos e acarretam normas de comportamento e relação que dotam a realidade urbana de conteúdo muito específico. Um conteúdo que, na maioria das vezes, costuma responder à uma subjetividade dos homens brancos, misóginos e heterossexistas, que, além

de tudo, possuem um certo poder econômico, têm veículo próprio, são independentes, não envelhecem nem necessitam de ajuda. Quer dizer, um arquétipo de habitante bastante minoritário e que é estático, não evolui. Uma aposta ideológica que consegue tornar invisíveis as mulheres e os diversos setores sociais minoritários e que, em contrapartida, se quer interpretar como uma proposta “neutra” e ótima para o conjunto da sociedade. Sem dúvida, quanto mais parte de uma minoria ou menos produtivo alguém for (desempregado, sem documentação legal, etc.), muito mais discriminado, apartado e ausente se sentirá desse projeto “para todos”, que conta com bem poucos. (CORTÉS, 2008, p. 142)

Assim, Cortés (2008) conclui que a arquitetura em geral e a casa particular assumem o aspecto e a função de um dispositivo de manutenção da ordem social. De maneira complementar, Debord (2000) afirma que a organização da cidade moderna tem como objetivo ininterrupto a preservação do poder da classe dominante, mediante o isolamento da população, algo que se revelou uma forma de controle muito eficaz. Foucault (2013) confirma que a arquitetura atua como um instrumento repressivo e autoritário que imprime sobre os corpos um inflexível controle social, sendo essas características advindas de um lógica patriarcal, centrada em um espaço urbano que olha, controla e vigia, que possui objetivos disciplinares que pretendem o adestramento dos corpos por meio de ordens distintas, como a família, a moral estabelecida, o poder político e econômico e o simbolismo e a liberdade seletiva do predomínio falocêntrico, que procura dominar e controlar o espaço.

Pretende-se, assim, obter uma homogeneização racional da cidade, uma nítida divisão entre vida pública e privada, bem como a criação de espaços pretensamente assépticos e puros, onde os corpos possam ser submetidos à disciplina da banalização e ao controle de seus desejos. (CORTÉS, 2008, p. 29)

A arquitetura tradicional manteve reprimida a sexualidade no espaço e o conservou esterilizado como uma economia técnica sob o controle do mito da arquitetura projetista. O espaço urbano estabelece, em sua distribuição, utilização, transferência e simbolização, hierarquias e prioridades que favorecem determinados valores e anulam outros,

conforme a ordem patriarcal imposta sócio historicamente. Assim, Cortés (2008) afirma, com base em estudos de Diana Agrest, Beatriz Colomina, Linda McDowell e Jane Rendell, que o trabalho e as atividades masculinas, assim como suas necessidades e prioridades, são os responsáveis por organizar e planejar a cidade, adaptando-a aos movimentos, tempos e desejos da masculinidade. Ainda mais, omitem as experiências e necessidades que não provem desse desejo.

Tudo isso é feito com o intuito de que o homem viril (e somente esse) aproprie-se do espaço urbano, o controle, o vigie e o produza. Desse modo, esse urbanismo faz parecer que haja a existência de apenas um corpo, uma sexualidade e um gênero: o majoritário, que se deseja passar como único, como experiência universal e abrangente. O desenho arquitetônico e a organização espacial, por meio de códigos, símbolos e convenções, ajudam a construir uma representação das relações de gênero que apresentam e evidenciam os privilégios e a autoridade masculina, fazendo com que essa seja entendida como algo natural. Como explica Cortés (2008, p. 32), “não é que o espaço contenha as identidades de gênero, mas este é um elemento que faz parte delas”.

Baseado em pensamentos de Cortés (2008), pode-se dizer que as concepções arquitetônicas e urbanísticas mais tradicionais confiaram no levantamento arquitetônico, baseando todas suas opções em supostos projetos profissionais de caráter técnico (de conteúdo geométrico ou espacial), com a finalidade de evitar abordar as diferenças existentes entre os sujeitos – seja ela de tipo social, sexual ou de gênero – ou que essas “contaminem” sua prática e teoria. Dessa maneira a expressão de uma geometria autoritária sustentada por um pensamento patriarcal e hegemônico, que reproduz a subordinação do feminino e nega as diferenças sociais e a existência espacial das minorias é evidenciada. O que inicialmente se apresenta como decisões puramente econômicas e pragmáticas, revela, a posteriori, o entendimento da cidade como um território para ser ocupado pelos setores majoritários e de trânsito para as minorias.

[...] a cidade planejada pelos arquitetos e urbanistas vinculados ao poder se opõe à cidade praticada pelos indivíduos que a usam no dia-a-dia e que lhe conferem conteúdo com seus atos cotidianos, visto que cada grupo social necessita encontrar espaços e lugares, signos e sinais com os quais se identificar e reforçar a própria identidade. (CORTÉS, 2008, p. 123)

Os diversos espaços existentes na cidade possuem diferentes significados, representando relações de poder variadas, portanto não existe espaço sem uma relação de poder, podendo esse apenas variar com o tempo. Assim como a produção da teoria da arquitetura, o

espaço não é neutro, pois esse se trata de uma construção cultural advinda de relações de poder, sendo que, como escreve McDowell (2000, p. 15), “os espaços surgem das relações de poder; as relações de poder estabelecem as normas; e as normas definem os limites, que são tanto sociais como espaciais, porque determinam quem pertence a um lugar e quem permanece excluído”. Tendo isso claro, o técnico responsável pelo planejamento urbano pode favorecer o convívio das diferentes realidades que se apropriaram de determinado espaço ou criar espaços excludentes, gerando isolamento e segregação. Por isso, ele deve ter sempre em consideração que os diversos atores sociais não se apropriam da mesma maneira da cidade. Um rico empresário, um homem em situação de rua, uma deficiente visual, um jovem gay, uma lésbica e uma mulher grávida não vivenciam a cidade da mesma maneira, sendo que, alguns desses atores, necessitam de mais ou menos intervenções para que possam apropriar-se dela de maneira mais igualitária, uma vez que cada um construiu uma vivência e subjetividade própria.

São, portanto, a soma e a disputa entre todas essas possíveis cidades que configuram a “cidade” em que vivemos. Assim, é preciso tentar desconstruir essa visão da cidade como um espaço neutro e sem história, na qual é subjacente uma concepção atemporal e deslocalizada que tem a pretensão de criar categorias universais de validação. Essa ideia implica uma falta de percepção das diferentes identidades e das diferenças entre elas, ao mesmo tempo que é uma aposta decidida na globalidade e na universalidade, valores profundamente masculinos. (CORTÉS, 2008, p. 32-33)

Cortés (2008) explicita que a arquitetura tem a capacidade de recriar um jogo imaginativo pelo qual pode refletir nossos sonhos (identidade, sexualidade, imortalidade, etc.) e nossos medos (violência, segurança, diferença, etc.), e dependerá dela a maneira com que se relacionará com o espaço, oferecendo conforto ou intimidação. Todo elemento presente no entorno construído ajuda a estabilizar uma ordem e uma identidade espacial, não expressando em si opressão ou libertação, mas condicionando as diferentes formas de prática social, sendo inevitável o envolvimento de autoridade e capital simbólico nesses. As formas urbanas são, como o autor afirma, os espelhos sociais pelos quais ajudam a construir e a transformar a realidade urbana, tornando inevitável a cumplicidade da arquitetura com as formas de poder.

[...] ao contrário do que parece, o espaço não é homogêneo nem apolítico, tampouco pode ser concebido em si e para si mesmo, mas

é produto da história, um lugar de reencontro dos aspectos materiais, financeiros, culturais, etc. O espaço, mais que uma condição prévia (um lugar), é o resultado de uma atividade, portanto possui uma dimensão temporal. É produto social que não aparece estático, pois à sua maneira, é criador e criação de um conjunto de relações dialéticas em permanente transformação e nas quais intervém de modo incisivo. (CORTÉS, 2008, p. 21)

No caso dos homossexuais, a tentativa de evitá-los no espaço público é provinda de um desejo de reduzir riscos, especialmente o de encontrar com o “outro”, com o diferente, evitando, ao máximo, qualquer tipo de estranhamento ou possíveis conflitos sociais. Ao possibilitar a eles o convívio nesses espaços, o restante da população corre o risco de ter que encarar a diferença, o ser heterogêneo. Assim, ao reivindicar que determinada parte da população não ocupe um determinado espaço, entende-se que esses pertencem a um sujeito pré-estabelecido, ou seja, são dotados de certa homogeneidade em seu planejamento.

O espaço público deixa de ser um lugar de encontro e de fomento da vida social, tornando-se algo relacionado à regulação estrita, em que tudo esteja ao alcance da visão, sendo possível de ser controlado, onde o indivíduo sente-se seguro e considere garantida tal segurança pela ausência dos “corpos estranhos”, do encontro com o diferente e da homogeneização do espaço urbano.

Reflexões finais

Ao longo das ideias apresentadas neste trabalho é possível perceber a necessidade do entendimento da cidade por meio da diversidade de atores ali presentes, suas diferentes condições, limitações e construções simbólicas e materiais, bem como o entendimento do poder simbólico presente no espaço urbano. É importante ressaltar que as pessoas são elementos que interagem diretamente com o espaço urbano e que, ao mesmo tempo, produzem e são produzidas por ele. O espaço somente adquire seu significado integral, uma vez que o corpo produz espaço, vive em um espaço, faz parte desse espaço, situa-se nele e o percebe à sua volta.

É possível perceber que há a necessidade de uma maior abrangência dos planos urbanos, de modo contemplar todos os atores da sociedade, não tendo um padrão como modelo, de modo que a cidade seja uma projeção de toda a sociedade e não de parte dela. Os debates pelo direito à cidade para os grupos minoritários aqui abordados

incluem diversas dimensões, sendo essas semelhantes às que regem o direito à cidade já tão estudado: a dimensão política, a simbólica e a material. Pode-se destacar que “as conflituosas questões de gênero devem ser enfrentadas por homens e mulheres para que as mudanças na mentalidade e cultura possa garantir a produção de espaços urbanos mais acolhedores [...]” (CASIMIRO, 2017, p. 10). De forma mais enfática, Marques (2017) afirma que o urbanismo deve ser feminista.

Ser feminista não significa ser feito apenas por mulheres, mas remete à necessidade de combate aos padrões que oprimem, que não respeitam as diferenças. São padrões que estabelecem que o homem [cis]heteronormativo é superior, e por isso permite que as regras sejam elaboradas a partir desse ponto de vista. Compreender que as diferenças de gênero acarretam diferentes demandas nas formas de ocupação da cidade – e especialmente que as mulheres não compõem um grupo uniforme, mas que é preciso considerar a interseccionalidade que contempla a diferença entre gênero, [sexualidade], classe e raça – traz à tona a importância do território na cidade, onde sabem que há zonas onde as leis são mais ou menos respeitadas, a depender de quem as ocupa. (MARQUES, 2017, p. 85)

Há grande necessidade de desconstrução do sujeito universal, uma vez que nosso pensamento está condicionado dentro de uma estrutura ideológica da cultura ocidental, burguesa, patriarcal e cis-heterossexista, que institui o sujeito masculino estruturado como gênero normativo. Devido a esse fato, a masculinidade se institui com a autoridade visual, ao passo que a feminilidade é relegada a lugares sem poder, fazendo com que a distribuição espacial do olhar ressalte os privilégios culturais do homem.

Como afirma Cortes (2008), é certo dizer que entre a arquitetura e os gêneros se estabelece uma difícil e complexa interdependência, pois ambos são produções culturais e, como tal, são consequências de uma época histórica determinada e, com isso, são suscetíveis de modificação ao longo do tempo. É por meio da segregação espacial que o grupo com mais poder perpetua sua vantagem, uma vez que por meio do espaço se controla o acesso ao conhecimento e aos mecanismos de decisão e prestígio. Deve se ter em conta que “tudo o que os homens escreveram sobre as mulheres deve ser suspeito, porque eles são, a um tempo, juiz e parte” (BARRE apud. BEAUVOIR, 1970, p. 17). Sendo assim, é fundamental o desvio do olhar que está condicionado por um sistema patriarcal, no qual o sujeito padrão ostenta o papel de criador, proprietário e expectador.

Referências

- ANJOS**, Gabriele dos. Identidade sexual e identidade de gênero: subversões e permanências. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 2, n.4, p. 274-305, jul/dez. 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/soc/n4/socn4a11>>. Acesso em: 12 ago. 2019.
- BEAUVOIR**, Simone de. O segundo sexo: Fatos e mitos. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. Trad. Sérgio Milliet
- BELO HORIZONTE**. Lei nº 7.166, de 27 de agosto de 1996. Estabelece normas e condições para parcelamento, ocupação e uso do solo urbano no Município, Belo Horizonte, MG, ago. 1996. Disponível em: <<https://cm-belo-horizonte.jusbrasil.com.br/legislacao/237741/lei-7166-96>>. Acesso em: 18 nov. 2018.
- BOURDIEU**, Pierre. A dominação masculina. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. Trad. Maria Helena Bertrand.
- BOZON**, Michel. Les significations sociales des actes sexuels. *Actes de la recherche en sciences sociales*, Paris, n. 128, p. 3-23, jun. 1999.
- BUTLER**, Judith. El género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad / Judith Butler. Barcelona, Paidós, 2007. Trad. Maria Antonia Muñoz
- BUTLER**, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileiras, 2003. Trad. Renato Aguiar.
- CASIMIRO**, Lígia Maria Silva Melo de. As mulheres e o direito à cidade: um grande desafio no século XXI. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: 2017. p. 07-11.
- CEVEDIO**, Mónica. *Arquitectura y Género: Espacio público / espacio privado*. Barcelona: Icaria, 2004. 102 p.
- CORTÉS**, José Miguel G. Políticas do espaço: arquitetura, gênero e controle social São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2008. Trad. Silvana Cobucci Leite
- DARKE**, Jane. La ciudad modelada por el varón. In: BOOTH, Chris; DARKE, Jane y YANDLE, Susan (Coord.). *La vida de las mujeres en las ciudades: la ciudad, un espacio para el cambio*. Madrid: Narcea, 1998. p. 115-130.

DEBORD, Guy. *Sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. Trad. Estela dos Santos Abreu.

DEL VALLE, Teresa. *Andamios para una nueva ciudad: lecturas desde la antropología*. Madrid: Cátedra, 1997.

DUARTE, Fábio. *Planejamento urbano [livro eletrônico] / Fábio Duarte*. – Curitiba: Ibpex, 2013. Disponível em: <https://www.passeidireto.com/arquivo/17035497/planejamento_urbano_-_fabio-duarte/39>. Acesso em: 12 ago. 2019.

DOVEY, Kim. *Framing Places: mediating power in build form*. Londres/Nova York: Routledge, 1999.

DURÁN, María Ángeles. *La ciudad compartida: conocimiento, afecto y uso*. Santiago de Chile: SUR, 2008.

GREEN, James Naylor. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo: Editora UNESP, 2000. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite

FOUCAULT, Michel. *Estratégia, poder-saber*. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012. Trad. Raquel Ramallete.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramallete*. 41. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. Trad. Raquel Ramallete.

MARQUES, Sabrina Duringon. *Cidade, serás feminista!*. In: Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU. *Direito à cidade: uma visão por gênero*. São Paulo: 2017. p. 79-87.

MASSEY, Doreen B. *Space, place and gender*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1994.

MCDOWELL, Linda. *Género, identidade y lugar: un estudio de las geografías feministas*. Madrid: Cátedra, 2000.

MOLINA PETIT, Cristina. *Género y poder desde sus metáforas. Apuntes para una topografía del patriarcado*. In: *Del sexo al “género”: los equívocos de un concepto*. Madrid: Cátedra, 2003. p. 123-160.

MONTANER, Josep Maria. *Arquitectura e política: ensaios para mundos alternativos / São Paulo: Gustavo Gili, 2014.*

NOVAS, María. *Arquitectura y Género: una reflexión teórica*. 2014. 77 p. Trabajo Fin de Máster (Máster Universitario en Investigación Aplicada)

en Estudios Feministas, Género y Ciudadanía) – Facultad de Ciencias Humanas y Sociales, Universitat Jaume I, Castelló de La Plana, 2014. 1.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; **CARDOSO**, Aduino Lúcio. Planejamento urbano no Brasil: paradigmas e experiências. *Espaços & Debates*, São Paulo, n. 37, 1994, p. 77-89.

RICH, Adrienne. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. In: **GELP**, Barbara C. & **GELP**, Albert (Editores). *Adrienne Rich's Poetry and Prose*. New York/London: W. W. Norton & Company, 1993.

RIVERA GARRETAS, María-Milagros. Nombrar el mundo en femenino: pensamiento de las mujeres y teoría feminista. Barcelona, Icaria, 1994, 264 p.

SENNETT, Richard. Carne y piedra: el cuerpo y la ciudad en la civilización occidental. Madrid: Alianza, 1997.

SILVA, Joseli Maria et al. O corpo como elemento das geografias feministas: um desafio para a análise no Brasil. In: **SILVA**, Joseli Maria; **ORNAT**, Márcio José; **JUNIOR**, Slides Baptista Chimin. *Cartografias feministas: Corpos, sexualidades e espaço*. 1. ed. Ponta Grossa: Todapalavra, 2013. p. 85-142.

VIEIRA, Claudia Andrade. *Imagens reveladas, diferenças veladas: relações de gênero na dinâmica do espaço público na cidade do Salvador, Bahia / Claudia Andrade Vieira*. – Salvador, 2013.

***Rogério Lucas Gonçalves Passos** é Arquiteto e Urbanista formado pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Mestrando em Geografia na mesma instituição. Possui Graduação Sanduíche em Fundamentos de Arquitectura pela Universidad del País Vasco – Espanha (UPV/EHU). Atua no desenvolvimento de estudos e relatórios de análise de impactos urbanísticos e ambientais. Colaborador no Programa Polos de Cidadania, Núcleo Acaba Mundo, e na Divisão de Assistência Jurídica, ambos vinculados à Faculdade de Direito da UFMG.

Dominação da forma-mercadoria nos territórios populares? Uma análise a partir da ocupação urbana Dandara

Commodity-form domination on popular territories? An analysis from Dandara urban land-squatting

Thiago Cannetieri, Beatriz Ribeiro Machado*

Resumo

As ocupações urbanas se propõem a promover um espaço revolucionário de reordenamento da cidade a partir da luta pela moradia. Entretanto, existem limites que são atravessados pelo projeto neoliberal de política de estrutura das cidades que replicam um lugar comum na lógica urbana de moradia. Por isso, este trabalho pretende, a partir da Ocupação Dandara, importante território ocupado há mais de 10 anos em Belo Horizonte-MG, analisar os desafios da manutenção da ocupação enquanto espaço de resistência frente à estrutura comum da cidade neoliberal. Para tal, o artigo traz um resgate histórico sobre a Dandara, promovendo um balanço sobre as expectativas quanto ao seu planejamento e as mudanças recentes em sua dinâmica. A partir disso, elabora-se uma crítica sobre as formas sociais e suas interpretações recentes. Em suma, busca-se entender as razões pelas quais os territórios populares organizados por movimentos sociais perdem suas características de espaços de “revolução urbana”, incorporando-se à lógica da cidade neoliberal. Com isso, busca-se questionar os limites da tática de ocupação a partir de um balanço crítico sobre essa experiência emblemática.

Palavras-Chave: Ocupação Dandara; movimentos sociais; moradia; forma-mercadoria

Abstract

Urban Land-Squattings are intended to promote a revolutionary space for reordering cities through the struggle for housing. However there are certain limits imposed by the neoliberal project of city structure policy that aims to replicate a common place in the urban housing logic. Then this paper aims to analyze the challenges for the maintenance of Land-Squattings as resistance spaces facing neoliberal city structures, using the example of the Dandara Land-Squatting, an important occupied territory in Belo Horizonte-MG for more than 10 years. Therefore, the paper proposes a historical approach about Dandara, evaluating the expectations regarding its planning and recent transformations in its dynamics. Thus this work elaborates a critique on social forms and its recent interpretations. Therefore the paper aims to understand why popular territories that are organized by social movements lose their characteristics as spaces of “urban revolution”, embodying themselves to the neoliberal city’s logic. With this, we raise questions about the limits of occupation as a tactic from a critical assessment on this important experience.

Keywords: Dandara Land-Squatting; social movements; housing; commodity-form.



Introdução

Há, no Brasil, um intenso debate acadêmico em torno dos territórios populares: uma vasta bibliografia encontrada sobre esses espaços (entendidos como as periferias metropolitanas, os morros, as favelas, as ocupações urbanas) inunda os bancos de tese, dissertações e artigos científicos. Muitos foram aqueles que se esforçaram não apenas na compreensão desse fenômeno ou na denúncia da situação preocupante de precariedade e interdição de direitos, mas também em um intenso esforço de encontrar nestes territórios formas sociais capazes de superar a forma social do capital.

A situação degradante em que boa parte da população brasileira estava sujeita, bem como a recepção a uma certa teoria crítica – sobretudo em torno da economia política da urbanização – encaminhou uma construção teórica que encontrava nas cidades a contradição fundamental do capitalismo periférico e dependente do brasileiro. De fato, o funcionamento normal das cidades estava necessariamente conectado com a produção do espaço nas periferias, entre a ilegalidade (MARICATO, 2003; TELLES, 2010) e a vulnerabilidade da posse (ROLNIK, 2015); retratados como invasões de terra – e portanto, como criminosos – nos discursos hegemônicos (NASCIMENTO; BITTENCOURT, 2016) e baseadas na autoconstrução (TONUCCI, 2017). A partir de uma crescente relevância dos movimentos sociais que atuam nestes territórios, muito da teoria urbana crítica começou a se atentar para estas potencialidades, descrevendo tais territórios populares como heterotopias (RAMOS, 2010), espaços diferenciais (LELIS, 2016), ou que lá se tratariam de territórios de resistência (ZIBECHI, 2015), que praticam a lógica do comum (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017) e que indicariam uma outra revolução possível (GALERA; FREITAS, 2019).

Nesse sentido, vários movimentos sociais com perspectivas revolucionárias passaram não só a atuar junto das populações de sem-teto dos grandes centros urbanos brasileiros, como a organizar diretamente essas ocupações, a partir de trabalhos de massa. Essa prática repercutiu em todo o Brasil e foi recebendo cada vez mais notoriedade política e chamando a atenção dos acadêmicos.

Analisaremos, em específico, o caso da Dandara, uma das primeiras ocupações urbanas de massas de Belo Horizonte. Criada em 2009 a partir de uma parceria entre o Movimento de Sem-Terras, a Comissão Pastoral da Terra e as Brigadas Populares, a ocupação foi um grande marco em Belo Horizonte que influenciou enormemente o campo das lutas urbanas na Região Metropolitana. Entretanto, o olhar que o presente artigo pretende lançar está em questionar quais são os limites dessa tática de ocupação para consolidar uma maioria política capaz de transformar radicalmente o atual estado de coisas.

Acreditamos que, depois de dez anos, é possível um balanço dessa experiência que deve ser criticada. E o cenário é de menos otimismo: como iremos demonstrar, Dandara hoje repete, novamente, a dominação fetichista da forma-mercadoria e, as expectativas de avanço político que estavam colocadas no começo dessa experiência parecem ter sido desmontadas. Nesse sentido, pretendemos desenvolver uma abordagem teórica capaz de dar uma explicação, ainda que precária e parcial, para esse problema: como e por que ao longo do tempo os territórios populares organizados por movimentos sociais perdem sua potência revolucionária tornando-se mais um espaço comum da cidade neoliberal?

A análise que desenvolvemos à leitura corrente nos meios intelectuais críticos sobre os territórios populares, em geral, e das ocupações urbanas em específico, segue a seguinte formulação: nesses territórios não há o automatismo de uma síntese superior por si só. Veremos na sequência deste artigo as consequências dessa afirmação. Mas, por ora, vale dizer que uma crítica dessa natureza pode contribuir para fazer avançar nosso entendimento e interpretação do mundo – para, na sequência, transformá-lo.

Entretanto, criticar aqui não tem apenas um sentido destituente: os autores, enquanto também envolvidos nas práticas de organizações que atuam com ocupações urbanas, não querem a crítica pela crítica, como o lugar do erudito que se ocupa observar a sociedade do alto de uma torre de marfim, se valendo de vereditos e julgamentos para validar e corroborar a sua posição. Trata-se exatamente do contrário: levamos muito a sério a luta que se desenrola nesses territórios populares. E porque assim o fazemos, acreditamos que uma crítica séria pode contribuir para seu avanço.

O presente artigo está organizado como se segue depois desta breve introdução: Uma apresentação da história da ocupação Dandara; um balanço das expectativas dos movimentos sociais que atuam com sem-teto e suas mudanças recentes; uma avaliação da situação atual da ocupação Dandara; uma crítica das formas sociais e como elas são interpretadas por alguns trabalhos. Por fim, seguem-se as considerações finais.

Um breve relato da Ocupação Dandara

Localizada na região da Pampulha, em Belo Horizonte, considerada área de alto valor imobiliário, a Ocupação Dandara nasceu na madrugada do dia 9 de abril de 2009. Entretanto sua história se inicia em um processo prévio de formação e articulação dos movimentos sociais envolvidos – MST, CPT e Brigadas Populares –, assim como dos

futuros moradores da comunidade, cerca de 150 famílias que ao longo de 9 meses participaram das reuniões de construção política e cotidiana das diretrizes desse território. Havia uma perspectiva de se construir um espaço “rururbano”, categoria que almeja abarcar não apenas os meios de produção rurais, como os modos associativistas e cooperativos de produção de alimentos e prestação de serviços. Era uma perspectiva de autonomia não apenas da terra, mas também do trabalho.

Porém, logo que as famílias e movimentos ocuparam o terreno, a polícia começou sua atuação de maneira truculenta, como narra a moradora e militante das Brigadas Populares, Wagna Vieira, “a gente costuma dizer que a polícia ocupou a Dandara junto com a gente”. A área de quase 400 m² de origem duvidosa, servia de especulação imobiliária há décadas. De posse da construtora Modelo S.A., o terreno não cumpria sua função social e já acumulava taxas municipais milionárias.

Após a resistência frente ao cerco da polícia, a notícia da ocupação foi se espalhando e os noticiários começaram a dar ampla cobertura acerca do processo de luta por moradia que se instituiu no território. Em três dias, a ocupação constatou um aumento significativo das 150 famílias para, estima-se, 1086 famílias. Esse fenômeno é denominado pelos movimentos como “boom da Dandara”, quando, do dia para a noite, as famílias dos bairros e comunidades do entorno decidiram se mobilizar e se organizar no processo de luta pela moradia.

Nesse momento a ocupação ganhou maior força e o governo do estado, prefeitura e a justiça passaram a negociar a permanência das famílias no terreno. Em meio a estratégias do corpo de advogados populares que acompanhavam o caso, mobilizações da comunidade artística de Minas Gerais e apoio da sociedade civil, a Ocupação Dandara foi ganhando ano a ano a batalha em busca da permanência no território[1].

Atualmente, dez anos depois, a Dandara já possui sistemas de água/esgoto e luz instalados, começa o processo de asfaltamento da comunidade e um posto de saúde foi implementado no local. A ocupação foi incluída no plano diretor da cidade e os lotes e muros crescem verticalmente cada dia mais. Nos próximos tópicos aprofundaremos a análise sobre essa reprodução dos bairros tradicionais da cidade e do modelo de cidade neoliberal que aos poucos se replica, mesmo em espaços revolucionários construídos a partir de processos de formação política e autogestão.

1. Dado o espaço limitado deste artigo e a complexidade de um longo percurso de dez anos, não abordaremos a história da ocupação Dandara com todo adensamento que mereceria... Sobre isso, ver Miranda (2012); Lourenço (2014) e Ribeiro (2017).

História e expectativas dos movimentos de ocupação

O problema da habitação no Brasil tem uma centralidade para a compreensão da nossa totalidade social. Há uma prática segregacionista que se repete, num eterno retorno, que podem remontar, como aponta Ynê Santos (2006), desde os quilombos ou os cortiços de morro dos chamados “escravos de ganho”. Fato é que o predomínio dessa forma de acesso da habitação baseada na lógica da mais crassa necessidade (KOWARICK, 1980; ABRAMO, 2007) faz parte da forma de inserção do país na economia do mercado mundial: dependente, periférica e subalterna.

Neste sentido, em sua Crítica da razão dualista, Chico de Oliveira (1972) demonstrou que o precário provimento habitacional baseado sobretudo na autoconstrução de subsistência foi o expediente necessário para acontecer a industrialização – também precária – do Brasil. Por conta das competições de capitais internacionais e a defasagem tecnológica imposta aos países que haviam sido colonizados, a diferença entre a produtividade do capital era tirada nas costas do trabalhador. Assim, a industrialização que ocorreu no país só foi possível na medida em que existia um barateamento da força de trabalho. Entre os expedientes, Chico destaca a autoconstrução, que previa um regime extra de sobretrabalho, nos finais de semana sobretudo, para a construção da habitação, uma vez que não estava prevista na conta da cesta salarial. Assim, ainda que não apareça como uma prática propriamente capitalista, a casa autoconstruída nos países de economia periférica tinha uma função na dinâmica da acumulação: significa rebaixar os custos de reprodução dos trabalhadores e, portanto, o aumento da taxa de exploração. É dessa maneira que podemos entender o que Lúcio Kowarick formulou de espoliação urbana. Houve uma funcionalização das paisagens arcaicas e precárias da autoconstrução, recorrente nas paisagens das periferias brasileiras, para garantir a industrialização. Um regime de superexploração da força de trabalho.

Essa prática precária da autoconstrução durante muito tempo foi mobilizada por iniciativas individuais ou de pequenos grupos, em geral familiares, que se organizavam em mutirões de final de semana para produzir a habitação que iriam residir. Assim, se conformou a paisagem das favelas e também dos loteamentos irregulares, algo que esteve sempre presente ao longo da urbanização dos baixos salários nos países de economia dependente.

Essa situação descrita tornou motivo de mobilização política por parte dos moradores das periferias urbanas, especialmente as autoconstruídas. Nesse sentido, é fundamental recuperar o trabalho de Holston (2013 [2008]), que analisou como, exatamente nesses territórios populares, ocorreu a formação de um novo tipo de

cidadania. Os sujeitos, que auto construíam suas casas, seus bairros e boa parte da cidade, encontram-se à parte das promessas da cidadania e, assim, aprenderam a reivindicar ao Estado o cumprimento de seus deveres. Assim, por meio das mobilizações de base populares, era construída, nos termos do autor, uma “cidadania insurgente”.

[Os trabalhadores] Tiveram de construir suas próprias casas, se organizar para conseguir serviços básicos e lutar para manter suas casas em meio a diversos conflitos, frequentemente violentos, pela propriedade dos imóveis. Ainda assim, em algumas décadas eles urbanizaram esses bairros e melhoraram de forma notável suas condições de vida. Além disso, como os moradores passaram décadas transformando barracos em casas de alvenaria mobiliadas, decoradas e bem acabadas, essa autoconstrução se tornou um domínio de elaboração simbólica. Ela expressa narrativas coletivas e igualitárias de estabelecimento das periferias e narrativas individuais de realizações desiguais. (HOLSTON, 2013 [2008], p.29)

Assim, os pobres urbanos ingressaram na luta pelo “direito a ter direitos”, oferecendo uma estratégia clara de mobilização e que também implicou em uma mudança de subjetividade, em que os pobres se enxergam como pertencentes à sociedade, acessando, assim, o status de cidadão. A forma de uma moradia que precisou de uma série de “provações”, como a ilegalidade e o conflito, sem esquecer a autoconstrução, forneceu, segundo o autor, o contexto e a substância de uma nova cidadania urbana. Certamente esse movimento representa uma ruptura com a cidadania entrincheirada historicamente de uma sociedade colonial, patrimonialista e escravocrata como é o Brasil: “o significado da propriedade fundiária, a prática da legalização ilegal e a norma do direito de tratamento especial” (HOLSTON, 2013 [2008], p.36).

Esse processo foi paulatinamente acumulando forças. Embora ocorresse nos anos de chumbo (com o AI-5 até o final do governo Médici), essa prática reivindicativa cresceu mais a partir da segunda metade da década de 1970. Já ao fim da ditadura, havia uma força consolidada em torno da pauta da Reforma Urbana, que estava buscando a garantia dos direitos, e uma nova série de movimentos de luta se inicia: a luta pelo direito à moradia. A partir do final dos anos 1980 uma série de movimentos passaram a exigir do Estado a provisão de habitação. Assim, esses movimentos atuavam tanto na institucionalidade como organizaram ocupações como uma forte ferramenta de mobilização, negociação e pressão do Estado. Desse modo, as ocupações organizadas eram formas de uma ação política

para o Estado cumprir sua parte do “contrato social” e, garantir assim, o acesso à moradia (GOHN, 1991).

Já diante da redemocratização do país, esse setor da sociedade civil organizada se fez presente com força, logrando conquistar um capítulo especial para a Reforma Urbana na Constituição de 1988. Nos anos seguintes, toda a década de 1990, embora estivesse o governo federal ocupado pelo neoliberalismo visceral dos Fernandes (Collor e Henrique Cardoso), se fez uma potente experiência nas prefeituras municipais de vários lugares: uma gestão democrática e participativa, encabeçada sobretudo por prefeitos e prefeitas do Partido dos Trabalhadores. Essas prefeituras, dentre as quais poderíamos destacar Porto Alegre (com Olívio Dutra e Tarso Genro), São Paulo (com Luiza Erundina) e Belo Horizonte (Patrus Ananias), mantiveram uma relação próxima com os movimentos de moradia, algo inédito até então. Um partido de esquerda que construía suas bases populares estava mantendo uma aliança com os movimentos de moradia, o que significou um duplo vínculo, uma via de mão dupla: uma atenção do Estado a esse problema e uma participação integrada dos movimentos nos instrumentos institucionais de participação.

Assim, com a expectativa de conquista desse espaço político e do cenário de produção de moradias com os programas municipais houve, nesse período, uma significativa redução do uso da tática de ocupação. Entretanto, na avaliação de Bittencourt (2016), as prefeituras populares não lograram uma conscientização mais ampla sobre o envolvimento democrático nas esferas participativas que foram criadas, o que ficou restrito a algumas poucas lideranças populares e técnicos da prefeitura ou acadêmicos, e que também não lograram um combate efetivo às causas da produção do déficit habitacional. A institucionalização dos movimentos de moradia teve um efeito perverso: ainda que o objetivo dos movimentos não estivesse sendo alcançado, foi sustentada a crença – construída desde os anos de 1970 – de inclusão cidadã. Assim, muitos continuaram apostando na via institucional, mesmo diante dos flagrantes limites.

Entretanto, o cenário implicava numa retomada das ocupações por necessidade imediata das famílias pobres. O resultado perverso da “aposta institucional” foi a criação de um falso antagonismo entre os movimentos: aqueles que se organizavam institucionalmente e os que passaram a retomar as ocupações. Mas os últimos, sem apoio, mingüaram rapidamente, levando a um marasmo do movimento de moradia (PAOLINELLI; CANETTIERI, 2019). Diante da desmobilização dos movimentos de ocupação e da absorção dos movimentos institucionalizados dentro da hegemonia estatal, havia sido dado um duro golpe contra os movimentos, limitados à participação não-paritária nos conselhos de habitação e políticas públicas.

Dessa forma, foi-se fermentando o problema da crise urbana brasileira (MARICATO, 2015). As políticas habitacionais continuaram insuficiente frente às demandas urbanas que cresciam, uma vez que o combate às causas da desigualdade urbana não foi tocado nesse período: a manutenção dos direitos de propriedade, mesmo que sem o cumprimento da função social, para fins de especulação urbana e o conluio do Estado-Capital com setores do capital que atuam no ramo imobiliário influenciando os rumos da política urbana e habitacional.

Tal situação não se alterou mesmo com a chegada do Partido dos Trabalhadores ao governo federal, com a eleição de Lula em 2002. Muito embora seja necessário reconhecer os progressos significativos que foram conquistados a partir de então (a criação do Ministério das Cidades; as Conferências Nacionais das Cidades; o Programa Nacional de Regularização Fundiária; o Conselho Nacional das Cidades; a Lei de Consórcios Públicos; o Plano Diretor Participativo; a lei do saneamento; a lei da mobilidade; a lei sobre resíduos sólidos), a promulgação de um novo arcabouço legal não faz melhorar as condições de vida por simples ato de vontade. Era preciso mais e houve uma certa tentativa com o lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento (2007) e do Programa Minha Casa, Minha Vida (2009). Um dos maiores programas de provimento habitacional, o Programa Minha Casa, Minha Vida, não reduziu o déficit habitacional, nem mesmo o estabilizou, mas continuou crescendo[2]. Exatamente porque todo este esforço não se traduziu em lograr ganhos concretos para a população mais pobres nas cidades.

Assim, à medida que a produção habitacional estatal continuou insuficiente frente às demandas urbanas, ocorreu uma recuperação das táticas de ocupação. Não apenas como forma de pressão do Estado para o cumprimento das políticas, mas como um lugar para morar. Assim, recuperando uma tradição muito antiga e influenciada por movimentos de esquerda radicais[3], as ocupações se tornam um efeito urbano importante nas paisagens das cidades. Tornaram-se, de fato, uma alternativa de moradia.

Dentre os movimentos que passam a praticar esse tipo de ação, ainda que existam diferenças fundamentais quanto à forma de organização e divergências teóricas e práticas, não poderia passar despercebido que possuem uma aposta diferente em relação aos movimentos do momento anterior. Trata-se de uma aposta revolucionária.

Além da importância de revolução estar expressa nos manifestos desses movimentos, a prática por eles adotada a partir da organização das ocupações pode ser entendida dessa forma por atuar na destituição de capitais que estavam mobilizados para fins especulativos, na construção de um discurso consistente sobre uma transformação social com alcance popular, na prática de formação

2. Não é interesse deste artigo aprofundar numa avaliação das políticas habitacionais e urbanas. Para isso há uma série de textos que tratam do assunto de maneira rigorosa e aprofundada. Sobre isso, ver Maricato (2015); Fix e Arantes (2009).

3. Sobre o conceito de esquerda radical, ver Fernandes (2019). Nesse livro, a autora desenvolve uma apresentação de vários movimentos e partidos de esquerda. Entre eles, estão as Brigadas Populares.

4. É este o caso das Brigadas Populares, movimento responsável pela organização e pela atuação política na ocupação Dandara, que compreende o estudo de caso deste artigo.

política continuada dos moradores, além do mais importante, na criação de espaços com consciências e práticas comunais[4].

Para captar esse fenômeno, muito da teoria urbana crítica foi recepcionar uma leitura específica do teórico francês Henri Lefebvre, colocando como centralidade as ideias do autor de *Direito à Cidade*, *Revolução Urbana* quanto aos espaços diferenciais. Assim, muito dos acadêmicos – lotados em diferentes áreas do conhecimento (arquitetura e urbanismo, geografia, antropologia, sociologia, economia, etc.) foram avaliar, inspirados nos escritos lefebvrianos, como as ocupações urbanas são territórios propícios para uma revolução popular. Por exemplo, Tonucci e Magalhães (2017) interpretam como o fenômeno do neoliberalismo nas cidades seria contraposto por uma lógica do fazer-comum presentes nas ocupações urbanas capaz de se colocar contrária ao valor de troca e a dominação. Os autores chegam a dizer que nesses territórios “abre-se, portanto, um espaço para a gestação do comunismo” (TONUCCI; MAGALHÃES, 2017, p.44). Vários são os trabalhos (REGALA, 2017; BASTOS, et. al. 2017, LELIS, 2016; COELHO-DE-SOUZA, 2015) que veem nos territórios das ocupações urbanas um espaço diferencial nos termos apresentados por Lefebvre (1974) na sua obra *La Production de l’Espace*. Também Canetti e Valle, a partir de Lefebvre, passam a considerar que esses territórios oferecem a “possibilidade imanente de reconquistar a cidade para a realização da vida e não como meio e fim da acumulação de capital” (2015, p. 41).

Poderíamos prolongar a lista dos trabalhos que encontram nas ocupações essa potência revolucionária, mas nos detemos por aqui porque parece-nos que já foi feito claro o suficiente o argumento que nos interessa: as ocupações urbanas foram encaradas, não apenas no nível do discurso dos movimentos sociais que as organizam, mas também pelos teóricos e acadêmicos, como territórios populares latentes para a transformação social.

A Dandara hoje: quais são seus sinais?

A realidade atual da Dandara é de muitos muros e uma reprodução da vida comum e individualista em uma cidade tradicional e neoliberal. A rotina de trabalho e o cotidiano doméstico afastou consideravelmente a relação entre a vizinhança. Nesse ponto, ressaltamos que o convívio entre os moradores é muito mais próximo que dos diversos bairros da proximidade, todavia, a sociabilidade de outros tempos vem perdendo sua força ao longo dos anos. Essa é a avaliação de Joviano Mayer, advogado popular e militante das Brigadas Populares, em relato a Ribeiro (2017, p.123):

(...) cada vez que eu vou na Dandara eu vejo

mais muros. Então eu vejo que uma forma padrão de relacionar com território, do território atomizado de cada família vivendo no seu quadrado, essa é uma tendência, uma tendência muito forte dentro da comunidade. Para mim é o maior vetor, a tendência mais forte. De uma comunidade que tem uma memória de luta, que tem um passado, mas que esse passado fica cada vez mais na memória de poucas pessoas que passaram (Joviano, advogado popular e militante das BP's).

O ideal rururbano foi confrontado por uma série de barreiras simbólicas, impostas pelas bases ideológicas do neoliberalismo e automatizada nas ações dos sujeitos. Percebe-se assim que, por mais que se tenha tentado aprofundar um processo cooperativo entre os moradores, a dificuldade em romper com a lógica neoliberal e os duros prazos frente às demandas sociais de uma ocupação, levaram as famílias e os movimentos sociais a optarem por um modelo de cidade semelhante ou mesmo igual ao tradicional.

Outro aspecto analisado nesse artigo é o desenvolvimento espacial próprio do capitalismo e suas contradições nas ocupações urbanas. Esse é o fluxo da cidade enquanto sistema comum e tradicional que se replica também em locais ocupados: a construção de muros, tão cara à vida em metrópole. A replicação dos diversos bairros de classe média nas áreas periféricas, apesar de todo processo de união e resistência provenientes da formação da comunidade, são contradições dos espaços ocupados frente à força da cidade neoliberal.

Nesse aspecto, os muros são os primeiros indícios dessa individualização da propriedade e da vida. A autora Caldeira (2000) argumenta que as atuais transformações na sociedade estão gerando espaços nos quais diferentes grupos sociais estão próximos e, ao mesmo tempo, separados por muros e tecnologias de segurança, o que ela chama de enclaves fortificados. Isso os leva, segundo Caldeira, a não interagir ou circular em determinados espaços comuns.

Em cidades que se fragmentam pela construção destes enclaves, emerge a dificuldade de manter os princípios de acessibilidade e livre circulação, que estão entre os principais valores relativos ao ideal de cidade. Através dessas construções, o caráter do espaço público é modificado, assim como a participação dos cidadãos na vida pública (CALDEIRA, 2000).

O simbolismo de um muro exacerba o caráter privado, individual, da propriedade do lote. O muramento é a expressão da antítese do coletivo. Os espaços ocupados, com o passar do tempo, em especial na metrópole, são um espelho da sociedade que cria, a cada dia, mais

muros em relação aos seus vizinhos.

Seu Orlando, liderança comunitária e militante, morador da Dandara desde seu princípio, relata para Batista e Canettieri (2015) que Dandara, a despeito da placa em sua entrada estar grafado "Comunidade Dandara" não se trata mais disso. Segundo o pensador popular, ela já foi uma comunidade, mas não se tratava mais disso. A "comunidade" havia se metamorfoseado em uma outra coisa.

Neste cenário atual, superar a cidade tradicional e abrir mão dos muramentos significaria romper com o que há para além dos limites da ocupação. Projetar uma nova maneira de morar, ser diferente dos demais bairros do entorno, quiçá, da cidade. Esse sentimento não é genuíno à maioria de nós. Para essas famílias, a individualidade faz parte da autonomia e nesse aspecto, a autonomia é o principal ponto a ser mantido.

A casa, para além da unidade habitacional, passa a representar o processo de luta por autonomia, mas também segurança financeira. São inúmeras realidades, e muitas vezes, situações de extrema pobreza, sendo a casa uma possibilidade de renda. Ao conhecer as diversas histórias, percebemos a complexidade das realidades cotidianas daqueles moradores com direitos ainda tão precarizados. Nesse sentido, o religioso, representante da Comissão Pastoral da Terra e militante pelo direito à moradia, Frei Gilvander, relata para sua interlocutora:

As duas tinham sido as duas primeiras lideranças da Dandara no primeiro ano! Não estão mais na Dandara! E aí foi ver a mãe delas teve que vender a casinha dela para tratar de saúde, um problema sério do netinho dela que é esse filho da (...) E hoje está morando de aluguel em algum lugar aí, por causa de um problema de saúde que o programa SUS não atende, aí a mãe e a avó: "agora vou deixar filho/netinho morrer? Não, vou vender minha casinha". Então os pobre estão sujeitos a esse tipo de coisa. O que freia um pouco isso é só o trabalho permanente de formação e organização. (RIBEIRO, 2017, p.118).

Por isso entendemos que a cidade possui o poder de "expulsar" e isolar os pobres. Seja por suas altas tarifas, seja pela violência em regiões periféricas ou por seus grandes empreendimentos imobiliários. O fato é que regiões consideradas "nobres" se tornam regiões "onde pobre não pode morar", como define Seu Orlando, morador da ocupação. Os altos custos de estar na Pampulha, uma região considerada nobre em Belo Horizonte, dificulta a vida de muitos daqueles que precisam trabalhar fora para manter suas famílias.

Nesse sentido, Abramo (2007, 2009) destaca que o principal mecanismo de coordenação das decisões de uso do solo na cidade neoliberal é a predominância do mercado. Há o que o autor chama de “retorno da mão inoxidável do mercado”, como principal mecanismo de coordenação das materialidades urbanas, tanto através da privatização das empresas públicas urbanas quanto pela hegemonia do capital privado na produção das materialidades residenciais.

As cidades modernas da América Latina, são produzidas como resultado de duas lógicas: a primeira delas é a lógica do Estado, que impõe aos indivíduos ou grupos sociais algum acúmulo de capital, podendo ser político, institucional, simbólico ou mesmo de outra natureza, de modo que permita o seu reconhecimento como parte integrante da sociedade e da distribuição das riquezas sociais. Na segunda lógica, a lógica do mercado, por sua vez, o acesso ao solo urbano – em possibilidades e magnitude – depende diretamente do volume de capital monetário que os indivíduos ou grupos sociais acumularam (ABRAMO, 2007).

Mas há ainda, segundo Abramo (2007), uma terceira lógica da produção do espaço urbano nas cidades, uma lógica que emerge da ausência de um capital institucional, social ou político para se ter acesso ao solo pela lógica do mercado – via programa habitacional como o PMCMV, por exemplo. Assim, surge a “lógica da necessidade” de ter acesso à vida urbana. A partir desse processo, a lógica da necessidade pela dinâmica demográfica sobre a estrutura familiar motiva um terceiro fenômeno identificado na ocupação: um fracionamento do lote inicial para construção de novas unidades habitacionais para acomodar filhos, netos etc. Este fenômeno é comum na ocupação, quando familiares passam a construir no terreno e isso, segundo Abramo (2009), leva a uma maior densidade nos espaços, geralmente via verticalização. A moradora da ocupação Dandara, Ângela, em depoimento para Ribeiro (2017, p.128), diz:

[...] eu entrei aqui por causa da minha irmã, mas o ex companheiro dela deu ela uma casa, ela falou assim "ah madrinha eu não quero mais não! Você dá para alguém da família", era um lote de baixo [do terreno] que eu tinha pego. Aí o morador desse lote aqui de cima falou que a esposa dele não queria vir, ele me devolveu o lote, ele falou "mas aí você me dá o dinheiro que eu gastei para fazer a barraca", foi 200 reais, aí eu fiquei com os dois, mas eu não tirei espaço de ninguém, que hoje eu moro em um e outro meus meninos moram!

Mas o fracionamento do solo urbano nesses territórios já consolidados pode ser, ele mesmo, fruto de uma lógica de mercado. A redução dos

5. Amorim (2011) utiliza e desenvolve a ideia de protoespeculação para diferenciar as práticas nos territórios populares das práticas de especulação imobiliária de grandes agentes econômicos.

ganhos familiares dado, por exemplo, a precarização das condições do emprego (sejam formais ou informais), aponta Abramo (2009), pode induzir as famílias a redefinirem a composição de seus rendimentos. Muitos desses terrenos passam por um processo de verticalização onde as famílias aproveitam do espaço para construir barracos de fundo para alugar e complementar a renda da casa.

Bastos et.al (2017) afirmam, nesse sentido, que quando as ocupações são oficialmente reconhecidas e (re)integradas à cidade (comum) (ou mesmo antes disso), elas podem acabar subordinando-se às dinâmicas do mercado imobiliário. Dessa maneira, começa-se a observar na ocupação a verticalização de alguns lotes, com pequenos prédios multifamiliares. Famílias com maior estabilidade financeira desmontam suas casas e constroem pequenos prédios. A dinâmica de ocupação dessas unidades é, em geral, quando não regulada por relações de parentescos, regulada por meio do mercado de aluguéis. Além disso, já observa-se práticas de (proto)especulação[5] em que áreas residuais da ocupação (como as áreas verdes, os canteiros centrais) são cercados e negociados para ganhos financeiros, incluindo também o fracionamento dos lote, com a construção de barracões de fundo para aluguéis, até mesmo de quartos. Como diz Abramo (2009, p.36), esse tipo de prática é a “possibilidade de uma reutilização de quartos e/ou outras áreas do lote para fins locais. Essa possibilidade locacional representa a oportunidade de receitas familiares adicionais”.

As ocupações urbanas vivem uma forte contradição, visto que, enquanto os movimentos sociais e moradores lutam pelo reconhecimento do Estado (e, a posse da terra assegurando não haver o risco do despejo), eles também reconhecem que “essa entrada na “cidade formal” pode significar a perda de muitos dos projetos coletivos e dos arranjos de propriedade mais comuns que eram possíveis enquanto muitos estavam engajados na resistência e em experimentações sócio-espaciais” (BASTOS et.al., 2017, p. 262).

Atualmente a ocupação passa por um período de urbanização a partir da entrada de serviços do Estado. A priori, a empresa de água e esgoto iniciou suas obras no território trazendo parte do sistema comum da cidade a estes espaços ocupados. A COPASA – Companhia de Saneamento de Minas Gerais – já se encontra em processo de finalização da distribuição de água na comunidade. Não há, em nenhum sentido, sinal de uma possível construção coletiva nesse processo. Entretanto, não houve grandes dificuldades na implementação dos serviços de saneamento, visto a distribuição e planejamento da ocupação que passou por uma estruturação arquitetônica profissional na sua concepção. Este processo é considerado pelos moradores como um avanço, uma batalha vencida na luta pelo direito a fazer parte da cidade. Entretanto, não há uma abertura para um debate junto aos moradores de modo a pensar a

formalização do território.

De acordo com Canetti et. al (2013), ao urbanizar vilas, ocupações e favelas, e com a conseqüente instituição dos custos de vida personalizados pelos serviços urbanos, como água e luz elétrica, parte dessa população se vê obrigada a se deslocar novamente para áreas mais distantes, precárias, logo, mais baratas, deixando o território anterior livre para o jogo imobiliário. Os pobres são sempre as maiores vítimas destes processos perversos, como apontam Canetti e Vale (2015). Em primeira análise, pensando as classes trabalhadoras, as transformações prometidas se revelam em melhoramentos, benfeitorias e proporcionam melhores condições de vida, o que as leva a serem aceitas com euforia. No entanto, qualquer investimento realizado nos territórios implica maior valorização desses espaços, em geral, muito acima do que as famílias poderão pagar.

De um modo geral [o lote] vale 100 mil reais, imagina então assim, a pessoa em condição difícil, um bairro mais urbanizado, mais progredido, provavelmente essa pessoa não vai dar conta, sabe? Porque vai vir o imposto, a conta de água, a conta de luz, a pessoa vai voltar a procurar um lugar mais humilde, e assim, hoje, se você for olhar dentro da comunidade, você vê casa de três andares, você vê casa com piscina, então você vê que a evolução já está se dando numa imensidão dentro da comunidade e tomando espaço das pessoas realmente humildes [...] eles estão já fazendo igual o próprio capitalismo faz, espremendo, expulsando as pessoas humildes para mais longe e eles vão tomando conta do espaço, sabe? (Felter, morador e militante das BP's).

Como Bastos et al. (2017) argumentam, tais dinâmicas tensionam o funcionamento das ocupações, redirecionando seu funcionamento para a lógica tradicional da cidade neoliberal da qual se tentava desvincular, a partir da construção coletiva e autônoma. Dito isso, essas dinâmicas atuam na direção de uma produção de novos ativos imobiliários, ainda que temporariamente informais. Suas bases são pautadas nas limitações e exploram fraquezas próprias de experiências embrionárias, como a Dandara, impondo-se em função de seu caráter consolidado como força hegemônica que se faz presente nesses espaços autogestionados.

A DOMINAÇÃO DA FORMA-MERCADORIA NOS TERRITÓRIOS POPULARES

A situação da ocupação Dandara hoje levanta uma questão relevante: um território popular, organizado por movimentos sociais caracterizados por serem uma esquerda radical, analisado por acadêmicos da teoria urbana crítica como um espaço de possível ruptura com a lógica hegemônica, se tornou mais do mesmo – um espaço marcado pela propriedade privada, por especulação, verticalização e individualismo. Por quê? Seria preciso retornar a crítica que Marx, em 1867, elaborou do fetichismo da mercadoria.

Logo no capítulo de abertura d'O Capital, Karl Marx (2013 [1867], p.132) apresenta a sua categoria de mercadoria. Ele o faz pois, a seu ver, essa é a categoria sintética da sociedade capitalista, que indica a natureza das mediações sociais estabelecidas. Mas Marx faz seu argumento dizendo que a mercadoria, por mais que pareça à primeira vista uma coisa óbvia, é "cheia de sutilezas metafísicas e melindres teológicos". Ou seja, a mercadoria indica algo que não é exatamente capturado por seu corpo sensível, há algo a mais. Aqui é importante destacar que o conceito de mercadoria, em Marx, designa uma forma historicamente determinada de ocorrer o metabolismo social: a mercadoria é, por assim dizer, o amálgama das relações sociais. Entretanto, como Marx bem notou, a mercadoria tinha a capacidade "metafísica" de fazer as relações entre pessoas aparecerem como relações entre coisas. O ser humano torna-se mero apêndice, um estorvo necessário, para a produção e circulação de Mercadorias. Por isso Slavoj Zizek (1996, p.322), com sua ironia característica, diz: "As mercadorias estão realmente vivas, mais vivas do que nós mesmos".

Assim, é a partir desse pano de fundo, que é necessário entender o conceito de fetichismo da mercadoria apresentado por Marx na seção final do primeiro capítulo de sua obra. O uso dado por Marx ao termo fetichismo é a natureza peculiar e duplo das formas sociais estruturantes do capitalismo em que as relações sociais são obnubiladas pelas relações entre as coisas. Talvez a melhor aproximação seja a ideia de fantasmagoria: ao mesmo tempo que a mercadoria promove um ocultamento das relações sociais, a mercadoria constrange os indivíduos a seguir suas determinações. A objetividade fantasmagórica da mercadoria é, portanto, o resultado de um processo de determinação abstrata que opera de modo impositivo sobre o conjunto das pessoas, que parte da sociedade, do trabalho social, para pressupô-la num movimento autônomo. Pode-se afirmar que a mercadoria é um processo social em que as relações humanas são abstraídas de seu conteúdo.

É aí que é possível entender o conceito de ideologia dentro do pensamento marxiano. Em uma de suas definições, Marx diz que trata

do fenômeno em que as pessoas “fazem, mas não sabem que fazem”. Evidentemente, vale dizer, que essa “falsa consciência” é constitutiva tanto da realidade externa quanto da subjetividade dos indivíduos, algo que foi amplamente formulado até às últimas consequências pelo alemão Sohn-Rethel (1978). Sohn-Rethel busca, em seu sistemático estudo, desenvolver a ideia de abstração real. Para ele a mercadoria é uma abstração real: uma forma do pensamento que possui uma incidência concreta na realidade objetiva. Assim, Sohn-Rethel dá um passo adiante e diz que a colonização do capital não está apenas nas formas objetivas de organização da produção, mas se configura como uma dominação das formas do pensamento. Aprioristicamente, a mercadoria atua, antes de mesmo de existir para ser trocada.

A partir daí é possível compreender o porquê da presença irremediável da forma-mercadoria, mesmo naqueles momentos que, à primeira vista, neguem-na. A persistência da mercadoria está na sua capacidade plástica de absorver o que lhe nega. O poder do capital como abstrato está exatamente em se colocar como um imperativo que é, de certa forma, independente dos indivíduos: mesmo as práticas críticas a ele podem ser incorporadas em seu movimento tautológico.

Olhar para a Dandara pode ser, nesse sentido, elucidativo: uma ocupação autoconstruída por movimentos de esquerda com perspectivas revolucionárias e, mais ainda, onde os intelectuais críticos vêem a possibilidade de mudança social é, em realidade, mais um momento da produção capitalista do espaço, a despeito da vontade, engajamento e capacidade dos que lá vivem, atuam politicamente ou analisam. É essa a autonomização da forma-mercadoria que se reproduz.

O resultado imediato disso é um fenômeno que faz circular, mesmo nesse espaço, o afeto proprietário, base para as relações capitalistas. Poderíamos dizer, junto de Vladimir Safatle (2015), que o fundamento deste é, por sua vez, o medo. Como Hobbes desenvolve em seu *Leviatã*, a base para a fundação da sociedade moderna é o medo e, por isso, os indivíduos entram no “contrato social”. Ora, um movimento revolucionário não é exatamente a superação dialética desse “contrato social” para algo diferente? Claro que há resposta para essa questão: poderia alguém responder que não se trata de uma revolução de fato, mas apenas o seu germe, a sua experiência, o seu ensaio. Entretanto, ficaríamos surpresos ao encontrar nestes territórios a prevalência da forma-mercadoria.

A forma-mercadoria, como uma dominação apriorística do pensamento, sobredetermina a subjetividade dos indivíduos. Há mais uma homologia, uma mesma origem embriológica de estruturas, do que uma analogia entre cidade formal e ocupações urbanas organizadas: dos layouts arquitetônicos (LOURENÇO, 2014) à adoção

de práticas imobiliárias (ABRAMO, 2008) até mesmo a adoção dos critérios objetivos e subjetivos de reprodução material da vida individual e coletiva.

Vale aqui recuperar o trabalho de Holston (2013 [2008]), que encontrou na produção das periferias uma forma insurgente de cidadania. O autor, ao final de sua análise, lembra que a luta por direitos é, ao fim e ao cabo, uma forma interna à modernidade capitalista. Holston (2013 [2008], p.321) está bem ciente que diante disso o resultado da cidadania insurgente é produzir “proprietários, contribuintes e consumidores”. Assim, está colocada a adoção do sentido de propriedade, de trabalhador, de cidadão de direitos, de consumidor de mercadoria, de alvo das burocracias, como critério de constituição do sujeito, circunscrevendo-o aos limites das determinações formais da abstração real da mercadoria. O próprio Holston (2013 [2008], p.401) reconhece que “o insurgente inevitavelmente se atola no passado que herda”.

Há, dessa maneira, um grande problema colocado.

Considerações finais: o que é preciso para quebrar a cidade capitalista?

Há, em primeiro lugar, que se esclarecer a intencionalidade deste artigo: não esperamos encontrar nos territórios “sujeitos puros anticapitalistas”, algo que seria altamente contra-intuitivo. Tampouco a crítica aqui desenvolvida é para mover um moralismo transvestido de critérios revolucionários. Sabe-se, desde os escritos políticos de Marx, atravessando toda a tradição de pensamento, que há uma dialética própria desse fenômeno político. Os territórios populares das ocupações urbanas são atravessados pela contradição do capital em movimento. Sabe-se, também, que há uma brutal diferença para cada um daqueles que se engajam com uma ocupação: os riscos de confrontos violentos com as forças policiais são grandes, há uma pressão emocional enorme, mas a ocupação é muita das vezes a única das alternativas encontradas por muitos sujeitos que podem efetivamente alcançar melhores condições de vida com a ocupação urbana.

Dessa forma, vale destacar – mais uma vez – que o conteúdo de nossa crítica neste texto está em colocar o problema a partir de uma “análise concreta da realidade concreta”: chamar as coisas pelo nome do que verdadeiramente são. Assim, quando dizemos que existe uma dominação da forma-mercadoria não é para desmerecer qualquer movimento social, mas, ao contrário, levar a sério a luta desses movimentos para a emancipação dessa forma de dominação social

impessoal e abstrata. Assim, para o avançar dessa luta, a nosso ver, é preciso reconhecer a forma-mercadoria como uma dominação apriorística do pensamento, sobredeterminando a subjetividade dos indivíduos. O que, a nosso ver, envolve reconhecer os limites das estratégias e das análises que são historicamente mobilizadas.

Dessa maneira, o primeiro ponto a se reconhecer está no limite da casa como fim em si mesmo. Porque dessa forma ela não passa de propriedade, ato que recoloca a forma-mercadoria para circular e constituir a racionalidade. Hipostasiar essa forma sob o signo de mudança social é o caminho para uma interpretação equivocada da situação, pois a partir dela se deriva a estratégia que foi (e ainda é) amplamente utilizada: formação política para as massas. Entretanto, a disputa é muito desigual. A dominação a priori do pensamento pela forma da mercadoria não cede espaço para qualquer formação apenas por ato de vontade: não há “doutrinação” que dê conta dessa força impessoal da mercadoria.

Diagnosticar essa situação coloca um verdadeiro problema para a teoria crítica e para a prática política de esquerda: então o que fazer? O que é preciso para “quebrar” a cidade capitalista. Não faz sentido a prescrição de generalidades, isso pouco pode fazer avançar. Aqui, apresentamos algo mais modesto: uma hipótese. Hipótese esta que resta ser testada, discutida, demonstrada. Esta é a hipótese, que poderíamos chamar, de aposta comunal que não está em oposição à aposta revolucionária, mas a complementa qualitativamente. Interessa, para lidar com a dominação impessoal da forma mercadoria, a construção de mecanismos para gerar e desenvolver formas comunais de reprodução da vida. Construir, assim, a autogestão capaz de servir também de autossustentação. Esse percurso poderia, assim, constituir uma materialidade suficiente consistente para lastrear um contraponto à forma-mercadoria e uma outra forma de pensamento. Tais práticas e percursos já estão por aí. Parafraseando Henri Lefebvre (1967 [1965] em sua Metafilosofia: é preciso detectar as experiências – apostar nelas – para demonstrar como eles são essência preciosa, reuni-las, organizar sua revolta e totalizá-los.

Referências

ABRAMO, Pedro. A cidade COM-FUSA: a mão inoxidável do mercado e a produção da estrutura urbana nas grandes metrópoles latino-americanas. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 9, n. 2, 2007.

ABRAMO, Pedro. Favela e Mercado Informal: A nova porta de entrada dos pobres nas cidades brasileiras. Porto Alegre: Antac, 2009.

AMORIM, Wagner. A produção do espaço social urbano em Londrina - PR: a valorização imobiliária e a reestruturação urbana. Tese (doutorado). Programa de pós-graduação em Geografia. Presidente Prudente: UNESP, 2011.

BASTOS, Camila; **MAGALHÃES**, Felipe; **MIRANDA**, Guilherme; **SILVA**, Harley; **TONUCCI FILHO** João Bosco; **CRUZ**, Mariana Moura; **VELLOSO**, Rita de Cássia. Entre o espaço abstrato e o espaço diferencial: ocupações urbanas em Belo Horizonte. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.19, n. 2, p. 251-266, 2017.

BATISTA, Natália; **CANETTIERI**, Thiago. "A cidade não somos nós": tempo e espaço na narrativa de um morador de ocupação urbana. *Revista de Ciências Humanas da UFSC*, v.49, n.1, 2015.

BITTENCOURT, Rafael. Cidadania autoconstruída: o ciclo de lutas sociais das ocupações urbanas na RMBH (2006-2015). (dissertação). Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2016.

CALDEIRA, Teresa. A cidade de muros. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo - USP, 2000.

CANETTIERI, Thiago; **PEREIRA**, Thiago; **LIBERATO**, Rita. Explorando Algumas Causas para a Expulsão da População Pobre de Belo Horizonte/MG. *Revista de Geografia*.v. 3, p. 1-8, 2013.

CANETTIERI, Thiago; **VALLE**, William. Dos excluídos da cidade à revolução urbana: definições de um novo sujeito político. e-Metropolis, n.23, ano 06, 2015.

COELHO-DE-SOUZA, Carolina. O espaço da resistência: uma construção teórico-prática inspirada em Henri Lefebvre. (Orgs.). COSTA, Geraldo; COSTA, Heloisa; MONTE-MÓR, Roberto. Teorias e práticas urbanas: condições para a sociedade urbana. Belo Horizonte: C/Arte, 2015.

FERNANDES, Sabrina. Sintomas mórbidos. São Paulo: Autonomia literária, 2019.

FIX, Mariana; **ARANTES**, Pedro Fiori. 'Minha Casa, Minha Vida', o pacote habitacional de Lula. *Correio da Cidadania*. 2009.

GALERA, Izabella; **FREITAS**, Tankilino Túlio. Lazer, festa e cidade: o caráter revolucionário do brincar no contexto das ocupações urbanas. Anais. XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Planejamento Urbano. Natal: ANPUR, 2019.

GOHN, Maria. Movimentos sociais e luta pela moradia. São Paulo: Ed. Loyola, 1991.

HOLSTON, James. Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2013 [2008].

KOWARICK, Lúcio. Espoliação Urbana. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1980.

LEFEBVRE, Henri. Metafilosofia. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1967 [1965]. Trad. Ana Cristina Arantes Nasser.

LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: PUF, 1974.

LELIS, Natália. Ocupações urbanas: a poética territorial da política. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v.18, n.3, 2016.

LOURENÇO, Tiago. Cidade Ocupada. (dissertação). Arquitetura e Urbanismo. Belo Horizonte: UFMG, 2014.

RIBEIRO, Beatriz. Sobre o rururbano: A Ocupação Dandara e os Desafios da Luta por Moradia para Além do Rural e do Urbano. (dissertação). Extensão Rural. Viçosa: UFV, 2017.

MARICATO, Ermínia. MetrÓpole, legislação e desigualdade. *Estudos Avançados*, v.17, n.48, 2003.

MARICATO, Ermínia. Para entender a crise urbana. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARX, Karl. O Capital, livro I. São Paulo: Boitempo, 2013 [1867]). Trad. Rubens Enderle

MIRANDA, Isabella. Ocupando Sonhos: A Comunidade Dandara e as

ocupações de terras nas cidades. (monografia). Ciências Sociais. Belo Horizonte: UFMG.

NASCIMENTO, Denise; **BITTENCOURT**, Rafael. Invadir ou ocupar? In: **NASCIMENTO**, Denise. (org.). Saberes [auto] construídos. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

NASCIMENTO, Denise. 2016. Outra lógica da prática In: **NASCIMENTO**, Denise. (org.). Saberes [auto] construídos. Belo Horizonte: Associação Imagem Comunitária, 2016.

OLIVEIRA, Francisco. Crítica da razão dualista. Estudos Cebrap, n.2, 1972.

PAOLINELLI, Marina; **CANETTIERI**, Thiago. Dez anos de ocupações organizadas em Belo Horizonte: radicalizando a luta pela moradia e articulando ativismos contra o urbanismo neoliberal. Cadernos Metrôpole, n.56, 2019.

RAMOS, Tatiana. Heterotopias urbanas: espaço de poder e estratégias sócio-espaciais dos sem-teto no Rio de Janeiro. Polis, v.27, 2010.

RESGALA, Gustavo. Moeda social e o fortalecimento do espaço diferencial nas periferias. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, v.19, n.2, 2017.

ROLNIK, Raquel. Guerra de lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças. São Paulo: Boitempo, 2015.

SAFATLE, Vladimir. O circuito dos afetos. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

SANTOS, Ynê. Além da senzala: arranjos escravos de moradia no Rio de Janeiro (1808-1850). (dissertação). Programa de História Social. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006.

SOHN-RETHEL, Alfred. Intellectual and manual labour: a critique of epistemology. London: Macmillan, 1978.

TELLES, Vera da Silva. A cidade nas fronteiras do legal e ilegal. Belo Horizonte: Ed. Argumentvm, 2010.

TONUCCI, João Bosco; **MAGALHÃES**, Felipe. A metrópole entre o neoliberalismo e o comum: disputas e alternativas na produção contemporânea do espaço. Cadernos Metrôpoles, v.19, n.39, 2017.

TONUCCI, João Bosco. Comum urbano: a cidade além do público e do privado. (tese). Geografia. Belo Horizonte: UFMG, 2017.

ZIBECHI, Raul. Comunidades em resistência. São Paulo: Consequência, 2015.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma? In: ZIZEK, Slavoj. (Org.) Mapa da Ideologia. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

***Thiago Canettiari** é pesquisador de pós-doutorado no departamento de Geografia da UFMG. Doutor em Geografia pela UFMG. Mestre em Geografia pela PUC-Minas. Bacharel e licenciado em Geografia pela PUC-Minas. Pesquisador do grupo Indisciplinar, do Cosmópolis e do Observatório das Metrôpoles.

Beatriz Ribeiro Machado é doutoranda em Ciências Sociais pela Unicamp. Mestre em Extensão Rural pela UFV. Bacharel em Secretariado Executivo Trilíngue pela UFV. Pesquisadora associada do Centro de Estudos de Migrações Internacionais - CEMI/Unicamp e do grupo Desloca(migra)mentos.

Sobrevivência dos vaga-lumes na Vila Dique: reflexões sobre um planejamento urbano popular

The survival of fireflies in Vila Dique: reflections on “popular” urban
planning

Ane Briske, Douglas Silveira Martini, Igor Nicolini, Nicole Brazeiro*

Resumo

O presente artigo estrutura-se em quatro partes. A primeira aborda brevemente o contexto histórico de luta por moradia e infraestrutura realizada pelos moradores da Vila Dique, bairro popular localizado na Zona Norte do município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. A segunda situa a luta pela permanência dos moradores no atual contexto de produção do espaço neoliberal da cidade, potencializado pelos grandes eventos esportivos. A terceira trata de elucidar o panorama atual dos processos de planejamento urbano, bem como os canais de participação já existentes em Porto Alegre, como o Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (CMDUA) e o Orçamento Participativo (OP), buscando relacionar a atuação desses canais com o processo que vem ocorrendo na comunidade, onde moradores conjuntamente com o escritório modelo EMAV - Práticas Participativas Populares, da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), e outros apoiadores, vêm dando corpo a um Plano Popular da Vila Dique. Discorreremos também sobre o que entendemos ser um planejamento urbano participativo ou excludente e sobre organização e registros em projetos de extensão. A última parte aborda a construção da metodologia adotada para elaborar a primeira etapa do que seria um plano popular de urbanização que consiste de um diagnóstico para o entendimento coletivo da comunidade, descrevendo os passos e as abordagens pedagógicas utilizadas com o objetivo de tornar as dinâmicas participativas mais inclusivas e representativas.

Palavras-chave: Planejamento urbano; participação popular; extensão popular

Abstract

This article is structured in four sections. The first one briefly approaches the historical context of the fight for housing and infrastructure engaged by the residents of Vila Dique, a popular neighborhood located in the north area of the city of Porto Alegre, the capital of Rio Grande do Sul state. The second section places the residents' fight for permanence in the current context of neoliberal production of space in the city, increased by big events. The third part is about clarifying the current scenario of urban planning processes, as well as the means of participation that already exist in Porto Alegre, such as the City Council for Urban and Environmental Development (CMDUA) and the Participative Budgeting (OP), seeking to correlate the performance of these means with the process that has been occurring in the community, where residents, together with the architecture studio EMAV - Popular Participative Practices, from the School of Architecture of the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS) and other contributors have been materializing a Popular Plan for Vila Dique. On this part, we also talk about what we understand to be a participative or an excluding urban planning and about organization and records in Extension Projects. The last section approaches the elaboration of a methodology adopted to make the first stage of what would be a popular urbanization plan, which consists on a diagnosis for the collective understanding of the community, describing the steps and the pedagogical approaches that are used with the objective of making the participative dynamics more inclusive and representative.

Keywords: Urban planning; citizen participation; “popular” extension.



Introdução

O presente artigo é escrito por bolsistas[1] de extensão do EMAV[2] – Práticas Participativas Populares e busca compartilhar experiências vividas junto a uma comunidade popular, irregular e periférica de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul. Nossos principais objetivos são debater experiências de planejamento urbano que visam à ampliação da participação dos moradores nas decisões das políticas públicas do Estado e a debater estratégias de luta por permanência frente às remoções promovidas pelas grandes obras de infraestrutura urbana.

A ocupação da Vila[3] Dique tem relação direta com o fenômeno do êxodo rural, já que há poucas décadas, um contingente expressivo da população deixou a vida no campo para viver nas grandes metrópoles, ocupando de maneira irregular boa parte das periferias urbanas. Hoje a área que circunda a Vila é ocupada, em parte, por indústrias do setor secundário, empresas de logística e equipamentos de grande porte, como o Aeroporto Internacional Salgado Filho e o Centro de Abastecimento do Rio Grande do Sul (CEASA). Ao longo da década de 1990, através da organização e da grande mobilização da comunidade, uma série de políticas públicas e equipamentos urbanos foram conquistados, alguns dos resultados dessas mobilizações são: o Clube de mães Margarida Alves, a Unidade de Saúde Santíssima Trindade, a Creche Galpãozinho, conveniada à Prefeitura, a Unidade Recicladora Santíssima Trindade, a Padaria Comunitária Chico Pão e a Escola de Ensino Fundamental Migrantes.

Contudo, vem se consolidando desde 2005, por meio do Departamento Municipal de Habitação (DEMHAB), um discurso de remoção da comunidade. Pontuamos três dos principais argumentos embaladores



Figura 1. Cotidiano na comunidade. (Foto: EMAV, 2018)

1. Tendo sido escrito a muitas mãos, o artigo se comunica na primeira pessoa no plural, relatando experiências e discussões das quais todos e todas fizeram parte.

2. EMAV – Práticas Participativas Populares é um EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo) projeto de extensão universitária que tem como objetivo uma troca de saberes entre universidade e sociedade, complementando a graduação e afirmando um compromisso com a realidade social do Brasil, onde a assistência técnica em arquitetura e urbanismo é inacessível. O projeto dos EMAUs foi fundado pela FeNEA por volta dos anos 2000, atualmente existem dezenas desses projetos pelo Brasil. Alguns dos princípios dos EMAUs são: autonomia e autogestão, sem fins lucrativos, não-assistencialismo, multidisciplinaridade.
Fonte:
<http://www.fenea.org/projetos/EMAU>

3. “Vila” é um termo regionalista utilizado no estado do Rio Grande do Sul, mais especificamente na Região Metropolitana de Porto Alegre, para designar ocupações

irregulares. “Vila” tem o mesmo significado que favela, morro, quebrada ou os aglomerados subnormais como referido pelo IBGE.

de tal curso: o primeiro trata da questão da comunidade se localizar em uma área sujeita à inundação, configurando-se como área de risco; o segundo argumento trata da demarcação da comunidade como Área de Preservação Permanente no atual PDDUA de Porto Alegre; por último, ganha força a partir de 2008, a necessidade de remoção devido às obras de ampliação da pista do Aeroporto Salgado Filho para a Copa do Mundo de 2014.

Com a confirmação da Copa do Mundo e com a liberação de verba do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), o município encontrou o cenário favorável para realocar cerca de 900 famílias para fora da comunidade, em um processo que retirou todos os equipamentos públicos e comunitários conquistados ao longo dos anos e resultou no bloqueio da principal via de integração da comunidade com a Av. Sertório (via arterial de ligação com o restante da cidade), pela construção de um muro de concreto.

O destino das famílias removidas foi o Residencial Porto Novo, localizado na região nordeste de Porto Alegre. As moradias foram primeiramente construídas com recursos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), mas posteriormente e em maior quantidade, com recursos do Fundo de Arrendamento Residencial para o MCMV. Além da decorrente desintegração espacial da comunidade pela remoção dos equipamentos e das infraestruturas, essa transferência significou uma ruptura com os seus antigos hábitos e laços afetivos cotidianos.

Segundo relatos de moradores, o novo loteamento não satisfaz as necessidades de parte da população, pois a configuração de habitações não comporta hábitos presentes na antiga comunidade (Figura 1). A impossibilidade de manter o trabalho de reciclagem nas casas do Conjunto Habitacional Porto Novo é uma das razões destacadas, o que se dá em função de limitações espaciais da tipologia do condomínio, inviabilizando a forma de sustento principal de muitas famílias, visto que possibilidades de outra inserção no mercado de trabalho são remotas em virtude da baixa escolaridade. Outro fator importante é a característica de tranquilidade e de um cotidiano de vida rural que a comunidade preserva, pela qual parte dos moradores criam animais como cavalos, galinhas e porcos, além de possuírem hortas para subsistência. Além disso, podemos acrescentar como característica desse deslocamento espacial uma maior segregação da cidade, pois o novo conjunto habitacional conta com menos acesso ao centro e às infraestruturas urbanas. A violência do tráfico na região do Porto Novo, também é uma problemática que passou a ser parte da vida das pessoas que foram realocadas, como podemos perceber pela fala de uma das moradoras:

Fiquei traumatizada. Com tiro e coisa, até hoje se eu ouvir bombinha deus o livre! Eu tenho pânico disso. Porque eu fiquei com muito medo, muito medo mesmo. (Moradora em depoimento sobre a vida no condomínio

Porto Novo, em 06/11/2017).

Foi em resistência a esse cenário que alguns moradores que não queriam ser realocados e outros que decidiram voltar para a comunidade após morarem nas novas unidades habitacionais fundaram em 2015 uma nova associação de moradores chamada “Vila Dique Resiste!” (Figura 2), com o objetivo de dar continuidade à luta pela permanência e reconquistar os direitos básicos retirados pela prefeitura ao longo do processo de remoção.

A gente vive com medo. A gente quer melhorar nossa casa e o poder público não nos dá uma resposta se a gente vai ficar ou vai sair. (Moradora em depoimento sobre a atual situação, em 06/11/2017)



Atualmente a população da Vila Dique consiste de cerca de 385 famílias e 67% dos moradores vivem com renda mensal abaixo de 1 salário mínimo. Entre suas ocupações profissionais, destaca-se a reciclagem, em que atuam 33% dos moradores[4].

Cidade dos refletores e sobrevivência dos vaga-lumes

O modelo de produção do espaço urbano que ocorre na Vila Dique não faz parte de um caso isolado. Já está bem apurado em diversos aspectos da sociedade que a globalização e as práticas da economia

Figura 2. Primeira sede da associação Vila Dique Resiste! (Foto: Coletivo Muralha Rubro Negra, 2015)

4. Os dados utilizados consideram o levantamento censitário elaborado por alunos da Geografia da UFRGS, em 2015, sob coordenação da Profa. Dra. Cláudia Luísa Zeferino Pires. O levantamento censitário do IBGE de 2010 foi desconsiderado, visto que a comunidade teve alterações demográficas significativas entre 2008 e 2013. Fonte: Isabel Alves e Rai Santos (2015).

Figura 3. Mutirão de jardinagem na comunidade. (Foto: EMAV, 2018)

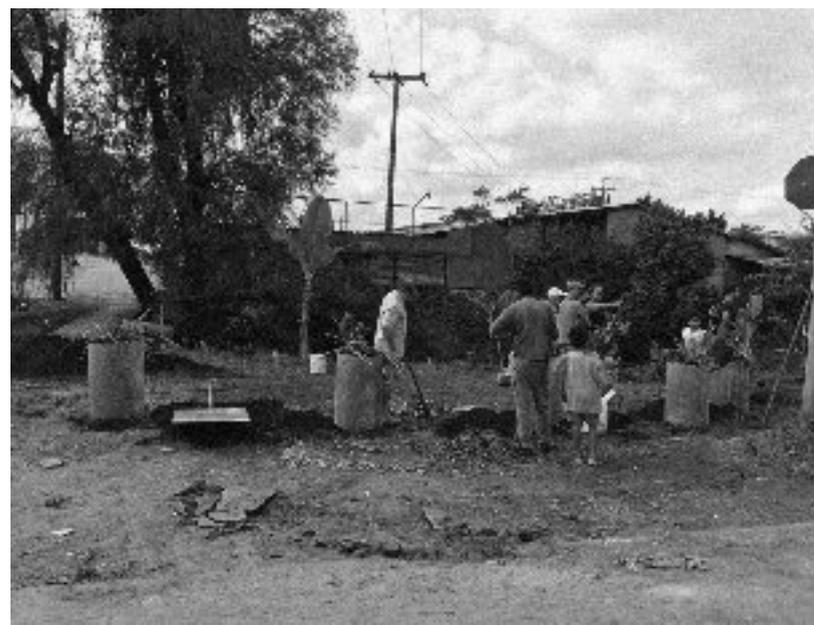
5. Das 19 obras previstas para Copa 2014 em Porto Alegre, somente 5 foram concluídas, segundo levantamento realizado em 2018. Fonte: www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/default.php?p_noticia=999194971&ASSINADO+FINANCIAMENTO+QUE+VIABILIZA+RETOMADA+DAS+OBRAS+DA+COPA

neoliberal nas cidades brasileiras vêm somando mais inconvenientes do que oportunidades para a maior parte da população. Entretanto, com os grandes eventos (como a Copa de 2014), a administração pública encontrou um ambiente frutífero para intensificar os processos de fragmentação e marginalização nas cidades.

Frequentemente, o Estado tapa os ouvidos às reivindicações das populações colocadas em situação de vulnerabilidade e flexibiliza ao extremo (quando não incentiva, através de parcerias) os investimentos e interesses dos capitais internacionais. Nesse contexto, a metáfora do filósofo Didi-Huberman (2011) sobre a sobrevivência dos vaga-lumes, exemplificando o ser humano que resiste, *apesar de tudo*, é uma ferramenta que pode ajudar a elucidar esse processo e abrir um leque de outras inter-relações e interpretações sobre esse fenômeno.

Por meio do confronto entre os vaga-lumes, representando os corpos que dançam, “esgotam a vida” e ainda resistem sobre a luz ofuscante dos refletores – que seriam as forças e o “vazio do poder” da sociedade espetacularizada, que transforma tudo em mercadoria –, o autor traça um verdadeiro horizonte de atributos do biopoder. Trazendo essa metáfora para a concepção do espaço nas cidades brasileiras, consideramos “refletores” os diversos empreendimentos e as atividades econômicas que se promovem sobre a segregação urbana. São os mecanismos dos grandes eventos, como a Copa do Mundo, as grandes obras de projetos especiais que ofuscaram, com todas as forças possíveis, os *lampejos* de resistência das populações que acidentalmente estavam no caminho desses espetáculos, como corpos sendo empecilhos ao “progresso”.

Em Porto Alegre, os impactos das obras da Copa do Mundo de 2014 (em sua maioria não finalizadas[5]) ainda ocupam o noticiário e o cotidiano de milhares de pessoas. No caso da Vila Dique, a metáfora dos *vaga-lumes ofuscados pelos refletores* acontece ainda mais vigorosamente pela dinâmica de caráter rural da ocupação dos moradores, que se contrapõe aos grandes projetos e à obra de ampliação da pista do



Aeroporto Internacional Salgado Filho, iluminado por todos os cantos pelos refletores e balizadores de alto alcance. Voltando ao que diz o autor “[...] o que desaparece nessa feroz luz do poder não é senão a menor imagem ou lampejo de contrapoder”. (DIDI-HUBERMAN, 2011, p. 91)

Nesse sentido, os moradores da Vila Dique poderiam também se relacionar, de certa forma, com o personagem do homem “lento” desenhado por Santos

(1994) nas reflexões sobre técnica, tempo e espaço em contexto de globalização, do mesmo modo que o Estado, através da Copa do Mundo de 2014, entulhou a cidade de áreas urbanas "luminosas", definidas pelo autor:

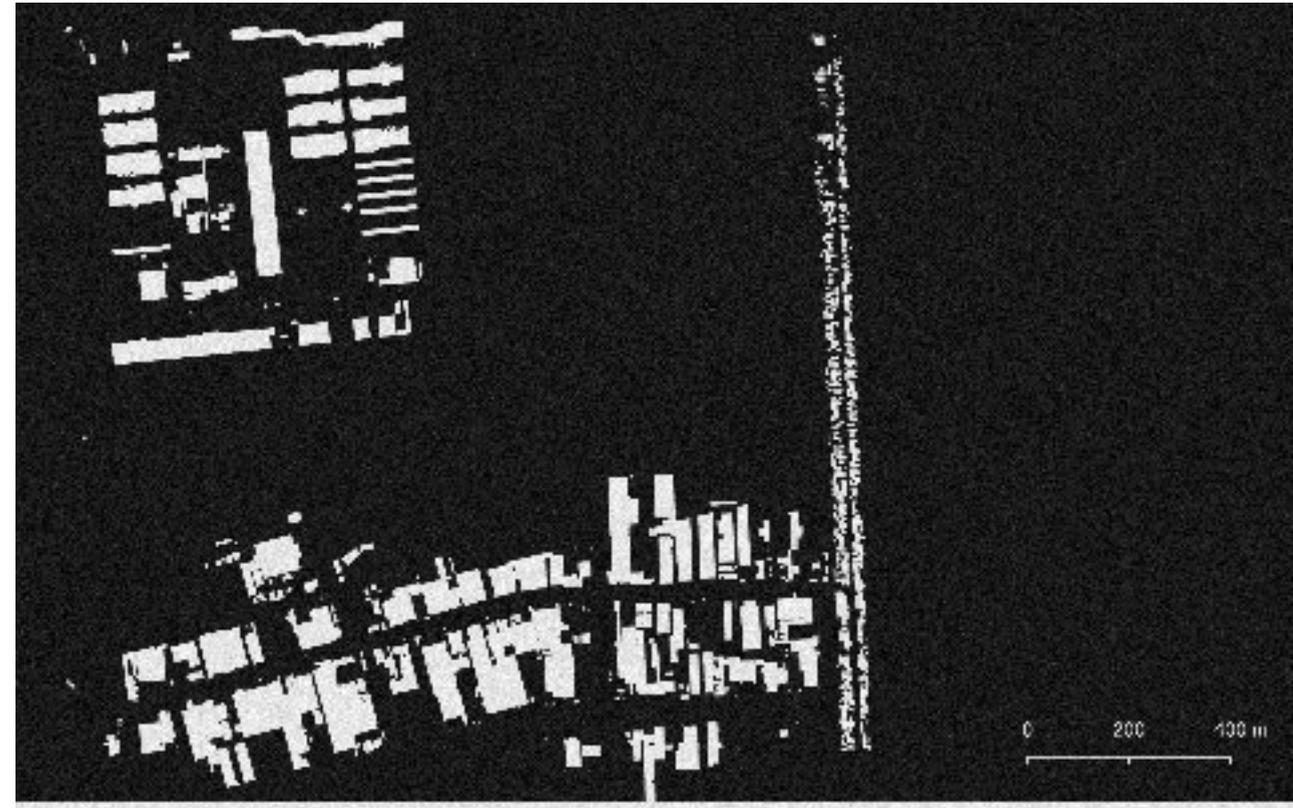
Na cidade, hoje, a "naturalidade" do objeto técnico – uma mecânica repetitiva, um sistema de gestos sem surpresa –, essa historização da metafísica, crava no organismo urbano, áreas "luminosas", constituídas ao sabor da modernidade e que se justapõem, superpõem e contrapõem ao resto da cidade onde vivem os pobres, nas zonas urbanas "opacas". Essas são os espaços do aproximativo e não (como as zonas luminosas) espaços da exatidão, são espaços inorgânicos, abertos e não espaços racionalizados e nacionalizadores, são espaços da lentidão e não da vertigem. (SANTOS, 1994, p.44)

Utilizaremos aqui o sentido de homens "lentos" como uma estruturação psicossocial dispar daquela encontrada pelos apoiadores externos intelectualizados e os poderes institucionalizados atuantes na vila. De nenhuma maneira o sentido julga o valor de tal "lentidão", só quer dizer, assim como Santos (1994), que as relações sociais de comunicação e atuação política entre as áreas "opacas" das cidades são muito diferentes das "luminosas".

Estaria o planejamento urbano, como conhecemos nas últimas décadas, sendo um aliado à produção de novas áreas "luminosas"? Esse parece ser o caso da capital gaúcha, visto que nos últimos anos, os chamados Projetos Especiais têm se tornado uma prática de planejamento constante, ao mesmo tempo em que a demarcação de novas Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) estão cada vez mais fora de debate[6]. Quando a demanda pela demarcação de uma nova ZEIS vem de ocupações em áreas de preservação ambiental, então, juntam-se ao debate um conjunto de outros atores. Sobre a instrumentalização da ecologia (e dos zoneamentos) na contramão do direito à moradia, Souza (2015) pontua:

O que é, afinal de contas, um zoneamento - encarado como uma ferramenta técnica por planejadores supostamente neutros e racionais...-, senão um instrumento geopolítico, quase sempre a serviço da valorização capitalista do espaço e até, em não poucos casos, da segregação residencial? (SOUZA, 2015, p.27)

6. Um levantamento realizado pelo Núcleo de Estudos e Pesquisas em Economia Urbana da UFRGS (Nepeu) indica que os Projetos Especiais (em função de seus impactos urbanos) têm sido utilizados como forma de contornar as restrições do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental. Fonte: www.ufrgs.br/economiaurbana/2018/04/23/contribuicoes-para-a-revisao-do-plano-diretor-de-desenvolvimento-urbano-e-ambiental-de-porto-alegre/



Mapa 1. Edificações da região, com a Vila Dique à direita. (Fonte: EMAV, 2019)

Apesar do cenário pessimista de Porto Alegre, é importante destacar que tanto os escritos sobre a sobrevivência dos vaga-lumes, quanto o personagem do homem "lento" falam também, *apesar de tudo*, sobre esperança, resistência e apontam outros caminhos para os problemas e impasses do planejamento urbano em tempos de economia globalizada.

A fim de seguirmos os próximos pontos do debate, vale lembrar que não é a intenção do presente artigo essencializar comportamentos tampouco a comunidade. O objetivo, entre outros, é pensar sobre as diversas formas de ser e estar na cidade, as diferentes temporalidades possíveis de viver nas grandes metrópoles e como podemos, levando em consideração todas essas variáveis, pensar em processos participativos e verdadeiramente democráticos. A questão é, afinal de contas, se o planejamento urbano – e os canais de participação – ainda são (ou se em algum momento foram) plataformas capazes de escutar, entender e acolher as demandas dos vaga-lumes e dos homens "lentos"?

Participação popular na cidade dos refletores

É lugar comum a crítica de que os Planos Diretores e Estratégicos elaborados no Brasil a partir do Estatuto das Cidades são documentos com extensas listas de propostas bem-intencionadas para o desenvolvimento das cidades. No entanto, raramente são vistas estratégias de articulação para concretizar essas propostas.

As dificuldades de implantação das diretrizes de planejamento urbano vêm sendo debatidas há décadas, mas algumas condutas parecem ter virado tradição. Analisando o contexto do Rio Grande do Sul, nos anais do III Curso de Planejamento Urbano e Local, Cornely (1972) já listava uma série de impasses nas políticas de planejamento urbano daquela época, alguns deles continuam atuais:

[...] outra dificuldade se vincula às qualidades dos planos, cujos objetivos e meios são por vezes inadequados à escala do município, ou então, sua linguagem é demasiado sofisticada para a compreensão dos administradores municipais, ou, ainda, por representarem mais os ideais estéticos do planejador do que um resultado dos anseios e aspirações, bem conscientes e planejados, da comunidade [...] (CORNELY, 1972, p.123)

A participação da população, mesmo que prevista nos documentos de planejamento urbano, acontece na maior parte das vezes apenas de maneira consultiva. Os encontros são mediados por um corpo técnico que parece desconfortável e sem entusiasmo pedagógico para o diálogo, o que causa diversos entraves, já que a construção das cidades acaba sendo sempre constituída de uma maneira autoritária. Essa ausência de apreço e investimento na relação entre pedagogia e a participação popular em processos de planejamento urbano parece se estender também para os pesquisadores, visto que há relativamente pouco material teórico que busque relatar detalhadamente experiências de processos participativos ou material técnico de métodos participativos que objetivem e estimulem o debate entre e com a população.

Outro aspecto valioso que será analisado em futuros trabalhos é a distinção social entre os atores externos à comunidade (entram aí planejadores profissionais, militantes, advogados e apoiadores em geral) que estão envolvidos nos espaços de participação em diversas escalas e que impactam os rumos dos debates. Ainda que menos conservadores que muitos profissionais, esses atores muitas vezes parecem pactuar com uma visão única do que consideram como “cidade saudável”, construída a partir de um entendimento frequentemente limitado (a uma classe social e/ou nível de

7. Iniciado em 1989, em Porto Alegre, o Orçamento Participativo (OP) virou modelo de política de participação popular, recebeu prêmios internacionais e foi replicado em diversas cidades pelo mundo. Entendemos que processos como o Orçamento Participativo engajam um tipo de participação deliberativa e consultiva, a curto prazo, diferente de uma participação desejada para um processo de planejamento urbano, que necessita de um debate crítico, pedagógico e inclusivo sobre o entendimento das dinâmicas de produção do espaço e dos diversos modelos de cidade possíveis.

escolaridade) dos problemas. Quando se fala de atuações nos territórios de *vaga-lumes* então, tudo parece acontecer de um modo que acaba por estigmatizar quem não faz parte desse corpo técnico.

Ainda é importante salientar o modo como estão estruturados os encontros, além da retórica técnica e discurso mais veloz, os chamados atores externos acabam correndo o risco de fragmentar e fragilizar os laços sociais já estabelecidos entre os homens “lentos”. Há sempre um grupo de pessoas que conseguem acompanhar, mas muitos outros são deixados pelo caminho e pouco se debate sobre quais foram esses motivos para a não absorção do conteúdo debatido, sob receio de que alguns debates podem enfraquecer ou atrasar a mobilização política que está quase sempre rumo a algum objetivo concreto e/ou imediato. Em alguns casos a prática é uma espécie de acordo não acordado, nos moldes de “se organizem do meu jeito e com o meu apoio ou fiquem sozinhos”.

Fora do campo do Planejamento Urbano, as experiências com o Orçamento Participativo[7], por exemplo, são repetidamente analisadas no campo das ciências políticas, na maioria dos casos mirando as relações com o conceito de democracia participativa ou em tentativas de estimar o alcance político desses canais de participação, mas são raramente estudadas no âmbito das experiências de participação em uma análise mais qualitativa desses procedimentos. Fazendo uma crítica ao papel secundário da participação popular na concepção de direito à cidade nas políticas públicas brasileiras, Kapp (2012) pontua:

[...] a participação não é apenas uma entre outras ideias relacionadas ao direito à cidade. Ela é seu cerne. Talvez a escolha do termo seja infeliz, porque participação, independentemente do adjetivo que a qualifique (plena, verdadeira, genuína, etc.), sempre sugere uma outra instância, não composta pelos próprios “participantes”, que determina e coordena o processo. Isso vale mais ainda para a sua especificação como participação popular, pois se há o popular, deve haver o não popular. (KAPP, 2012, p. 468).

Já Steinberger (2016), fazendo uma análise do conquistado canal de participação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano Ambiental de Porto Alegre (CMDUA), constata que os representantes das comunidades estão em desvantagem em relação aos demais conselheiros, e por fim, defende um redesenho do arranjo institucional do conselho para que se considere e se repense a relação do Estado com as organizações comunitárias e concomitantemente com as organizações que defendam os interesses ligados ao capital, visto que os conselhos deveriam ter um papel importante nas discussões e decisões políticas de desenvolvimento, mas acabam constituindo um

ritmo de deliberações que inviabiliza a participação de todos.

Essas reflexões pessimistas sobre os canais de participação citados não têm o objetivo de desmerecer ou deslegitimar o trabalho envolvido pelos técnicos na construção desses espaços, pelo contrário, é importante reconhecer que são conquistas políticas importantes da nossa democracia e precisam ser ainda mais fortalecidos. Na oportunidade de participarmos da construção desses e de novos canais, podemos adotar cada vez mais uma postura técnica de fiscalização constante pela inclusão de vozes diversificadas, pois espaços de participação considerados democráticos também podem resultar em decisões políticas supressoras e reacionárias.

Em geral, são as teóricas feministas que mais avançam na reflexão e defesa de uma postura transformadora em contexto de debates e interações sociais e democráticos. hooks (1994, p. 57), defendendo a prática de uma pedagogia crítica e relatando vivências em salas de aula multiculturais, constata a ausência de participação em aula dos alunos “marginais” e chama a atenção para três perguntas essenciais que podem enriquecer novas dinâmicas de debate e de participação que sejam mais inclusivas: *Quem fala? Quem ouve? E por quê?*. Essas três perguntas são essenciais para fazer das plataformas de debate locais onde todos sintam a responsabilidade de contribuir, valorizando cada voz individual e estimulando uma ruptura da política de dominação que também se reproduz em espaços que muitas vezes se auto intitulam espaços de participação “populares”.

Construindo um planejamento urbano popular

A partir do conflito instaurado com a expansão da pista do Aeroporto Salgado Filho, uma reação por parte dos moradores e movimentos sociais cresceu. Após um certo período de tempo, uma antiga líder da Associação de Moradores da Vila Dique Resiste - por meio de uma líder de movimento social que já conhecia o trabalho do EMAV - nos convocou a participar do movimento de resistência às remoções e a construirmos juntos um Plano Popular de Urbanização como estratégia de permanência. Compartilhando do desejo de elaborar uma prática de planejamento urbano que



Figura 4. Mutirão de construção de praça na comunidade. (Foto: EMAV, 2019)

fosse radicalmente popular e culturalmente diverso (com a cara dos vaga-lumes) a Associação Comunitária da Vila Dique e EMAV organizaram vários encontros de formação coletiva com o objetivo de chegar a um entendimento do papel de cada ator nesse processo e de como poderiam ser conduzidas as atividades.

Num primeiro encontro, no dia 06 de setembro de 2017, foram debatidas as principais demandas e expectativas dos moradores em relação ao que seria o produto de um Plano Popular com a cara da Vila Dique. Nesse dia, após debate entre os moradores e os apoiadores, foi deliberada a necessidade de se buscar por referências de comunidades que passaram por processos semelhantes de construção coletiva para a formação de repertório sobre experiências e construir um processo participativo de caráter propositivo.

Esses encontros de formação e de aproximação com a comunidade acabaram se estendendo por 9 meses, totalizando 17 encontros, alguns se focaram nas metodologias do plano, já em outros momentos participamos como ouvintes ou apoiadores de eventos culturais, audiências públicas, fóruns regionais e mutirões organizados pela comunidade (Figura 3, 4, 5). Paralelamente a esses encontros, o EMAV realizou pesquisas em base de dados secundários, legislações e documentos de órgãos públicos e de menções à comunidade nos meios de comunicação.

O registro das vivências junto a comunidade foi um fator importante para uma compreensão mais aprofundada do papel da extensão universitária no processo da construção de um plano de urbanização que se pretendia genuinamente popular. Sempre foram constantes as discussões sobre a importância dos registros, bem como a dificuldade de realizá-los, nos mais de 10 anos de atuação em extensão universitária popular do EMAV: parte importante das memórias, lições e troca de saberes se perderam com a saída de membros do grupo, muitas vezes restando ao fim dos processos apenas fotos, desenhos técnicos e documentos burocráticos. Partindo dessa dificuldade, que parecia ser uma constante na trajetória do grupo que atua em diversas comunidades com problemáticas semelhantes às da Vila Dique, começamos a reservar parte de nossos encontros para relatar e buscar formas de sistematizar nossas experiências junto aos moradores, revendo nossas vivências na comunidade, a fim de melhorar nossa própria prática.

Na busca por uma nova forma de conduzir processos de educação popular, Holliday (2006) define algumas características do que ele propõe como *sistematização de experiências*:

A sistematização põe em ordem conhecimentos desordenados e percepções dispersas que surgiram no transcorrer da experiência. Assim, explicita intuições, intenções e vivências acumuladas ao longo do processo. Ao sistematizar, as pessoas

recuperam de maneira ordenada o que já sabem sobre sua experiência, descobrem o que ainda não sabem sobre ela, mas também revela-se o que ainda não sabiam que já sabiam. (HOLLIDAY, 2006, p. 25)

Havendo a necessidade de manter um ordenamento básico de informações que incluísse datas, relatos, *links*, análise e encaminhamentos das atividades envolvendo a comunidade, foi definido sistematizar as experiências através de uma linha do tempo colaborativa online, onde parte dos acontecimentos e pontos de debate eram constantemente adicionados de maneira transparente, com o objetivo de manter todos os apoiadores atualizados.

Essa organização dos registros foi importante em um momento de tensão na comunidade, quando, após uma assembleia convocada pelo DEMHAB, no dia 14 de maio de 2017, sem informar aos moradores qual seria o assunto abordado, a população foi surpreendida com o tema das novas realocações, desestabilizando os moradores que queriam permanecer e resistir na comunidade. Ao fim da assembleia, os moradores envolvidos na luta por permanência queriam que o grupo de apoiadores, articulados pelo Escritório Modelo, fizesse uma fala pública defendendo a construção do Plano Popular de Urbanização em oposição às casas oferecidas pela prefeitura. Mas apenas a Defensoria Pública pode fazer uma fala em defesa dos moradores que queriam permanecer. Foi um momento crítico do processo para todos, pois como em muitos processos de resistência às remoções, não havia perspectiva sobre quais eram as chances reais da comunidade permanecer, nem sobre qual seria o impacto do plano popular como ferramenta de pressão política.

Nesse momento também se estabeleceu uma nova expectativa da comunidade em relação ao papel



Nesse momento também se estabeleceu uma nova expectativa da comunidade em relação ao papel

Figura 5. Atividades propositivas com as crianças. (Foto: EMAV, 2019)

Figura 6. Algumas imagens do banco de figuras de auxílio a representação dos temas geradores. (EMAV, 2018)

8. A metodologia foi anteriormente descrita e apresentada no XVIII ENANPUR 2019, na sessão temática de Extensão Universitária e Assistência Técnica no Campo e na Cidade. Fonte: MARTINI, Douglas (2019).

político dos apoiadores, visto que, após o afastamento de lideranças do movimento social organizado, a parte do grupo de apoiadores que permaneceu junto à comunidade buscava trabalhar mais especificamente no auxílio a interfaces organizativas e pedagógicas. A partir desse momento, os moradores, angustiados pela desarticulação da comunidade, pressionaram pela urgência da primeira assembleia do Plano Popular. Limitados por esse curto prazo de tempo para construir uma metodologia, foi da sistematização na linha do tempo que foram extraídos os 27 temas abordados pelos moradores, pela prefeitura e pela mídia nesses 9 meses trabalho dos moradores e do EMAV.

Nas primeiras dinâmicas, que duraram cerca de três meses, aconteceram os primeiros processos de construção coletiva de um entendimento sobre o território da Vila Dique, onde o principal objetivo foi a troca de saberes entre os moradores sobre a realidade vivida na comunidade, junto a debates críticos sobre os temas sempre presentes no cotidiano dos moradores[8].

Embora tenhamos como objetivo descrever a metodologia das estratégias de diagnóstico que foram utilizadas junto à comunidade da Vila Dique, entendemos que este não é um modelo padrão de metodologia que possa ser reutilizado, pois acreditamos que as estratégias têm de ser contextualizadas, debatidas e inventadas a partir de cada experiência.

A perspectiva de atuação adotada vem nutrida por muitos debates e questionamentos que o EMAV buscou construir a fim de romper com os



modelos hegemônicos (e muitas vezes heterônomos) de práticas de extensão em arquitetura e urbanismo, propondo como alternativa uma prática que seja engajada em defender processos participativos comunitários que busquem refletir sobre o potencial da autonomia da população na produção do espaço, entendendo que os moradores são os sujeitos protagonistas (e interlocutores) da transformação.

O modelo de atuação foi construído sob o entendimento de que o conhecimento se dá pelo conjunto de saberes de cada sujeito do local, partiu-se então, da metodologia pensada por Freire (1987), que faz uso de *temas geradores*, buscando atingir um trabalho dialógico, problematizante e conscientizador da população sobre seu próprio *mundo vivido*, através de

debates com o objetivo de construir um conhecimento coletivo que fundamente o entendimento do dinamismo de cada contexto social.

Pressionados pela falta de tempo, utilizamos parte dessa metodologia e adaptamos alguns aspectos para adequarmos à realidade da Vila Dique, como, por exemplo, o acréscimo de imagens junto aos temas (Figura 6), com o objetivo de tornar a dinâmica mais inclusiva e não constranger a participação dos moradores analfabetos. Em relato de uma experiência com alunos da zona rural, Freire (1983) problematiza os limites da comunicação e do ensino através de uma linguagem técnica:

Nossa linguagem técnica, que se exprime num universo de signos linguísticos próprios, pode deixar de ser alcançada por eles como o significante do significado sobre o qual falamos. Daí que as palestras sejam cada vez menos indicadas como método eficiente. Daí que o diálogo problematizador, entre as várias razões que o fazem indispensável, tenha esta mais: a de diminuir a distância entre a expressão significativa do técnico e a percepção pelos camponeses em torno do significado. (FREIRE, 1983, p. 45)

Orientada por esses princípios, a primeira etapa da construção do Plano foi desenvolvida em 3 passos:

1 - Apresentação dos moradores, debates e problematização sobre os temas:

Nesse momento foi distribuída uma imagem para cada participante presente. A orientação era para que os participantes se voluntariassem, apresentando-se brevemente e contando há quanto tempo moram na comunidade e em que porção da vila residem, estabelecendo uma cartografia da participação. Esse momento de apresentação (Figura 7) virou rotina em todos encontros, pois funciona para tornar o ambiente mais informal e diminuir o constrangimento.

A escolha por distribuir imagens que representassem os temas selecionados, ao invés de palavras, além de incluir participantes analfabetos, visava possibilitar novas interpretações e perspectivas sobre possíveis novos temas, visto que as imagens têm mais possibilidades de abstração do que as palavras, podendo expandir ou até mesmo mudar o que havia sido pensado *a priori*.

Após o debate entre os participantes, quando as interpretações dos *significados* dos temas geradores se distanciaram muito do *significante* inicialmente catalogado, era revelado o tema original para iniciar um novo debate. Contudo, essa situação aconteceu apenas uma vez, quando um dos participantes recebeu uma foto de um céu nebuloso que inicialmente catalogamos como “riscos com temporal e

Figura 7. Encontro de debates sobre a comunidade. (Foto: EMAY, 2018)



vendaval”, mas que foi interpretado como “fumaça de incêndio” e acabou conduzindo para um debate interessante sobre a poluição causada pela queima de lixo na comunidade, algo que nunca havia sido um tema ao longo dos 9 meses de aproximação.

2 - Organização dos registros dos debates sobre os temas

A partir dos registros das falas dos moradores, foi organizado um catálogo dos temas debatidos em formato de tabela, onde na primeira coluna estava o nome do tema, na segunda coluna os subtemas que surgiram no debate e na terceira coluna o porquê de os moradores atribuírem importância ao subtema. Ao longo dos debates alguns

moradores relataram iniciativas que já estavam sendo realizadas para solucionar problemas levantados, o que gerou uma quarta coluna, nomeada como “iniciativas”. Exemplificando a organização: dentro do tema “saúde dos moradores” (coluna 1) um subtema levantado foi a “falta de um posto de atendimento” (coluna 2), que “é importante para os moradores e foi removido pela prefeitura”(coluna 3), como iniciativa (coluna 4) a “associação de moradores prontificava-se a buscar uma solução junto à defensoria pública, solicitando a presença de uma unidade móvel de saúde na comunidade”.

Após o fim da organização, notou-se que alguns dos espaços da tabela estavam vazios, seja pela falta de

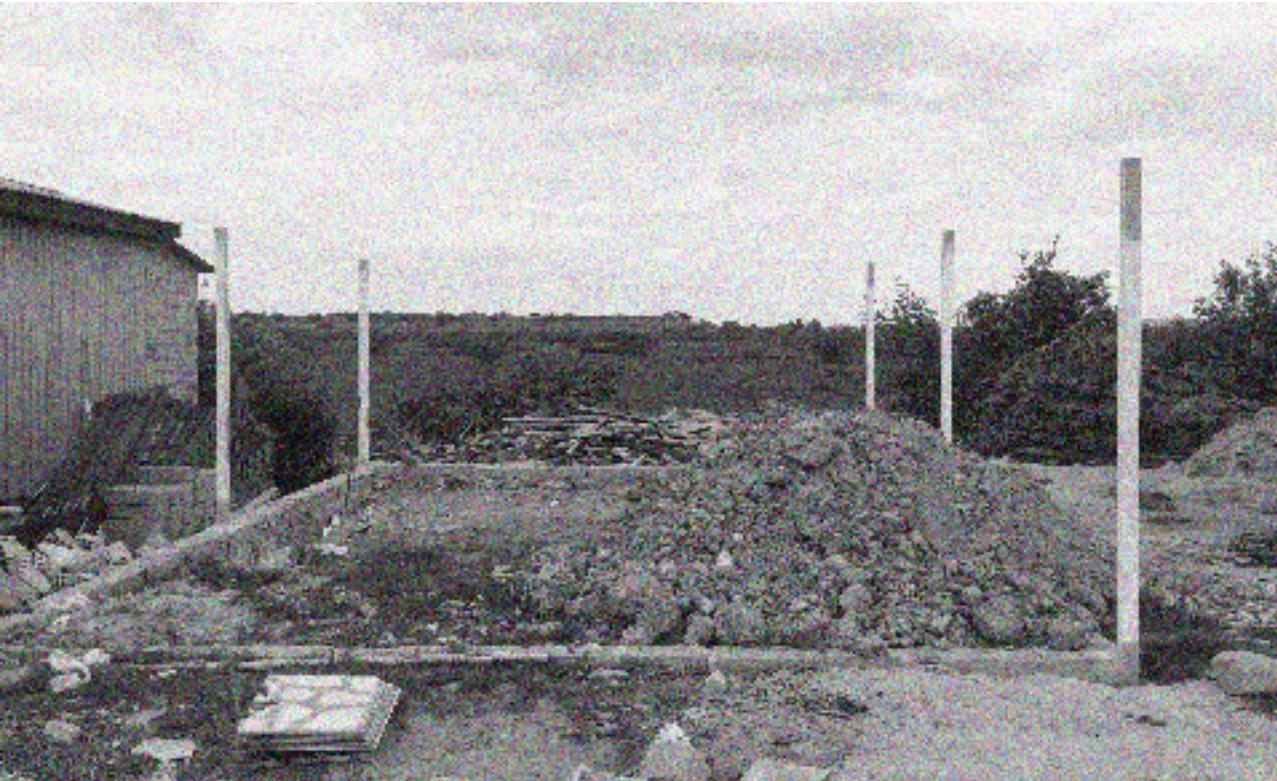
aprofundamento durante o debate, falha de registro das falas ou por não estarem sendo realizadas iniciativas sobre alguns dos subtemas considerados importantes.

3 - Dinâmica de conclusão do diagnóstico e “O que estamos fazendo sobre isso?”

Para a atividade de conclusão da etapa de diagnóstico coletivo da comunidade, retomamos a tabela com os temas e subtemas para que os moradores pudessem debater novamente e completar os espaços vazios das colunas. Nesse encontro, o debate focou-se em resolver a questão: “O que estamos fazendo sobre isso?”. A pergunta foi elaborada com o objetivo de dar visibilidade para as iniciativas de autonomia dos moradores previamente catalogadas e também para provocar uma reflexão sobre a necessidade ou não de um plano para resolver todos os problemas relacionados aos temas, visto que vários dos problemas listados podem vir a ser explorados e futuramente solucionados com iniciativas autônomas dos moradores, seja através de mutirões ou através de atividades de conscientização. Ao fim da

atividade, entendeu-se que alguns dos problemas têm exclusivamente no Plano Popular a sua possível estratégia de solução, visto que necessitam de diálogo político-institucional com atores externos. Nesse mesmo dia, os moradores marcaram os próximos mutirões de construção da nova associação de moradores Vila Dique Resiste! (Figura 8).

Figura 8. Pilares e fundações da nova associação de moradores da Vila Dique. (Foto: EMAV, 2018)



Considerações finais

Neste breve relato do processo inicial de construção de um projeto de planejamento urbano na Vila Dique, ainda sem título e sem produto definido, tentamos relatar com transparência os aspectos positivos e negativos das metodologias adotadas para auxiliar a construção de um repertório para outras práticas de planejamento urbano, que também desejam ser representativas e de vozes plurais, como o exemplo das práticas que já iniciam a jornada se auto-intitulando “populares”.

Trabalhar com o apoio dos temas geradores foi essencial para a construção de um entendimento do território da Vila Dique que fosse mais representativo e com potencial diagnóstico, visto que os moradores estavam familiarizados com os assuntos debatidos, pois foram eles que originalmente trouxeram a maioria desses assuntos.

Outro fato que merece ser ressaltado é o potencial de continuarmos explorando os temas e subtemas e a sistematização já elaborada, a fim de debater o futuro da comunidade.

Entendemos que uma das fragilidades da metodologia está na categorização de muitos assuntos que são inter-relacionados, mas essa foi uma abordagem adequada para a construção de um nivelamento do conhecimento sobre os debates na comunidade e para tentar incluir moradores não-organizados no processo, o que sempre nos instigou. Trazer a pergunta “O que estamos fazendo sobre isso?” para cada tema gerador como conclusão do diagnóstico também foi importante para organizarmos as iniciativas que já estão em andamento, principalmente para os moradores divulgarem e se articularem com autonomia e estratégia sobre outras demandas pendentes.

Até o presente momento, foram 20 meses de envolvimento com a Vila Dique, aprendemos que apesar das várias derrotas da comunidade ao longo dos últimos anos, não falta motivação, entusiasmo, resiliência e mobilização para resistir, ocupando seu território por direito há mais de 40 anos. Apesar das várias tentativas de desestabilização e retirada de direitos básicos pela prefeitura, não falta disposição para dialogar, seguir produzindo luz contra os refletores e tendo disposição para construir uma resposta à perversão das políticas urbanas vigentes. Os vaga-lumes, afinal, ainda sobrevivem.

Referências

- ALVES**, Isabel; **SANTOS**, Rai. *Reconhecimento Territorial: caderno de mapas da Vila Dique*. Porto Alegre, Instituto de Geociências, 2015.
- CORNELY**, Seno A. *Anais do III Curso de Planejamento Urbano e Local do SERFHAU*. Ministério do Interior, 1972.
- DIDI-HUBERMAN**, Georges. *Sobrevivência dos vaga-lumes*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. Trad. Vera Casa Nova e Márcia Arbex.
- FREIRE**, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 17ª ed., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- FREIRE**, Paulo. *Extensão ou comunicação?*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.
- GIL**, Carmem Zeli de Vargas. *Da Vila Dique ao Porto Novo. Extensão popular, rodas de memórias e remoções urbanas*. São Leopoldo, Oikos, 2013.
- HOLLIDAY**, Oscar Jara. *Para sistematizar experiências*. 2. ed., revista. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2006.
- HOOKS**, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. WMF Martins Fontes, 2013. Trad. Marcelo Cippola.
- KAPP**, Silke. *Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole*. São Paulo, Cad. Metrop., v. 14, n. 28, 2012.
- MARTINI**, Douglas.; **SANTOS**, Bárbara.; **SILVEIRA**, Pedro Henrique.; **ROSA**, Ana Aguirre. *Planejamento Urbano Popular na Vila Dique: Construindo um diagnóstico coletivo*. In: XVIII Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, 2019, Natal. Anais XVIII ENANPUR 2019, 2019.
- SANTOS**, Milton. *Técnica, espaço e tempo: globalização e meio técnico-científico informacional*. São Paulo: Hucitec, 1994.
- SCHUMPETER**, Joseph. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro, Editora Fundo de Cultura, 1961.
- SOUZA**, Marcelo Lopes de. *Proteção Ambiental para quem? A Instrumentalização da Ecologia contra o Direito À Moradia*. In: *Mercator*, Fortaleza, v. 14, n. 4, Número Especial, p. 25-44, 2015.
- STEINBERGER**, Marília; **GOMES**, Ana Maria Isar dos Santos. *Democracia participativa na regularização fundiária urbana: o projeto Lomba do Pinheiro*, Porto Alegre. In: *Sociologias*, v. 18, p. 292-319, 2016.

***Ane Briscke** é Mestranda em Ciências Sociais pela PUCRS, pesquisadora e extensionista.

Douglas Silveira Martini é Graduando de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pesquisador e extensionista.

Igor Nicolini é Graduando de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pesquisador e extensionista.

Nicole Brazeiro é Graduanda de Arquitetura e Urbanismo na UFRGS, pesquisadora e extensionista.

Participação popular e resistências no espaço urbano: uma prática de assessoria técnica na Ocupação Quilombo Paraíso

Social Participation and Resistances in the Urban Space: a Technical Advisory Practice in Quilombo Paraíso Occupation

Vinicius Lyra Reis Valois*

Resumo

A prática da arquitetura e urbanismo é dotada de um caráter subjetivo segundo o qual diversos podem ser os modos de atuar e seus resultados, a depender de quais interesses estão sendo atendidos e das decisões tomadas pelos profissionais de planejamento. O presente artigo nasce de uma experiência em assessoria técnica desenvolvida durante o Trabalho Final de Graduação do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia, junto aos moradores de um assentamento do Movimento dos Sem Teto da Bahia, em Salvador. Buscando entender uma forma de exercício da profissão, foi feita uma aproximação da Ocupação Quilombo Paraíso, que sofria ameaças de remoção devido a intervenções iminentes do Estado, para construção de um conjunto Minha Casa Minha Vida projetado sobre as casas da ocupação. Indenizados com apartamentos nos futuros prédios, os moradores solicitaram que uma assessoria técnica contribuísse na realocação da ocupação para algum terreno próximo até o fim da obra, de modo a permanecer no território resistindo enquanto comunidade e garantir os imóveis. Com o objetivo de democratizar a prática do urbanismo e trocar saberes entre Universidade e População, a inclusão das famílias nas decisões projetuais foi feita através de oficinas de participação popular, fortalecendo o coletivo frente às exigências do Estado. Desse modo, o relato busca ainda tensionar o papel que o arquiteto e urbanista pode ter em equilibrar as muitas forças atuantes e desiguais na disputa pelo espaço.

Palavras-chave: Assessoria técnica; participação popular; produção do espaço; urbanismo; MSTB.

Abstract

The practice of architecture and urbanism is endowed with a subjective character as ways of acting and their results may vary, depending on which interests are met and the decisions made by the planning professionals. This article is born from an experience in technical advisory during my final year as an undergraduate student of the Architecture and Urbanism course at the Federal University of Bahia, with the residents of a settlement from the Bahia Homeless Movement, in Salvador. It seeks to understand a way of exercising the profession by approaching the Quilombo Paraíso Occupation, which was threatened with removal due to imminent State's interventions, aiming to build a project of Minha Casa Minha Vida over the houses of the occupation. Indemnified with apartments in the future buildings, residents requested that a technical advisory helped them relocate the occupation to some land nearby until the end of the State's work, to remain in the territory resisting as a community and secure the real estate. In order to democratize the practice of urbanism and exchange knowledge between the University and the Population, the inclusion of families in the decisions was made through workshops of popular participation, strengthening the collective against impositions. Thus, this essay seeks to tense the role that the architect and urbanist can play in balancing the many acting and unequal forces in the dispute for space.

Key-words: Technical advisory; public participation; space production; urbanism; MSTB.



Introdução

Este artigo é fruto de uma experiência durante o trabalho final de graduação (TFG)[1] em Arquitetura e Urbanismo na UFBA (Universidade Federal da Bahia), onde foi desenvolvido uma prática de assessoria técnica[2] com os moradores da Ocupação Quilombo Paraíso, um assentamento informal do Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB). A aproximação das famílias iniciou-se na matéria de Atelier V – Planejamento Urbano e Regional, em novembro de 2017. Ao iniciar o TFG em 2018, foi escolhido permanecer no território e dar prosseguimento ao trabalho com as famílias, compreendendo e contribuindo com suas demandas. Após o fim da disciplina e um período de reaproximação, a ação no território como assessor técnico em formação foi requisitada pelo Movimento para responder a uma necessidade urgente das famílias: a expulsão iminente devido à construção de um empreendimento Minha Casa Minha Vida (MCMV) sobre suas casas.

Apesar da promessa feita pelo Estado de que seriam indenizadas com alguns dos futuros apartamentos, as famílias escolheram se reagrupar em um terreno próximo e permanecer resistindo enquanto comunidade até o fim das obras, previsto para 2020, para garantir seus direitos a uma moradia digna. A demanda do Movimento por um planejamento urbano surgiu para ajudar a pensar o novo espaço, sua ocupação e implantação, além de acompanhar e participar das reuniões com os representantes do Poder Público como uma voz técnica alinhada com os desejos da população, uma vez que não havia profissionais disponíveis no território.

A atuação em campo com esse caráter gerou diversos desdobramentos, pelos quais a prática de produção urbana tentou ser feita de forma mais humana e democrática, planejando o futuro da Ocupação e seus habitantes em conjunto com os mesmos. A participação popular foi constante nesse processo, de modo que as decisões sobre as modificações do espaço partissem dos próprios usuários, somando e trocando saberes diversos entre Universidade e População. As oficinas realizadas seguiram temas pertinentes à (re)construção da Ocupação em um novo terreno, com o objetivo de respeitar e reproduzir o máximo possível do que já existia no território, reduzindo as possíveis agressões físicas e psicológicas que normalmente envolvem processos de remoção feito pelo Estado.

Vale aqui destacar a distinção entre o termo assistência e assessoria (BALTAZAR, KAPP, 2016, p.4), sendo optado por utilizar e trabalhar com o último. No trabalho “Assessoria técnica com interfaces”, de Ana Paula Baltazar e Silke Kapp (2016), as autoras dissertam sobre o resgate do termo “assessoria técnica”, distanciando-se do caráter assistencialista do termo previsto na lei, onde se presume que o arquiteto e urbanista oferta ajuda a uma população sem conhecimentos e técnicas próprias. Assessoria então, aponta para

1. O TFG apresentado teve orientação de Thaís Rosa (FAUFBA) e co-orientação de Daniel Marostegan (FAUFBA). Agradeço ainda as contribuições de Gabriela Pereira (FAUFBA), Leandro Cruz (FAUFBA) e Karina Leitão (FAUUSP), que participaram da banca examinadora, e aos moradores da Ocupação, lideranças do MSTB e amigos, pelas trocas e construções realizadas.

2. Embora tenha lidado diretamente com diversos agentes como Poder Público e Movimentos Sociais, fornecendo soluções técnicas às demandas, considero a ação como uma experiência, por ainda estar na condição de graduando.

Fig. 1. Ocupação Quilombo Paraíso, em 2018. Fonte: Acervo pessoal.

uma relação onde não há dominação, ainda que reconhecida uma assimetria. Para elas, em uma situação ideal, os assessorados solicitam a assessoria e determinam qual o papel que o técnico deverá desempenhar no processo.

As características ou diretrizes que atribuímos à assessoria são, fundamentalmente: uma assimetria assumida entre técnicos e assessorados em vez de uma pretensa simetria; a abertura para algum ganho de autonomia, individual e coletiva, em vez da criação de novas dependências; a ampliação do imaginário acerca do espaço e de sua produção em vez da adesão a pressupostos abstratos e soluções técnicas que ainda desqualificam conhecimentos e práticas dos assessorados (BALTAZAR, KAPP, 2016, p.5).

Ocupação Quilombo Paraíso e o Movimento dos Sem Teto da Bahia



O MSTB é um movimento social de luta por moradia na cidade de Salvador, com início no ano de 2003. Fazendo-se valer da Função Social da Propriedade, previsto no art. 5 da Constituição Federal, tem como principal ferramenta de luta a ocupação de espaços ociosos, em zona urbana ou rural. Por espaços ociosos, entendem-se imóveis e propriedades que não cumprem com o disposto na Constituição e, por uma falta de interesse do Estado, não são utilizados para produzir

habitação à parcela da população que necessita. As ações dos Movimentos Sociais são feitas com o objetivo de visibilizar essas áreas, chamando a atenção do Poder Público para o espaço e os direitos que estão sendo negados a uma parcela da população.

A ocupação em questão, a Ocupação Quilombo Paraíso, iniciou-se em julho de 2009, quando o MSTB ocupou um terreno vazio próximo ao Hospital do Subúrbio e inserido em uma Área de Preservação Ambiental, a APA da Bacia do Rio do Cobre/Parque São Bartolomeu. O terreno, de ordem pública e propriedade da EMBASA[3], possuía uma topografia extremamente acidentada, o que fez com que inicialmente os barracos fossem construídos em sua parte mais plana, o topo do morro. A vista da paisagem ao redor, a presença da natureza e a tranquilidade do local fez com que os moradores escolhessem nomear a ocupação de Paraíso.

Decorrida uma semana de ocupação, as famílias foram confrontadas pelo conselho gestor da APA, preocupado com a degradação ambiental das nascentes do Rio do Cobre presentes na área, sendo esse um dos últimos rios urbanos de Salvador em estado de preservação. O MSTB argumentou que a construção do Hospital do Subúrbio, empreendimento vizinho à área, agravava muito mais o risco de contaminação do que as habitações, e que eles tinham então direito em permanecer. Após conversas com o Conselho da APA e a Secretaria do Meio Ambiente, foi feito um acordo informal de que eles poderiam ficar no território, contanto que realocados para a área em declive do terreno, de modo que os efluentes fossem direcionados à Bacia do Rio Paraguari, já em estado de contaminação, e não atingissem a água do Rio do Cobre.

Em agosto de 2009, a Ocupação se instalou na nova área, construindo barracos com compensados de madeira como parede e instalações elétricas e hidráulicas conectadas à rede local. Desde seu início lutando e resistindo no espaço, marcado pela presença constante da polícia violando barracos e se utilizando da força contra a população, os moradores decidiram renomear em 2011 a ocupação para Quilombo Paraíso, através de um processo identitário com o histórico de luta desses espaços negros, etnia da maioria dos ocupantes. Após reivindicações dos moradores em 2010 pelo direito à moradia digna garantida pelo Estado, como previsto na Constituição Federal[4], a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (CONDER) voltou os olhares para a área.

Na época com 120 famílias no local, o projeto apresentado pela CONDER como resposta irá criar 760 novas unidades habitacionais, em um total de 38 blocos desenhados sobre as casas da Ocupação. Apesar do impacto social e ambiental[5] que uma obra desse porte causa à região, a construção em larga escala atende ao pensamento vigente de

3. Empresa Baiana de Águas e Saneamento.

4. O artigo 6º da Constituição estabelece que “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição.”

5. O acesso a laudos ou estudos de impacto nunca foi obtido. Dada a dimensão e localização da obra em uma região com nascentes ao redor, é curioso ser concedida uma licença ambiental à mesma. Assim como é intrigante a posição passiva do Conselho Gestor da APA, enquanto o assentamento das famílias do MSTB na mesma área era continuamente contestado pelo mesmo.

produção de cidade, onde a terra se torna uma mercadoria e assim encontra uma maior facilidade de execução, passando por cima inclusive de direitos humanos. Desde 2010, quando era uma mera possibilidade, a perspectiva de construção funcionou como uma ameaça à consolidação da Ocupação por todos esses anos, e apenas durante o processo do TFG em 2018 foi confirmada pelos representantes legais que as obras teriam início até o fim do ano.

A primeira ação da assessoria técnica proposta foi apurar essas declarações, indo à sede da CONDER e à sede da construtora responsável pelo empreendimento, onde foi obtido de ambas a confirmação de legalidade da obra, já obtida licença ambiental para construção dentro da Área de Preservação Ambiental. Com a população e o MSTB satisfeitos pela conquista dos apartamentos e assim favoráveis às obras, a assessoria buscou garantir que a população fosse escutada durante o processo de remoção, fornecendo um suporte técnico como ferramenta contra as imposições feitas pelo Estado.

Oficinas de participação popular

A metodologia aplicada no trabalho teve como princípio o caráter participativo em formato de oficinas com a população a fim de trocar saberes, tomar decisões com o coletivo e contribuir no desenvolvimento de autonomia dos moradores. Com a ajuda de equipes temporárias para administrar as atividades em cada reunião, buscou-se compreender a comunidade interagindo com ela, através de uma pedagogia que estimulasse a participação, onde o ato de

Participar significa tomar parte em discussões e em decisões, desde o momento em que o problema se apresenta até aquele de pôr em prática as soluções encontradas, resultantes das discussões. Participar é uma atitude voluntária, contínua e de longa duração. A participação pressupondo um conhecimento dos rituais democráticos, é necessário, se a população chamada a participar é inexperiente, desprovida desse arcabouço, prepará-la para adquiri-lo num processo que denominamos de Pedagogia da participação. (NUNES, 2006, p.11)

Dentro de um prazo de aproximadamente 4 meses para o início das obras, paralelo às visitas semanais em campo, foi possível realizar um total de 4 encontros organizados com a comunidade, anunciados com antecedência para tentar reunir o maior número de pessoas interessadas. Reunidos em um bar na entrada da Ocupação, nesses encontros eram realizadas as oficinas, utilizando materiais levados para facilitar o processo de troca e assimilação, e obter um resultado mais concreto ao fim de cada uma. A produção de elementos físicos ao

fim de cada oficina foi importante para o estímulo da população e a sensação dos envolvidos de uma validação das atividades, ampliando o engajamento.

As oficinas e atividades relatadas buscam expor apreensões e gerar possíveis reflexões desse tipo de atuação, em torno do caso ocorrido na Ocupação Quilombo Paraíso. Ao lidar com espaços tão inconstantes e heterogêneos como os assentamentos informais no Brasil, procurou-se levar em conta as especificidades locais, assim como realizar essas ações com a população evitando impor decisões próprias, buscando sempre escutar, compreender e frequentemente se adaptar às demandas que o espaço traz ao profissional de planejamento.

Oficina 01 - instrumentos e possibilidades



A primeira oficina com os moradores da Ocupação ocorreu após a confirmação de construção do empreendimento MCMV com os agentes responsáveis, em agosto de 2018. Através das constantes idas a campo, foi possível convocar um bom número de pessoas para essa primeira atividade, com o objetivo de apresentar instrumentos técnicos utilizados na representação do espaço e compreender as demandas dos moradores para a nova ocupação.

Com a presença de 16 moradores, a oficina foi

realizada em duas dinâmicas. Durante a primeira dinâmica, usando uma maquete do terreno e uma planta baixa da Ocupação, foi questionado se eles reconheciam o espaço ali apresentado. Alguns, familiarizados com o ramo da construção civil, compreenderam rapidamente a linguagem utilizada, enquanto para outros o modelo físico topográfico foi essencial para melhor entendimento, embora a maquete muito crua tenha dificultado o processo. Brevemente, explicou-se como se lê uma planta baixa, através do conceito de uma

Fig. 2. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 01. Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 3. Conversa entre os moradores na primeira oficina. Fonte: Acervo pessoal.

vista aérea, onde casas são quadrados, árvores se tornam círculos e morros se tornam linhas. Os moradores localizaram o campinho, o monte e a entrada da Ocupação, pontos de referência da mesma no terreno.

Na segunda dinâmica, após prendermos o desenho de uma árvore na parede, iniciou-se uma discussão sobre o que os moradores pensavam que poderia melhorar a condição de vida na Ocupação. Foi sugerido que eles mesmos anotassem nos galhos da árvore o que ia surgindo; alguns ficaram tímidos e outros fizeram questão de participar. Com a aparição de elementos como creches e postos de saúde, foi conversado que o novo espaço provavelmente será menor que o atual, por não haver muitas áreas livres fora dos limites impostos pela APA e pela poligonal da obra. As famílias puderam então refletir sobre o que deveria ser priorizado de um ponto de vista coletivo, dentre o que havia sido sugerido individualmente.

Os moradores tiveram bastante interesse em participar, o que foi um grande estímulo ao trabalho, além da facilidade com que entenderam os instrumentos apresentados, compartilhando informações e dúvidas. O que mais atrapalhou foi a ausência de cores para diferenciar melhor os elementos, falha corrigida para as oficinas seguintes. Foi decidido pelos moradores que a prioridade na nova ocupação seriam as casas, juntamente com amor e igualdade, que são a base para tudo e, portanto, anotados na base da árvore. Questões de saneamento e infraestrutura foram uma grande preocupação, pois instalações elétricas e hidráulicas teriam que ser refeitas, além da reconstrução das casas, mas os moradores estavam dispostos a passar pelo processo, para conseguir os apartamentos. Nas palavras de um dos moradores, “apenas mais 2 anos de luta é pouco, perto dos 9 anos já vividos”.



Oficina 02 - Reconhecimento e identidade

Objetivando compreender a Comunidade e suas características, de modo que essas continuassem presentes mesmo em um novo espaço, a intenção da oficina seguinte foi entender o espaço atual e seus ocupantes através dos próprios moradores, para somar com percepções pessoais. Nessa oficina estavam presentes 23 pessoas, um número alto comparado aos encontros anteriores. Com o apoio de uma equipe formada por 5 pessoas, foi possível dividir os presentes em 3 grupos, com a realização de 3 atividades paralelas.

Dois grupos, formados pelos adultos presentes, se empenharam em localizar as casas onde cada um morava, identificando seus vizinhos. Utilizou-se como material os instrumentos apresentados na oficina anterior, porém com a planta baixa colada nas curvas de nível da maquete, para uma identificação mais fácil da implantação no terreno. Enquanto um grupo utilizava plantas baixas, o outro se valia da maquete aprimorada. Usando os pontos de referência que já haviam sido reconhecidos na 1ª oficina (campinho, monte e entrada da Ocupação), os grupos contabilizaram as casas em sequência, para nomear o morador de cada uma. Em paralelo, foram distribuídas fichas produzidas durante a disciplina de Atelier, contendo dados sobre os moradores coletados em entrevistas feitas no fim de 2017, com colegas do grupo da disciplina. Decorrido quase um ano, era necessário que alguns dados sociais e econômicos fossem atualizados pelos próprios moradores, conferindo as informações para atualizar qualquer incoerência encontrada. O terceiro grupo, composto por crianças, se entretinha desenhando casas e a Ocupação.

Essa oficina obteve uma ótima resposta dos moradores. A presença de uma equipe grande de suporte e de participantes que haviam estado na 1ª oficina foi de extrema importância, por já terem sido introduzidos ao conceito de maquete e planta baixa. A identificação de cada casa e seus habitantes, com sua posição no terreno, foi utilizada para construir cartografias afetivas e de relação com a terra, fatores que devem ser respeitados em qualquer espaço que seja futuramente ocupado pelas 64 famílias, número remanescente das 120 iniciais. As fichas também foram muito bem recebidas pelos moradores, que ficaram entusiasmados em contar suas histórias e se verem identificados nelas. O reconhecimento do espaço por parte da população desempenhou importante papel no processo de defesa das famílias no território, fortalecendo a sensação de pertencimento ao mesmo, através das construções físicas e afetivas debatidas.

Fig. 4. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 02. Fonte: Acervo pessoal.





Fig. 5. moradores apontando na maquete onde ficam suas casas. Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 6. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 03. Fonte: Acervo pessoal.

Oficina 03 - Memória e cartografias

Seguindo a linha da oficina anterior, nessa oficina trabalhamos a relação da população com o território. Dessa vez para além da



Ocupação, entendendo como o entorno da mesma era utilizado por eles, assim como as diversas forças externas e internas que atuaram no espaço ao longo dos anos. Assim, poderíamos reconstruir o histórico da Comunidade pela ótica dos moradores e a disponibilidade de serviços e equipamentos públicos.

10 pessoas estiveram presentes nessa oficina, dividida em 2 dinâmicas. Na primeira, utilizando barbantes e pregadores, construímos uma linha do tempo da Ocupação, desde seu início em 2009 até 2018, início do TFG. À medida que os moradores se lembravam da história do local, fomos registrando e pendurando na linha estendida cartões com essas informações, de modo que pudessem ser organizados posteriormente de forma cronológica. Os participantes já haviam esquecido de muitos acontecimentos, devido ao longo tempo ocupando, então muito teve que ser discutido para chegar em um consenso sobre as datas. Foram lembrados momentos como a entrada no terreno, a mudança de nome da ocupação, visitas de agentes externos e invasões da polícia, assim como a ativação e desativação da horta comunitária.

Na sequência, efetuou-se uma cartografia participativa, onde os moradores identificaram em um mapa pregado na parede os locais que frequentavam, próximos à Ocupação. Começamos localizando a comunidade e sua principal rua de acesso, e em seguida alguns pontos de referência, como o Hospital do Subúrbio e o Conjunto de Mirantes de Periperi. A partir deles, foram identificados escolas, creches, postos de saúde, praças, mercados e pontos de ônibus.

Revisitar a história da Ocupação, marcada por injustiças e precariedade, foi uma tarefa perceptivelmente difícil para os moradores. O resgate da memória e relatos do que eles já passaram, ao longo de tantos anos, gerou comentários sobre a exaustão em permanecer nessas condições, com todos seus atravessamentos sociais, além da constante visita de agentes e entidades que vão ao espaço, mas não necessariamente fortalecem a luta. A mudança de nome também foi discutida, pois apesar do espaço não ser reconhecido como um quilombo oficialmente, em determinado momento passou a ser reconhecido por eles e pelo movimento como tal, pelo valor identitário do termo.

No processo de cartografia, foi levantado por eles que os equipamentos estão a distâncias caminháveis, ainda que alguns estejam distantes 40 minutos a pé. Não foram encontrados equipamentos de lazer ou cultura na área que fossem utilizados pelos moradores, além da Praça da Revolução, e nem a existência uma linha de ônibus que faça o trajeto Hospital do Subúrbio-Periperi. Quando desejam ir para bairros como Calçada, eles têm que se deslocar até o conjunto de Mirantes, mais distante do que o ponto do Hospital. Sobre saúde, foi comentado que, surgida a necessidade, alguns moradores não obtiveram atendimento em nenhum dos postos mais próximos, por não haver médicos disponíveis. Normalmente são encaminhados para a Unidade de Pronto Atendimento no bairro de Valéria, área mais distante e que os moradores evitam, devido à forte presença do tráfego na região.



Oficina 04 - Lotes e casas

Paralelo à realização das oficinas e das visitas constantes na Ocupação, ocorreram reuniões com a CONDER e a construtora

Fig. 7. Moradores mostrando onde se localiza a escola que frequentam. Fonte: Acervo pessoal.

Fig. 8. Arte elaborada pelo autor com fotos da oficina 04. Fonte: Acervo pessoal.



responsável pela execução da obra do empreendimento MCMV. No dia 14 de outubro, foi definido pelos Poder Público o novo terreno para onde as famílias seriam realocadas, atendendo a algumas exigências do Movimento. A demanda era de que o terreno fosse próximo à obra, para que pudesse ser vistoriada por eles, e largo o suficiente para 60 famílias residirem, sendo a única opção permitida pelo Estado, o campo de futebol do bairro de Colinas de Periperi.

Prevendo os conflitos territoriais que ocupar um espaço do bairro poderia trazer, exigiu-se que o Estado construísse então um novo campo, como contraproposta aos moradores de Colinas de Periperi, que necessitavam de um espaço de lazer. Entendida a situação, a



Fig. 9. Marcação da proposta de lote na terra.
Fonte: Acervo pessoal

CONDER fez um acordo com a Associação de moradores do bairro para construção de um novo campo de futebol, melhor localizado, de modo que eles permitissem a ocupação do antigo pelo MSTB. Com as obras do novo empreendimento previstas para terem início em apenas um mês, era necessário fazer o desenho do novo espaço no tempo mais breve possível. As idas a campo e as conversas com os moradores se intensificaram, tentando fazer com que os 58 lotes (número de famílias que iriam permanecer após a transição) coubessem em uma área de 2500 m². À época, as 120 casas (das quais 56 vazias) ocupavam um total de 12000 m².

O primeiro passo para planejar a implantação da nova ocupação foi se reunir com as lideranças e pensar o tamanho dos lotes para as famílias. De acordo com os coordenadores, todos os lotes deveriam ter o mesmo tamanho, para que a terra fosse dividida igualmente e não houvessem confrontos. Os lotes foram definidos inicialmente com 42m², baseado em um rápido desenho esquemático e na suposição dos coordenadores locais de uma redução justa dos lotes atuais, em média com 56m².

Após esse entendimento, a última oficina com a população ocorreu no dia 20 de outubro, elaborada para apresentar o que havia sido debatido e conversar com os moradores sobre um tamanho de lote que considerassem apropriado. Assim, o objetivo era alinhar as necessidades individuais e coletivas, planejar de forma comunitária as dimensões do lote e elaborar diferentes tipologias residenciais.

Reunindo os participantes no campinho da Ocupação, desenhamos na areia o lote inicialmente pensado, de tamanho 6x7m (42m²). Os moradores ajudaram na marcação e, ao verem as dimensões em tamanho real, ficaram preocupados, considerando-o muito pequeno. Iniciou-se uma discussão calorosa sobre o tamanho mínimo para o lote, e questionamentos de como seria viável habitar nesse espaço. Para identificar melhor como a moradia era interpretada pelos moradores, sugeriu-se trabalhar com uma área mais generosa, propondo que fosse pensado o desenho da casa em um lote com dimensões de 8x8m (64m²), e a partir dele obtermos um tamanho mínimo.

Os presentes se dividiram em 2 grupos para que fosse produzida de mais de uma tipologia de habitação. Utilizando uma folha de papel metro e mobiliário impresso em escala 1/50, cada grupo deveria pensar a casa no espaço de 64m². Após desenhado o lote no papel, foram sendo sugeridos recuos e alterações, considerando a qualidade da habitação e a demanda dos moradores. Os desenhos da casa no lote foram feitos coletivamente, adicionando elementos e ambientes propostos e distribuídos pelos moradores. Ao final, foi um consenso que poderia haver redução de algumas dimensões no lote, uma vez que

o pensamento coletivo deveria se sobrepor ao individual, e a prioridade era que todos recebessem um espaço na nova ocupação. Essa oficina também mostrou a importância de haver líderes comunitários presentes nas oficinas, pois, apesar de termos combinado, os dois coordenadores locais não puderam comparecer, o que teria ajudado a contornar o conflito gerado ao apresentar o lote inicialmente proposto.

A compreensão em pensar o novo espaço priorizando o coletivo foi um momento muito importante, uma vez que as maiores relações dos moradores, como pode ser identificado na segunda oficina, era com seus vizinhos de porta e familiares, proximidade que deve ser mantida no novo espaço. Nas tipologias geradas para o mesmo tamanho de lote foram demonstrados certos padrões, como o quarto conectado com a sala e o banheiro no fundo da casa, mais próximo da fossa utilizada para tratamento de águas negras. Esses modelos de habitação foram utilizados para pensar uma sugestão de projeto habitacional, entregue a eles, que economizasse materiais e reduzisse o custo de construção da casa.

Novembro: a mudança para o novo terreno

Após os 4 meses de trabalho, com o novo campo já executado pelo Estado, a pressão em sair se intensificou e não pode mais ser feita nenhuma oficina com os moradores, que iniciaram a mudança para o novo terreno no dia 14 de novembro de 2018. Embora não houvesse sido acordado uma data limite, nesse dia as máquinas iniciaram o trabalho por trás das casas, levantando terra e prejudicando a saúde dos moradores, com relatos de crise respiratória nas crianças. Havia decorrido pouco mais de 2 semanas da oficina 04, mas as famílias se viram forçadas a abandonar suas casas e iniciar a marcação dos lotes no novo terreno, executando o projeto elaborado no processo da assessoria técnica. Ainda que esse precisasse de aprimoramentos, o tempo real e o tempo projetual encontraram disparidades, e em apenas 4 dias, o loteamento havia sido efetuado, com algumas casas já habitadas pelos moradores.

Devido à urgência e à perspectiva temporária da moradia, os moradores construíram as casas utilizando o compensado de madeira, por ser um material construtivo que já era dominado tecnicamente por eles e de rápida execução, além de poderem reutilizar placas das casas desmanchadas e novas que foram doadas pelo Estado, diminuindo o custo. Em uma das negociações com a CONDER, foi acordada a doação de 400 placas de compensado de madeira, 180 manilhas de concreto e 300 telhas metálicas, assim como intervenções no campo para abrigar o número exigido de habitações. Após uma máquina alargar o terreno e cavar uma vala na rua de acesso à nova Ocupação, a instalação das manilhas foi feita pelos moradores, para drenagem das águas pluviais e direcionamento à rede de esgoto local.



Ao visitar o espaço no dia 17 de novembro, dando continuidade à atuação proposta no TFG, algumas famílias solicitaram dicas de construção, ao que foram feitas sugestões tais como respeitar os recuos das casas vizinhas e que o lote não fosse ocupado integralmente, garantindo uma melhor ventilação e a abertura de esquadrias[6]. Outros fatores observados foram os materiais utilizados, as fundações, inclinação e altura adequada das coberturas e as possíveis extensões dos lotes, através de uniões com os lotes dos vizinhos quando existisse uma relação de amizade ou familiaridade. Desse modo, poderiam ser criadas áreas comuns como lavanderias, aumentando o coeficiente edificado do lote. Desde o dia 02 de dezembro de 2018, 58 famílias do MSTB ocupam de forma transitória o terreno vizinho ao Hospital do Subúrbio, aguardando o fim das obras e a entrega dos apartamentos em 2020.

Considerações sobre o papel da atuação

As oficinas, relatos e apreensões aqui documentados têm a intenção de mostrar possibilidades de ação de uma assessoria técnica,

7. O lote, pensado com 48 m², foi acusado pelos representantes de serem dimensões generosas demais. Entre diversas tentativas de remover os moradores de modo leviano, foi sugerido ainda que as placas de compensado utilizadas como parede fossem compartilhadas por famílias diferentes, poupando espaço e abrigando mais famílias.

construídas em conjunto com a população, que desejava defender seus direitos e fazer parte da produção do espaço. O lugar da assessoria em arquitetura e urbanismo nas lutas urbanas envolveu escutar essas vozes que resistem, garantindo que elas fossem escutadas quando houve um grande conjunto de forças e interesses atuando no território, e assim equilibrando a disputa. Especialmente quando existe um embate direto entre o Estado, aliado ao setor privado, e uma população vulnerável, o desequilíbrio de poderes é capaz de soterrar os direitos humanos, direitos estes previstos na Constituição Federal.

Nas reuniões ocorridas com os agentes públicos durante o processo, foi perceptível que a voz das lideranças comunitárias era ouvida, mas não escutada, e através das ferramentas que a arquitetura e urbanismo pôde promover, essa voz era legitimada perante os órgãos oficiais. Quando em uma das negociações, os representantes técnicos do empreendimento sugeriram condições desumanas de ocupar o espaço, com lotes de dimensão de 9m² para que o terreno fosse capaz de comportar as 60 casas, a contestação por parte da população só foi validada depois que uma planta baixa foi elaborada através de softwares de desenho técnico. Dispondo os lotes com tamanhos mínimos[7] na área, comprovou-se que não havia como abrigar todas as famílias, sendo então autorizado que os limites do campo fossem alargados por uma das retroescavadeiras destinadas à obra.

A nova Ocupação Quilombo Paraíso, autorizada pelo Estado, foi efetuada em 2 semanas, com 58 casas de compensado de madeira erguidas. Tendo sido feita com, para e pela população, o novo assentamento pôde ser melhor planejado que o anterior, apesar das condições ambientais do terreno serem menos agradáveis. Ruas largas, espaços comunitários e enriquecimento do solo foram estratégias pensadas para tentar manter o que existia no espaço antigo, hoje totalmente destruído e com alguns prédios do MCMV já construídos. Ainda se frequenta a Ocupação, e os moradores declararam sentir saudade da riqueza ambiental e da natureza no terreno antigo, mas ainda assim contentes e esperançosos, mesmo que tenham que suportar mais tempo habitando de forma precária, por terem seus 9 anos de luta reconhecidos na conquista de um imóvel.

Fig. 10. Processo de reconstrução da ocupação no novo terreno. Fonte: Acervo pessoal.

6. A abertura de janelas não é um ato comum dentro de ocupações, pois os moradores costumam preferir manter sua privacidade, ao invés de possibilitar um maior contato com vizinhos e transeuntes.

Referências

BALTAZAR, A. P.; KAPP, S. *Assessoria técnica com interface. Publicado nos anais do Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo.* Porto Alegre, 2016. Disponível em http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/2a_aula/2016_06_20_baltazar_kapp_enanparq.pdf. Acesso em 02/08/2019.

NUNES, Débora. *Pedagogia da participação: trabalhando com comunidades* / Débora Nunes; tradução Ciro Sales; Salvador: UNESCO/Quarteto, 2002.

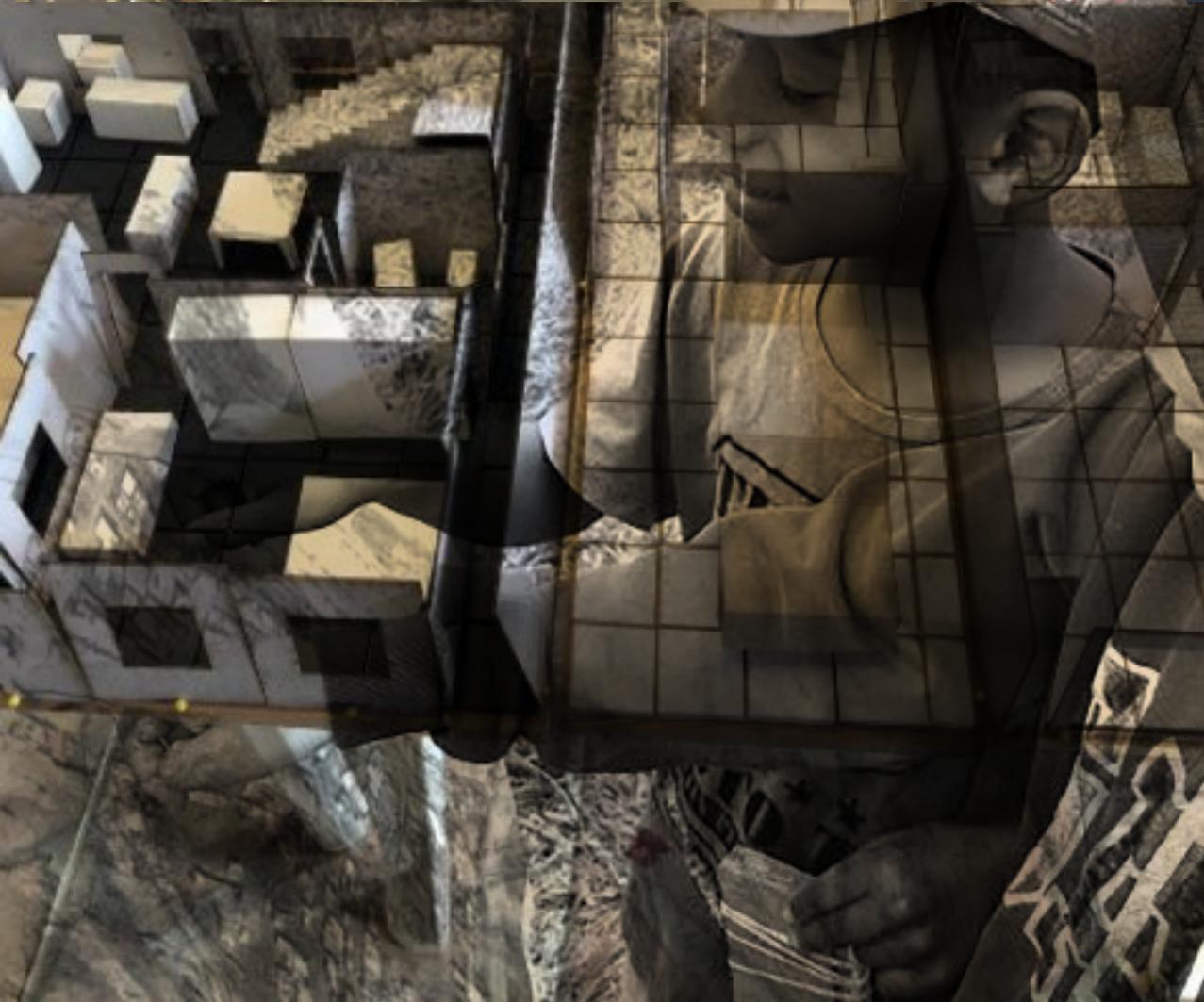
BRASIL. [Constituição (1988)]. *Constituição da República Federativa do Brasil [recurso eletrônico].* — Brasília: Supremo Tribunal Federal, Secretaria de Documentação, 2019. 533 p. Disponível em <https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/legislacaoConstituicao/anexo/CF.pdf>. Acesso em 10/10/2019.

***Vinicius Lyra Reis Valois** é Arquiteto e Urbanista graduado pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. Durante a graduação foi membro do grupo Lugar Comum.

Produção popular do espaço como forma de resistência - um relato a partir do olhar da assessoria técnica

Popular production of space as a way of resistance - a report from the technical advisory

Bárbara Caetano Damasceno, Claudia de Andrade Silva, Flávia Tadini Massimetti, Natália Tamanaka*



Resumo

Este trabalho visa analisar as contribuições do Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS) em um processo de resistência à remoção dos moradores de uma comunidade. O CPPATHIS foi um curso de curta duração voltado para arquitetos e urbanistas recém-formados, desenhado pela Peabiru TCA em parceria com professores da FAUUSP. Com atividades práticas realizadas no Jd. da União, ocupação urbana na zona sul da cidade de São Paulo (SP), o curso buscou integrar teoria e prática, tendo sido um processo dialógico entre moradores e assessores. Ao longo dos seis meses de curso, foram trabalhadas demandas reais, abordando-se desde questões mais coletivas, como a construção dos espaços comunitários e de infraestrutura, até questões mais individuais, como as dimensões de melhorias habitacionais. Nesse processo de luta pela permanência, os esforços do curso vieram a se unir com o de outros agentes externos, agregando o uso de uma metodologia ativa, atuando no território, e o uso de novas tecnologias no mapeamento da área, possibilitando a construção de uma outra narrativa. Nesse sentido, o Jardim da União será lido como uma alternativa emancipatória à produção capitalista do espaço urbano, de maneira a expressar que novos modos de vida são possíveis.

Palavras-chave: ATHIS; Ocupação Urbana; Resistência; Assentamento Popular

Abstract

This paper aims to analyze the contributions of the Professional Practice Course in Advisory and Technical Assistance in Social Housing (CPPATHIS) in a process of resistance against the removal of residents from a community. CPPATHIS was a short course for newly graduated architects and planners, designed by Peabiru TCA in partnership with FAUUSP professors. With practical activities carried out in Jardim da União, an urban occupation in the south of the city of São Paulo (SP), the course sought to integrate theory and practice, composing a dialogical process among residents and advisors. For six months, real demands were worked on, ranging from more collective issues, such as the construction of community and infrastructure spaces, to more individual issues, such as the dimensions of housing improvements. In this process of struggle for permanence, the course's efforts came closer to the fights of other external agents, adding the use of an active methodology in the territory to the use of new technologies in area mapping. This strategy enabled the building of another narrative. In this sense, the Union Garden will be read as an emancipatory alternative to the capitalist production of urban space, in order to express that new ways of life are possible.

Keywords: ATHIS; Urban Occupation; Resistance; Popular Settlement

Introdução

Ao longo do primeiro semestre do ano de 2019 foi realizado o Curso de Prática Profissionalizante em Assessoria e Assistência Técnica em Habitação de Interesse Social (CPPATHIS). Sua idealização, contudo, data de 2018, quando a Assessoria Técnica Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais (TCA) começou a conceber o escopo do que viria a se tornar o curso, tendo sido ele construído em conjunto com professores da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP) e vinculados ao Laboratório de Habitação e Assentamentos Humanos (LABHAB).

Institucionalmente, sua viabilização ocorreu nos órgãos colegiados na FAU e na USP, sob coordenação dos professores Caio Santo Amore, Karina Oliveira Leitão e Maria Lucia Refinetti Martins, contando ainda com a colaboração de professores, pós-graduandos e especialistas com experiência profissional no campo da assessoria técnica. O curso foi voltado para arquitetos e urbanistas recém-formados, tendo sido estipulado um período de formação de até cinco anos de formação, e atingiu um total de 177 profissionais de diferentes regiões do Brasil como sul, sudeste, nordeste e distrito federal. Como resultado final, foram selecionados 25 arquitetos e urbanistas, bem como 11 monitores[1].

A estrutura do curso dividiu-se em aulas teóricas, realizadas às sextas-feiras, na FAUUSP, e atividades práticas no Jd. da União, aos sábados e em alguns domingos. Já seu conteúdo programático foi distribuído em três módulos. Além disso, como uma atividade de extensão universitária, foi um processo construído coletivamente com os atores envolvidos. Buscou-se uma ação transformadora, aberta à diversidade e que não se limita à teoria ou à prática, mas as integra – a verdadeira práxis freiriana. Buscou-se assim, a reunião das individualidades autônomas e singulares, que, por meio do diálogo, da liberdade e da tolerância, permitiu a construção desse projeto coletivo (D’OTTAVIANO; ROVATI, 2017). Da mesma forma, faz-se importante destacar que o curso se inseriu em um contexto de uma iminente reintegração de posse pela companhia estadual, proprietária do terreno, o curso pretendia fortalecer a luta e contribuir com a mobilização das famílias, técnicos e técnicas em torno do tema (SANTO AMORE; PEREIRA; HORIGOSHI, 2019).

Portanto, buscando estabelecer diálogo constante com os moradores, chegar ao território com um programa de necessidades e intervenções determinado, sem sequer conhecer suas realidades e percepções, não condizia com a proposta do curso. Da mesma forma, trabalhar à distância, apenas se limitando à realização de projetos arquitetônicos ou urbanísticos (como habitual ao longo do período de graduação em Arquitetura e Urbanismo) não fazia sentido, justamente por considerar verídica a afirmação de Frei Betto de que "a cabeça pensa a partir de onde os pés pisam". Como consequência desse processo dialógico, no

1. Estão envolvidos no CPPATHIS: o/as coordenador/as Caio Santo Amore, Karina Oliveira Leitão e Maria Lucia Refinetti; os/as os/as especialistas e professores/as colaboradores/as: Alexandre Hodapp Oliveira Marques, Andrea Arruda, Andrei Chikhani Massa, Angelo Salvador Filardo Junior, Augusto Cesar Oyama, Bruno Melo, Cíntia Fidelis, Claudia Bastos Coelho, Claudio Thebas, Danilo Eric dos Santos, Denise Morado Nascimento, Francisco Barros, Gil Barros, Guilherme Carpintero, José Eduardo Baravelli, Larissa de Alcântara Viana, Luciana de Oliveira Royer, Luciana Travassos, Marcel Fantin, Maria Rita Brasil de Sá Horigoshi, Mariana Cicuto Barros, Monica Escalante, Rafael Borges Pereira e Sérgio Molina; os/as monitores/as: Ana Maria de Carvalho Nunes Ferreira Haddad, Bruno Sutiak, Claudia de Andrade Silva, Flávia Tadim Massimetti, Gabriel Enrique Higo Mafra Cabral, Gabriela Pedroso Chimello, Lyzandra M. Martins, Marília Müller, Natália Mayumi Bernardino Tamanaka, Rayssa Saidel Cortez e Víctor de Almeida Presser; os/as cursistas: Alice Sequerra Mahlmeister, Amanda Almeida Rodrigues, Ana Paula de Oliveira Lopes, Bárbara Caetano Damasceno, Bianca Pereira Rego, Carina Costa Correa, Carolina Metzger, Daniel Nardini Marques, Danielle Scardini Lopes, Débora Jun Portugheis, Filipe de Carvalho Andrade, Heitor Seemann de Abreu, Heloísa

Macena de Souza, Ingrid da Conceição Leite, Jaaziel Ferreira da Silva, Jaqueline Martins, João Paulo Alcântara Vera, Laís Granado Ferreira Coelho, Luma Caroline Rodrigues Ansaloni, Marcela Monteiro dos Santos, Pedro Langella Testolino, Sandra Aparecida Rufino, Thamirez Martins dos Santos e Ygor Santos Melo; as lideranças populares e Associação de Moradores do Jd. da União e todos/as moradores/as da ocupação Jd. da União.

2. ZEIS 4: Glebas ou terrenos em áreas de proteção aos mananciais dotados de infraestrutura urbana, nos quais se permite a produção de habitações de interesse social, exclusivamente destinadas à população transferida de áreas de risco e das margens das represas. (Fonte: Lei Municipal nº 13.885/2004 – Planos Diretores Regionais e Zoneamento de São Paulo).

3. A Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais é uma ONG de Assessoria Técnica, fundada em 1993 por um grupo de profissionais, entre eles arquitetos e urbanistas, engenheiros, advogados, psicólogos, sociólogos e outros técnicos da área social.

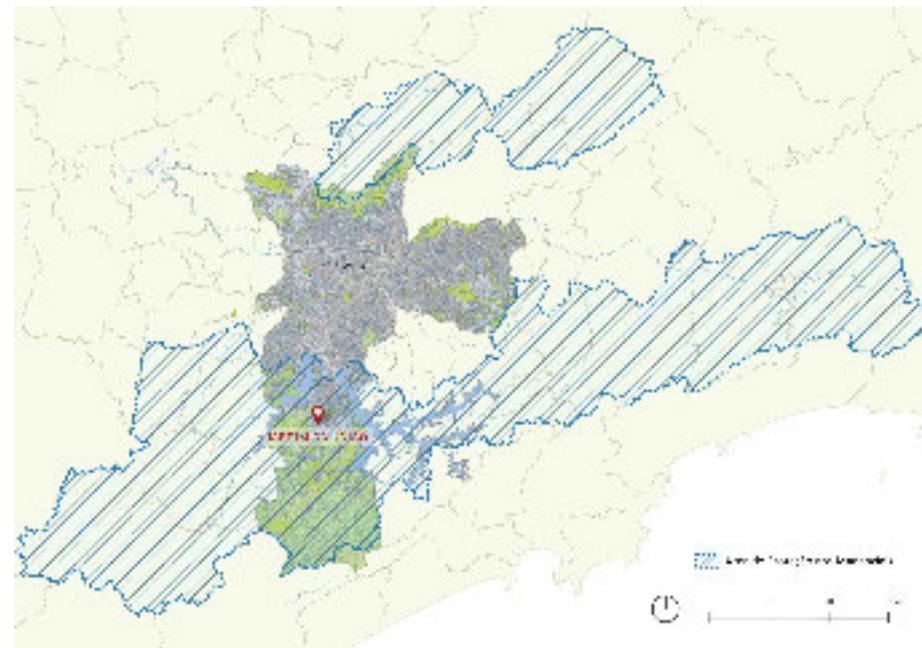
Fig. 1. Localização do Jd. da União e delimitação das áreas de proteção aos mananciais. Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jd. da União - Peabiru TCA, 2017.

decorrer da realização das atividades práticas do curso foram pensadas diversas frentes de trabalho que pretendiam abordar questões mais coletivas, como também questões mais específicas das unidades habitacionais. Disso, quatro frentes de trabalho se desenvolveram: I) Dados; II) Melhorias habitacionais; III) Drenagem; e IV) Contenção. As ações realizadas em cada uma delas serão detalhadas no decorrer do artigo.

1. O TERRITÓRIO RESISTE: O CASO DO JD. DA UNIÃO

“A gente não vive, mas sobrevive” foram as palavras da moradora Suelen no primeiro dia do CPPATHIS. Ela e mais alguns moradores foram convidados para uma conversa na FAUUSP como primeiro ‘contato’ com Jd. da União. Ao ser indagada sobre o que essa frase significava, continuou: “Eu não escolhi morar em um barraco de madeira, a nossa luta é pela sobrevivência. Condições mínimas, de saneamento ou até estudar em uma universidade pública como essa, a partir disso é viver. Lutar pelo território, não é somente pela moradia, envolve diversas lutas.” Essa primeira conversa deu o tom pelo qual o curso se desenvolveria e antecipou muitas das questões e conflitos que seriam vivenciados.

O Jd. da União é uma ocupação urbana localizada no distrito do Grajaú, zona sul da cidade de São Paulo. Em um terreno classificado como ZEIS 4[2], de aproximadamente 84.750 m², pertence à Companhia Estadual de Habitação (CDHU). A ocupação está localizada entre as represas Billings e Guarapiranga, em Área de Proteção aos Mananciais, a APRM-Guarapiranga, como mostra a Figura 1. A escolha desse território ocorreu devido à aproximação iniciada pela assessoria técnica Peabiru TCA[3] em 2017 com a elaboração do Plano Popular Urbanístico.



Inicialmente os moradores ocuparam um outro terreno na região do Itajaí, também localizado na zona sul e próximo da ocupação atual. Porém, depois de sucessivas ordens de despejo passaram em 2013 por uma violenta reintegração de posse. Após esse processo, as famílias vincularam-se à Rede de Comunidades do Extremo Sul[4] e passaram a buscar por uma nova área, até chegarem ao local em que permanecem atualmente.

De maneira coletiva o território foi organizado, inclusive reservando espaços de uso comunitário, como por exemplo espaço para as reuniões da associação, chamado de “barracão”, espaços para praças e parquinho. Inicialmente possuíam uma cooperativa de reciclagem, de costura, creche e biblioteca, geridos pelos próprios moradores.

Em 2015 receberam uma nova ordem de despejo com argumento da CDHU que essa área seria destinada à implantação de um empreendimento habitacional para reassentamento de famílias incluídas em urbanizações na região do Programa Mananciais (SANTO AMORE; PEREIRA; HORIGOSHI, 2019). Esse período coincidiu com o fim do vínculo com a Rede de Comunidades do Extremo Sul, e, por todos esses motivos, houve uma forte evasão dos moradores.

Em assembleia decidiram permanecer no local e, com intuito de fortalecer essa luta pela permanência, filiaram-se ao Movimento de Luta Popular (MLP), que dá suporte até hoje. Através do MLP os moradores conheceram a Peabiru TCA, com a qual desenvolveram conjuntamente um Plano Popular Urbanístico com intuito de qualificar a urbanização da área e auxiliar enquanto instrumento de negociação pela regularização fundiária com o poder público (Figura 2).

O desenvolvimento do Plano se deu de forma coletiva entre os envolvidos no processo, cujas etapas consistiram, resumidamente, em: reconhecimento da área, oficinas de diagnóstico, apresentação de compartilhamento de propostas do plano popular, sistematização das contribuições das famílias e negociações com o poder público.

Foram elaboradas duas propostas para organização do território. A primeira manteve o tecido urbano existente (Figura 4) e a segunda propunha a reconfiguração

4. A Rede de Comunidades do Extremo Sul é um movimento popular que atuou de 2010 a 2015 na zona sul de São Paulo, e tinha como proposta a organização autônoma do povo da periferia.

Fig. 2. Capa do Plano Popular Urbanístico Jd. da União. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.

Fig. 3. Oficinas durante o processo de desenvolvimento do Plano Popular. Fonte: Plano Popular Urbanístico Ocupação Jd. da União - Peabiru TCA, 2017.

Fig. 4. Proposta de plano urbanístico que mantém o tecido urbano existente. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.

Fig. 5. Proposta de plano urbanístico com reconfiguração dos lotes e ruas – “loteamento”. Fonte: Acervo Peabiru TCA, 2017.



desse tecido, com novo desenho para lotes e ruas (Figura 5). Em assembleia, a segunda proposta foi aprovada por unanimidade, mesmo que exigisse maiores recursos e tempo. Essa proposta ficou conhecida pelos moradores como o “Plano Peabiru”.



Na ausência do cumprimento do papel do Estado, a partir da elaboração do plano e sem recursos, os moradores, por conta própria, começaram um processo de “auto urbanização”. Esse ponto merece

destaque pela impressionante autogestão, já que eles mesmos viabilizaram e executaram o plano a partir dos parâmetros do estudo de viabilidade, abrindo ruas, delimitando lotes, autoconstruindo as casas e assegurando provisoriamente luz e água.

Nesse contexto, o ‘projeto’ se tornou um instrumento político para luta pela permanência, pois teve papel político de organização de resistências. Foi a partir dele que começaram a negociar a permanência e urbanização, ao invés da remoção e, portanto, houve um potencial para negociações com órgãos públicos e implementação de melhorias das condições de vidas. Nas palavras de Francisca (informação verbal, 2019), *“a única maneira de permanecer no Jd. da União foi transformar a ocupação em um bairro”*, a partir do Plano Popular, pois *“o desejo é da permanência, sobretudo, do direito de estar.”*

2. O processo de formação do CPPATHIS

O curso foi um processo dialógico entre moradores e assessores, um processo constante de aprendizado – não apenas técnico, mas também humano. Aprendemos a ouvir, a nos colocar, a falar. Ele acompanhou a realidade, e as demandas resultantes desse processo orientaram seu desenvolvimento. Na ausência do Estado, lidamos com os impactos reais da falta de infraestrutura urbana, como saneamento básico, abastecimento de água e drenagem, com os problemas reais das estruturas das casas. Lidamos com a iminência real de um processo de reintegração de posse.

Ao longo dos seis meses de atividades, foram estruturadas algumas frentes de trabalho, que abordaram desde questões mais coletivas, como as relacionadas aos espaços comunitários e de infraestrutura, até mais específicas, como das unidades habitacionais. De maneira autônoma, porém interligadas, visando abranger o maior número de demandas possíveis, elas foram divididas nas quatro frentes de trabalho[5]. A frente dos **dados** teve como objetivo central, juntamente com a Associação de Moradores, atualizar o cadastramento das famílias. A importância da tarefa se explica pela dinamicidade desses espaços que se encontram em constantes e rápidas transformações socioterritoriais. Em função da realização da tarefa anterior, realizou-se a sistematização dessas informações em materiais gráficos, que, inclusive, integraram os relatórios que utilizados pela Defensoria Pública na tentativa de barrar mais uma ameaça de remoção. Por fim, essa frente também produziu um minidocumentário intitulado “Jd. da União: o direito de estar” como uma forma de demonstrar que, por trás de todos aqueles números e dados, havia histórias reais capazes de reafirmar a permanência das famílias no local assim como trazer à luz a luta individual e coletiva de seus moradores. A frente de **melhorias habitacionais** pretendia, inicialmente, realizar um levantamento dos

5. O trabalho realizado por cada frente é discutido em: HADDAD et al. A luta pelo direito de estar: o caso do Jd. da União (SP). In: CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO URBANÍSTICO, 10., 2019, Palmas. *Anais...* Palmas, 2019. (aceito para publicação).

aspectos construtivos das moradias existentes no Jd. da União para que posteriormente fossem pensadas formas de abordar a questão das melhorias habitacionais. Por essa razão, a principal atividade realizada pelos integrantes dessa frente se materializou na forma de um Curso de Construção Civil com os construtores da ocupação. A experiência da realização do curso será melhor detalhada nas próximas sessões do trabalho.

A frente de **contenção**, após verificação de sérios problemas de contenção em uma das quadras do Jd. da União, buscou soluções simples e emergenciais que pudessem atuar de maneira eficaz, porém não definitiva (uma vez que não caberia a nós, mas sim ao poder público, a solução de tais problemas) nesse conflito. Por essa razão, a frente de contenção objetivou realizar um projeto de contenção para a quadra que enfrentava problemas de deslizamento de terra devido aos cortes do terreno, assim como dialogar com os moradores desta quadra sobre a importância de pensar o problema de maneira coletiva e não individual. A frente de **drenagem**, de maneira coletiva com os moradores, estudou a questão da água pluvial na ocupação – que também se tornou um grande problema, que tem inclusive contribuído para o agravamento da problemática da contenção –, o que permitiu que fossem feitos estudos e testes de possíveis soluções de baixos custos, porém não definitivas, pelos motivos anteriormente já mencionados. Como resultado, foi desenvolvido e construído um dispositivo experimental de drenagem, chamado de biovaleta.

Entretanto, ainda que todas as frentes tenham sido capazes de realizar importantes contribuições, o foco do presente artigo é o de relatar e analisar o Curso de Construção Civil realizado pela frente de melhorias. Acreditamos que essa frente foi capaz de unificar as demais, uma vez que, para a realização do curso, tomou-se por ponto de partida os dados sobre os aspectos físicos das unidades habitacionais levantados, além de ter sido incorporado no cronograma do curso a importância de se considerar a questão da contenção e da drenagem durante o processo de transformação, construção e melhoria do espaço habitado.

O CPPATHIS, portanto, reforçou o papel político da extensão universitária e a responsabilidade da universidade pública na defesa da produção de espaços mais democráticos e inclusivos. Desse modo, enquanto assessores técnicos em formação, o curso nos permitiu alinhar nosso posicionamento e atuação à população que luta diariamente para assegurar seus direitos e resistir ao avanço dos processos de segregação e exclusão em nossas cidades.

3. Agregando à luta

Quando os trabalhos tiveram início, em janeiro de 2019, a ocupação do

Jd. da União enfrentava uma nova ordem de reintegração de posse desde dezembro de 2018 a pedido da CDHU. A Defensoria Pública de São Paulo estava atuando junto à comunidade no processo, lutando para que as famílias pudessem permanecer, dessa forma a demanda inicial pelo nosso trabalho estava estabelecida: **colaborar nesse processo**. A Defensoria estava levantando dados socioeconômicos dos moradores, informações que somassem à tese de que eles deveriam permanecer tal como estavam ali naquele território, pelo fato de que já haviam adequado suas vidas ao local. Uma remoção forçada viria, assim, a afetar negativamente diferentes aspectos da vida dessas pessoas como educação, mobilidade, trabalho e saúde. Portanto, a fim de colaborar com o levantamento dessas informações, dividiu-se os cursistas sobre a área para cobrir todo o território das quase 500 famílias residentes.

No questionário criado pelos cursistas, estavam contidas questões que abordavam tanto as características físicas da residência quanto os aspectos individuais de cada morador da unidade. Ao fim, o censo – nome atribuído à atividade de aplicação dos questionários – foi capaz de contemplar 100% do território geográfico da ocupação, tendo sido entrevistadas 94% das famílias moradoras (apenas 3% dos moradores não foram encontrados nos dias de pesquisa ou não quiseram participar). A partir do censo, informações concretas foram levantadas e possibilitaram um olhar mais singular sobre o território e seus moradores, sendo esta uma abordagem que visava romper com o discurso hegemônico constante sobre esses locais e seus moradores.

Os dados sobre trabalho, por exemplo indicam que quase 50% da população está empregada, entretanto desse total, apenas 40% declarou ter trabalho formal, saltando aos olhos o grande número de trabalhadores informais, o que porém não deixa de refletir a conjuntura sobre o mundo do trabalho no Brasil hoje, pois de acordo com dados divulgados pelo IBGE em 2018, o trabalho informal era uma realidade para mais de 40% da população (BRASIL, 2018). Outro dado que chama a atenção é referente aos benefícios de transferência de renda, já que, desmanchando consensos, os dados coletados demonstram que apenas uma pequena parcela dos entrevistados recebia Bolsa Família e uma fração ainda menor recebiam o Benefício da Prestação Continuada (BPC).

Para além de ajudar a Defensoria, o cadastramento permitiu uma aproximação entre aqueles estranhos que adentravam o território e a comunidade, pois à medida que buscávamos conhecer a cada morador, também nos conhecíamos num processo de troca, o que possibilitou que o trabalho desenvolvido ao longo dos 6 meses fosse apropriado pela comunidade, de forma que o processo fosse construído com eles e não para eles.

Como os cursistas foram divididos pelo território, cada grupo ficou mais próximo da área que aplicou os questionários, de forma que no

decorrer do tempo, ao transitar pela área, já estávamos mais próximos dos moradores. Isso foi importante pois contribuiu para uma maior aderência deles a todo o processo, inclusive nos tornamos em certa medida conhecidos e em alguns casos chegamos a compartilhar mais do que momentos de trabalho, mas também vínculos pessoais, de amizade, o que em muito só foi possível graças a esse primeiro contato direto com a comunidade.

Uma necessidade que veio após todos esses dados terem sido coletados foi o de os espacializar e para isso foi realizado um levantamento aéreo da área, com o uso de Aeronaves Remotamente Pilotadas (RPA), tendo sido utilizado o DJI Phantom 4 Pro equipado com uma câmera com sensor CMOS de 20 MP e lente com abertura f/2.8). Foram considerados dois planos de voo organizados por intermédio do aplicativo Pix4D Capture, voando a uma altura média de 120 metros e com uma sobreposição de fotos lateral e longitudinal de 80%. Após essa fase, seguiu-se com o processamento das imagens com transformações baseadas no método SIFT (Scale Invariant Feature Transform), utilizando-se o software Agisoft PhotoScan Pro. A partir do ortomosaico e do modelo digital de elevação gerados pelo voo, foi confeccionada uma base cartográfica atualizada da área.

Nesse processo de produção cartográfica a partir da demanda da comunidade, a construção de mapas passa também pela discussão da apropriação de ferramentas de controle e formas de representação de uso, até então exclusivo do Estado, pelos moradores, colaborando no processo de emancipação. Os mapas construídos tinham o objetivo de munir a comunidade e trazer à tona a disputa de narrativas que se tem ali.

A partir do questionário, diversos mapas temáticos poderiam ser gerados, entretanto duas questões balizaram a confecção dos mapas: a demanda da Defensoria, no reforço para a permanência do Jd. da União, e a coerência das informações que seriam deveriam ser apresentadas de forma espacial, garantindo uma maior capacidade de visualização que os gráficos ou tabelas. Diversos mapas temáticos foram produzidos, demonstrando desde o uso do solo até renda familiar, e compõem o relatório da Defensoria Pública.

Cabe ressaltar que para além de construir uma outra narrativa sobre área, a base cartográfica elaborada também respaldou o trabalho de outras frentes de trabalho, que puderam propor com maior precisão e segurança. Por fim a nova base cartográfica do Jd. da União foi impressa e colocada na sede da associação de moradores, possibilitando uma melhor visualização e reconhecimento da área por todos os seus moradores.

Além disso, a trajetória de resistência e luta pela permanência no Jd. da União era um processo que antecedia ao curso, por essa razão cabia a nós buscar ferramentas que pudessem vir a contribuir com esse

processo conjuntamente com os moradores. Dentre as diversas frentes que se formaram para esse fim, a frente de melhorias veio a idealizar sua contribuição através de um Curso de Construção Civil. A ideia primária estabelecida por seus idealizadores era a de que, ao fim das atividades realizadas pelos alunos do CPPATHIS, as trocas de saberes e experiências ao longo do curso pudessem ter continuidade e multiplicidade. Dessa maneira, era mais importante que todos os conhecimentos fossem construídos coletivamente, para que os participantes pudessem se apropriar e aplicar por si próprios as informações lá transmitidas e trocadas, não sendo este o método tradicional de ensino. Acredita-se que

nós, educadores, podemos ser meros transmissores de informação ou estabelecer como objetivo um verdadeiro conceito de educação. Se assumirmos ser EDUCADORES, poderemos contribuir para a mudança social a partir do desenvolvimento individual e coletivo. Para isso temos que participar da mudança e vivê-la como um desafio essencial. (PUEBLA, 1997, p. 19).

Tendo em mente de que a autoconstrução é uma prática recorrente nesses espaços excluídos da ação de políticas públicas, procurou-se, por meio do curso, tratar de questões (consideradas pelos arquitetos) essenciais, como: ventilação, iluminação, área permeável, espaços mínimos para circulação e cômodos, desenho, materiais de construção e etapas de obra. Portanto, o produto final do curso – ainda que oferecido por arquitetos e urbanistas, pretendia romper com a tradição do projeto enquanto fim. Um desenho que eles não pudessem se apropriar ou conhecer a importância de seus elementos faria menos sentido do que a construção de um processo onde eles pudessem compreender as razões de determinadas escolhas projetuais, por exemplo, a necessidade do desenho inicialmente para o melhor dimensionamento dos espaços internos ou o porquê das áreas permeáveis e sua relação para além do lote. Concomitante a isso, visualiza-se que, quanto melhor forem essas construções futuras, ganhos substantivos podem ser adquiridos para a qualidade de vida dos moradores, mas também como ferramenta que se opõe diretamente ao discurso hegemônico de que todas as autoconstruções em ocupações são, necessariamente, precárias e precisam ser desapropriadas e destruídas.

O método utilizado para formulação do curso consistiu na abordagem coletiva de questões e problemas levantados pelos arquitetos e urbanistas alunos do CPPATHIS durante a etapa de aplicação dos questionários. Entretanto, o conteúdo programático desde o princípio manteve-se “aberto”, para que ao longo das aulas, conforme ocorressem os encontros, os moradores fossem trazendo suas demandas. Assim o curso ia se adaptando para agregar os conteúdos

Fig. 6. Exercício desenvolvido em escala real. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.



pertinentes a nós, mas principalmente o que eles consideravam importantes naquele momento. Além disso, todas as atividades desenvolvidas ao longo do curso mesclaram discussões de caráter expositivo e atividades práticas, atentando-se sempre para que houvesse conexão entre ambas.

O conteúdo programático do primeiro dia de curso manteve um caráter mais introdutório, uma vez que havia sido planejado somente pelos arquitetos, isso é, sem a participação dos moradores da ocupação, suas demandas e expectativas. A primeira atividade realizada abordou a questão da linguagem e da representação do desenho e suas ferramentas, para que pudesse ser identificada a familiaridade que os moradores possuíam com a temática. Foram desenvolvidos três exercícios: 1) Pensar a espacialidade em escala real, 2) Maquetomóvel e 3) Elaboração de planta residencial.

A primeira abordou a representação em escala real de uma residência para que se pudesse visualizar a relação entre desenho e objeto real. Durante a atividade, notou-se que os diferentes conhecimentos sobre construção civil e canteiro de obras entre os participantes se expressavam nitidamente, evidenciando os que já possuíam mais habilidades e os com pouca experiência. A segunda atividade do dia era explorar a visualização tridimensional da casa. Para isso, utilizamos um maquetomóvel, confeccionado pelos arquitetos, em uma adaptação da maquete proposta pelo grupo “Morar de Outras Maneiras”, da Universidade Federal de Minas Gerais. Nessas maquetes, os participantes reproduziam suas casas ou as casas que gostariam de construir. Quando finalizadas, as maquetes eram tampadas, simulando a cobertura, a fim de verificar a questão de iluminação e ventilação dentro da casa. Como tratava-se de um primeiro encontro, não se objetivou discutir com muitos detalhes as questões projetuais e os problemas existentes nos projetos de suas casas. Já a última atividade do dia permitiu aos participantes que desenhassem uma residência hipotética, uma futura residência ou a sua atual. A atividade de representação em planta, no entanto, mostrou-se mais dificultosa por ter um caráter mais técnico.

O segundo final de semana possibilitou uma preparação das atividades já em conformidade com as demandas trazidas durante conversa com os moradores participantes do curso. Isso permitiu mesclar tanto conteúdos considerados por nós como necessários para potencializar a etapa de concepção do projeto residencial, resultando em ganhos em diversos aspectos de sua execução, como também responder às

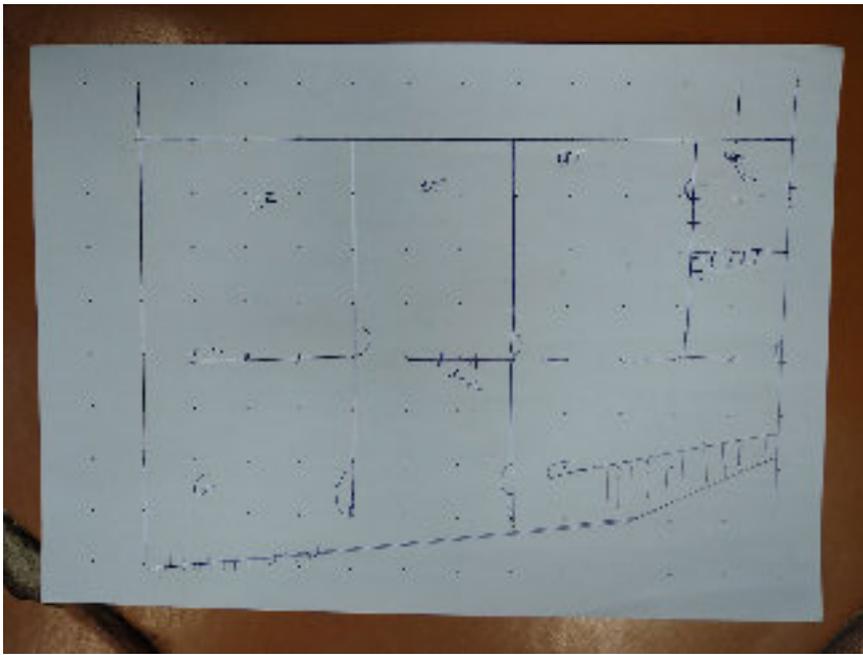


Fig. 7. Desenho desenvolvido por um dos cursistas. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Fig. 8. Exercício desenvolvido em lote individual. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Fig. 9. Exercício de agrupamento dos lotes. Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

expectativas dos participantes, adicionando suas demandas próprias, como a leitura de plantas baixas, a quantificação de materiais para construção, nível, prumo, etc. Além da utilização de um material de apoio com questões básicas sobre desenho técnico, foi feito uso do escalímetro e de informações sobre outras formas de se ocupar os lotes, a importância da ventilação para o conforto térmico da edificação e a salubridade. A parte prática se deu pela realização de duas atividades. A primeira delas retomou a atividade no maquetomóvel, disponibilizando mobiliários, módulos de paredes, portas, janelas (todos em escala), para que se pudesse fazer uma residência hipotética levando em consideração seus espaços externos e internos e também os aspectos de conforto térmico. Finalizado o exercício, foram reunidas as quatro maquetes para que eles pudessem visualizar de que maneira o que haviam proposto poderiam favorecer



Fig. 10. Aula expositiva de quantificação de materiais (à esquerda). Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

Fig. 11. Participantes desenvolvendo exercício de quantificação de materiais (à direita). Fonte: Acervo CPPATHIS, 2019.

ou prejudicar seu lote e de seu vizinho.

No terceiro final de semana de curso iniciaram as discussões acerca de práticas construtivas no canteiro de obras. É nesse momento que a experiência adota uma abordagem pedagógica diferente das aulas anteriores, isto é, uma abordagem mais prática. Nesse dia, foi trabalhada a questão da quantificação de materiais e técnicas construtivas, abrangendo assuntos sobre a importância do desenho com medidas para possibilitar uma quantificação dos materiais mais precisa, evitando desperdício de materiais e recursos financeiros; bem como outros assuntos pertinentes ao canteiro de obras e quantificação de materiais. Além disso, com auxílio do material gráfico como apoio para a aula expositiva, abordou-se também, conversão de medidas; traços de concreto; quantificação de pisos e revestimentos, bem como sobre o corte de piso de modo seguro e pintura. A atividade prática desse dia contava com um exercício que fizesse com que os participantes exercitassem as lógicas de quantificação. Para isso, foi



realizado um exercício no próprio local onde as aulas estavam sendo realizadas.

Com a percepção de que o exercício anterior sobre quantificação de materiais havia ficado um tanto confuso, sentiu-se a necessidade de retomá-lo na aula seguinte. Por esse motivo, o quarto dia de atividades iniciou-se com a retomada do exercício, bem como a revisão de algumas informações do material gráfico. A parte inicial da aula apresentou uma simples demonstração de conversão de

medidas. Após esse primeiro momento, foi realizado uma revisão do exercício prático proposto no final de semana anterior por meio da resolução do exercício feita para aquele espaço. A atividade prática do dia ficou por conta da demonstração de uma técnica desenvolvida para cortar as peças de piso de maneira mais segura. Ademais, a atividade foi precedida pela retomada de discussões mais teóricas a respeito do corte no projeto de arquitetura, além de outros apontamentos, como cálculo de escadas e estrutura.



Também foram discutidas quais

são as etapas de uma obra, tomando como exemplo uma casa genérica e apresentando da fundação à cobertura. Ainda que as etapas anteriores tivessem ocorrido, ficaram claro alguns dos vícios práticos dos construtores, principalmente daqueles que já trabalham com isso há algum tempo, demonstrando que muitas vezes estes possuem suas próprias etapas de execução de obra. No entanto, cabia aos técnicos envolvidos na ministração do curso elucidar que as recomendações ali expressadas tinham por intuito garantir a segurança dos futuros moradores, economia na compra de materiais e um melhor resultado construtivo final. Tudo isso sem que a experiência e o conhecimento dos construtores fossem desvalorizados, conformando momentos de troca e reconhecendo que alguns pontos precisavam ser revistos.

O quinto final de semana de curso, que inicialmente não existia na programação, iniciou-se com a retomada de alguns conteúdos sobre cobertura e impermeabilização e com a execução, na prática. Posterior a isso, também se abordou a problemática da contenção de algumas quadras que se mostraram em situações de risco iminente dentro da ocupação. Para isso também foi elaborado um material gráfico de apoio, apontando o problema como uma questão coletiva e não individual, seus impactos na ocupação, riscos e possíveis soluções passíveis de serem replicadas. O conteúdo de caráter teórico se seguiu de um exercício prático que visou agregar o conhecimento das aulas anteriores, por meio da quantificação de um muro de contenção para um terreno em uma das quadras da ocupação que sofrem com o problema.

Ao longo do curso, os materiais de apoio pedagógicos foram sendo impressos separadamente e entregues aula a aula. Porém, ao final do curso, todo o material gráfico foi unificado em um único conjunto e entregue a eles. Juntamente com a apostila, foi entregue o certificado do curso, que foi um ponto de muita importância durante a divulgação da experiência, pois muitos consideravam importante ter um certificado desse tipo para legitimar seu conhecimento, fora do Jd. da União, como construtores, principalmente contendo o selo da Universidade de São Paulo (USP).

Ainda que o objetivo de atingir a autonomia não seja um resultado passível de ser mensurado, acredita-se que esta se consolidaria quando os arquitetos não estivessem presentes para realizar as discussões sobre projeto, quantificação de materiais ou sobre práticas construtivas, que seriam conduzidas pelos próprios construtores com os conhecimentos adquiridos. Durante as oficinas, determinados momentos demonstraram a forma como a construção dessa autonomia se consolidava e os participantes trocavam os conteúdos discutidos, trabalhando de forma conjunta enquanto os construtores tentavam solucionar projetualmente, eles mesmos, suas casas.

Fig. 12. Faixa no Jd. da União, evidenciando que nesse território o valor de uso sobressai ao valor de troca. Autora: Larissa de Alcantara Viana, 2018.

Considerações finais

Com o entendimento e o reconhecimento de que a cidade é arena e objeto de conflito, o Jd. da União foi lido como uma alternativa para desafiar esta cidade, que condena a imensa maioria a terríveis condições de trabalho e de vida. Portanto constitui-se como uma possível alternativa emancipatória à produção capitalista do espaço urbano.

A trajetória vivenciada pelo Jd. da União pode ser entendida também como um processo de apropriação do espaço urbano pela necessidade, à medida que a apropriação é evidenciada como expressão do uso, sendo esse o movimento contrário à forma-mercadoria, opondo-se ao valor de troca e à produção de mais-valor. Passa-se, mesmo que a princípio, o valor de uso a dominar o valor de troca:

Trata-se de uma superação pela e na prática: trata-se de uma mudança de prática social. O valor de uso, subordinado ao valor de troca durante séculos, pode retomar ao primeiro plano. Como? Pela e na sociedade urbana, partindo dessa realidade que ainda resiste e que conserva para nós a imagem do valor de uso: a cidade. Que a realidade urbana esteja destinada aos “usuários” e não aos especuladores, aos promotores capitalistas, aos planos dos técnicos, é uma versão justa, porém enfraquecida desta verdade. (LEFEBVRE, 2008 p.128).

É importante ressaltar também que durante o processo, esbarrou-se com a ausência do Estado, o qual deveria garantir as condições mínimas à população, mas na verdade cria mecanismos de exclusão e segregação. Assim, o CPPATHIS mostrou que a assessoria técnica pode



ser um campo de resistência (SANTO AMORE; PEREIRA; Horigoshi, 2018). Assessoros muitas vezes são mediadores no conflito da produção do espaço e por isso é necessário se posicionar nas tensões e contradições existentes no espaço urbano.

O Jardim da União é um caso de produção social do espaço que apresenta particularidades, a começar pela “autogestão” na reorganização do território a partir do Plano Popular, e por isso merece destaque. O CPPATHIS, por sua vez, foi uma experiência que teve como premissa um processo colaborativo, a partir de uma relação dialógica enquanto prática fundamental. Assim, a vivência no Jardim da União, através do CPPATHIS, esteve imbuída da verdadeira práxis freiriana.

A partir do relato da frente de Melhorias Habitacionais, mais especificamente do Curso de Construção Civil, buscou-se elucidar o objetivo de todas as frentes, que foi a busca pela reinvenção democrática de nossa sociedade. Busca que, segundo Paulo Freire (1995), não é possível sem a esperança, já que essa é indispensável para o vislumbre do amanhã. Portanto, foi a esperança que orientou a nossa atuação, jovens assessores em formação, não pela certeza do *achado*, mas por nos mover na busca, principalmente quando percebemos que não estamos sozinhos. Afinal, “*não é possível buscar sem esperança; nem, tampouco, na solidão*” (FREIRE, 1995, p.87).

É imprescindível nos mantermos esperançosos, na confiança de sermos seres em e de transformação, principalmente quando a dureza da realidade social sugere o contrário. Esperança pela reinvenção da cidade, de maneira que seja mais igualitária, emancipada e emancipatória, através do conflito e da ação coletiva na produção do espaço urbano. Portanto, é preciso estar junto nas lutas pela garantia do *direito de estar* de tantos ‘outros Jd. da União’ existentes na cidade.

Referências

BRASIL, Agência. IBGE: Informalidade cresce e atinge 37,3 milhões de trabalhadores em 2017. **Revista Exame**. 5 de dez. 2018. Disponível em: <<https://exame.abril.com.br/economia/informalidade-cresce-e-atinge-373-milhoes-de-trabalhadores-em-2017-diz-ibge/#targetText=O%20trabalho%20informal%20chegou%20a,%2C1%25%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20ocupada>>. Acesso em: 10 ago. 2018.

D'OTTAVIANO, C.; ROVATI, J. Os territórios da extensão universitária. In: _____ (Orgs.). **Para além da sala de aula: extensão universitária e planejamento urbano e regional**. São Paulo: FAUUSP, 2017. Cap. 1, p. 14-24.

FREIRE, Paulo. **À Sombra desta mangueira**. 2. ed. São Paulo: Olho d'água, 1995.

HARVEY, David. The right to the city. **New Left Review**, n. 53, set./out. 2008.

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. Trad. Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Editora Livraria Ltda., 2014.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. 5. ed. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Editora Centauro, 2008.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003

PUEBLA, Eugênia. **Educar com o coração: uma educação que desenvolve a intuição**. 4. ed. São Paulo: Petrópolis, 1997.

SANTO AMORE, C.; PEREIRA, R. B.; Horigoshi, M. R. S. B. Resistências urbanas e assessoria técnica, a arquitetura possível e necessária. In: **III Urbfavelas - Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas**, 2018, Salvador. Anais III Urbfavelas - Seminário Nacional de Urbanização de Favelas, 2018.

_____. De afeto e de escola: formação em assessoria e assistência técnica. In: FERREIRA, L.; OLIVEIRA, P.; IACOVINI, V. (Orgs.). **Dimensões do Intervir em Favelas: desafios e perspectivas**. 1a. Edição. São Paulo: Peabiru TCA e Coletivo Lablaje, 2019.

***Bárbara Caetano Damasceno** é Arquiteta e urbanista (FEAU/UNIMEP, 2018), mestranda em Arquitetura e Urbanismo na Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP-Bauru).

Claudia de Andrade Silva é Arquitetura e urbanista (Universidade Presbiteriana Mackenzie, 2017), mestranda em Habitat na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Flávia Tadim Massimetti é Arquitetura e urbanista (FAU/USP, 2016), mestranda em Habitat na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAU/USP).

Natália Tamanaka é Arquiteta e urbanista (CTU/UEL, 2018), mestranda em Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo no Instituto de Arquitetura e Urbanismo (IAU/USP).

Deambular enquanto abordagem crítico-propositiva

Stroll as a critical and propositional approach

Bianca Feijão de Meneses, Daniel Ribeiro Cardoso, Bruno Melo Braga*

Resumo

Pensar o espaço enquanto campo de manifestação de diferentes agentes implica em considerar que, na sua dinâmica produção, há sujeitos de maior e de menor lugar de fala, que se manifestam por macro e micronarrativas, em momentos segregadas e, em outros, superpostas, interligadas, em diálogo. O arquiteto é, então, apenas um desses agentes. Ao longo dessa investigação, as ocupações urbanas apresentam-se enquanto importante momento de diálogo desses diferentes sujeitos, significando uma importante resistência que tensiona a cidade capitalista e suas políticas neoliberais. Compreendidas enquanto limiar, as ocupações sustentam uma interpretação na qual, por um lado, são inseguras e vulneráveis e, por outro, constituem-se potentes espaços abertos à criação. Na tensão que se inicia no seu exercício de afirmação na cidade, reconhece-se uma importante resistência, da qual muitos ensinamentos podem nutrir e potencializar o exercício crítico-propositivo do arquiteto e urbanista. Explora-se o exercício de aproximações em duas ocupações em Fortaleza, e de que modo o ir e vir entre teoria, projeto e diálogo gerou importantes aprendizados relativos à cidade. Por fim, pretende-se propor uma transição da arquitetura e do urbanismo enquanto fim para que sejam compreendidos enquanto meio: sejam meio para construção de um processo propositivo aberto; ou sejam meio gerador de discursos e de diálogo entre as diferentes narrativas.

Palavras-chave: Deambulação; narrativas; ocupação

Abstract

Thinking space as a manifestation field of different agents implies to consider that, in its dynamic production, there are individuals that own greater or smaller speech power, which are manifested through macro and micro narratives, sometimes segregated, and in other times overlapped, connected, in dialogue. The architect is, therefore, only one of these agents. Over this investigation, the urban settlements are presented as a relevant dialogue moment of these different individuals, meaning an important resistance that tenses the capitalist city and its neoliberal policies. Comprehended as a threshold, the settlements support an interpretation according to which they are, on one side, insecure and vulnerable and, on another, they represent powerful spaces open to the creation. In this tension that begins from its assertion exercise in the city, it is possible to recognize an important resistance, from which several lessons can feed, as they potencialize both the critical and propositional exercise made by the architect and urbanist. The approximation exercise is explored in two settlements in Fortaleza, and it is also investigated how the come and go among theory, practice and dialogue resulted in important lessons related to the city. Thus, we intend to propose a transition from architecture and urbanism as an end, so that they can be understood as a way: being a way to the construction of an open design process; or being a way to enable discourses and dialogues among different narratives.

Keywords: Wandering; narratives; settlement



1. Preâmbulo

A investigação que se desenrola no presente artigo teve sua origem em 2018, com o desenvolvimento do trabalho intitulado 'Arquitetura em processo: por uma abordagem possível'.^[1] Esse trabalho teve três bases importantes em sua construção: o aprofundamento teórico, o exercício projetual e o diálogo com diferentes agentes. Da última base, parte significativa foi desenvolvida em colaboração com duas ocupações de Fortaleza, alimentando e potencializando a proposta arquitetônica fruto do trabalho, e extrapolando essa esfera: o amadurecimento das reflexões permitiram reparar que as ocupações têm convergências em muitos aspectos, ainda que haja diversas singularidades, e nos falamos muito sobre a cidade.

Da experiência do trabalho de curso decorrem três pensamentos que permeiam este artigo. O primeiro pensamento é de que o espaço é composto por narrativas e, à sua maneira, nos fala sobre a cidade. O segundo é que as narrativas representam quem vive na cidade: existem, por um lado, macronarrativas, mais poderosas, mas que representam uma minoria. As macronarrativas se manifestam enquanto grandes empreendimentos, exemplificados por operações urbanas, projetos e planos neoliberais. Por outro lado, ainda que por vezes silenciadas, resistem as micronarrativas, dizeres outros, singulares e pincelados por toda a cidade por meio de ocupações, favelas, autoconstruções, loteamentos informais e tantas outras falas. As diferentes narrativas manifestam-se na cidade não apenas isoladas, mas também por diferentes interações.

A estruturação dos dois primeiros pensamentos nos permite estabelecer o terceiro e último: a dupla interpretação que pode gerar a investigação dessas narrativas. A primeira delas é que o espaço consiste em um reflexo edificado da desigualdade social que vivenciamos. Isso se materializa, pois, reconhecendo que há macronarrativas e micronarrativas, reconhecemos também que há sujeitos detentores de maior lugar de fala, enquanto outros precisam resistir mais fortemente às tentativas de calá-los. No entanto, não é essa interpretação que nos interessa: se por um lado é reflexo da desigualdade, por outro consiste em espaço potente e aberto à criação. Buscamos, então, abrir espaço para dizeres outros e entender de que modo eles nos orientam, em sua existência e em suas possíveis interações, para uma abordagem crítico-propositiva direcionada a uma cidade menos desigual. Assim, é de extrema relevância ressaltar que, como arquitetos e urbanistas inseridos nessa dinâmica, somos também sujeitos de fala, parciais e detentores do poder que a formação técnica nos proporciona. O exercício de compreender os outros sujeitos de fala não significa um reposicionamento nosso para nos encaixar em realidades e perspectivas alheias, isto porque a nossa própria condição impediria qualquer reposicionamento imparcial; a nossa abordagem aqui se dá ao tentar compreender suas vivências por

1. Trabalho de curso (TC) desenvolvido no curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC), durante o ano de 2018, sob orientação de Daniel Ribeiro Cardoso e coorientação de Bruno Melo Braga.

meio de aproximações.

A presente investigação se desenvolve enquanto caminhada, ato contínuo que permite paradas para reflexão, mas que segue. O início dessa caminhada se dá na definição de uma direção, que se delinea ao aprofundar o **espaço e as narrativas**. Inferindo sobre nosso destino, é necessário saber também de onde partimos, que ocorre por meio da contextualização dos **cenários**. Aí então torna-se possível a **deambulação** – o caminhar em si – em que se investigam as ocupações, buscando compreender o que elas nos falam. A **pausa**, momento de reflexão final deste artigo, não intenta chegar em conclusões definitivas, mas em reflexões possíveis a serem continuadas por caminhadas futuras.

2. O espaço e as narrativas

Não existe atividade humana, histórica ou mítica, que dispense referência a um lugar real ou imaginário que lhe sirva de cenário. Nas cidades, o tempo vira uma espécie de espaço, mas cada espaço fala de muitos tempos para leitores distintos. (SANTOS, 1988, P. 24)

Talvez seja o espaço, na ampla compreensão que lhe cabe, o principal campo de trabalho para o arquiteto e urbanista. E esse mesmo espaço, em toda sua compreensão, é também campo de manifestação das pessoas em suas mais diversas formas. Assim, a sua própria maneira, o espaço revela muito sobre a cidade em suas mais diversas manifestações.

Parte-se aqui da ideia de que o espaço abriga múltiplas singularidades, menores manifestações que, em conjunto, compõem sua imagem homogênea e genérica. Essas manifestações, ou narrativas, podem se dar por gestos, usos, hábitos, sendo uma de suas materializações o espaço construído, a sua transformação através do trabalho humano, independente de escala, função ou projeto (KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008).

Contudo, a percepção total do espaço é descolada da realidade à medida em que desconsidera as narrativas em suas individualidades. A essa percepção inicial, uniforme e genérica, dá-se o nome de espaço de informação. Assim, é necessário evoluir deste estágio, superando sua totalidade e fragmentando-o em menores partes, de modo a compreender onde sua informação se concretiza, aprofundar as diferentes manifestações ao investigar seus signos: usos e hábitos. Desse modo, é possível deslocar-se do espaço de informação para o lugar informado, onde se pode apreender as informações que ele abriga (FERRARA, 1993).

Resgatando o pensamento de Santos (1988) acerca dos diversos leitores aos quais o espaço fala, e vinculando à cidade capitalista em que estamos inseridos, compreende-se que, dentre as diferentes falas do espaço, algumas detêm mais poder do que outras. Então, se existe uma narrativa hegemônica, existem também narrativas outras: práticas cotidianas, movimentos, pequenas falas que testam e resistem às macronarrativas.

Essa separação em macro e micronarrativas pode porventura conduzir à impressão de dois campos completamente segregados, o que não seria completamente verdade. Dentre as diferentes apropriações do espaço, as necessidades humanas de sobrevivência potencializam criações e testam, cotidianamente, a disciplina, resultando em uma dinâmica complexa onde as diferentes narrativas, macro e micro, relacionam-se das mais diversas maneiras. E se o espaço é um campo de manifestações das narrativas, a cidade constitui-se então, um campo paradoxal e conflituoso, que comporta, simultaneamente: “máquina automática e impiedosa de modernidade; suporte de possíveis liberações” (SANTOS, 1988).

Interessa-nos aqui compreender que apropriações se fazem na interação entre as diferentes falas. O estudo das *liminaridades*, como se vê em Rosa et al. (2017), aponta justamente para o encontro entre os diferentes sujeitos de fala e as possibilidades resultantes deste encontro. Para os autores, os limiares são, então, menos relativos à segregação e mais à superposição, à interligação e ao diálogo destes sujeitos.

O limiar, quando compreendido como zona de transição entre as narrativas, traz em si um caráter ambíguo e uma dimensão processual que se dá pelo caráter de transformação dessa zona. Esses aspectos provêm ao limiar duas possibilidades: por um lado, ele carrega em si a dimensão do inseguro, do arriscado, que se daria na ausência de direitos, na invisibilidade, na vulnerabilidade. Por outro lado, reside no limiar a potência da criação, de onde novas linguagens e configurações podem surgir. Percebe-se então um limiar como uma zona ambígua, em que cabe, simultaneamente, “a potência da mudança, da transição, da passagem, quanto seu próprio obstáculo” (ROSA et al., 2017, p. 353).

Retomando o papel do sujeito arquiteto e urbanista, que também perpassa por esse campo em maior ou menor grau, deve-se considerar o projeto como um importante elemento que compõe essa dinâmica, não em representatividade[2], mas em potencial. Interessa discutir quais as possibilidades para o projeto quando elaborado em colaboração com outros sujeitos de fala, de onde podem surgir práticas alternativas. E, para tanto, “o primeiro passo é romper essa lógica excludente e tomar toda transformação do espaço pelo trabalho humano como um objeto de investigação e reflexão.” (KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008, p. 24).

2. Segundo a pesquisa CAU/BR Datafolha, realizada em 2015, menos de 15% das construções ou reformas em todo o país se dão com a participação de arquiteto e/ou engenheiro.

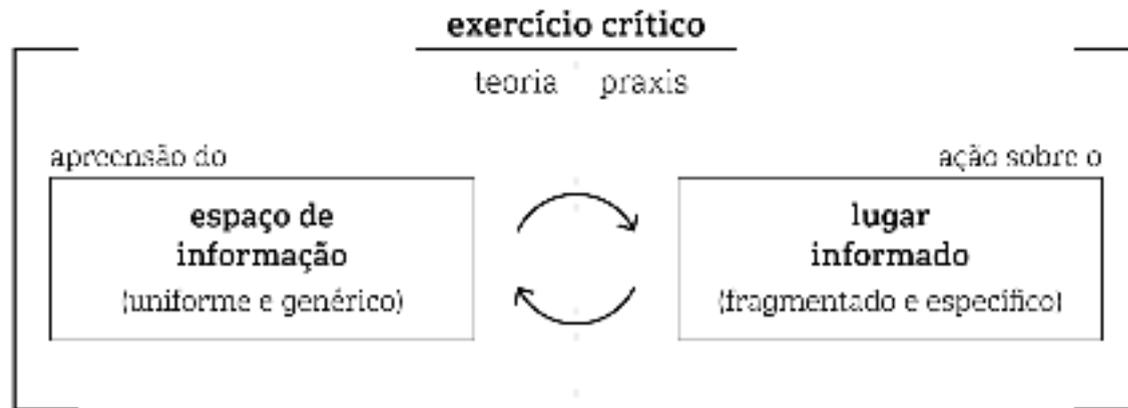
Essa lógica excludente tem relação próxima com o processo de projeto tradicional. Reyes (2015), ao criticar a síntese reducionista desse processo, reforça esse raciocínio e põe lado a lado projeto e território, de modo que para uma abordagem propositiva é necessário primeiro compreender o território, que se inicia ao reconhecer seus conflitos:

Essa compreensão do território como conflito não se apresenta de maneira clara nos processos tradicionais de projeto. Pela visão de projeto como resolução de problema, muitas vezes o conflito vai sendo mascarado na tentativa de encaminhar para uma solução. Antes de avançarmos para uma leitura do projeto é preciso compreender a natureza do território. (REYES, 2015, p. 27)

Desse modo, o exercício de aprofundar as narrativas do espaço é pertinente ao se contrapor à postura tradicional generalista e a síntese reducionista da qual se utiliza. Lucrécia Ferrara, ainda que se referindo à metodologia de produção científica, pode ter seu posicionamento interpretado também na prática projetual, quando aborda a contextualização enquanto estratégia metodológica. Para ela, a contextualização corrige um dado global à luz da percepção menos geral do espaço, contudo mais concreta. Busca-se, desse modo, não comprovar o dado geral, mas testá-lo e corrigi-lo (FERRARA, 1993). Assim, ao processo de projeto cabe a constante troca entre processo tradicional e contextos específicos, alimentando uma troca constante, em que se pode retomar e rever linguagens (SANTOS, 1988), inserindo o projeto em um processo contínuo de teste e aperfeiçoamento.

Entende-se, portanto, que cabe na atuação do arquiteto e urbanista um constante diálogo entre teoria e prática, entre apreensão do espaço e ação sobre ele. Esse pensamento encontra consonância no exercício crítico proposto por Kapp, Baltazar dos Santos e Morado (2008). Segundo as autoras, esse exercício tende a ser mais teórico quando trata de uma abordagem mais geral, deslocando-se para um teor mais prático ao abordar situações mais específicas. Vale destacar que essa troca entre teoria e praxis do exercício proposto não intenta gerar regras universais; ele possui, em sua essência, um teor crítico. O quadro a seguir busca exemplificar justamente as trocas proporcionadas pelo exercício crítico, em que se busca reduzir a divisão entre teoria e prática, incorporando também os conceitos de espaço de informação e de lugar informado (FERRARA, 1993).

No contexto do trabalho de curso, o direcionamento ao exercício crítico se deu por meio das trocas entre três bases: teoria, projeto e diálogo. Assim, se a teoria a priori se debruçou sobre o espaço de informação, por meio do projeto foi possível voltar-se ao lugar informado. E nesse



lugar informado, que se materializou em duas ocupações em Fortaleza, o diálogo com outros sujeitos consistiu em uma das maiores contribuições do exercício, cujas reflexões são relatadas a seguir.

3. Cenários

Durante o ano de 2018, entre os meses de julho e dezembro, foram feitas visitas a duas ocupações em Fortaleza, com o objetivo de elaborar projetos de moradia junto às famílias: a Ocupação Raízes da Praia, no bairro Vicente Pinzón, e uma breve ocupação em uma escola abandonada do Centro da cidade, chamada aqui de Ocupação do Centro[3]. As duas ocupações são apresentadas no mapa 01, a seguir:



Quadro 01: síntese das trocas do exercício crítico. Fonte: Elaborado pelos autores com base em KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008; FERRARA, 1993.

Mapa 01: Ocupações acompanhadas durante o TC. Fonte: MENESES, 2018.

3. Compreendendo que os nomes das Ocupações têm forte vínculo com os moradores e os movimentos sociais aos quais se vinculam, optamos por utilizar essa nomenclatura (ainda que genérica) mais para identificação do que, de fato, para atribuir um nome à ocupação.

Figura 01: Ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

4. Estas informações foram obtidas em diálogos com os moradores da Raízes da Praia, bem como em eventos de movimentos vinculados à ocupação.

A Ocupação Raízes da Praia (figura 01) teve sua origem na madrugada do dia 3 de julho de 2009, sob organização do Movimento dos Conselhos Populares (MCP), com a ocupação de um conjunto de lotes vazios, no bairro Vicente Pinzón, em Fortaleza, por aproximadamente 80 famílias. Aquele momento se constituiu um marco simbólico, quando a ocupação fincou raízes em forma de resistência e por um objetivo maior: a conquista do direito à terra e à moradia (MENESES et al., 2016).



Durante os últimos dez anos, as famílias passaram tanto por destruição de suas estruturas e intimidação por milícias armadas, quanto por diversas propostas de moradia, feitas por órgãos públicos e por construtoras. Entre essas propostas, destaca-se, em 2010, a de inclusão no Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) feita pela Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor), que foi recusada pelos moradores, frente ao receio de instabilidade do processo, que poderia culminar na perda daquele terreno e sua posterior reincorporação ao mercado imobiliário. Novamente, em 2014, foi feita uma proposta de inclusão no mesmo programa, dessa vez na modalidade Entidades, que também foi recusada[4].

Assim, a comunidade tem mantido sua postura e persistido no terreno que, além da boa localização, dispõe de fácil acesso a comércios e serviços, bem como ao transporte público. Isso não significa, no entanto, condições adequadas de moradia: a falta de saneamento gerou um acúmulo de efluentes em um trecho de cota mais baixa do terreno, propiciando o surgimento de doenças que afetam cotidianamente os moradores. Há também reclamações de mau condicionamento ambiental no interior das casas. A recusa das

propostas de moradia aparenta significar, portanto, muito mais o interesse em uma alternativa que garanta a permanência da comunidade naquele terreno do que uma satisfação com as condições das quais dispõem atualmente.

Além disso, a noção que as famílias possuem da importância do terreno onde estão repercutiu em um feito importante: a ocupação Raízes da Praia foi responsável pela entrada do processo de usucapião coletivo do terreno, ainda em curso. Assim, contando com uma parcela dos terrenos desapropriada, busca-se a incorporação de outra parcela, uma solução ao entrave do terreno e uma perspectiva mais otimista para propostas habitacionais futuras.

A outra ocupação onde uma aproximação foi possível, a Ocupação do Centro, existiu por um recorte temporal muito mais reduzido, tendo sua estruturação iniciada ao longo do segundo semestre de 2018 e encerrada em maio de 2019, com a transferência das famílias para outra edificação[5]. Diferente da Raízes da Praia, essa se deu em um edifício abandonado no centro de Fortaleza, a antiga escola Jesus Maria e José (figura 02).



Há traços de abandono por todos os lados do prédio ocupado, seja nas paredes envelhecidas, no forro a cair, em algumas coberturas que desabaram, ainda que se trate de um edifício tombado[6]. Ainda assim, algumas ocupações já passaram por ali, por se constituir uma alternativa que atenda a necessidade de um lugar provisório para morar.

Visita após visita, foi possível perceber que não havia lugar fixo para as

Figura 02: Escola Jesus Maria José, onde ficou a ocupação do centro. Fonte: acervo dos autores.

5. Informação obtida através de registros em redes sociais.

6. Segundo Decreto Municipal 12.303, de 05 de dezembro de 2007

famílias, que mudavam a depender da relação com os outros ocupantes ou com o estado dos cômodos (principalmente quando havia chuvas). Além disso, o pouco tempo de relação entre eles não permitia a mesma coesão percebida entre os moradores da Raízes da Praia, de modo que a instabilidade era um caráter mais sentido durante as visitas.

Ainda com toda a indefinição que permeava aquele contexto, a ocupação de um prédio tombado justamente no Centro da cidade atraiu uma visibilidade significativa em pouco tempo, com propostas e negociações por parte da prefeitura junto às famílias. Reitera, ainda, a localização como um fator prioritário na moradia, contrapondo-se, até certo ponto, às distantes unidades dos programas habitacionais.

A motivação primeira das visitas era de trabalhar em conjunto com os moradores dessas ocupações, explorando processos abertos o suficiente para receber contribuições nossas e deles, resultando em um projeto arquitetônico que atendesse às suas demandas por moradia. Talvez o amadurecimento das reflexões daquele período permita a percepção, hoje, de que a maior contribuição não seja exatamente a resposta arquitetônica, mas todos os relatos e práticas que a alimentaram, e podem alimentar outras possíveis respostas.

4. Deambulação

A palavra deambulação significa ato ou efeito de caminhar, passear. A escolha por essa palavra para nomear as visitas se deu por sua forte relação com as aproximações feitas durante o trabalho de curso e busca justamente referir-se à caminhada, à postura ativa de estar presente e percorrer o espaço urbano, enquanto maneira de compreender de que modo ele nos orienta. A referência à caminhada se dá também no sentido de que, no seu processo, possa haver pausas para observar e refletir, para então seguir.

Embora de modo não intencional, a opção pelo termo deambulação para designar o ato de inserir-se na cidade e aprender suas lições pode sugerir referência direta à Internacional Situacionista (IS) em alguns aspectos, ainda mais considerando as diversas convergências, como a compreensão do espaço como campo de ações e o vínculo que se cria com habitantes construtores (não-espectadores), que seriam reais *vivenciadores* do espaço urbano (JACQUES, 2003). No entanto, e por este motivo talvez ganhe sentido esta menção à IS, o que nos diferencia nesta investigação é que as reflexões receberam grande contribuição dos projetos desenvolvidos em paralelo, aproximando a relação entre teoria e prática.

Para além de projeto, a potência da deambulação residiu principalmente nas aproximações. Nesses momentos, as ocupações foram interpretadas como momentos de encontro entre os diferentes

sujeitos de fala, cada uma à sua maneira. Elas seriam, então, materialização do limiar, sobreposição de barracos improvisados no parcelamento formal do solo; adaptação de salas de aulas da escola abandonada em abrigo informal; convergência entre ocupantes, sujeitos políticos e técnicos; oportunidade de um diálogo potente.

Enquanto limiar, há também uma dupla interpretação acerca desses espaços: são, inicialmente, uma construção cotidiana da cidade, contra-hegemônica, sem espetacularização, "resistência a uma organização fundiária excludente e a políticas institucionais" (BRANDÃO LOPES, 2016, p.31); por outro lado, são também alvos de múltiplas violências, as quais não podem ser ignoradas em detrimento de uma romantização do seu modo de construção. Na prática, a vivência das ocupações se trata muito mais de necessidade do que de escolha (ROSA et al., 2017; KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008).

Não se busca aqui romantizar esses espaços, mas compreender o que eles nos ensinam, partindo da "[...] compreensão das "racionalidades alternativas" e à partilha de saberes e produção conjunta de conhecimento com aqueles que as habitam e as produzem cotidianamente" (ROSA et al., 2017, p. 358). Tira-se do arquiteto uma qualquer centralidade que possa existir pelo conhecimento que detém, resignificando diferentes saberes – o técnico e o não-técnico, sem que haja certo e errado, melhor e pior; assim, é possível o seu entrelaçamento para promover práticas sociais libertadoras (SANTOS, 2009).

A inserção dessas aproximações no exercício crítico desenvolvido ao longo do TFG fez do projeto, ao mesmo tempo, risco e limite: nos punha para fora da zona de conforto por exigir não apenas o pensamento crítico, mas a elaboração de alternativas projetuais pertinentes, além da busca pela estruturação de interfaces (figuras 03 e 04) que possibilitassem um maior diálogo entre assessores e assessorados (BALTAZAR; KAPP, 2016). Ainda assim, não há a pretensão de se estruturar um manual ou um método a partir dos projetos desenvolvidos; consistiu, sobretudo, em uma experiência de teor crítico.

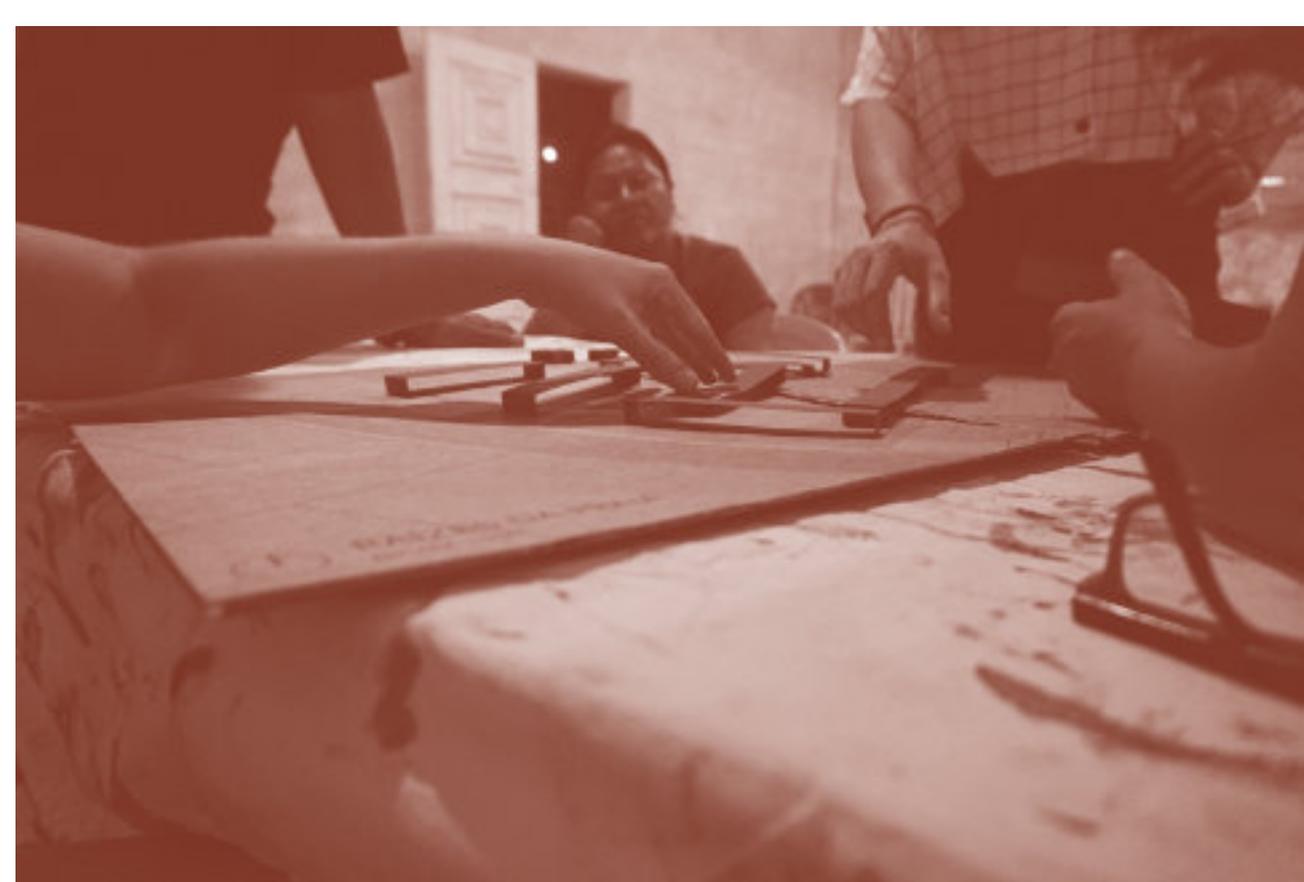
Os paralelos apresentados a seguir são aprendizados resultantes desse exercício:

Vazios

O primeiro paralelo traçado entre as duas ocupações é o da inserção em contexto de vazios. A ocupação Raízes da Praia situa-se na orla de Fortaleza, porém em um trecho onde a verticalização e a presença de condomínios de alto padrão ainda é pouco percebida. Há também uma enorme quantidade de terrenos vazios naquele contexto, não tão vista

Figura 03: Oficina com maquetes na Ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

Figura 04: Compartilhamento das fotografias tiradas durante as oficinas do centro. Fonte: MENESES, 2018.



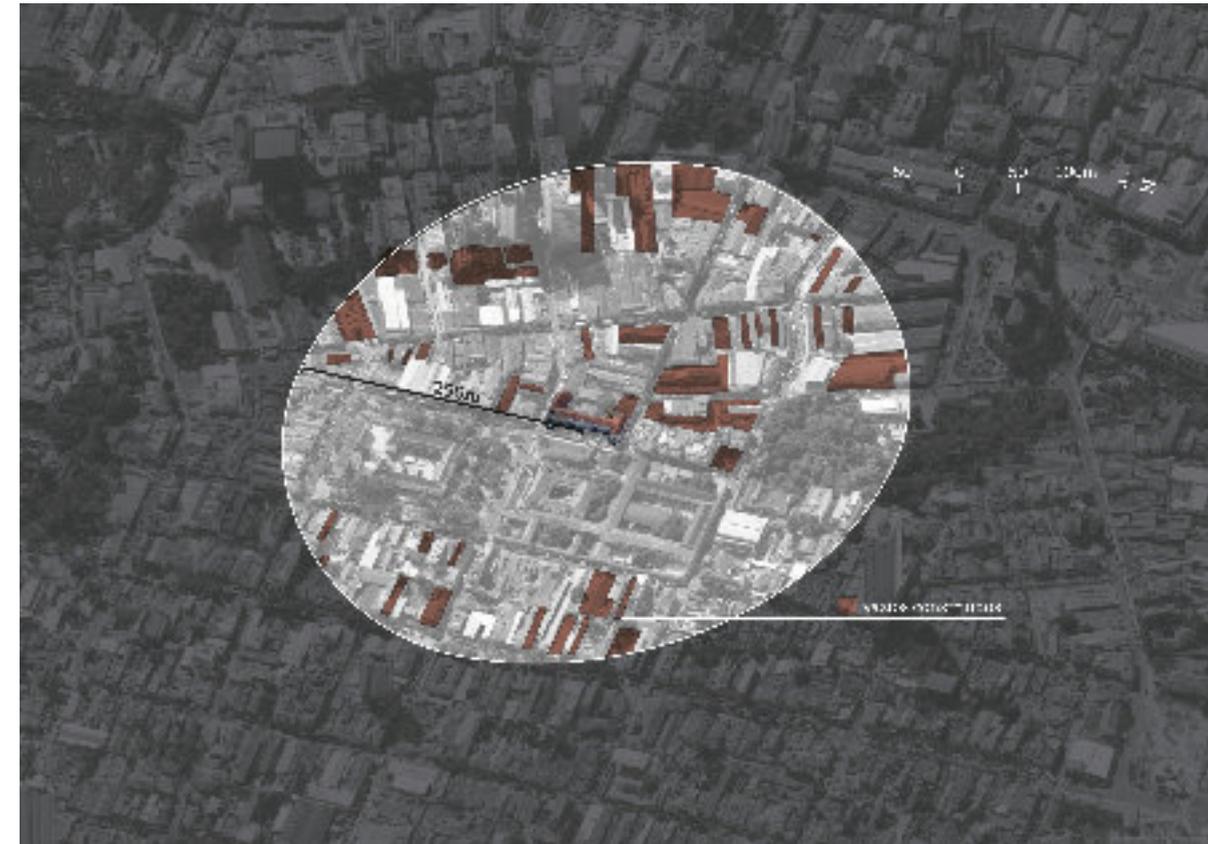
na escala do caminhar, sobretudo devido aos muros, mas consideravelmente evidenciada quando vista de cima (figura 05). Esses mesmos muros não apenas escondem terrenos subutilizados, mas demarcam posses e reforçam o poder dos proprietários dos “vazios vigiados” (MENESES et al., 2016). Assim, o aguardo da valorização imobiliária mantém aqueles terrenos ociosos. Ainda assim, trata-se de uma área bem abastecida de serviços básicos, aproximando uma perspectiva de valorização futura daquela região.



Figura 05: Ocupação Raízes da Praia e os vazios vigiados em um raio de 250m. Fonte: elaborada pelos autores com base em Google, 2015.

Por outro lado, ainda que em um contexto densamente edificado, a Ocupação do Centro encontrava-se em um dos tantos imóveis abandonados do centro da Cidade. O núcleo de onde se desenvolveu a cidade, ainda que se constitua em uma das regiões melhor providas de infraestrutura em Fortaleza e um dos maiores núcleos de empregos, enfrenta o mesmo processo de surgimento de novas centralidades sentido em outras grandes cidades brasileiras, resultando em um processo de esvaziamento do centro e uma significativa quantidade de edificações subutilizadas ou completamente desocupadas: os vazios construídos, como apresenta a figura 06:

Figura 06: Escola Jesus Maria e José e os vazios construídos em um raio de 250m. Fonte: elaborada pelos autores com base em Google, 2015; RODRIGUES, 2013.



No contexto de vazios, portanto, as duas ocupações denunciam a existência de territórios de disputa, porém onde a demanda habitacional poderia ser resolvida sem necessariamente implicar no distanciamento das famílias, como usualmente se percebe nos programas habitacionais de interesse social.

Apropriações

Na Raízes da Praia, a ocupação do terreno ocioso trouxe consigo a demanda por uma construção que abrigasse todas as famílias. Pouco a pouco, a estrutura que era coletiva deu lugar a construções individuais, a priori de caráter mais provisório, substituídas por madeira, e então alvenaria (figura 07). Hoje é possível observar edificações de diferentes materialidades, contudo, o caráter permanente dessas tem se tornado cada vez mais evidente, pelo aumento das casas em alvenaria.



Figura 07: Casas da ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

Figura 08: Adaptação das salas de aula na Escola Jesus Maria José. Fonte: MENESES, 2018.

No caso da Ocupação do Centro, que se apropriou de uma estrutura existente, a necessidade das famílias se deu mais no sentido de adaptar a construção às suas demandas, fossem espaços individuais (onde moravam as famílias) ou coletivos (espaço para cozinhar, por exemplo), exemplificados pela figura 08. Nesse caso, as salas de aula da escola deram lugar a cômodos que abrigavam as famílias, cuja



apropriação se deu de modo mais provisório, com divisórias de papelão ou com lençóis, e disposição de mobiliário.

Figura 09: Intervenção artística “Direito à moradia”, realizada durante a ocupação Gregório Bezerra, no mesmo edifício. Fonte: MENESES, 2018.

O que se percebe é que a apropriação do espaço se dá enquanto resposta direta aos contextos de vazios onde estão as ocupações estudadas, uma adaptação do espaço que existe à disposição, seja construindo estruturas (onde essas ainda não existem) ou adaptá-las e prover novos usos a estruturas ociosas.

Resistências

Assim como visto em relação aos vazios e às apropriações, no caso das resistências há também manifestações distintas em cada ocupação, sendo uma pela permanência, outra pela alternância.

A Ocupação Raízes da Praia comemorou, em julho deste ano, 10 anos desde que chegou no terreno. Tanto o tempo percorrido quanto o processo de usucapião coletivo em curso reafirmam aquele terreno como conquista da permanência das famílias.

A Ocupação do Centro, ao contrário, compõe uma sequência de ocupações que passaram pela Escola Jesus Maria José. Assim, através



da alternância é fortalecida a percepção daquele prédio enquanto estrutura de apoio provisória para famílias sem moradia.

Seja pela permanência ou pela alternância, ambas as ocupações consolidam aqueles espaços enquanto limiares, em que formal e informal não só se sobrepõem e se interligam, mas também dialogam. Não apenas limiares, aqueles espaços se destacam enquanto resistência na cidade capitalista, tensionando a sua dinâmica e denunciando demandas por habitação que ela não foi capaz de suprir.

Os paralelos traçados até então nos permitem inferir que, em suas singularidades, as ocupações estudadas apresentam relativas complementaridades, e nos trazem importantes aprendizados sobre nossa prática e sobre a cidade. É interessante perceber que a própria vivência materializada no espaço nos orienta e dá respostas para as demandas que enfrentamos. Talvez toda a inadequação que se percebe nas políticas públicas, e mesmo na nossa prática como todo, tenha forte base em um descolamento da cidade, seus conflitos e seus espaços reais.

O quadro a seguir sintetiza os paralelos percebidos entre as ocupações:

	ocupação raízes da praia	ocupação do centro
vazios	vazios vigiados	vazios construídos
apropriações	construção de novas estruturas	adaptação de estruturas existentes
resistências	pela permanência	pela altertância

Trocas

O último aprendizado abordado não está vinculado diretamente à lógica dos paralelos, contudo foi onde as reflexões exploradas aqui tiveram origem. As trocas referem-se ao processo de construção do projeto em si, para além da análise da atual situação das ocupações, e de que modo as considerações de seus moradores foram incorporadas.

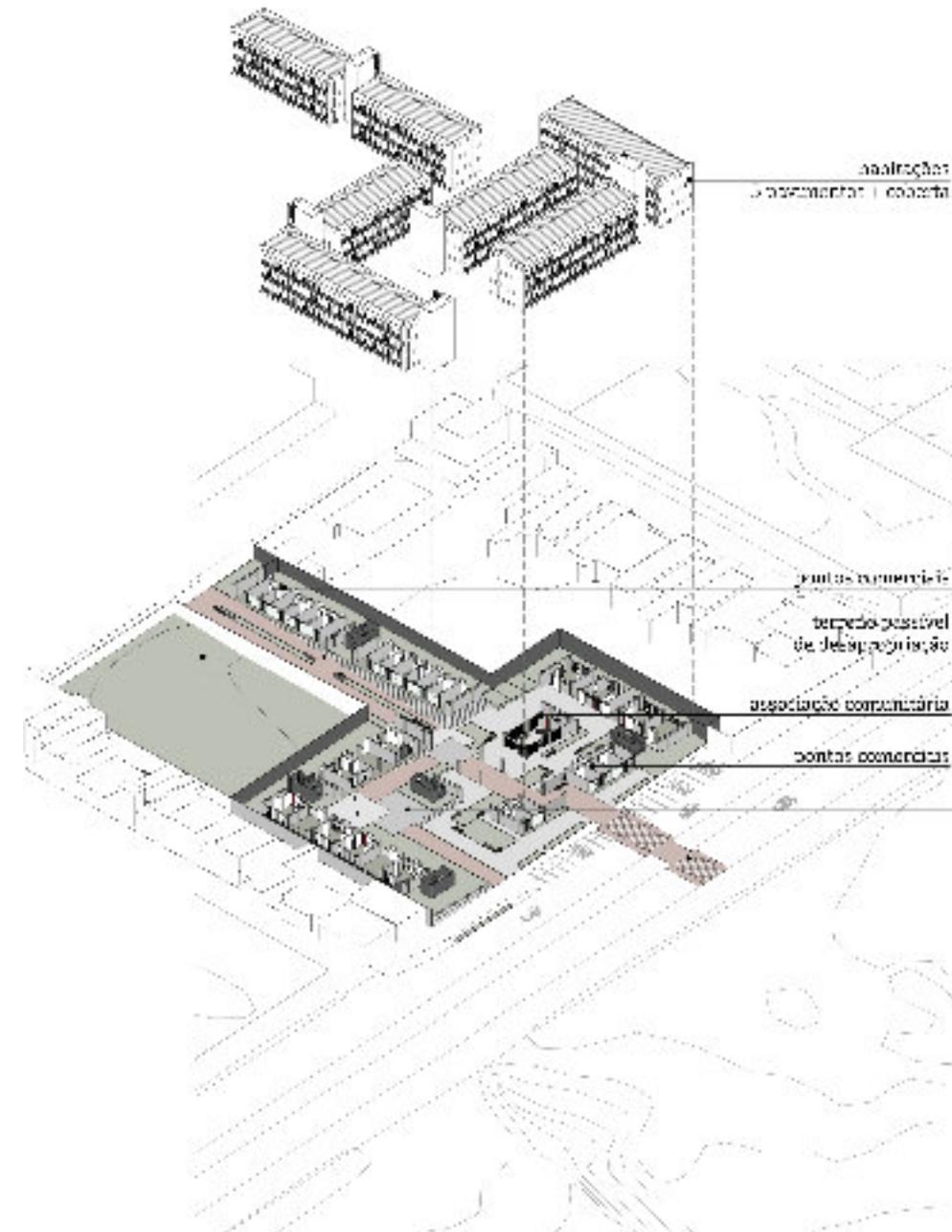
O primeiro projeto a tomar forma foi o da Raízes da Praia, tanto pela facilidade de contato (com o auxílio do arqPET[7] que a acompanha desde 2015), quanto pela maior mobilização na realização das oficinas. O objetivo inicial era elaborar uma proposta para o terreno onde eles estão, partindo de um módulo estrutural definido, a ser articulado e combinado em edifícios de até quatro pavimentos. Antes das oficinas, algumas informações foram levantadas, como o número de famílias, seus integrantes e o levantamento do terreno. Assim, alguns anseios se delinearam: contávamos com alguns cálculos mostrando que seria possível pensar em habitações de áreas diferentes, proporcionais ao número de integrantes de cada família, além de um espaço para uma associação comunitária.

Na prática, questões técnicas como o módulo estrutural não eram tão relevantes nas conversas, mas dois aspectos foram fortemente discutidos. O primeiro deles foi a possibilidade de pensarmos em duas propostas, uma no atual terreno, e outra que também considerasse o terreno vizinho, em que há uma possibilidade de incorporação pela prefeitura[8]. Como não havia garantia dessa possibilidade, precisaríamos elaborar duas propostas para negociar com a prefeitura. O segundo aspecto referia-se às unidades habitacionais com

Quadro 02: Paralelos traçados entre as duas ocupações. Fonte: elaborado pelos autores.

Figura 10: Perspectiva explodida do projeto para a Ocupação Raízes da Praia. Fonte: MENESES, 2018.

diferentes áreas, que foi prontamente negado, por ser considerado injusto com as famílias. Assim, o que sob o viés técnico parecia mais racional e adequado, na prática era algo indesejado para seus moradores. A figura 10, a seguir, apresenta um dos dois projetos (no



7. Programa de Educação Tutorial do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará

8. O processo de negociação do terreno e a possibilidade de sua incorporação foram levantados em reuniões junto à Secretaria Municipal do Desenvolvimento Habitacional (Habitafor).

terreno atual), em que as unidades têm todos os mesmos tamanhos, e cuja implantação foi elaborada em maquetes durante as oficinas.

O segundo projeto, no centro da cidade, utilizou de base o Centro de Especialidades Médicas José de Alencar (CEMJA), que atualmente encontra-se em estado de abandono, após ser fechado em 2013 para uma reforma. Nesse caso, o objetivo era adaptar a estrutura existente e propor moradias para as famílias que estavam na escola. Não havia muitas informações a respeito dos moradores, que foram levantadas nas próprias oficinas.

Ao longo do processo, sentiu-se a mesma postura com relação a diferentes áreas para as unidades habitacionais: todas as famílias deveriam dispor de unidades iguais. No entanto, a modulação do prédio geraria áreas residuais, que os moradores sugeriram transformá-las em espaços coletivos, escolhidos por eles. Esses espaços poderiam ser bibliotecas, creches para as crianças e espaços de reuniões, por exemplo. Além disso, ao surgir a questão de que uso propor no térreo e a nossa sugestão de pontos comerciais, outro posicionamento por parte dos moradores mudou o projeto: ao invés de pontos comerciais grandes e de alto valor de aluguel, poderíamos propor pequenos quiosques, estruturas para os vendedores ambulantes que hoje estão do lado de fora do edifício, e que não haviam sido considerados em nossa proposta. A seguir, a figura 11 apresenta a proposta final para o CEMJA.

O que se pôde entender das trocas é que não se trata apenas de trocas de experiências e contribuições, mas também de expectativas. Diante do diálogo entre anseios técnicos e anseios de dispor de um bom lugar para morar, muitas questões que nem mesmo haviam sido cogitadas foram incorporadas ao projeto, fazendo dele uma representação menos dos nossos desejos, como arquitetos e urbanistas, e mais das vontades de seus possíveis moradores.

5. Pausa

A caminhada relatada aqui tem nesta pausa uma abertura para reflexões, sem a intenção de que consistam em conclusões definitivas, nem mesmo universais. A experiência junto às ocupações fez perceber que manter o olhar atento à cidade pode levantar muitas questões que o exercício projetual, quando isolado, não será capaz de considerar. Não só o olhar, é preciso também estar atento ao que o espaço nos fala, e como as suas diferentes narrativas orientam nossa prática e práticas outras, alternativas frente às políticas hegemônicas e à desigualdade que permeia o espaço urbano.

Frente a todo esse contexto, complexo e dinâmico, a arquitetura se faz apenas um fragmento da cidade (MACIEL, 2017), mas tem uma grande contribuição possível, se priorizar a autonomia das pessoas que são

Figura 11: Perspectiva explodida do projeto para a Ocupação do centro.
Fonte: MENESES, 2018.

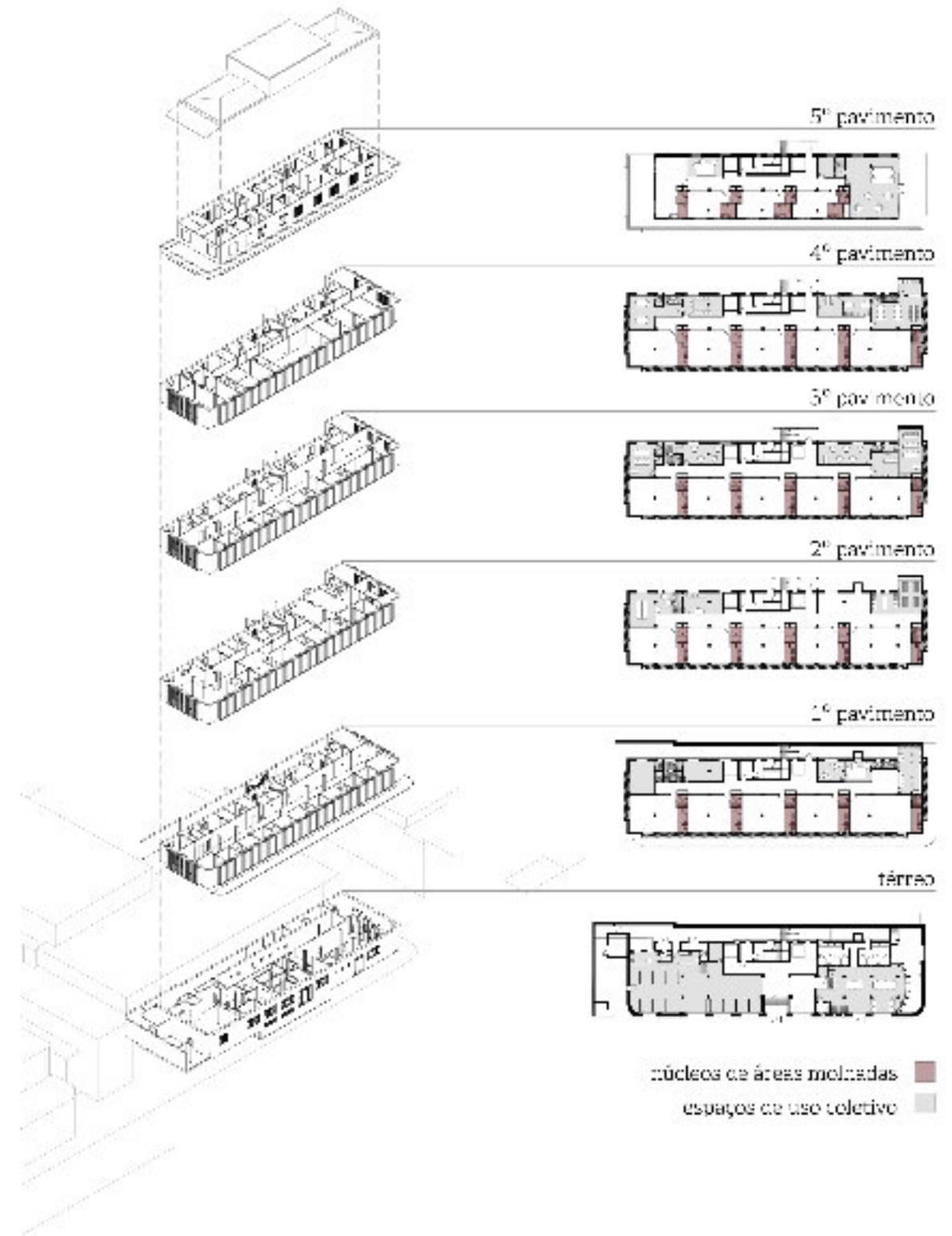
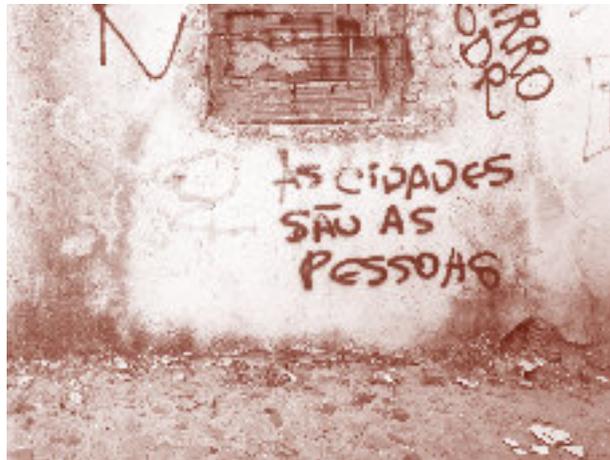


Figura 12: “A cidade são as pessoas” - Intervenção artística do grupo narrativas possíveis na Travessa Quixadá, em Fortaleza. Fonte: MENESES, 2018.

afetadas por sua prática (KAPP; BALTAZAR DOS SANTOS; MORADO, 2008). Sendo assim, o papel da arquitetura e do urbanismo extrapola o caráter tão somente técnico e alcança um cunho político, extremamente potente na promoção de práticas que se contraponham aos processos tradicionais de projeto, caminhando rumo a uma cidade que disponha de poder de fala mais igualitário para seus moradores.

Por fim, propõe-se uma transição da arquitetura e do urbanismo enquanto fim para que sejam compreendidos enquanto meio: seja meio para construção de um processo propositivo aberto a contribuições e a um contínuo aperfeiçoamento; seja meio gerador de discursos e de diálogo entre os diferentes sujeitos de fala.



Referências

BALTAZAR, Ana Paula; **KAPP**, Silke. Assessoria Técnica com Interfaces. In: *IV ENANPARQ*, 2016, Porto Alegre. IV ENANPARQ: Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo - Estado da arte. Porto Alegre: UFRGS, 2016. v. 1.

BRANDÃO LOPES, Marcela Silvano. Artesanias na cidade autoconstruída In: *Saberes [auto]construídos*. Associação Imagem Comunitária. Belo Horizonte, 2016. p. 31-42.

FERRARA, Lucrécia D'aléssio. *Olhar Periférico*. São Paulo: Edusp, 1993.

JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Apologia da deriva: Escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

KAPP, Silke; **BALTAZAR DOS SANTOS**, Ana Paula; **MORADO**, Denise. *Architecture as Critical Exercise: Little pointers towards alternative practices*. Field: A free journal for Architecture (Sheffield), v. 2, p.7-29, 2008.

MACIEL, Carlos Alberto. Do fim aos princípios. In: PRADO, André Luiz; BRASIL, Alexandre; BUCCI, Ângelo. *Arquitetos Associados*. Belo Horizonte: Miguilim, 2017. p. 172-209.

MENESES, Bianca Feijão de. *Arquitetura em processo: por uma abordagem possível*. 2018. Trabalho Final de Graduação - Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2018.

MENESES, Vítor Domício de et al. *Planejamento Urbano e Autonomia na Microescala: aproximações para um processo horizontal*. In: II Seminário Nacional sobre Urbanização de Favelas, 2016, Rio de Janeiro. Anais do II URBFAVELAS. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016.

REYES, Paulo. *Projeto por cenários: O território em foco*. Porto Alegre: Sulina, 2015.

RODRIGUES, Beatriz Andrade. *Urbanidade: o uso do código da forma como alternativa para o Centro de Fortaleza*. 2013. Trabalho Final de Graduação - Departamento de Arquitetura, Urbanismo e Design, Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, 2013.

ROSA, Thais Troncon et al. Liminaridades. In: BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein (Org.). *Corpocidade: Gestos urbanos*. Salvador: Edufba, 2017. p. 350-381.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Um Ocidente não-Ocidentalista?: A filosofia à venda, a douda ignorância e a aposta de Pascal. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina Sa, 2009. p. 445-486.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. *A cidade como um jogo de cartas*. Niterói; Universidade Federal Fluminense: EDUFF. São Paulo: Projeto Editores, 1988.

***Bianca Feijão de Menezes** é Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Ceará (2018). Arquiteta e urbanista no escritório Certare Engenharia e Consultoria.

Daniel Ribeiro Cardoso é Professor Associado do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC. Professor efetivo do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design (PPGAU+D).

Bruno Melo Braga é Professor Assistente do Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Design da UFC. Arquiteto pelo CAU-UFC (2008) e mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo PPGAU+D-UFC (2017). Foi professor substituto do DAU+D-UFC (2013-2015), professor do CAU-UNI7 (2016-2017), e, atualmente, é professor efetivo do DAU+D-UFC (desde 2017). Sócio do escritório Rede Arquitetos (desde 2013) e um dos idealizadores do Fórum Jovens Arquitetos Latino-americanos.

Para onde vamos? – caminhos para ocupação de territórios na linguagem cinematográfica

Where are we going? – Ways to Occupy Territories in Cinematographic Language

Eduardo de Jesus, Gustavo da Rocha Jardim*

Resumo

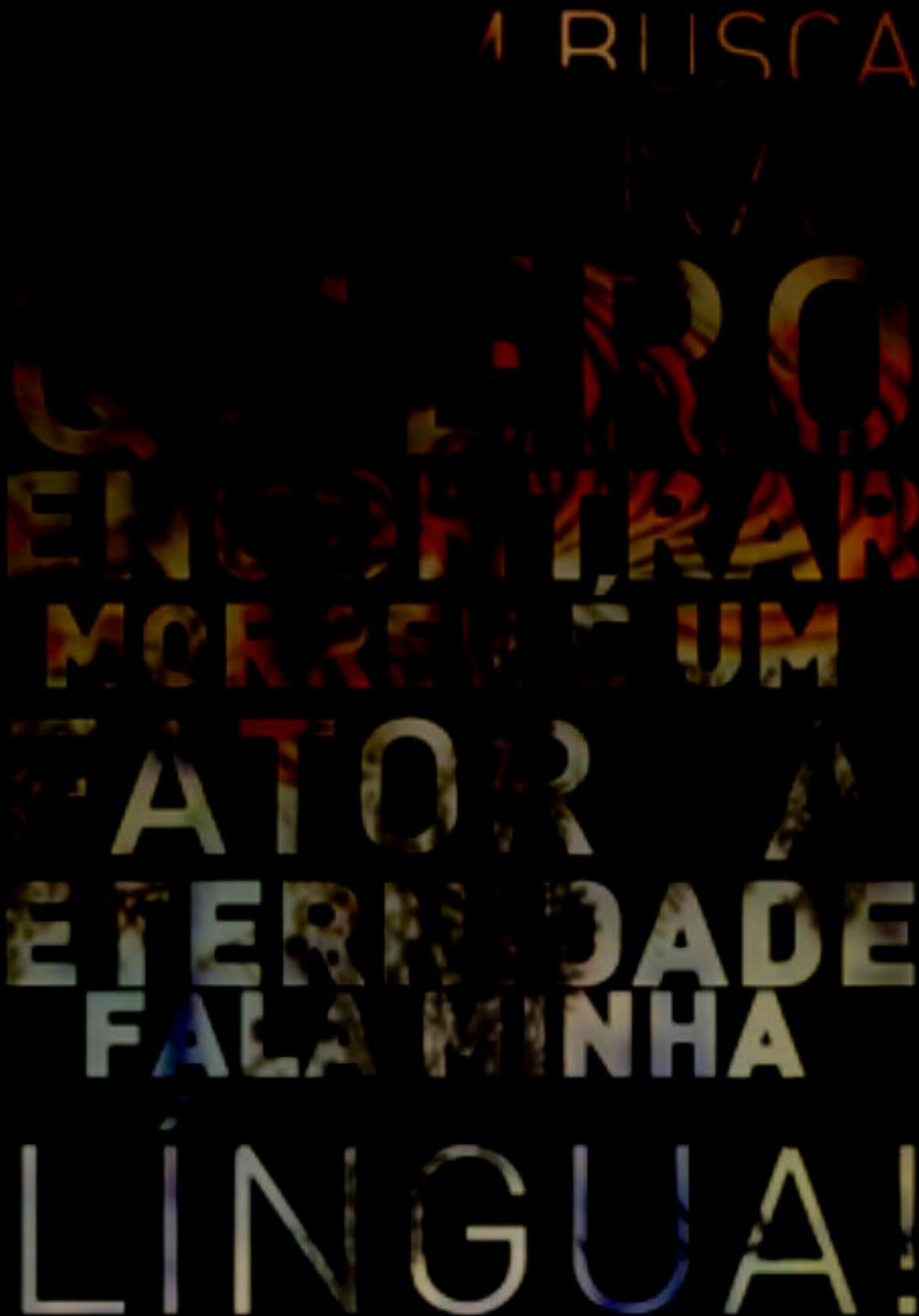
Este artigo foi desenvolvido a partir de uma experiência de formação em cinema junto aos jovens de ocupações urbanas em Belo Horizonte: Dandara, Izidora e Vitória. O processo foi acionado pela Associação Imagem Comunitária (AIC), em parceria com a Prefeitura de Belo Horizonte (PBH), por meio do projeto Plano Aberto que alia Direitos Humanos, Arte e Psicanálise. Abordaremos a criação de uma metodologia de trabalho que culminou na realização de filmes com os jovens nesse contexto. Fomos lançados em uma cartografia de elementos fílmicos a partir da obra *Fala Comigo*, produzido na oficina, que reflete sobre cotidiano e a luta por um território.

Palavras-chave: Território; linguagem; cinema; filosofia; educação.

Abstract

*This article was developed from a cinematographic experience with young people from urban occupations in Belo Horizonte: Dandara, Izidora and Vitória. The process was triggered by the Associação Imagem Comunitária (AIC) in a partnership with the Belo Horizonte City Hall (PBH), through the project Long Shot, which combines Human Rights, Art and Psychoanalysis. We will approach the creation of a work methodology that culminated in the making of films with young people in this context. We try to achieve a film analysis cartography based on the film *Fala Comigo* (Speak to Me), produced in the workshop, which reflects on daily life and the fight for a territory.*

Keywords: Territory; language; cinema; philosophy; education.



Plano Aberto – Língua, corpo, lugar

"Te aprendo fácil, Zé Mariano, maior vaqueiro, sob a vez de contador. A verdadeira parte, por quanto tenhas, das tuas passagens, por nenhum modo poderás transmitir-me. O que a laranjeira não ensina ao limoeiro e que um boi não consegue dizer a outro boi. Ipso o que acende melhor teus olhos, que dá trunfo a tua voz e tento às suas mãos. Também as estórias não se desprendem apenas do narrador, sim o performam; narrar é resistir." (ROSA, 1985, pág.95)

No primeiro dia de aula do projeto *Plano Aberto*[1], uma situação ficou clara: aqueles jovens que estavam presentes no encontro já haviam passado por algum tipo mais elaborado de formação política. A forma de falar em um círculo de pessoas, a clareza para se colocar, a consciência dos processos sociais que permeavam as suas vidas, a curiosidade com o que havia para aprender, as perguntas sobre o que faríamos juntos naquele espaço e os efeitos daquilo, tudo em um panorama geral de extroversão contagiante. Esses primeiros participantes tinham entre quatorze e dezoito anos de idade e vinham de Dandara, Izidora e Vitória[2], ocupações urbanas de Belo Horizonte. A cada pontuação dos adolescentes[3], os educadores[4] presentes se sentiam mais responsáveis pelas implicações pessoais e sociais do que estavam fazendo, pela força de um comprometimento imediato com os trabalhos artísticos colocados no horizonte de realização da oficina. A proposta inicial do *Plano Aberto: Língua, Corpo, Lugar* era fazer uma formação entre cinema e funk, produzindo músicas e filmes com todos os envolvidos.

De saída, pensamos sobre como a formação poderia se aproximar do território do qual os jovens falavam, e de suas dinâmicas de implicação na luta pela liberdade dos bairros. A ideia era que aquela experiência, trazida dos espaços cotidianos que se apresentava oralmente viesse a ganhar visualidades ou sonoridades que reverberassem em expressões artísticas. O cinema certamente não passaria incólume. Vamos discutir um jogo cinematográfico que seria estabelecido, por meio da metodologia de abordagem, para incorporar de alguma forma a lógica de relação política com o território anunciada no discurso dos jovens. Ainda não estava claro qual seria o melhor caminho a seguir, mas as perguntas iniciais eram instigantes. Debatermos os tipos de filmes possíveis para falar de um lugar próprio reivindicado na fala: o lugar da ocupação física e simbólica de uma terra. Formávamos assim uma equipe transdisciplinar[5] para criar filmes que espelhassem o debate político e estético em torno do território, em um percurso de um encontro semanal, com duração total de três meses.

De onde viemos? – a linguagem como lugar de existência

A primeira proposição criativa foi feita pelo funk. Um início agregador e

1. A oficina Plano Aberto foi promovida no ano de 2016 pela Associação Imagem Comunitária (AIC), como estratégia de criação de um piloto para um novo projeto psicossocial (o Desembola na Ideia), que se valeu da estrutura de um projeto que findava (o CAPUT - Programa de atendimento psicanalítico a jovens do sistema socioeducativo).

2. Os territórios são ocupados por movimentos populares que se organizam na maioria das vezes em acampamentos ou a partir da construção de bairros, lutam pela regularização fundiária para dar dignidade a famílias que vivem em situação de precariedade.

3. Foram convidados jovens das três ocupações: Dandara, Izidora e Vitória, que mantinham vínculos de trabalho com a instituição em outros projetos. No total tivemos a presença de 12 jovens interessados na oficina.

4. Os mediadores foram: Guto Borges (música), Musso Greco (literatura/psicanálise) e Gustavo Jardim (cinema). Também acompanharam a oficina os psicanalistas Vinícius Carossi, Marcelo Bizzotto e a educadora psicossocial Belisa Pinheiro.

5. Por transdisciplinar, entenda-se: trabalho realizado com saberes de diversas áreas com finalidade política, social, artística e/ou filosófica. Difere-se do interdisciplinar, que prevê a interação de técnicas para realização de um trabalho, sem que esses tenham a implicação política como princípio. Esse aspecto do trabalho é abordado na dissertação *O sentido da transdisciplinaridade: entre cinemas e ciências* - Jardim, G., 2017 (FAE/UFMG).

6. Normalmente na relação entre cinema e educação, trata-se por "questão de cinema" uma determinada noção temática ou técnica do cinema para se estruturar um processo formativo. Pode ser encontrada em conjunto com os participantes (ver exemplo em JARDIM, G. "Fantasmas". In: *Fazer Caput*, 2015) ou para aplicações mais extensivas, podem ser propostas a priori, como base para uma metodologia a ser aplicada em larga escala, como nos trabalhos desenvolvidos pela rede internacional de cinema e educação da Cinemateca Francesa, coordenada por Alain Bergala.

7. Essas denominações são tratadas de diferentes formas por autores distintos. Porém, importante dizer que tratam de filmes nos quais os cineastas refletem sobre suas próprias vidas e os espaços em que vivem, criando muitas vezes uma narrativa na primeira pessoa, intimista e por vezes relacionada aos movimentos políticos que as envolvem.

8. O fragmento fílmico é um traço fundamental da pedagogia discutida por Alain Bergala em *Hipótese Cinema: um pequeno tratado de transmissão do cinema dentro e fora da escola* (2008). Sua utilização leva a ver a diversidade de formas criadas por diretores no uso de uma determinada questão de cinema.

de alta voltagem trouxe as batidas e o passinho de dança como pontos de costura entre os participantes. Juntaram-se à oficina quatro jovens que cumpriam medidas no Sistema Socioeducativo e tudo ficou ainda mais interessante. Alguns vinham de um contexto de organização política e outros de uma espécie de rebelião contínua e desamparada que se dá nas ruas, ambos os grupos manifestadamente organizados contra o sistema vigente. Pois nesse conjunto, o que deu conta de reunir espectros tão diferentes foi justamente o som e a dança. "Cada passinho representa um espaço geográfico", explicava um dos alunos presentes. "Você vê dançando e sabe de onde ele é", completava, criando zonas de pertencimento estético e inventividade social. Já nas primeiras experiências de produção musical, surgiram laços e debates acirrados entre os participantes e também uma confluência imediata entre língua, corpo e lugar. Uma circulação de sentidos de uma geografia humana atravessava a linguagem em produções inspiradas em estilos variados, unindo territórios e vivências.

Foi nesse bojo que começou a nascer uma ideia de abordagem cinematográfica mais próxima também da lida com os espaços vividos, ligando a linguagem cinematográfica a uma exploração dos bairros ocupados e dos centros socioeducativos. Formava-se então o desafio de experimentar a imagem do território a partir de vivências singulares. Poderia a produção de imagens tornar-se algo que absorve a particularidade de cada um e a expressão de um território político ao mesmo tempo? Fomos ao encontro de formas que assumem um gesto criativo desimpedido de roteiros, aberto ao acaso dos espaços vivos e à incorporação de fatos que se interpõem no dia a dia, criando uma espécie de teia de proposições para capturar os acontecimentos singulares. Na tentativa de relacionar o conjunto dos jovens e a realidade vivida por cada um, foi proposto como questão cinematográfica[6] a ser trabalhada a ideia de *Diários, Autorretratos e as Narrativas de Si*[7] na história do cinema.

Dessa forma, iniciamos uma cartografia que se tecia aos poucos entre obras de arte e falas, fazendo disso uma fonte primordial para pensar exemplos de filmes e montar um espectro de visualidades para a formação. Foram colhidos fragmentos[8] das obras de Chantal Akerman, Jonas Mekas, Yasmim Lopez, Marcelo Gomes, Lírio Ferreira, Marie Menken, Agnès Varda, David Perlov, Johan van de Keuken, entre outros cineastas que emprestam experiências para expandir o conceito/dispositivo da *escrita de si* no cinema. Imaginamos uma constelação de trechos fílmicos que fazem aparecer nuances de histórias pessoais e perspectivas de um estar no mundo mediadas pelo cinema. O desafio sugerido era uma forma de provocar a leitura de relações cinematográficas com a própria realidade e impulsionar uma reflexão sobre *a forma como eu filmaria meu espaço e a minha vida*. A oficina partiu desses fragmentos para criar exercícios que gerassem uma prática com a câmera, voltada para o cotidiano e para o lugar em que se mora.

Pensar formas de narrar a si mesmo em seus lugares de preferência, ligados a uma singularidade própria, e de desorganizar narrativas já sabidas eram expressões que atravessavam os encontros. Foram trabalhados desenhos, fotografias e poesias sobre essas noções. O trabalho com a literatura trouxe a poesia de Rimbaud em versos destacáveis que poderiam ser remodelados. Começamos a fazer poemas e desenhos que viraram nossas próprias camisas/uniformes; uma forma de *desuniformizar* a escrita do jovem autor de *Uma Estação no Inferno* e criar uma noção alternativa para a palavra uniforme. Éramos turistas que compunham paisagens naqueles versos, criando novos territórios; a linguagem se tornava aos poucos uma terra a ser ocupada.

Foi assim que o mote “Língua, Corpo e Lugar” ganhou substância e se aderiu aos participantes em nossa oficina. Aos poucos entendemos que, juntando aspectos da forma de falar com o pertencimento territorial de cada jovem e de cada mediador, criaríamos condições para um trabalho vinculando o território à linguagem artística. Ao todo, foram finalizados oito filmes que dizem muito a respeito do que vivemos no processo e que apontam para novas questões entre estética, filosofia e educação. Neste ensaio, analisaremos mais diretamente o curta-metragem *Fala*

VIAJO EM BUSCA
DO QUE NÃO
QUERO
ENCONTRAR
MORRER É UM
FATOR A
ETERNIDADE
FALA MINHA
LÍNGUA!

Comigo[9], realizado por Ramon Jardim, um dos jovens da ocupação de Dandara. Em processos formativos por meio das artes, nunca se tem total controle dos caminhos e dos resultados: o encontro mais revelador se dá com o desconhecido, com aquilo que ainda está para ser imaginado, desdobrando-se em novas perguntas e inventando junto ao coletivo uma forma de vida. Escolhemos o filme de Ramon Jardim pela força criadora da obra e pelo problema espacial e temporal que se instala na sua proposição.

Imagem 01 – camisa produzida por Ramon Jardim.

9. Assista ao filme em: <https://vimeo.com/150262440>

Fala Comigo – um filme de Ramon Jardim

O título do meu documentário é “As três coisas que devemos saber”. Aí eu te pergunto: quais são, você sabe dizer? Não? Vou só deixar bem claro, antes de fazer minha matéria. Primeira coisa: o que somos? Entendeu, o que somos? A segunda, para onde vamos? Terceira, de onde viemos? Essas são as três coisas que eu quero saber. Que eu quero saber, não. Você que quer saber, assim como eu também. Vou tentar fazer esse vídeo relacionado a estas três coisas – que não encaixam dentro da minha mente.

É com essa locução em off que Ramon Jardim abre seu filme, que começa a se estruturar como uma espécie de diário. Aos olhos do espectador, vai se descortinando o quarto do rapaz, depois uma rápida passagem rumo à sala. As questões são aos poucos colocadas em meio a esse percurso que se faz na casa.

Ao compartilhar a última dúvida existencial de sua lista, aponta a câmera para o próprio rosto e indaga: “Terceira, de onde viemos?” Dali, o seu dedo tenta identificar algo e a câmera o segue como quem vai em busca de uma resposta definitiva. “Agora vou parar por aqui, porque olha ali para você ver a roupa que eu vou lavar agora. E ainda tenho que subir lá em cima para ver meu amor, ainda. Um beijo pra você, Amandinha!” Observamos ao fundo da cena um monte de roupas jogadas no chão, “antes de te responder, olha o tanto de roupa que vou ter que lavar”. A filosofia e o cotidiano se enlaçam num golpe certo; um jogo que o diretor estabelece de saída com o próprio espaço, entre a urgência do espírito e a urgência da hora. Com esse tipo de movimento, o filme conecta pensamento, corpo e espaço, de forma instantânea, criando questões inusitadas que vão ser carregadas ao longo de toda a narrativa. Dá-se uma súbita imantação entre o corpo do rapaz e aquilo que o cerca, seja a dúvida existencial ou as demandas que aparecem.

A abertura nos envolve nas perguntas e respostas, formando um aparente paradoxo entre o imediato do presente e as questões filosóficas, mas a operação realizada pelo autor é feita de uma temporalidade da presença que suga tudo para um mesmo eixo: o de estar entrando em estado de acontecimento. Não parece haver roteiro. Em seu lugar acontecem relações. Obtemos assim uma dinâmica que condensa objetos e metafísica no que parece ser um único *plano de existência*, do qual o filme é formado. Na elaboração de Guimarães Rosa feita na epígrafe, a sugestão é que o corpo seja sempre performado pelas histórias. Aqui, no seu estado fílmico, o que performa este corpo é a própria vivência. Em vez de uma lógica narrativa e da contínua apresentação de eventos encadeados, o filme se anuncia em

um estado de fazer-se, para adentrar algo que se dá numa lógica de um emaranhamento entre espaço e tempo. Para deixar mais claro: de um estado no qual passado e futuro se misturam sem apontar direção certa, pois é da expressão daquilo que acontece que nasce o sentido do filme. O que podemos esperar do convite cinematográfico feito pela provocação presente na abertura de *Fala Comigo?*

A sequência prossegue. O diretor-personagem circula pela casa sem nunca sair de lá. Entretanto está constantemente nos associando ao que vem de fora. Vai desde o plano da fechadura do quarto da mãe – trancado porque está fora, trabalhando – até uma imagem direta da rua – vista por trás da porta. Os rastros de sua recente atividade de lancher ou de escrever sobre o filme deixaram o quarto desarrumado. A vida penetra pelas frestas que se abrem aos poucos. Pequenas lascas do território tomam forma conforme narra: a namorada à espera, as roupas para lavar, a mãe que está para chegar, o tamanho dos fundos da casa. Engendra-se aos poucos uma inversão das perguntas filosóficas, contaminando-as com elementos da vida, deslocando a percepção do âmago de uma essência, nos transportando aos poucos para o singular de uma presença. “O que somos” “De onde viemos?”, “Para onde vamos?”: essas questões ganham nova vida no corpo fílmico da enunciação. O diretor amplia aos poucos o território filosófico com a substância de sua ocupação de terra, incorpora uma matéria que reconfigura a direção dessas perguntas milenares, algo começa a acontecer na própria linguagem.



Num dado momento, ele enuncia: “queria que vocês me conhecessem um pouco, antes de eu... como posso dizer? De eu falar um pouco de mim. Aqui você vai ver o meu quintal, aqui fora. Aqui vou abrir a janela aqui, ó. Aqui é o fundo da minha casa”. A profundidade da subjetividade, “um pouco de mim”, ganha a imagem do tijolo concreto e exposto nos fundos da casa. O profundo aqui toma lugar na superfície. O muro alto

Imagem 02 - imagem do filme

10. Segundo o Observatório de Remoções e o Movimento de Luta pelos Bairros (MLB) existem 288 mil famílias ameaçadas de despejo apenas em São Paulo, cerca de um milhão de pessoas. No Rio de Janeiro, 22 mil famílias foram despejadas em função da realização de megaeventos e em BH, a prefeitura pretende fazer 24 mil remoções de 2016 a 2022 (fonte: Leonardo Péricles, no jornal Brasil de Fato.)

e um pedaço de céu, o orgulho do quintal, “aqui é meu quintal, quintalzinho até bom, gosto muito de vir aqui”. Da mesma forma que a metafísica é incorporada ao espaço, também a subjetividade se amalgama no estado das coisas. A câmera na mão encontra um pote de manteiga destampado e, no exercício atabalhado de fechá-lo, o narrador retorna às questões profundas, volta a refletir sobre o sentido do filme, sobre a necessidade de falar algo de si e narrar seu espaço e sua introspecção, mas é sempre nos movimentos descobertos que as perguntas são respondidas, colocando em evidência uma transformação do discurso em acontecimento objetivo.

Ramon Jardim apresenta com os dedos – posicionados frente à imagem – aspectos da rua na porta de sua casa. A paisagem é trespassada por arames, caibros, muros em construção e terra sem asfalto. Ao dizer “olha que vista mais linda, olha só”, o dedo se move na frente da câmera para então guiar nosso olhar para onde não conseguimos ver, para romper o primeiro quadro visível. “Ali tem umas criações de cavalo”, “ali embaixo tem um sítio, a gente toma banho de piscina”, “ali uma bananeira, uma mangueira”. O dedo que toca o quadro por dentro busca abrir espaço para o conhecimento de um corpo maior e sintoniza na linguagem uma paisagem a ser sentida. O dedo quer fazer uma temporalidade capaz de fundir espectador e realizador; parece nos colocar em uma terra que não experimentamos com os pés, mas com a qual formamos uma associação no sentido de incorporá-la para o uso, confiando em uma imanência oferecida no enquadramento furado pelo indicador. O corpo se apresenta como uma máquina de desterritorializar o espaço filmado, de reconfigurar continuamente o seu sentido. Há algo no tempo do filme que aponta para uma dimensão que não opera propriamente na construção de narrativa e, sim, na proposição de uma ética.

“O que somos? Você está vendo?”

Quando o filme termina, as questões iniciais parecem fazer parte de uma realidade que se pergunta sobre si mesma, como se o real fosse a própria pergunta metafísica. Uma nova terra se funda ao pensarmos o passado e o futuro destes jovens cidadãos em oposição à construção imediata de uma vida. De onde vieram e para onde vão? Como fazer surgir um espírito criador frente ao despejo iminente[10], frente à interrupção constante? A história da filosofia dá as mãos às filigranas do cotidiano, e ambas passam a agir simultaneamente. Como coloca o filósofo David Lapoujade ao pensar na filosofia como um modo de criação de novas terras, “chega um momento em que às questões do direito se juntam à existência dos povos, dos povoamentos”, o “porvir atua como uma reserva de acontecimentos, já não é mais porvir de nenhum passado”, nascendo aí “um pensamento-mundo que extravasa as regularidades do cosmos”. O tempo rompe com um passado pessoal ou até mesmo coletivo, se instaurando em uma questão proposta na linguagem: “os gritos filosóficos são como os gritos dos peixes, se você

não ouve os gritos dos peixes não sabe o que é a vida, a filosofia e o pensamento” (LAPOUJADE, 2014).

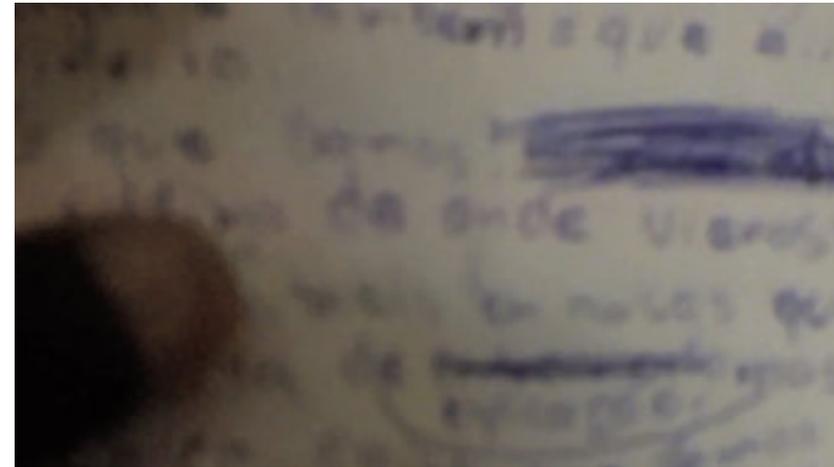
Fala Comigo é estruturado pela montagem de um plano sequência partido ao meio, que se junta no formato de um oroboro, o animal mítico que come a própria cauda. Estabelece não uma continuidade interminável, dado que se interrompe, mas um presente infinito. Mas que tempo é esse de que a obra nos dá a sensação? O que seria um presente infinito nos gestos de quem filma? Em uma cena, a câmera filma o espelho e escutamos a enunciação central: “fala comigo”. O convite à escuta é feito pelo reflexo do corpo que se dirige ao espectador. Operam, ao mesmo tempo, um jogo de dissolução da identidade e um jogo de reflexos infinitos e infinitivos. Esses recursos fazem surgir uma espécie de tempo especular, entre uma superfície que reflete e outra que registra, criando um acontecimento na linguagem que atravessa o tempo cronológico e o tempo da memória. O autor cria um trânsito para o aparecimento da diferença onde a expectativa era apenas a de uma repetição. Onde se esperava a designação de mazelas, tudo é proposição significativa de beleza do ponto de vista da lógica de sua vivência.

A casa do filme está no terreno da ocupação urbana de Dandara em Belo Horizonte, símbolo de uma luta por moradia que se estende por todo o país. Isso a coloca no centro de uma questão ligada à terra. No livro *Deleuze: Os Movimentos Aberrantes*, de David Lapoujade, a noção da filosofia como o princípio para a fundação de uma terra é apresentada como uma política de ocupação da terra por meio da linguagem. O teórico contemporâneo faz leitura da filosofia de Gilles Deleuze entendendo-a como uma constante disputa para conferir uma terra ao pensamento, e refletir, por consequência, sobre como o pensamento se distribui nessa terra. A partir do filme, nos perguntamos sobre como conjecturar uma nova terra em matéria imagética, e não apenas a repetição do objeto que se filma. Como essa terra, arada pela linguagem criada por Ramon Jardim, engendra um território imagético aliado a seu corpo?



Imagem 03: imagem do filme

Imagem 04: imagem do filme



A partir dos paradoxos criados pelo jovem realizador, nos lançamos nas dimensões de um *acontecimento*: “tudo que tenta se fechar se torna aberto; tudo cai em partes ou pedaços que voltam a ser o todo, tudo que se fixa no espaço se desenrola no tempo”, reflete outro filósofo, Peter Pál Pelbart, em uma proposição sobre essa categoria do pensamento – o fora – que parece conferir sentido à estrutura fílmica. Algo vem de fora para abalar um reconhecimento objetivo do corpo e do espaço, algo os captura. O diretor assevera: “O meu quadro preferido, que eu gosto, eu gosto muito desse quadro, é um tigre... E aqui está escrito ‘Ramon é um tigre’ em japonês, eu mandei escrever”. O seu quadro preferido dependurado em sua própria parede, que questiona até mesmo uma lógica de consumo e de propriedade, acentua a força dos paradoxos que se impõem no filme. Escrever o nome em símbolos

desconhecidos, alterar o quadro que lhe é oferecido, juntar o nome à matéria do quadro é um exemplo dessa dissolução do eu na linguagem que nos chama especial atenção na obra.

No final do filme, ainda se faz uma última evocação para nos trazer mais questões: “a Bíblia está aqui porque gosto sempre de ler a Bíblia nos momentos de reflexão. E aqui...”, com papéis soltos

na mão, “o documentário que eu estava escrevendo, olha pra você ver aqui ó... O que somos? Você está conseguindo entender aí?” O que vemos na imagem são folhas rasuradas e re-escritas sobre uma cama desarrumada, os esforços da caneta marcam o papel do caderno, mas as palavras grafadas e regrafadas, não conseguimos entender. Na montagem do filme, Ramon Jardim pediu que se congelassem os quadros com os seus escritos para que fosse possível ler alguma coisa. Os enquadramentos se alternam com espécies de croquis tentando fixar de alguma forma o roteiro diante da câmera que o interpela. Ainda assim não é possível ler nada, a objetividade do que se tentou fixar se contamina pelo o que está em devir; o roteiro dá lugar a uma potência da singularidade. Estamos no entremeio, lugar a ser ocupado entre a designação de algo e seu sentido. Um espaço que surge entre as dicotomias dentro-fora, homem-natureza, território-memória, filosofia-ação, identidade-subjetividade: um espaço a ser ocupado na disputa pela criação de novas linguagens contra as máquinas de fixação do sentido.

Novas temporalidades, novas terras

A análise do filme *Fala Comigo* o toma como um referencial para tentar obter nuances que ampliem aquilo que ele dá a ver, com o objetivo de, ao romper com uma crítica exclusivamente calcada em referências cinematográficas, experimentar o filme a partir de sua relação com um contexto de formação compreendida. São, dessa forma, os movimentos do realizador que convidam à habitação de uma forma de falar, pela destreza instaurada na função fática do título-convite *Fala Comigo*. A proposição faz a filosofia oscilar entre um tipo de pensar que nos ocupa e uma forma de ocupação do pensar. Faz uma imediata conexão entre emissor e interlocutor, surgindo uma quarta pessoa do singular[11]; e ainda confunde a relação mais convencional entre sujeito e objeto na criação de uma obra de arte. Os modos dos usos da câmera se colocam a serviço de uma postura política que antecede a definição de um ser, de um *self*. Além disso, é intrigante a relação da narrativa com um fora de campo absoluto, aquilo que não se dá no contíguo, escapando dos círculos do espaço puro, algo parece ser obliterado no tempo de transmissão em favor de um estado de acontecimento na linguagem de um todo.

Se nos colocamos à escuta dessas ações/obras vividas no presente, é porque nos parece que elas comportam e renovam as múltiplas facetas do que hoje reúne a política e a estética. Em ambos os casos, é na troca e no compartilhamento de uma experiência do tempo e do espaço que uma comunidade diz de si, elabora formas de sentir e viver. No mesmo gesto, ela desenha para si um lugar na sociedade, um espaço que transcende os lugares circunscritos ao vivido pelos grupos, desenha linhas de continuidade entre o que se passa ali e uma comunidade sensível em devir – espectadores, visitantes, passantes, agentes públicos. (MIGLIORIN; LIMA, 2017, pág 215)

No filme de Ramon Jardim, a proposta de *escrita de si* parece tomar um sentido novo. Percebemos que faz uso das referências estilísticas de uma colocação da primeira pessoa em ação no filme, mas ultrapassa as disposições metodológicas previstas e se direciona a um lugar onde tudo se coloca como problema para o Ser, criando um paradoxo para o *si*. Algo se mistura à colocação do eu no mundo, da definição do nome próprio, algo que se furta ao presente faz confundir sujeito, objeto, emissor e interlocutor; corpo e espaço se apresentam fundidos em uma temporalidade do singular. “Fundar já não significa inaugurar e tornar possível a representação, mas tornar a representação infinita” (LAPOUJADE, *Deleuze: Movimentos Aberrantes*). Como a câmera que filma o espelho, o acontecimento real se desdobra em uma imagem que tem na sua constituição o Ser como espaço maior, contendo em si elementos fora de sua extensão física ou particular.

11. Expressão do poeta Lawrence Ferlinguetti, citada por Deleuze, em *A lógica do sentido*, para tratar da natureza de uma singularidade em um acontecimento.

Claro, tais espaços não se confundem com a terra, assim como não constituem um espaço do Ser, mas são modos de espacialização da terra, modos de povoamento que atestam a existência dos dinamismos e dos vetores no âmago da própria matéria do Ser. Num caso, o Ser se diz em diferentes sentidos que permitem reparti-lo segundo determinações fixas e proporcionais, assimiláveis a propriedades ou territórios. No outro caso, o Ser se distribui num espaço aberto, ilimitado, sem hierarquia de princípio ou decupagem territorial. (LAPOUJADE, 2015, p. 62-63)

Na expressão fílmica de Ramon Jardim, o ser não está medido por seus limites, mas sim por sua potência, aquela de criar o próprio filme, de responder o irrespondível, de atravessar o espaço para além do visível, de escrever o nome em uma língua desconhecida. Os filmes realizados na oficina, podemos argumentar, já nascem nos ligando à política por abrirem um lugar para a fala e fazerem figurar as imagens às margens. Veremos os rostos negros que habitam os centros socioeducativos e que estão em ocupações que lutam por direitos e dignidade de moradia já nos bastaria para entender a importância de uma escuta pormenorizada e atenta de cada trabalho (listados ao final do texto, para análise do próprio leitor). Por outro lado, sentimos a necessidade de nos aproximar dessa obra específica não apenas pela contundência política, mas pela maneira como procede uma ocupação na linguagem. Como é possível pensar o tempo e a própria identidade no infinito, na perspectiva do acontecimento?

Uma pergunta fundamental encontrada por Lapoujade em *Deleuze: Os Movimentos Aberrantes* é “como o tempo pode se esvaziar de toda sua substância e tornar-se pura forma lógica capaz de redefinir a percepção de uma presença no mundo?” (2015). Como revolver o solo mortificado das estruturas de exclusão e abrir um novo horizonte para a diferença, pergunta o autor. Essa é a pergunta que nos acompanha na conclusão, que nos provoca no sentido de criar um rizoma a ser cultivado para um cruzamento entre a imagem no cinema e a política que esperamos inventar em tempos de esvaziamentos dos discursos. Sondamos no trabalho de Ramon a ideia fértil de uma *imagem-acontecimento*, mas o que se configuraria nisso como uma resistência?

Para onde vamos ou como vamos?

Dois filmes se avizinham em relação às problematizações levantadas em *Fala Comigo: Na missão, com Kadu* (2016) e *Conte isso aos que disserem que fomos derrotados* (2018). Ambos foram produzidos pelo coletivo MLB (Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas). Desdobramos os interesses ao concluir com a menção a esses filmes para pensar relações possíveis entre cinema e educação, buscando o que há de imprescindível para apreender em proposições

cinematográficas como essas. Nos dois filmes, assim como em *Fala Comigo*, também somos levados a viver uma certa dinâmica do acontecimento em cena, um tipo de envolvimento total entre os elementos humanos e não humanos presentes, uma quebra na relação fílmica sujeito-objeto e uma temporalidade que insiste em não nos direcionar no tempo, que desloca o presente de um ponto aritmético no tempo, intensificando a força da singularidade.

Em *Na missão, com Kadu*, mais uma vez o dedo mais uma vez fura a cena, aponta para o confronto com a polícia, se introduz e redistribui o espaço, promovendo na linguagem uma inversão instantânea de proporções. A mão no primeiro plano fica maior que o batalhão de choque da polícia ao fundo, tocando os corpos ao longe num jogo ótico e ético, feito com o redimensionamento proporcionado pela profundidade do campo cinematográfica. Estabelece-se mais uma vez uma aliança com o espectador pelo outro lado, um braço dentro do filme e outro por trás da câmera, ambos a inventar o agora. Coloca-se o espectador em uma espécie de entrecampo da cena, por assim dizer, em virtude de um colapso temporal no qual nos irmanamos em temporalidades distintas, porém, emaranhadas. O filme trata de um confronto entre manifestantes e o Estado, e se faz das ações encontradas por Kadu com a câmera para lidar com o fato que se interpõe.

Temos sensação similar em *Conte isso aos que disserem que fomos derrotados* (2018), filme realizado todo em ambiente noturno sobre o momento da criação de um bairro durante uma ocupação em terreno antes ocioso. Nesse caso, imergimos no escuro do filme que também abraça personagens e espectadores. O acontecimento se apropria de nossas sensações. De repente, todos estamos cobertos pela mesma obscuridade (real e metafórica) e lutando contra as luzes que nos miram ao longe, tanto dos carros da polícia como das janelas da cidade oficial, que condicionam a liberdade daquelas famílias de mover, morar, projetar em condições de exclusão. É nesse entremeio que nos tornamos sujeitos sem extensão fixa, corpos habitantes de uma linguagem que se cria em imagens, bandeira fincada em uma vontade de verdade maior que o indivíduo.

Em “Entrevista com o vaqueiro Mariano”, o personagem de Guimarães Rosa fala sobre a condução das boiadas e da ocasião em que enfrentou o fogo se alastrando no sertão. Os vaqueiros e os bois correndo juntos, um movimento de confusão onde nada se via, perdidos entre fumaça e brasas. Naquela situação de pavor, ao alcançar um último reduto na fuga do incêndio, Rosa produz uma nova terra na linguagem: “E ficamos esperando, ali com os bois, tudo irmãos”. Assim como no movimento que estamos sondando nos filmes, emana do acontecimento uma dissolução das identidades que se propaga na linguagem, um tempo que só existe em sua singularidade, que está para além da conformação espaço-temporal.

O que é um acontecimento ideal? É uma singularidade. Ou melhor: é um conjunto de singularidades, de pontos singulares que caracterizam uma curva matemática, um estado de coisas físico, uma pessoa psicológica e moral. Tais pontos não se confundem, entretanto, nem com a personalidade daquele que se exprime em um discurso, nem com a individualidade de um estado de coisas designado por uma proposição, nem com a generalidade ou a universalidade de um conceito significado pela figura ou a curva. A singularidade faz parte de uma outra dimensão, diferente das dimensões da designação, da manifestação, ou da significação. A singularidade é essencialmente pré-individual, não pessoal, aconceitual. Em compensação não é ordinária: o ponto singular se opõe ao ordinário. (DELEUZE, 2015, p. 55)

No filme *Conte isso aos que disserem que fomos derrotados*, somos imantados por essa mesma malha que enlaça o sentido, essa *vaca negra da noite*, como uma terra sem fundo, na qual estamos mergulhados. O *sem fundo* é aquilo que nos filmes se ergue contra o latifúndio; o *sem nome* é aquilo que se ergue contra uma estrutura de dominação baseada justamente no nome. A imagem espreita o devir do conjunto de corpos, passando a um tempo relacional que se dá entre os elementos dispostos em cena. A câmera-consciência não acontece no cérebro, mas no tempo, no fluxo das virtualidades que penetram e se assomam ao real, fazendo-o variar em forma de linguagem. Não se tratam de camadas de realidade que se sobrepõem ao real como novas possibilidades de leitura, mas da potência do devir se manifestando, da mudança súbita que reconfigura e abre caminhos, ampliando o território a ser ocupado. É nesse sentido que temos percebido como um solo fértil as nuances criadas em *Fala Comigo*, e que nos leva a formular questões para entender o acontecimento como forma de pensar expressa pelo dispositivo, em uma busca de sentido entre filosofia, educação e imagem. Não é uma disputa pelo discurso, mas pela forma de fazê-lo existir.

Três filmes produzidos na oficina Plano Aberto:

Fala Comigo – 5:40 min
<https://vimeo.com/150262440>

Céu dos Românticos – 5:12 min
<https://vimeo.com/152194006>

Cabeça a mil – 5:31 min
<https://vimeo.com/152198492>

Referências

ROSA, João Guimarães. Entremeio com o vaqueiro Mariano. In: ROSA, João Guimarães. *Estas estórias*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

DELEUZE, Gilles. *Lógica do sentido*; (trad. Luiz Roberto Salinas Fortes), São Paulo: Perspectiva; 2015.

LAPOUJADE, David. *Deleuze, os movimentos Aberrantes*; (trad. Laymert Garcia dos Santos) São Paulo, N – 1 edições, 2015.

MIGLIORIN e **ARAÚJO LIMA**. *Estética e Comunidade: ocupar o inacabado O que nos faz Pensar*, [S.l.], v. 26, n. 40, p. 203-221, 2017. ISSN 0104-6675.

PELBART, Peter Pál. *Cartographies du dehors*. Paris: Rue Descartes 2008/1 (nº 59), p. 20-30. Disponível em: <http://www.cairn.info/revue-rue-descartes-2008-1-page-20.htm>

***Eduardo de Jesus** é professor do Departamento de Comunicação Social da UFMG. Publicou "The Reterritorializations of Urban Space in Brazilian Cinema" em "Space and Subjectivity in Contemporary Brazilian Cinema" (Palgrave Macmillan, 2017), organizou "Walter Zanini - Vanguardas, desmaterialização e tecnologias na arte" (Martins Fontes, 2018) e "Estratégias da arte em uma era de catástrofes" (Cobogó, 2017).

Gustavo Jardim é artista e educador. Diretor de filmes documentais e experimentais, tem trabalhos premiados em festivais, exibidos no Brasil e no mundo. Mestre em Cinema e Educação pela FAE/UFMG. Doutorando em Cinema pela FAFICH/UFMG e Universidade de Chicago, pesquisador do grupo Poéticas da Experiência. Desenvolve projetos socioculturais e atua em processos artísticos-pedagógicos como o Circuito de Formação em Artes Experimentais – Entrecenas, o Plano Aberto e o Coletivo de Cinema – uma experiência de introdução do cinema na escola pública.

Corpos dissensuais: um olhar para experiência de travestis e mulheres trans da Av. Pedro II de Belo Horizonte

Dissensual bodies: an analysis of Pedro II Avenue's transvestites and trans women experiences

Tomás German*

Resumo

Nas esquinas sombrias da Avenida Pedro II de Belo Horizonte, corpos trans interpelam e são interpelados. Irrompem da experiência estética do fluxo cotidiano gerando pequenas crises (Gumbrecht, 2006). O processo de subjetivação das travestis e mulheres trans é marcado por uma ambiguidade de partilhas do sensível *policia* e *política* (RANCIÈRE, 2005). Essas vidas são marcadas pela precariedade (BUTLER, 1999, 2018) de serem excluídas da cidade, forçadas a viverem dentro do armário (SEDGWICK, 2007). Chambers (2010) reflete, por meio de Rancière, que o modelo de polis de Platão organiza a cidade de acordo com as funcionalidades de seus sujeitos. Os excessos, como filósofos e artistas, deveriam ser expulsos para garantir o seu bom funcionamento. Rancière (apud Chambers, 2010) percebe nos sem parte (RANCIÈRE, 2005) um potencial de geração de mudanças e com isso criação de *partilhas políticas do sensível*. Capaz de afetar e ser afetado, mudar e ser mudado, um corpo travesti em uma esquina irrompe na experiência cidadina, mesmo sendo esse o único espaço que lhe cabe. A partir de narrativas de si transcritas no livro *Translado* (GERMAN, et al. 2018), o trabalho discute sobre como corpo pode instigar outros processos de subjetivação (RANCIÈRE, 2006) e ensejar outras partilhas do sensível (RANCIÈRE, 2005).

Palavras chave: Partilhas do sensível; subjetivação; travestilidades; experiência estética.

Abstract

*In the dark corners of Belo Horizonte's Pedro II Avenue, trans bodies call and are called. They erupt from the aesthetic experience of daily flow, generating small crises (Gumbrecht, 2006). The process of subjectification of transvestites and trans women is marked by an ambiguity of police and politics distribution of sensible (RANCIÈRE, 2005). These lives are marked by the precariousness (BUTLER, 1999, 2018) of being excluded from the city, forced to live in the closet (SEDGWICK, 2007). Chambers (2010) reflects, through Rancière, that Plato's model of polis organizes a city according to the characteristics of its subjects. Excesses, such as philosophers and artists, were expelled to ensure their proper functionality. Rancière (apud Chambers, 2010) partly realizes (RANCIÈRE, 2005) a potential for grow changeness and then creates police's distribution of the sensible. Able to affect and to be affected, to change and to be changed, a transvestite body in a corner breaks out in the city's experiences, even though this is the only place that fits them. From the self-narratives transcribed in *Translado* (GERMAN et al. 2018), the paper discusses how the body can instigate other processes of subjectivation (RANCIÈRE, 2006) and other distribution of sensible (RANCIÈRE, 2005).*

Keywords: *Distribution of the sensible; subjectivation; transvestites; aesthetic experience.*



Para começo de conversa

Os primeiros raios de sol começam a esquentar o asfalto negro da Avenida. A rua, outrora pacata, intensifica o movimento. Ficam mais frequentes as linhas de ônibus e seus usuários já esperam nos pontos. O ressoar dos saltos dos sapatos no cimento das calçadas ficam imperceptíveis com os estridentes ruídos dos motores automotivos. É hora de voltar para casa, enquanto para outros é chegada a hora de sair para trabalhar. “Durante o dia, travesti não é ninguém...” (Brenda *apud*. GERMAN *et al.* 2018, p. 30). Cansadas pela batalha[1] enfrentada madrugada a fora, quando chega a hora do raiar do dia, “a gente só quer chegar e deitar...” (Kamilly *apud*. GERMAN *et al.* 2018, p. 30).

Estamos em Belo Horizonte, nas imediações da Av. Pedro II, importante via da Região Noroeste da cidade, que liga diversos bairros ao Centro. Lojas de peças automotivas, de pneus, de tintas, depósitos de sucata, entre outros estabelecimentos margeiam uma avenida longa com três faixas em cada mão. Muitas dessas lojas e desses estabelecimentos são fechados por portas de aço, que, de manhã, ficam enroladas em um compartimento superior. Quando essas portas estão esticadas, escritos institucionais dos estabelecimentos disputam espaço com as escritas subversivas dos pixadores. À noite, a economia convencional dos arredores da avenida dá espaço para a prostituição de travestis e mulheres trans.

A Av. Pedro II começou a ser construída em 1935 como uma resposta à crescente urbanização da região (ARREGUY e RIBEIRO, 2008). Na década de 1920, operários eram incentivados a formar vilas fora da área urbana da cidade, confinada ao traçado da Av. do Contorno pelo urbanista Aarão Reis. Foi então que surgiu a Ex-colônia Carlos Prates, motivada pela disponibilidade de água dos Córregos do Pastinho e do Ribeirão Arrudas, hoje escondidos pelas Avenidas Pedro II e Carlos Luz (popularmente conhecida como Catalão). Atualmente, a Região Noroeste é a mais populosa de Belo Horizonte. A ocupação das pessoas trans na região, por sua vez, não consta nos relatos oficiais da cidade. Suas narrativas parecem se esvaír nas águas dos córregos canalizados nas pavimentações das Avenidas[3].

Foi no intuito de registrar e fortalecer identidades, territórios e memórias de travestis e mulheres trans que surgiu o projeto *Translado*, aprovado na Lei Municipal de Incentivo à Cultura de Belo Horizonte de 2015 (LMIC/2015). Durante oito encontros, que contaram com doze participantes, realizados em duas casas de travestis da região (espaços simultaneamente íntimos e de passagem que ajudam a revelar seus modos de habitar), foram realizadas atividades (customização de camiseta, *flaneur* e entrevistas) para refletir sobre as identidades, territórios e memórias das participantes.

Todos os encontros foram gravados e transcritos. Após uma pré-seleção e validação das escolhas com as próprias travestis, foi criado

1. Batalha é a forma como as travestis referem ao seu trabalho de prostituição.

2. Para complementar as reflexões desenvolvidas no artigo, é interessante notar que Belo Horizonte é a segunda capital com mais rios canalizados no Brasil. São 165 km de rios revestidos de concreto, o que significa 25%. Disponível em: <<https://www.otempo.com.br/cidades/avenidas-da-capital-cobrem-25-dos-córregos-urbanos-1.1001605>> Acesso 01 de julho de 2019.

3. Mais adiante discutirei essa questão.

um livro (GERMAN *et al.* 2018), de mesmo nome do projeto, cujas narrativas aproveitei neste artigo para minhas reflexões. Será frequente, portanto, minha automenção, não como autor dessas narrativas, cuja autoria sempre estarão sinalizadas pelo primeiro nome de quem as disse. A automenção foi optada como uma forma de facilitar na referência bibliográfica a essas narrativas.

Pelo fato do processo de construção do livro ter sido próximo a uma etnografia, vejo minha excessiva automenção como positiva, uma vez que foi possível refletir para além das transcrições das narrativas. Parto de uma revisita ao livro publicado e um processo inicial reflexivo no qual não acredito haver chegado a uma conclusão.

Por uma questão ética, não recorrerei a outras narrativas ou materiais colhidos durante os encontros, uma vez que não me foi previamente autorizado. A metodologia utilizada para a construção do presente trabalho, dessa forma, se assemelhará mais a uma revisão bibliográfica, não escondendo, entretanto minhas próprias experiências durante o projeto apresentado anteriormente.

Pelas narrativas fica evidente um processo parecido ao descrito por Jaques Rancière (2006) como *desidentificação*. Quando se questionam as partes de um sistema regulador, policial, é criada uma subjetivação política, expressa por um processo de desidentificação ou desclassificação de um campo do sensível[3].

Não quer dizer que haja uma negação completa da identidade tida como convencional, mas um processo de constatação de que se pode ser mais do que é identificado/classificado. Nesse sentido, assim como Rancière descobre operários afeitos à literatura e à música em *A noite dos proletários* (1988), o livro *Translado: narrativas trans da Av. Pedro II* (GERMAN *et al.*, 2018) apresenta o que está por trás desse “ser ninguém durante o dia”.

Aqui, portanto, buscarei, por meio dessas narrativas, recriar as chamadas *cenar de dissenso* (RANCIÈRE, 2006), marcadas pelo método de *verificação da igualdade* (RANCIÈRE, 2016). Isso é, quando dois mundos se chocam, quando há dissenso, desentendimento. Essas reflexões ficarão melhor discutidas ao longo do texto. Por ora, gostaria de salientar que os conceitos chave e a própria metodologia se imbricam no processo da escrita do texto, uma vez que não acredito ser possível dissociar os pensamentos de Rancière da própria metodologia, porque a *verificação da igualdade* deve ser sempre acionada nas reflexões.

Para caracterizar as lentes pelas quais vemos esses sujeitos, é importante destacar o conceito de performatividade. Butler (2017) atesta que

seria errado supor que a discussão

sobre a 'identidade' deva ser anterior à discussão sobre a identidade de gênero, pela simples razão de que as 'pessoas' só se tornam inteligíveis ao adquirir seu gênero em conformidade com padrões reconhecíveis de inteligibilidade do gênero (BUTLER, 2017, p. 42, grifos do original).

Esse debate é de grande importância para pensar os discursos que constituem as relações de poder entre os indivíduos em seus modos de existir no gênero. Dessa forma, nos apoiamos na noção de performatividade de gênero proposto por Butler para perceber as vivências e as narrativas dos corpos trans que ocupam o espaço público[4].

Em *Problemas de Gênero*, Butler (2017) discute sobre as fronteiras do corpo. O que pode ser e não pode ser um corpo masculino ou um corpo feminino? Ela refuta ver o corpo somente como uma casca, ou como uma tábua rasa onde se inserem discursos históricos. Para ela, a religião católica estava errada ao pensar que o corpo prendia a alma. Muito pelo contrário, seria a alma a prisão do corpo, justamente por ser ela a delimitadora de suas fronteiras, de suas possibilidades.

Entretanto, mergulhados ou não dentro de toda profundidade corpórea, um corpo não pode ser outra coisa se não *público* (DEWEY, 2004). Capaz de afetar e ser afetado, mudar e ser mudado, um corpo travesti em uma esquina irrompe na experiência cidadã, mesmo sendo esse o único espaço que lhe cabe.

No presente trabalho, discutirei sobre as afetações dos corpos trans. Em que medida eles são públicos e em que medida eles publicizam o confronto de não ter uma parte? Como um copo trans pode ser político?

O corpo e suas afetações

Todos os dias é uma azáfama. Sair para batalha não é algo simples.

É toda uma coisa. Que as pessoas olham a gente na esquina, nem imagina. 'Pronto! Tá linda dando o cu e pronto.' Sabe? Tipo ninguém entende, ou tenta entender, tudo... Antes, durante e depois do que a gente passa pra poder trabalhar na rua (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 29, grifo do original).

Em outro momento, ela complementa: "você tem gasto, você se maquia, igual eu me maqueio, arrumo o cabelo, tomo banho... sou sempre muito cheirosa pra atender cliente. Se eu atender 10 clientes no dia, eu tomo banho a cada um, toda hora" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 68).

4. No texto *Carta de uma ex-mulata a Judith Butler*, Angela Figueiredo tensiona os questionamentos de Butler sobre identidade. Segundo ela as "identidades fluidas" fizeram com que o movimento negro perdesse espaço político e que se perpetuassem algumas opressões. Entretanto, mantemos as proposições de Butler por se aproximarem das vivências *queers*. Isso é, de uma vivência com menos possibilidade de categorização e marcada mais pelo o que *não* se é do que se é.

5. Montar é um termo muito utilizado pelas travestis para se referir ao ato de se arrumar, embelezar e ficar mais próxima do gênero com o qual se identificam.

6. É comum que as travestis utilizem o termo *descer* para se referir ao trajeto que as leva para o local onde trabalham.

Nem sempre todo o trabalho é recompensado. "Você fica mais nervosa ainda, você fala, 'porra, me arrumei tanto, o cara parou pra mim e foi ali pegar a outra que está de rasteirinha, com uma peruca de plástico na cabeça'" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 68, grifo do original).

A dedicação para se montar[5] não se resume, entretanto, a horas antes de *descer*[6] para rua. O trabalho é antigo e se dá antes mesmo de se reconhecer trans ou travesti. "Desde pequenininho eu sempre fui muito afeminada, usava vestido, passava maquiagem da minha mãe, na hora que minha mãe saía... Nossa, eu amava!" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 20).

Anos mais tarde, já assumida, transformar o corpo do modo como melhor se identificava virou uma meta de vida. "Quando eu vim para BH, em 2015, era meu sonho colocar peito" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 62). A prótese depois virou sinônimo de uma vitória pessoal, mesmo considerando algo supérfluo. "Acho que é uma coisa muito fútil pra mim hoje em dia, mas foi uma vitória porque eu sei o que eu passei, coisas que eu enfrentei pra ter" (Lívia apud GERMAN et al, 2018, p. 60).

O corpo, entretanto, é só o primeiro passo para um processo de interpelação. Como reflete Butler (1997), somos constituídos pela linguagem. Isso é, somos o resultado de uma equação entre passado, presente e futuro. O que somos é parte de um processo de significação (ou troca de sentidos) que já existe e ao mesmo tempo um processo que criamos e refazemos. Ser homem ou ser mulher é uma *verdade* inteligível socialmente, mas a partir do momento em que vivemos, damos uma nova configuração para isso. Nossa existência, então, é em si um processo de interpelação.

Ali na rua, ocupando o espaço público elas se sujeitam a "[...] uma aventura. O objetivo dessa aventura é ela mesma. [...] Basicamente a disposição para o encontro: o encontro com o outro, o encontro no outro, o encontro como território que se modifica a cada acesso" (PIRES, 2007, p. 11).

O contato com o outro, assim, é gerador de experiências. Dewey (2010) define experiência como um processo de afetações. Para ele, nossas vidas são marcadas por uma sucessão de eventos, mas alguns nos afetam, mexem com a gente, são elas as experiências. Dentre as experiências, algumas nos afetam de uma outra forma, de modo mais intenso e memorável, são então *uma* experiência. Para seguir o exemplo de Lívia (apud GERMAN et al, 2018, p. 60) citado anteriormente, "colocar peito" pode ser percebido como *uma* experiência, uma vez que o evento foi como um marco em sua história.

As experiências, entretanto, podem ser públicas, quando elas afetam e mobilizam grupos maiores, são capazes de alterar o percurso de uma coletividade, de um grupo. Quando as experiências afetam somente uma pessoa, ou um grupo restrito de pessoas, elas ficam no campo do privado. Os peitos de Lívia por exemplo poderiam ser uma experiência

somente individual, entretanto há uma grande quantidade de pessoas que condena essa prática, tornando o assunto (prótese das pessoas trans) público.

As afetações das experiências, por sua vez, se dão de diferentes formas. Um evento não afeta da mesma maneira todas as pessoas, por mais que ele seja de ordem pública. Há aqueles que não ligam para a questão das próteses. Outros acham feio, uma aberração, algo pecaminoso. Há os que sentem atração, curiosidade, possuem fetiche. Listar todas as afetações possíveis seria algo hercúleo e desnecessário, por isso, prossigo.

É a partir dessas reflexões que percebemos que os corpos trans e travestis afetam as pessoas nas ruas. Talvez não a ponto de criar *uma* experiência. Entretanto aquele corpo desestabiliza a experiência estética cotidiana e gera o que Gumbrecht (2006) chama de pequenas crises.

[...] afirmo que ‘a experiência estética nos mundos cotidianos’, apesar de apontar para um novo estado universal do mundo, sempre será uma exceção que, de maneira totalmente natural e de acordo com cada situação individual, desperta em nós o desejo de detectar as condições (excepcionais) que a tornam possível. Uma vez que ela se opõe ao fluxo da nossa experiência cotidiana, os momentos de experiência estética se parecem com pequenas crises. (GUMBRECHT, 2006, p. 51 grifo do original)

Gumbrecht retrata a experiência estética da vida cotidiana, tomando como base quatro elementos: (1) tudo o que pode ser obtido por meio da consciência; (2) tudo aquilo que gera os sentimentos de “pequenas crises”; (3) circunstâncias e contextos nas quais as experiências estariam baseadas e (4) os efeitos provocados pela experiência estética na nossa vida. O autor cita Martin Seel para demonstrar que objetos descontextualizados são mais facilmente percebidos, são mais fáceis de aparecer, de forma que o que nos parece raro ou inusitado acaba nos chamando bastante atenção, gerando assim uma “pequena crise”.

O olhar julgador das pessoas evidencia a experiência estética que a presença desses corpos provoca nelas. “Para pegar ônibus, para você andar de ônibus é... Nossa! Todo mundo te olha. Vê ‘isso tá errado’” (Palloma *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 97, grifo do original). Esse olhar desloca a pessoa de onde ela está e demonstra que ela está descontextualizada, quase *obscena*. Isso porque a experiência estética estimula outros sentidos e sensações e assim, o desconforto que Palloma sentia era muito próximo ao desconforto que seu corpo provocava.

Gumbrecht também explica que, principalmente depois das teorias sobre design e funcionalidade, propostos pela Bauhaus, é muito mais

7. Em “Comendo o outro”, capítulo do livro *Olhares negros: raça e representação*, bell hooks (2019) discute sobre a presença da imagem negra e a satisfação de um prazer visual dos espectadores, principalmente no que tange a mulher negra. Ela argumenta sobre a importância de haver *outras* estéticas, outras representações de populações minorizadas como a população negra (de onde ela dirige suas reflexões). Saliento, entretanto, a recorrência de termos ligados à comida no processo estético. *Comer* em hooks (2019) e *digerir* em Gumbrecht (2006). Trago aqui as reflexões de hooks (2019) como uma possibilidade de ampliar as reflexões propostas neste artigo para outras *cenas*. Entretanto, não busco criar um paralelo ou uma comparação entre a experiência de mulheres negras, descrito por hooks (2009), com as vivências trans e travestis, às quais me dedico neste artigo.

8. O termo homofobia é utilizado pelo autor como um aglutinador de violências contra grupos que divergem dos padrões heterossexuais e binaristas de gênero, e não somente a práticas homossexuais de gays, lésbicas e bissexuais, mas também a performances desviantes como as de homens afeminados, mulheres masculinas, pessoas trans, sujeitos *queers*, entre outros. Para ele, a cultura patriarcal e machista naturaliza a homofobia, concordando com crimes e violências contra pessoas LGBTQIA+ e justificando esses atos com a patologização do que é desviante a norma heterossexual.

9. Para se ter uma noção do cotidiano das vivências das pessoas trans cito Jaqueline Gomes de Jesus: “No que se refere ao seu cotidiano, as pessoas transgênero são alvo de preconceito, desatendimento de direitos fundamentais (diferentes organizações não lhes permitem utilizar seus nomes sociais e elas não conseguem adequar seus registros civis na Justiça), exclusão estrutural (acesso dificultado ou impedido a educação, ao mercado de trabalho qualificado e até mesmo ao uso de banheiros) e violências variadas, de ameaças a agressões e homicídios, o que configura a extensa série de percepções estereotipadas negativas e de atos discriminatórios contra homens e mulheres transexuais e travestis denominada ‘transfobia’”. (JESUS, 2012, grifo do original)

10. Na dificuldade de não utilizar um termo genericado optei por tentar deixar a sentença neutra com o “x” na marcação de gênero. Nesse sentido, cabe aqui tanto os gêneros masculinos e femininos, quanto outros gêneros e a indefinição de gênero. O objetivo disso é justamente respeitar as diversas definições de gênero possíveis em situações próximas às que foram descritas.

11. Aqui faço um adendo a essa questão. Não considero que a categoria mulher seja algo único e marcado por experiências similares, mesmo se tratamos de mulheres cisgêneras, ou seja, aquelas que não passaram por um processo de transição identitária de gênero. É comum perceber no discurso feminista negro uma problematização a

fácil associar a forma ou aspecto de uma cadeira ao conforto dela, e isso pode ser interpretado como uma experiência estética, já que une o prazer visual a outros tipos de experiências e relações. Da mesma forma, aquele corpo é tido como abjeto, impuro, incorreto. O simples fato de olhá-lo gera o desconforto, diferente das cadeiras dos anúncios de lojas de móveis.

A experiência estética pode ser entendida como o desencadeamento de sentimentos não associados exatamente a *estética pela estética*. É quando uma experiência de beleza também causa um efeito cognitivo e moral. É quando devemos utilizar outros sentidos, saberes e ações para “digerir”[7] uma mensagem estética, mas também para obtê-la.

Essa dificuldade de “digerir” a presença dos corpos trans e travestis se dá em diversas formas. Está nas violências homo-transfóbicas (BORRILLO, 2010[8], JESUS, 2012[9]), na imposição do armário (SEDGWICK, 2007) na vida dessas pessoas, na dificuldade em categorizar o que é ser travesti/trans.

O simples fato daquele corpo estar descontextualizado, inapropriado, revela que sua presença não é bem vista. Em *Reflexões sobre a questão gay*, Didier Eribon (2008) discute que não é que as forças armadas proibiam que os soldados fossem gays, mas eles não poderiam assumir enquanto tal. O fato de assumir acarretaria uma série de interpretações, tensionaria aquela categoria (homem soldado) e as próprias forças armadas.

Em *Corpos em aliança*, Butler (2018) também discute sobre o direito a aparecer. Na rua, nas manifestações, os corpos lutam pelo seu direito ao aparecimento, uma luta pela existência, pela reivindicação a uma vida vivível. Ao impedir que homens gays trabalhem no exército, as forças armadas não se opõem à prática homossexual diretamente, mas ao direito de aparecimento dela. Minar o direito ao aparecimento, por sua vez, não é somente violar um direito, ou o direito a ter e reivindicar direitos, mas é minar a própria existência desses sujeitos, obrigados a existir conforme uma regra imposta.

As experiências trans e travestis se dão em ordem similar. Tenta-se esconder, corrigir, comportar-se como manda a regra, mas sempre algum resquício sobra. O tribunal do gênero, entretanto, não perdoa aquela “mão boba”, aquela voz mais fina, os trejeitos. Você pode implorar pela inocência, dizer que é mentira. Nega até para você mesmx[10], como se admitir “infrinjo as regras do gênero” fossem lhe causar uma punição ainda maior. Mas o veredito chega: *mulherzinha!*

Mas para as mulheres e, principalmente para as *mulherzinhas*, não foi permitido o espaço público[11]. Sua aparição, sua presença, é, então, *obscena*. Na próxima seção discutiremos sobre o rompimento com a *estética* convencional a criação de outras *partilhas do sensível*.

A parte dos sem parte

Nas reflexões sobre *partilha do sensível*, Rancière (2009) percebe duas conformações do sensível diferentes: a polícia e a política. O autor entende o regime policial como aquele estabelecido pela norma, marcado pela hierarquia, o que não possui excessos, tudo se encontra em seu devido lugar. Já a política seria um gesto que desordenaria essa ordem, é a aparição dos *sem parte*.

Ao discutir os conceitos chave de Jacques Rancière, Samuel Chambers (2010) volta ao modelo de polis de Platão. O filósofo grego prevê uma função ideal para cada membro para um bom funcionamento da polis. Escravos com o trabalho nas lavouras, soldados com a responsabilidade da segurança, mulheres com os afazeres domésticos e os cidadãos (ou donos de propriedades) com a criação de leis e tomadas de decisão.

Evidentemente, o bom funcionamento da polis exigia uma hierarquia que era conferida aos cidadãos. Artistas, poetas e até filósofos foram expulsos do modelo de polis platônico, porque eles poderiam atrapalhar/desordenar o bom funcionamento dela. O poder então é distribuído às pessoas (aos membros da polis) por meio de *suas definições*. Nesse sentido, o modelo de polis de Platão se baseia em um modelo *oligárquico* que não prevê dissensos ou questionamentos.

Os dissensos e questionamentos seriam feitos justamente por aqueles que não eram contados na polis ou não concordavam com o local que restava para eles. Rancière (2005) percebe nesses *sem parte*, insatisfeitos com o seu lugar ou seu não lugar, um potencial de geração de mudanças e com isso criação de *partilhas políticas do sensível*.

Isso porque para Rancière (*apud* CHAMBERS, 2010), a democracia deveria ser construída por meio dos dissensos. Ela se basearia na constante luta por uma *parte* na polis, pela constante luta para os *sem parte* serem ouvidos. Dessa forma, a democracia deveria trabalhar para ser sempre atualizada, de modo a cada vez mais ouvir ou perceber os outros que não haviam sido contados. Entretanto esses outros só conseguem ser percebidos na polis (ou no regime policial) por meio de um processo *político*, ou seja, um processo de questionamento da ordem.

Democracia se definiria, então, por uma regra sem regra. Um poder sem autoridade, um poder que é de todos e de ninguém ao mesmo tempo. É uma subversão ao *arché*. Um poder sem títulos, sem qualidades.

Esses questionamentos se dão quando há um processo de *verificação da igualdade* (RANCIÈRE, 2016), pelo qual se percebe que existem outras pessoas na conformação social e diferentes visões de mundo passam a tensionar e evidenciar que a conformação social não é baseada em iguais, como a partilha policial do sensível se baseia. Há

respeito da posição das mulheres com relação ao mercado de trabalho e a ocupação do espaço público. Para elas, enquanto as mulheres brancas lutavam pelo direito de trabalhar, de sair às ruas, elas, mulheres negras, já trabalhavam desde muito tempo. A luta das mulheres negras, assim, era pela dignidade, por alcançar condições menos submissas. O fato é que as vozes das mulheres de modo geral (tanto brancas quanto não-brancas) historicamente foram silenciadas nos debates e decisões públicas. O espaço público, por sua vez, sempre foi hostil para as mulheres, independente de sua raça, mas principalmente para as mulheres não brancas, que estão mais vulneráveis à violências e abusos. Para entender mais sobre essa questão sugiro o texto de hooks (2015), Collins (2016) e Werneck (2010). Mais uma vez não sugiro uma comparação com as vivências negras, porém acredito ser importante marcar que o espaço público é vivenciado de forma diferente por cada mulher e que a tomada de decisão pública pelas mulheres, cis e trans, brancas ou não brancas é recente. A sessão seguinte, “A parte dos sem parte”, será potente para refletir sobre essa exclusão.

12. Importante ressaltar que a história da Av. Pedro II é marcada pelo processo da exclusão. Inclusive seu surgimento se deu pela exclusão dos operários do centro urbano (ARREGUY e RIBEIRO, 2008), como já referido anteriormente e que continua com as ocupações das pessoas trans e travestis.

13. “No que se refere às mulheres transexuais e às travestis, é patente que, em nossa sociedade, elas não recebem o mesmo tratamento dados às mulheres cisgênero, popularmente tidas como mulheres “de verdade”, tampouco as mesmas oportunidades, de modo que as mulheres transexuais e as travestis, além de serem vitimadas pelo machismo, também o são por uma forma de sexismo, de base legal-biológizante, que lhes nega o estatuto da feminilidade ou da ‘mulheridade’ (JESUS e ALVES, 2010, p. 13, grifo do original)

um tensionamento do consenso.

Rancière (2005), entretanto, não acredita que o ideal é acrescentar os sem parte na parte. A potência não estaria no processo de inclusão, mas sim no tensionamento das fronteiras, na percepção de que existe o diferente. Na percepção de que não há consenso.

Os corpos trans e travestis são como os artistas e poetas da polis de Platão. Foram expulsos do modelo platônico de democracia e são vistos raramente na cidade[12]. “[...] a gente é jogada pela sociedade como se fosse uma enxurrada mesmo, pelos cantos, pelos bueiros” (Brenda *apud* GERMAN et al. p.32). Entretanto esses corpos não deixam de existir, mesmo sendo a sarjeta o único local que lhes sobra na cidade.

Jaqueline Gomes de Jesus (2014) define o transfeminismo como um pensamento e prática que rediscute a subordinação morfológica de gênero (construído psicossocialmente) ao sexo (construído biologicamente), que vai contra as opressões baseadas na normatividade binária (de feminino e masculino) e que se relaciona com processos históricos atuais. O transfeminismo é fundamentado na interseccionalidade das opressões das pessoas trans e do movimento feminista negro, a partir de uma consciência política dos sujeitos trans[13].

Nem todas as travestis e mulheres trans, entretanto, são transfeministas. Todavia, a existência delas questiona os modelos dos padrões, questiona o binarismo. Seus corpos estão nas fronteiras identitárias instituídas pelas normas de gênero (BUTLER, 2017).

Nesse sentido, o processo de *subjetivação* das travestis e mulheres trans é marcado por uma ambiguidade de partilhas do sensível *policial* e *política* (RANCIÈRE, 2005). Essa ambiguidade se dá pelo fato do processo de interpelação descrito anteriormente, ser, como argumenta Butler (1997), um processo de linguagem, marcado pelo que já existe e pelo que se quer transformar.

Como pano de fundo, essas vidas são marcadas por uma precariedade (BUTLER, 1999, 2018) expressas nas situações já descritas neste texto.

Fim do que não deveria ter início

“Eu queria ser um pai de família” (Fabiolla *apud* GERMAN et al, 2018, p. 64). Não que atualmente ela esteja insatisfeita com seu gênero, mas antes lutou para atender ao padrão hetero-cisnormativo. “Mas eu não sou frustrada com isso, não. Tipo, se eu pudesse eu queria ser homem ou ser uma mulher, mas como eu não sou... O que vier é lucro” (idem).

Num súbito de conformação, como se a própria condição de sobrevivência fosse um lucro, Fabiolla nos lembra que ninguém escolhe ser oprimido[14]. Mas para além do desejo frustrado de constituir uma família, outros sonhos foram deixados para trás. “Eu tenho vontade de fazer direito. Eu amo advocacia, mas o problema é de que vai adiantar a gente fazer tudo, formar e chegar na hora e não ter portas pro emprego?” (Evellyn *apud* GERMAN, 2018, p. 92).

A experiência das travestis e mulheres trans é marcada por um desprezo por sua existência, um descarte de suas subjetividades, uma facilidade grande em ser substituídas. “Tem um que fez assim, ele sempre saía comigo. Estava eu e a bicha[15], uma do lado da outra porque a gente estava conversando. Ele parou, eu fui. Na hora que eu fui, ele fez assim ‘não, ela’” (Livia *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 45, grifo do original).

A rua, entretanto, pode ser mais hostil do que a negação de um programa.

Ele não gosta de travesti. A gente teve muito problema com ele. Ele não quer a gente aqui na rua fazendo programa. Ele chamou o irmão dele, que é policial civil, mandou ele dar um tiro na parede, acertou em mim. Espirrou pólvora, sei lá o quê que era em mim. Queimou tudo. Foi uó. (Livia *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 12)

Os corpos trans e travestis e suas vidas são enquadrados enquanto matáveis, descartáveis, não vivíveis (BUTLER, 2015). Isso é demonstrado não só nas falas e narrativas transcritas no livro, e salientadas anteriormente, mas também nos dados alarmantes já citados neste texto.

O escritor português Valter Hugo Mãe em seu livro *A máquina de fazer espanhóis* (2013), utiliza emprestado, de Fernando Pessoa (no pseudônimo de Álvaro de Campos), o termo da *metafísica*, para dizer da mágica do estar com o outro e da significação que isso traz (o que gera a metafísica).

No niilismo do personagem silva[16] do livro, que após perder a mulher precisa buscar uma motivação para viver, os vínculos afetivos e sociais que ele desenvolve com seus colegas do asilo indicam uma certa construção da metafísica que logo lhe é retirada pelas circunstâncias da vida. Não só pelo que se constrói em sua passagem pelo asilo, mas nas memórias de silva, é chegada a conclusão de que a metafísica nos é retirada, ou nem sequer temos direito de tê-la.

Em “Tabacaria”, poema inspirador do livro de Valter Hugo Mãe, Fernando Pessoa diz que “não há mais metafísica no mundo senão chocolates” e completa definindo: “a metafísica é uma consequência de estar mal disposto”.

14. Para bell hooks (2015), “Ser oprimida significa *ausência de opções*” (p. 197, grifo do original).

15. Popularmente o termo bicha é utilizado para se referir a homossexuais. Entretanto, as experiências das vivências trans, travestis e homossexuais comumente são aglutinadas no Brasil, de modo que o termo pode se referir tanto ao homossexual cisgênero quanto a travesti e mulher trans.

16. Valter Hugo Mãe opta por contrariar as normas gramaticais de escrever as iniciais dos nomes em maiúscula, logicamente como um artifício significante. Como retiramos esse fragmento do livro as iniciais em minúscula serão permanecidas.

Como no início do poema de Pessoa é comum ouvir uma constante negação das travestis. Aqui repetimos uma fala que também foi repetida durante o livro: “Infelizmente durante o dia não somos nada, não somos ninguém” (Brenda *apud* GERMAN *et al*, 2018, p. 33). A ningundade se dá pela dificuldade de ocupar outros espaços e de, à parte os sonhos, quererem sobreviver.

Nas esquinas sombrias da Av. Pedro II, as interpelações são marcadas por um apagamento. Aqueles sujeitos indesejados do convívio humano, buscam a significação pessoal em uma fagulha de sociabilidade.

Sua presença, entretanto, não pode ser apagada. Elas são a prova viva de que não escolhemos com quem iremos conviver no mundo (BUTLER, 2018), da incapacidade de eliminar todos os indesejáveis da polis (RANCIÈRE *apud* CHAMBERS, 2010). Mas enquanto a norma não se conforma com a existência trans e travesti, seus corpos e sua (re)existência não poderão ser outra coisa se não política.

Referências

ARREGUY, Cintia Aparecida Chagas, **RIBEIRO**, Raphael Rajão (Coords). *Histórias de bairros [de] Belo Horizonte*: Regional Noroeste. Belo Horizonte: APCBH; ACAP-BH, 2008. Disponível em: <http://www.pbh.gov.br/historia_bairros/NoroesteCompleto.pdf> Acesso 10 de maio de 2019.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas*: Notas para uma teoria performativa de assembleia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018. Trad. Fernanda Miguens. _____. *Corpos que pesam*. In: LOURO, Guacira Lopes. *Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999. _____. *Excitable speech: a politics of the performative*. Nova York e Londres: Routledge, 1997. _____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017. Trad. Renato Aguiar. _____. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Trad. Renato Aguiar. _____. Regulações de gênero. *Cadernos Pagu*, Campinas, no 42, p. 2490-274, jan/jun 2014.

CHAMBERS, Samuel. Police and Oligarchy. In: DERANTY, Jean-Philippe. *Jacques Rancière: Key Concepts*. Acumen, 2010 (p. 57-68)

COLLINS, Patricia Hill. “Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro”. In: *Sociedade e Estado* [online]. 2016, vol. 31, n. 1, pp. 99-127.

DEWEY, John. Ter uma experiência. In: _____. *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.p. 109-141. _____. En busca del público. In: _____. *La opinión pública y sus problemas*. Madrid: Ediciones Morata, 2004. p. 59-76.

ERIBON, Didier. *Reflexões Sobre a Questão Gay*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Periodicus*, Salvador, n. 3, v. 1, mai.-out. 2015. Disponível em: <https://www.academia.edu/29286937/Carta_de_uma_ex-mulata_a_Judith_Butler> Acesso 1º de julho de 2019.

GERMAN, Tomás, SCLIAR, Afonso, MACEDO, Bárbara, PARANHOS, Caio, PIRES, José Henrique (Orgs.). *Translado*: narrativas trans da Av. Pedro II. Belo Horizonte: Favela é Isso Aí, 2018.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Pequenas Crises: Experiência estética nos mundos cotidianos. In. GUIMARÃES, C., LEAL, B., MENDONÇA, C. C. (orgs.). *Comunicação e Experiência Estética*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

hooks, bell. Comendo o outro. In: hooks, b. *Olhares negros: raça e representação*. São Paulo: Editora Elefante, 2019. p. 64-95. _____. *Mulheres negras: moldando a teoria feminista*. Revista Brasileira de Ciência Política, Brasília, n. 16, p. 193-210, jan./abr. 2015.

JESUS, J. G. Identidade de Gênero e Políticas de Afirmção Identitária. In: *VI Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero*, 2012, Salvador. Anais do Congresso Internacional de Estudos sobre a Diversidade Sexual e de Gênero. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2012. v. 1. p. 1-15. _____. Interlocuções Teóricas do Pensamento Transfeminista. In: Jaqueline Gomes de Jesus. (Org.). *Transfeminismo: Teorias e Práticas*. 1ed. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2014, v. , p. 03-18.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo Transgênero e Movimentos de Mulheres Transsexuais. *Cronos* (Natal. Impresso) , v. 11, p. 8-19, 2010.

MÃE, V. H. *A máquina de fazer espanhóis*. São Paulo: Cosac Naif, 2013.

RANCIÈRE, J. *A noite dos proletários: arquivos do sonho operário*. São Paulo: Companhia das Letras: 1988. Trad. Luís Leitão. _____. *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo: Ed. 34, 2005. Trad. Luís Leitão. _____. *Política, polícia, democracia*. Santiago: LOM Ediciones, 2006. Trad. Luís Leitão.

PIRES, E. *Cidade Ocupada*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2007. (Tramas Urbanas; v.2).

SEDGWICK, E. K. A epistemologia do armário. In: *Cadernos pagu* (28), janeiro-junho de 2007:19-54.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimentos de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: *Revista da ABPN*, Rio de Janeiro v. 1, p. 8-17, mar./jun. 2010.

***Tomás German** é Mestrando em Comunicação Social, linha de Pesquisa Processos Comunicativos e Práticas Social, pela FAFICH/UFMG. Graduado em Comunicação Social, Habilitação Publicidade e propaganda pela FAFICH/UFMG.



OCUPA OUVIDOR 63: ARTE, OCUPAÇÃO E ARTIVISMOS

Mariana Angelis, José Márcio Barros*

Resumo

O texto apresentado a seguir é fruto de uma pesquisa mestrado realizada de 2017 a 2019, que buscou investigar os processos de mediação do Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63. Ocupado em 2014, o edifício localizado na Rua do Ouvidor nº 63, em São Paulo, acolhe um coletivo heterogêneo de artistas de linguagens, atuações e origens distintas, que compartilham o espaço para produção e experimentação artística e social. Dessa forma, partiu-se do reconhecimento da interseção entre os movimentos sociais e insurreições contemporâneas; a arte atuante e o artivismo como resposta estético-política; a perspectiva do direito à cidade e à cultura incitada pelas ocupações urbanas e artísticas e, assim, as relações entre essas mediações artivistas, cidade e diversidade cultural. Nesse processo é possível observar características peculiares e potentes da arte e da cultura em relação com os movimentos sociais, em especial as ocupações. Tais movimentos insurgentes refletem modos contemporâneos de resistência, organização e ação desenvolvidos e projetados a partir do mundo da arte, da estética e da produção de subjetividades.

Palavras-chaves: Arte; movimentos sociais; ativismo; diversidade cultural.

Abstract

The present work intends to investigate the cultural mediations established at the Centro Cultural Ouvidor 63, a cultural center run in a squatted building located in the center of São Paulo (Brazil) since 2014. It hosts a mixed collective of artists from different origins, languages and performance styles, who share the space for creative, artistic and social experiences. In order to achieve that, this research is based on a number of guiding intersections that crosses the universe of Ouvidor 63, namely: social movements and contemporary insurrections; political art and activism as an aesthetic-political response to the established system; the perspective of the right to the city and right to the culture incited by artistic squats; and the relations between these activist mediations, the post-modern cities and cultural diversity. In this process it was possible to observe peculiar and potent characteristics of art and culture in relation to social movements, especially squats. Such insurgent movements reflect contemporary forms of resistance, organization and action developed in the world of art, aesthetics and subjectivities

Keywords: Art; social movements; activism; cultural diversity.

Introdução

As ocupações artísticas, entendidas como territórios populares e culturais, refletem marcas da sociedade contemporânea que lidam com o hibridismo entre arte, política, ativismo social e vida, em que as produções artísticas e artistas se alastram para além dos contornos das instituições museais e institucionais, revelando-se cada vez mais próximas do cotidiano e das questões comuns da vida e da sociedade e são, muitas vezes, engajadas politicamente.

Nessa perspectiva da arte atuante, as intervenções artistas, sobretudo sob a forma de projetos comunitários, visam agir artística, poética e performaticamente na construção de espaços coletivos de produção e compartilhamento no campo político, social e cultural. Dessa forma, o trabalho propôs investigar a experiência da ocupação Ouvidor 63, em São Paulo, com ênfase em seus processos de mediações artísticas e culturais.

Sistema social em crise: movimentos sociais, insurreições contemporâneas e mediações artistas

A chamada pós-modernidade, sobretudo a partir das décadas de 1960 e 1970, marca significativas mudanças nos âmbitos sociais, culturais, políticos, econômicos e territoriais da sociedade. Para o geógrafo David Harvey (1993):

a experiência do tempo e do espaço se transformou, a confiança na associação entre juízos científicos e morais ruiu, a estética triunfou sobre a ética como foco primário de preocupação intelectual e social, as imagens dominaram as narrativas, a efemeridade e a fragmentação assumiram precedência sobre verdades eternas e sobre a política unificada e as explicações deixaram o âmbito dos fundamentos materiais e político-econômicos e passaram para a consideração de práticas políticas e culturais autônomas. (HARVEY, 1993, p. 293)

A ciência universal e as promessas não cumpridas da modernidade abriram espaço então para o acaso, fugidio, fragmentado e heterogêneo, que marcam a lógica pós-moderna. A metrópole foi o local sagrado da modernidade para as disputas por territórios, físicos e simbólicos, desempenhadas sobretudo pelo avanço do capitalismo e as reconfigurações no âmbito do poder. Concomitantemente, na contramão, é o local de ativação e disseminação da biopotência, tal qual apontada por pelo filósofo Peter Pál Pelbart (2001-2002). Assim, o sentido foucaultiano biopolítico de “poder sobre a vida” (biopoder) se

transforma em “poder da vida”, que consiste na tentativa de recuperação social da vida, em sua totalidade e subjetividade. Pelbart também o entende como “biopolítica da multidão” e se refere ao termo multidão, cunhado pelos teóricos Michael Hardt e Antônio Negri (2005), para designar esse corpo social insurgente constituído por singularidades não domesticáveis. Para Negri (2003):

a produção de subjetividade, em particular, embora, produzida e determinada pelo poder, desenvolve sempre resistências que se abrem por meio de dispositivos incontáveis (NEGRI, 2003, p. 174).

A multidão, então, atua como um agente social que impulsiona múltiplos processos de reivindicações. Dessa forma, “as forças que resistem” demandam por aquilo que lhes foi tomado, a vida, manifestando-se nas mais diversas afirmações de direito, tais como “direito à vida, ao corpo, à saúde, à felicidade, à autorrealização, à satisfação das necessidades, etc.” (SANTAELLA, 2016, p. 24). Para a socióloga Maria da Glória Gohn (1997), os movimentos sociais:

são ações sociopolíticas construídas por atores sociais coletivos pertencentes a diferentes classes e camadas sociais, articuladas em certos cenários da conjuntura socioeconômica e política de um país, criando um campo de força social na sociedade civil. As ações se estruturam a partir de repertórios criados sobre temas e problemas em conflitos, litígios e disputas vivenciados pelo grupo na sociedade. As ações desenvolvem um processo social e político-cultural que cria uma identidade coletiva para o movimento, a partir dos interesses em comum. Esta identidade é amalgamada pela força do princípio da solidariedade e construída a partir da base referencial de valores culturais e políticos compartilhados pelo grupo, em espaços coletivos não-institucionalizados (GOHN, 1997, p. 251).

A partir de um panorama conceitual que resgata paradigmas teóricos norte-americanos e europeus acerca dos movimentos sociais, a autora destaca como, ainda que de abrangência global, os movimentos e manifestações também possuem peculiaridades locais. No caso do Brasil, ressalta algumas especificidades históricas e territoriais, tais como as heranças do período colonizatório, da escravidão e da servidão indígena, baseadas na “monocultura e/ou exploração intensiva de seus recursos naturais”, bem como as configurações políticas e de poder que formaram o Estado nacional, “fruto de lutas internas intensas em que a maioria das elites políticas sempre foi representante dos interesses econômicos subordinados ao grande

capital internacional” (GOHN, 1997, p. 224)

Nos anos 1980, por exemplo, os movimentos sociais exerceram grande influência para o processo de redemocratização do país e estavam atrelados às lutas de classe lideradas principalmente por operários e sindicatos, bem como ecoavam reivindicações “pelo acesso à terra e por sua posse” e “pela moradia”, principalmente pela “ocupação de casas e prédios abandonados; articulação do movimento dos transportes”; dentre outras pautas relacionadas à questão da vida na cidade.” (GOHN, 1997, p. 278)

Já a partir dos 1990, no Brasil, Gohn assinala a crescente institucionalização de alguns movimentos, sobretudo por meio das Organizações não governamentais e de políticas de parceria estruturada com o poder público. Quanto à natureza das reivindicações, a autora aponta uma ampliação das pautas que, ao assumirem um caráter mais identitário, abarcam questões como as de gênero, com destaque para as lutas feministas; o racismo; impactos ambientais e ecológicos; dentre outras. Trata-se de uma pluralidade que se reflete “em novas problemáticas e novos cenários sociopolíticos, mulheres, crianças, índios, negros e pobres em geral se articulam com clérigos, intelectuais e políticos da esquerda para gerar ações coletivas que foram interpretadas como a nova ‘força da periferia’” (GOHN, 1997, p. 333).

As transformações e manifestações político-sociais que se deram ao longo desse tempo também adquirem reflexos e respaldos nos campos artísticos e culturais. A cultura pós-moderna viria também como uma crítica à “arte institucionalizada” dos museus e galerias, assim como às “hierarquias críticas acadêmicas de gosto e a consagração das obras de arte enquanto objetos de exposição claramente demarcados.” (FEATHERSTONE, 1990). A arte política pós-moderna, se de fato viável, deveria concentrar-se em “seu objeto fundamental – o espaço mundial do capital multinacional” (JAMESON, 1989, p.79).

Essa relação de artistas com causas sociais, que assumem em seu trabalho uma postura política e militante, não parece pertencer, todavia, exclusivamente ao período pós-moderno. Desde o século XVIII, “artistas lutaram nas barricadas da Revolução Francesa e na Comuna de Paris em 1871; atuaram na Revolução Soviética de 1917 e nas vanguardas artísticas europeias”. Passando também pelas revoltas de maio de 1968 na França e pelos movimentos latino-americanos, quando “foram fundamentais para o surgimento da contracultura dos anos (19)70 e (19)80” (SESC/SP, 2014).

Além disso, a contestação política e social viria também por meio de rupturas estéticas e de linguagem. Afinal, rompendo as fronteiras entre arte, cotidiano, subjetividade e política, o questionamento da ordem vigente incitaria novas formas artísticas e sociais. Sobre o hibridismo entre arte e ativismo, a autora portuguesa Teresa Vieira (2007) ressalta

que as mediações artistas buscam “articular estratégias de resistência ao pensamento hierárquico, subvertendo formas de experiência privilegiada e desestabilizando as regras do poder dominante.”. Assim, “mais do que pretender transformar o mundo ou transformar a vida através da arte, procuram abrir espaços de crítica, interrogar, e quem sabe até resolver questões pendentes ou descobrir respostas” (VIEIRA, 2007, p. 20-23).

Sobre a relação com o espaço/território em que se insere, a curadora e arte educadora sul-coreana/americana Miwon Kwon (1997 *apud* BERQUÓ 2015) aponta que

a “arte comunitária” configura um desdobramento tardio do movimento site-specific, surgido em meio ao Minimalismo, no final da década de 1960. Trata-se de uma ampliação da ideia do site, o qual deixa de referir-se apenas ao caráter espacial ou locacional da obra (como ocorria nas décadas de 1960-1970), passando a incluir, nas realizações site-oriented da década de 1990, a comunidade e os conflitos sociopolíticos a ela relacionados (KWON *apud* BERQUÓ, 2015, p. 114).

Assm, o sentido de *site* deve remeter a algo que seja “mais do que um lugar – uma história étnica reprimida, uma causa política, um grupo de excluídos sociais”, o que acabaria por redefinir também o “papel ‘público’ da arte e dos artistas” (KWON *apud* BERQUÓ, 2015, p. 116). O artista artista, para além de uma subjetividade pessoal, estaria agindo no âmbito dessa indignação, individual e principalmente coletiva, com “as profundas falhas que o projeto da sociedade moderna ainda não foi capaz de superar” (VIEIRA, 2007, p. 22).

Dessa forma, o ativismo invoca outro tipo de mediação, não inteiramente nova, mas efetivamente comprometida com processos de transformação sociocultural, nos quais, de acordo com Caio Honorato e Diego Moraes (2016), a pluralidade não se resume à “coexistência indiferente das diferenças”, mas possibilite a “construção de um comum dissensual, efetivamente político, radicalmente democrático” (HONORATO; MORAES, 2016). A verdadeira democracia cultural, portanto, deveria garantir a “visibilidade em igualdade de circunstâncias a minorias ou dominados porque a sua auto-expressão promove o seu desenvolvimento pessoal” (VIEIRA, 2007, p. 24).

A partir dos anos 1990, por exemplo, ampliam-se as associações, atuações artísticas em redes, colaborativas e cambiantes. Diluindo-se a posição autoral do artista, a questão do coletivo e da construção comunitária ganha relevância no campo artístico. Dessa forma, ações coletivas poderiam reconfigurar, simbólica e materialmente, o espaço, que é um dos tópicos primordiais para a pós-modernidade. Para a

dupla de autoras feministas Judith Butler e Athena Athanasiou (2013), a *performativity in plurality* caracteriza-se, como descreve Paulo Raposo (2015), em “novas formas de organização e resistência incluindo práticas de arte de guerrilha”, ocupações artísticas de espaços – principalmente do Estado – tais como fábricas, prédios ou casas abandonados, protestos em praças e vias públicas, “boicotes de instituições de arte e educação, (...) hacktivismos”, assembleias e espaços comunitários emergentes, assim como “publicações e coletivos artísticos autogestionários, estruturas participativas relacionais e performances experimentais críticas” (RAPOSO, 2015, p. 7).

Em um cenário de múltiplas narrativas – fragmentadas e transitórias –, a arte e o artista, se deliberadamente engajados, mostram-se como catalisadores ou mediadores de processos que, além de questionarem a norma e trazerem à tona questões, pautas e *sujeitxs invisibilizadxs*[1], buscam o afeto e a mobilização social.

Ocupar com arte: a cidade como palco/território para a diversidade

A cidade é a forma reificada dessas relações, mas também do amadurecimento das contradições que lhes são próprias. É a unidade de contrários, não apenas pelas profundas desigualdades, mas pela dinâmica da ordem e da explosão. As contradições, na maioria das vezes, explodem, cotidianamente, invisíveis. Bairros e pessoas pobres, assaltos, lixo, doenças, engarrafamentos, drogas, violência, exploração, mercado de coisas e de corpos transformados em coisas. As contradições surgem como grafites que insistem em pintar de cores e beleza a cidade cinza e feia. Estão lá, pulsando, nas veias que correm sob a pele urbana (IASI, 2013, p. 73-74).

A cidade, então, não se resume à organização funcional do espaço, mas também é suporte midiático e comunicacional que media a miríade de relações sociais e políticas entre diferentes grupos, Estado, instituições e demais organismos. Trocas essas que, segundo José Márcio Barros (2005) “fundam uma realidade contextual marcada pela produção, circulação e consumo de bens, mercadorias, serviços, informações, representações e sentidos” (BARROS, 2005, p. 11). O território, portanto, além de seu caráter físico e material, possui uma dimensão simbólica e social. Para Carlos Gonçalves (2002):

o território não é simplesmente uma substância que contém recursos naturais e

1. A escrita neutra, ou não-binária, foi utilizada apenas aqui para fazer referência aos sujeitos possivelmente invisibilizados por um padrão linguístico normativo. Também visa refletir, ou instigar, sobre a utilização deste tipo de linguagem que intenta ser mais inclusivo.

uma população (demografia), e assim, estão dados os elementos para constituir um Estado. O território é uma categoria espessa que pressupõe um espaço geográfico que é apropriado e esse processo de apropriação – territorialização – enseja identidades – territorialidades – que estão inscritas em processos sendo, portanto, dinâmicas e mutáveis, materializando em cada momento uma determinada ordem, uma determinada configuração territorial, uma topologia social (GONÇALVES, 2002, p. 229-230).

O pensamento racional e universal que predominou durante a modernidade, atrelado ao desenvolvimento do capital, reflete-se na organização homogênea e hierarquizada dos centros urbanos, em constante crescimento:

Os projetos e as reformas urbanas do final do XIX constituem, portanto, não apenas em tentativas de disciplinar e melhorar a circulação, higienizar a vida urbana e sanar os problemas de segurança, mas também em uma tentativa de construir uma nova relação comunicacional, em que as visões e representações dar-se-iam através da racionalização e da espetacularização (BARROS, 2005, p. 34).

Assim, visto que o planejamento das cidades não leva em consideração a “autodiversificação espontânea entre as populações urbanas”, ela se impõe através de discursos coletivos que clamam pelo “direito à cidade”, não se limitando ao acesso “àquilo que já existe, mas sim a um direito ativo de fazer a cidade diferente”. Ou seja, um lugar não exclusivamente subordinado aos interesses do capital financeiro, mas que possa atender às “necessidades coletivas (por assim dizer), definir uma maneira alternativa de simplesmente ser humano.” Pois “se nosso mundo urbano foi imaginado e feito, então ele pode ser reimaginado e refeito.” (HARVEY, 2013, p. 58).

Para o antropólogo José Guilherme Magnani (2002):

As grandes metrópoles contemporâneas não podem ser vistas simplesmente como cidades que cresceram demais e desordenadamente, potencializando fatores de desagregação. Elas também propiciaram a criação de novos padrões de troca e de espaços para a sociabilidade e para os rituais da vida pública. (...) Essa mundialização do capital, para chamar a coisa pelo seu verdadeiro nome, que é econômica, tecnológica e midiática,

gera descompassos, segregações, guetos multinacionais e multirraciais, ao mesmo tempo em que desterritorializações anárquicas, crescimento anômalo e transgressivos (MAGNANI, 2002, p. 13-26).

Fruto de dinâmicas contraditórias, a cidade pós-moderna carrega em si essa essência paradoxal: a imposição da homogeneidade moderna dá lugar à erupção de linhas-de-fuga diversas que pretendem se contrapor à diretriz dominante: “uma vitalidade e uma energia de interação social que dependem crucialmente da diversidade, da complexidade e da capacidade de lidar com o inesperado de maneiras controladas mas criativas” (HARVEY, 1993, p.75).

No campo das expressões artísticas, para além das já comentadas obras *site-oriented* e a arte pública, a cidade também é suporte para as múltiplas vozes que se expressam criativa e subjetivamente, seja por meio dessas obras, seja pelos grafites, pichações, intervenções urbanas e demais enunciações. Para Luiz Navarro (2016):

O processo artístico da arte no espaço urbano vai além de conceitos estéticos, funcionais ou materiais e está muito mais próximo a questões de criação e derivação de sentidos a partir da experiência de quem cria e de quem compartilha o espaço urbano (NAVARRO, 2016, p.42).

Em suma, a cidade e suas marcas, inscrições e intervenções artísticas e urbanas, não são meros cenários para a vida individual e coletiva, mas um sistema simbólico de mediações e recriações diversas do espaço urbano, que também revelam uma nova dinâmica cultural e de sociabilidade na metrópole. Uma atribuição de sentidos para a ocupação visual da cidade que reflete novos modos de habitar, usar e transgredir seus espaços que remodelam e ressignificam a experiência estética e política dentro das cidades.

Na interseção entre manifestações sociais[2], como práticas que reivindicam a apropriação e compartilhamento do espaço urbano, e a arte, principalmente em sua versão *artivista*, encontram-se as ocupações artísticas como relevante expressão nesse sentido. No Brasil, o maior centro urbano, São Paulo, viu germinarem distintos movimentos de ocupações culturais, dentre os quais o Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63.

Ocupações artísticas e as mediações *artivistas* da Ouvidor 63

Observar o Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63 é como lançar o olhar para a própria cidade de São Paulo: de frente ao prédio, no horizonte cinza,

2. que não necessariamente serão apreendidas neste momento como movimentos sociais organizados.

uma sobreposição de diferentes cores, imagens, sons, corpos e inquietações. A proximidade com essas dinâmicas nos revela assim a inviabilidade de consenso, seja informacional ou interpretativo, sobre o espaço. Cada artista, ocupante, visitante, vizinho, jornalista ou mesmo vivência suscita uma interpretação e perspectiva singular da realidade experienciada ali.

Posto isso, a pesquisa realizada não buscou fornecer dados ou interpretações precisas sobre a ocupação, mas incitar uma reflexão acerca dos modos de vida e atuação em que diversos corpos, identidades, produções, subjetividades e contextos se intercalam e entrecruzam para formar essa rede de atores e dinâmicas do Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63, mediados pela arte e pela cultura. Além disso, reflete sobre como as ocupações artísticas vêm questionando, além da apropriação e utilização dos espaços públicos de forma compartilhada para a cultura, os sistemas tradicionais do mercado artístico.

A Ouvidor 63, como é chamada, insere-se no coração da maior cidade do país, um centro fragmentado, diverso e multifacetado, onde as construções históricas de estilo neoclássico se misturam aos grandes frutos do progresso modernista, prédios, viadutos, longas avenidas, vias de passagem para ônibus, carros, pedestres e algumas poucas ciclofaixas, o que favorece os transportes rodoviários em detrimento dos pedestres e ciclistas. Nessas mesmas vias, a natureza plural permanece: trabalhadores, empresários, turistas, caminhantes, a lazer ou praticando esportes, uma expressiva parcela de pessoas em situação de rua, dentre outros corpos que circulam diariamente por ali. Como aponta Clarisse Ximenes (2015) “hibridismo e tensão são duas características enraizadas na história da cidade de São Paulo. São tantas as culturas sobrepostas, entrelaçadas, que a cidade se torna um caleidoscópio identitário.” (XIMENES, 2015, p. 12).

Além disso, a crescente especulação imobiliária dos últimos anos contribuiu para o esvaziamento de espaços e edificações. Segundo Emília Maricato (2013) “em São Paulo o preço dos imóveis sofreu aumento de 153% entre 2009 e 2012.” (MARICATO, 2013, p. 39-40). Paralela e conseqüentemente, a população em situação de rua, que enfrenta ainda os conflitos das drogas – sobretudo o crack –, aumentou de forma considerável. O esgotamento do modelo de organização hierárquica da cidade moderna vê aqui o aparecimento de vivências e resistências que atuam no contrafluxo e questionam a norma que lhes foi imposta pelo planejamento urbanístico, financeiro e individualista da cidade capitalista. Nesse sentido, para Ximenes, “se pensarmos este contexto sendo São Paulo, veremos a multiplicidade de reivindicações e impulsos que surgem na trama do urbano, uma vez que a cidade é o produto de todas as tradições da sociedade capitalista contemporânea.” (XIMENES, 2014, p. 15-16).

Ao transferir o olhar da cidade para quem vive, sente e faz a cidade e

que são, muitas vezes, *invisibilizadxs*, essas contestações coletivas de desencanto, que se dão externa e paralelamente às instituições tradicionais de gestão, acadêmicas e culturais, contribuem para ressignificar a experiência coletiva no espaço urbano e o sentimento de pertencimento dos sujeitos. Como afirma Paiva e Gabbay (2018):

Os espaços fechados e estruturados não conseguem comportar a forma mais evidente de produção de vínculo, que se dá a céu aberto, nas praças, parques, ruas, viadutos e prédios abandonados. A cultura se produz para fora dos muros, nas ruas, no espaço propriamente citadino (PAIVA; GABBAY, 2018, p. 131).

Movimentos e manifestações sociais que insurgiram ao longo dos últimos anos em São Paulo reuniram coletivos de artistas e ativistas, atuantes em zonas periféricas e centrais, que contestavam também a questão da acessibilidade ao centro da cidade e a utilização de seus espaços públicos (e abandonados), sobretudo por meio da arte. Ali foram impulsionadas ações e projetos de cunho artístico e cultural que viriam a se desenvolver no centro da cidade ao longo dos próximos anos como, por exemplo, as ocupações artísticas.

Além de atuarem como formas de produção criativa e reivindicação social, as ocupações artísticas também poderiam contribuir para uma resistência à homogeneização e padronização da cultura, sobretudo comercial e mercadológica, revelando diversidades e inúmeras possibilidades, tanto de fruição como de criação.

Próxima geográfica e simbolicamente à Ouvidor 63, a Casa Amarela Quilombo Afroguarany é uma ocupação artística, estabelecida em 2014 em um imóvel abandonado localizado na Rua da Consolação. Após 11 anos sem uso e tentativas, sem retorno, de negociação com o poder público para a cessão do espaço, a casa foi ocupada por um grupo de aproximadamente 120 artistas que visavam desenvolver ali um ateliê compartilhado, formado principalmente por coletivos e membros da Cooperativa Paulista de Teatro. Segundo matéria de Amanda Queirós (2014) “diante da falta de um encaminhamento concreto para a questão, optou-se pela ocupação não apenas como forma de pressão, mas também para dar vazão a uma produção cultural reprimida há tempos” (QUEIRÓS, 2014, p. 16).

A partir de 2016 o casarão teve sua posse transferida para a Prefeitura de São Paulo que, até o momento [3], tinha planos para implantar ali um centro de direitos humanos. De acordo com Danilo Mekari (2016), esse laboratório compartilhado, como se denominam segundo descrição em rede social, atuaria como um movimento de resistência contra a higienização do centro e a favor da transformação de espaços ociosos na cidade para a cultura de rua, democratizando o acesso e a produção

3. Matéria publicada em 2 de fevereiro de 2016. (MEKARI, 2016).

de atividades artísticas (MEKARI, 2016). Para Wanessa Sabbath (2017), dançarina, poeta, arte-educadora e uma das coordenadoras atuais do espaço, do coletivo Todo Mundo 13, a Casa Amarela se tornaria a partir desse momento um Quilombo Urbano, sendo o primeiro no centro da cidade e formado em sua maioria por pessoas negras.

Dessa forma, pretendem promover um intercâmbio de linguagens artísticas e a circulação de um conhecimento dissidente, alternativo aos circuitos tradicionais. Assim o coletivo se empenha para uma possível ressignificação daquele espaço e de sua história pelo viés e valorização da cultura africana. Essa tática e atuação parecem dialogar com o pensamento da filósofa política Djamilia Ribeiro (2017) que, resgatando o que a teórica e feminista negra Lélia Gonzalez (1984) denomina como “hierarquização dos saberes”, revela sobre a dominação do discurso moderno eurocêntrico científico, sociológico, cultural etc, supostamente universal. Ao refutar uma possível neutralidade epistemológica, afirma que a legitimação desse conhecimento, produzido pelo homem branco ocidental, não consideraria saberes ancestrais e não tradicionais, sobretudo oriundos dessas classes que sofreram sistematicamente com os sistemas de opressão, como a dos negros (RIBEIRO, 2017, p. 26-29).

Desde que foi ocupada, a Casa Amarela já passou por algumas tentativas de reintegração de posse por parte do poder público. Além disso, também já houve embates com não apoiadores e alguns vizinhos, cujo contraste social se mostra muitas vezes perceptível.

Protagonizado pelo cidadão comum, mais do que pelas instituições tradicionais, esses movimentos, de amplitude global, refletem como a cidadania se efetiva nessa possibilidade de participação ativa na vida política, social, cultural e artística, que vai além do direito ao voto.

De forma similar, a Ouvidor 63 também atua como centro para a experimentação artística, seja por meio da criação ou da fruição. Além da produção cultural desenvolvida e exposta no espaço, que inclui ateliês abertos, possui uma programação com mostra de filmes, fóruns de debates, apresentações musicais, teatrais e de circo, oficinas de teatro, de produção escrita, aulas de bambolê e demais atividades como yoga e meditações no terraço.

As ocupações artísticas, com suas dinâmicas intencionalmente autônomas e libertárias, se assemelham ao que Hakim Bey (1985) nomina, porém não define, de Zona Autônoma Temporária – TAZ. Essas zonas mencionadas por Bey correspondem a espaços, virtuais ou reais, de redes independentes do Estado ou demais órgãos de controle, para vivência e criação coletiva. Em convergência com as concepções de Gilles Deleuze e Félix Guatarri (1996) sobre desterritorialização e reterritorialização, propõem formas não-hierarquizadas como espaços de produção de conhecimentos que permitem uma crítica à ciência oficial e aos “métodos canônicos e repressivos de produção do

conhecimento, questionando as autoridades” (LEITE, 2018, p. 22). Dessa maneira, as ocupações urbanas – sobretudo artísticas, ações coletivas ou “zonas autônomas temporárias” atuam como mediadoras dessas vidas, conflitos e demandas sociais e culturais.

Na Ouvidor 63, o edifício composto por treze andares abriga um coletivo heterogêneo e polissêmico de aproximadamente 60 artistas ocupantes, residentes e atuantes advindos de áreas diversas, tais como: artes visuais (pintura, escultura e audiovisual), artes cênicas (circo, artistas de rua que trabalham com malabares e acrobacias), artesãos. A maior parte atualmente mora no prédio, enquanto outros o utilizam como espaço para produção artística. Fruto de uma cidade cosmopolita, o grupo é constituído não apenas por residentes ou nascidos na capital, mas também dos que vêm de outras partes do Brasil, além de países como Chile, Bolívia, Argentina, Uruguai e Venezuela. O fluxo de artistas se mostra frequentemente oscilante, posto que vários estão de passagem temporária de curto ou médio prazo, o que inviabiliza a delimitação precisa de ocupantes.

A antiga construção, que foi desapropriada em 1950 para ser incorporada ao Patrimônio do Estado, abrigou diversos órgãos governamentais e até 1998 era a Secretaria do Estado da Cultura de São Paulo, onde funcionava também o Instituto de Museologia do Estado. Após esse primeiro abandono, o prédio abrigou por 7 anos uma ocupação social por moradia, até que seus habitantes foram contemplados por um programa de política pública de habitação popular, o Minha Casa Minha Vida. Em 2007, dois anos depois, foi cedido à Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano de São Paulo – CDHU, a quem ainda pertence formalmente. Passaram-se mais alguns anos sem que o prédio tivesse uso formal até que em 1º de maio de 2014, por volta das 11h, foi feita a primeira entrada que daria origem ao Centro Cultural Ocupa Ouvidor 63, dentro das atividades do Festival de Revitalização Artística do Centro Histórico de SP.

No documentário Universo63, realizado pela produtora Orsu Filmes, um dos residentes da ocupação afirma que é difícil constatar quem tenha iniciado de fato tal movimento, mas que talvez fosse possível apontar alguns atores. Seriam eles alguns grupos gaúchos, como o chamado Andróides Andróginos, que vieram juntamente com outros artistas do sul em um ônibus com 30 pessoas, e alguns coletivos paulistas como Ônibus Hacker, Mamba Negra, Voodoohop, Tanq_Rosa_Choq, Estúdio Lâmina, dentre outros, totalizando em torno de 200 artistas e ativistas reunidos para essa primeira entrada (ORSU, 2018). Em tom de cortejo, o grupo que saiu da sede do Estúdio Lâmina, a poucos metros da Rua Ouvidor, percorreu as ruas caminhando e performando até chegar ao edifício.

Por se tratar de um local que funcionava comercialmente, a construção possui em sua estrutura original salas amplas e abertas, que foram adaptadas para moradia, ateliês, estúdios ou espaços para ensaio. O

4. O edifício possui três portas de entrada/saída, todas na Rua do Ouvidor, sendo uma da garagem – mais próxima ao Viaduto do Terminal da Bandeira, a do meio que entra para o teatro, e por fim a entrada principal para pedestres, onde localiza-se a entrada.

5. DIÁRIO DE JUSTIÇA. Processo 1025334-6920148260053. Estado de São Paulo. 2014. Disponível em <<https://www.jusbrasil.com.br/diarios/documentos/125222967/processo-n-1025334-6920148260053-da-comarca-de-sao-paulo>>. Acesso em 9 julho de 2018.

estado de abandono também fez necessária uma série de reparos, instalações e manutenções que se seguem até hoje. As escadas e paredes internas são quase inteiramente cobertas por intervenções artísticas, pichações, grafites e lambes que reproduzem a colagem de diferentes estilos, técnicas, formas e cores observados em seu exterior.

Há também na Ouvidor 63 um esforço por formas de vida mais sustentáveis que se dão através de alternativas mais viáveis e econômicas ao consumo. São elas, por exemplo, o incentivo e desenvolvimento de brechós e práticas de customização de roupas, a reutilização, para produção artística, de materiais que são descartados na rua e o recolhimento de refeições que são doadas todas as noites no centro de São Paulo. Além disso, há o aproveitamento das chamadas “xepas”, que são as sobras e restos dos sacolões e restaurantes.

No andar abaixo à portaria, e que também possui uma saída para rua[4], fica um galpão onde foi erguida uma construção adaptada para um teatro com palco e plateia de para apresentações cênicas e musicais. No subsolo do edifício, o local onde era a garagem foi convertido em salas para o uso comum, como por exemplo uma habitação/oficina de marcenaria que funcionou até o fim de 2018, dentre outros repartimentos onde muitas vezes são estocados materiais, além de um espaço amplo com pista de skate e onde são montados os palcos para a realização de eventos.

Além das produções realizadas dentro do prédio, a Ouvidor 63 desenvolve projetos itinerantes, como a Galeria na Bike. Idealizada por alguns artistas da ocupação, uma bicicleta desmontável circula pelas ruas e se transforma em uma galeria de arte ambulante. A fim de levar o que é produzido internamente para outros espaços e contextos, a Galeria na Bike já esteve na Feira Literária de Paraty – FLIP, em Paraty (RJ) e na 8ª Edição da Textura: Pequena Feira de Impressões e Literatura, na Quintal Escola da Leste, em Belo Horizonte (MG).

Diferentemente da dinâmica de alguns movimentos de ocupações por moradia que são orientados ou coordenados por algum grupo ou movimento social organizado que os represente ou atue como intermediador, na Ouvidor 63 parece não haver a legitimação expressa de algum grupo, coletivo ou mesmo líder que responda pela ocupação.

Em 2014, ano de entrada no edifício, deu-se início a um processo de reintegração de posse movido pelo Governo do Estado, ajuizado pela Fazenda de São Paulo, “com ordem judicial liminar de desocupação pendente de cumprimento[5]”, ou seja, ainda em andamento no momento em que a pesquisa foi realizada. Segundo reportagem do Jornal Estadão, em abril de 2017, houve uma segunda tentativa, por parte do Estado, de leiloar o edifício, porém não houve nenhum comprador interessado. Anteriormente, em 2005, a CDHU já havia

realizado um estudo para a implementação de moradias de interesse social, porém os resultados teriam apontado inviabilidade socioeconômica (VEIGA, 2017).

Em janeiro de 2019 foi recebida uma notificação judicial informando que estariam esgotadas as possibilidades de recursos no processo de reintegração de posse em curso. Diante dessas circunstâncias, com intuito de dar visibilidade e promover sensibilização pública à causa da ocupação contra a desintegração foi realizado em março de 2019 o Festival Ocupa 63 Resiste. Foram duas semanas de atividades artísticas em diversas linguagens e formatos, dentre apresentações teatrais, circenses e musicais, oficinas diversas, exibição de filmes, festas, rodas de conversa e outras propostas.

Os conflitos com o poder público ou demais órgãos exteriores, assim como a falta de recursos, mostram-se como alguns dos fatores que podem contribuir para a efemeridade das ocupações artísticas. Como mostra Ximenes (2015):

A ruptura ou diluição de espaços autônomos é bastante comum [...] principalmente pela falta de recursos e apoio financeiros, tanto pelo setor privado como público. [...]. A urgência da arte é muito maior do que a velocidade com que são construídas essas formas de incentivo à cultura [governamentais], sobretudo porque elas não possuem continuidade, transformam-se e são extintas a cada troca de governo (XIMENES, 2015, p. 27).

Assim, na contramão da experiência privada e individual do capital, esse modo de vida coletivo busca o intercâmbio de contextos, linguagens, atuações e subjetividades:

Essas práticas, cujas linguagens, a partir de categorias estéticas e acadêmicas, são comumente divididas em: artes visuais, teatro, música, cinema e dança, são inúmeras e se [re]inventam de acordo com os contextos, sujeitos, objetivos, movimento das ocupações em que são desenvolvidas e, ao praticarem a cidade, lhe dão vida, tornam o lugar um espaço ativo (LEITE, 2018, p. 18).

Ao buscar o resgate e a construção de uma memória da Ouvidor 63, a jornalista Flávia Redivo, como conta Sté Reis (2018), escreveu o primeiro livro sobre a ocupação, a partir da perspectiva de alguns de seus artistas e personagens:

A contribuição da Ouvidor para a arte contemporânea em São Paulo tem atraído a atenção de curadores e é parte de uma discussão de bastidores sobre o desinteresse do público em visitar galerias de arte convencionais. “Hoje existe uma crise nas grandes instituições de arte. Temos artistas incríveis aqui na Ouvidor, é um recorte da sociedade e uma referência de espaço alternativo, de como fazer com poucos recursos. A proposta é tornar a arte mais acessível para o público” (REIS, 2018).

A partir de 2016, por exemplo, artistas da Ouvidor 63 juntamente com colaboradores externos desenvolveram uma bienal de artes que aconteceu de forma paralela à Bienal Internacional de Arte de SP e buscou alternativas a esse circuito artístico tradicional e comercial das instituições formais. Em sua segunda edição, foram desenvolvidos pouco mais de 20 laboratórios que possuíam como eixo norteador o tema Novos Mundos Possíveis e tiveram início meses antes de sua abertura expositiva ao público. Os eixos de trabalho foram: pintura, fotografia, tatuagem, escultura, mídias digitais, novas maneiras de se organizar socialmente, moda sustentável, curadoria, cinema, entre outros, e reuniram facilitadores e colaboradores – artistas internos e externos, pesquisadores, ativistas e outros – para a concepção e gestão, colaborativa e coletiva, da Bienal. Dessa forma, os *labs* foram responsáveis pela articulação das atividades, oficinas, debates e produções, que tiveram como resultado a mostra final, aberta em setembro de 2018.

Para a viabilização financeira do evento contaram com o suporte de uma plataforma de financiamento coletivo online. Além disso, tiveram um aporte financeiro de uma empresa de bebidas energéticas que também sediou a pré-abertura da mostra em seu espaço cultural localizado a poucos metros da ocupação.

Ao longo de 10 dias foram desenvolvidas mais de 20 atividades que ocuparam quase todos os andares do prédio e seus espaços exteriores. As temáticas e linguagens eram diversificadas: mostra de filmes feministas, saraus, palestras, mesa sobre ativismo curatorial, cineclubes, performances, sessões de cromoterapia, oficina de horta urbana, dentre outros.

Agenciar novos modos de viver, de produzir e de se expressar criativamente, movidos por afetos e anseios por uma transformação social, parece ser o papel do artista. Não apenas o artista, mas partindo de uma perspectiva transdisciplinar, pesquisadores, arquitetos, ativistas, comunicadores ou demais agentes podem atuar como mediadores de sentidos para as temáticas artísticas, sociais e também espaciais. Esse seria um norte dos trabalhos desenvolvidos por artistas da e para a ocupação.

Considerações finais

Ao longo dessa pesquisa, foi possível perceber como a Ouvidor 63 revela uma significativa experiência local na interseção dos campos da arte, do social e da política e do território. As ocupações artísticas brasileiras parecem expressar especificidades de sua história e cultura local: o passado colonial, a desigualdade social e a especulação imobiliária sobretudo em grandes centros urbanos, o intercâmbio “latino-americano”, entre outras questões.

Assim, nessa justaposição de fluxos (des)contínuos de discursos, imagens e sentidos, em um reflexo caleidoscópico, a Ouvidor 63 espelha essa unidade de fragmentos diversos. São múltiplas formas, pautas e reivindicações incitadas por seu conjunto de mediações artísticas: a questão indígena e dos negros, machismo estrutural, fluxos migratórios, modos de vida mais sustentáveis, entre outras.

Sobre esse intercâmbio de culturas e linguagens, é possível perceber na Ouvidor 63 um território – físico e simbólico – mediador de heterogeneidades que se sobrepõem em um “comum dissensual”. São trocas que também se dão com outras esferas do entorno e do município, levando o que é produzido internamente para outros espaços – como por exemplo as exposições em galerias de São Paulo e projetos como a Galeria na Bike. Na via inversa, também acolhem projetos, artistas e propostas distintas. Essa dinâmica de agenciamentos, ao desburocratizar o processo artístico, poderia contribuir para uma efetiva democratização do acesso à cidade e à cultura – fruição e criação.

Acerca das práticas sustentáveis tais como brechós e recicles, também buscam um sentido de subverter ou atuar de forma autônoma em relação à lógica dominante dos mercados. É importante destacar, no entanto, sua complexidade, visto que, ainda que se busque não depender de certos meios ou instituições externas, por vezes esses aspectos parecem se tornar inerentes à sobrevivência. Assim, reflexo dessas contradições do período contemporâneo, as ocupações artísticas ainda enfrentam o desafio de estar “dentro da sociedade”, para nela provocar um “curto-circuito”.

Além disso, a partir de uma perspectiva decolonial, reconhecer que outras práticas e saberes que não apenas aqueles validados pelas normas e instituições é vital para a diversidade cultural. Assim se segue o desafio de refletir de que forma lidar com essa questão, que vai além do respeito às particularidades, mas pensa de que maneira elas se agenciam e se agregam, ainda que, como visto, essa malha de interconexões diversas nem sempre segue de forma fluida, são das interações e mediações que o novo surge.

Desse modo, mais do que determinar apreensões fixas ou fechadas, a pesquisa buscou abrir espaço de interrogação e reflexão, que, a partir

dessa colagem de referências diversas busca e agencia outros modos mais agregadores e multiplicadores da/de vida.

Referências

BERQUÓ, Paula. Arte e espaço: Aproximação táticas. In: CUNHA, Maria Helena; OLIVEIRA, Bruno; RENA, Natacha (Orgs.). *Arte e espaço: uma situação política do século XXI*. DUO Editorial. Belo Horizonte. 2015, p. 100-127.

BARROS, José Márcio. *Cultura e comunicação nas avenidas de contorno em Belo Horizonte e La Plata*. Editora PUC Minas. Belo Horizonte. 2005. 255p.

BEY, Hakim. TAZ: Zona Autônoma Temporária. Tradução: Patrícia Decia e Renato Resende. Digitalização: Coletivo Sabotagem - Contra-Cultura. 41p. Disponível em <http://www.mom.arq.ufmg.br/mom/arq_interface/4a_aula/Hakim_Bey_TAZ.pdf> Acesso em 20 jan. 2019

FEATHERSTONE, Mike. Para uma sociologia da cultura pós-moderna. Tradução Heloísa Jahn. In: *Cultura de Consumo e Pós-modernismo*. 1990. Disponível em <http://www.anpocs.org.br/portal/publicacoes/rbcs_00_25/rbcs25_01.htm> Acesso em 15 mai. 2018

GOHN, Maria da Glória. *Teoria dos movimentos sociais paradigmas clássicos e contemporâneos*. Edições Loyola. São Paulo. 1997. 383 p. Disponível em <<http://flacso.org.br/files/2016/10/120184012-Maria-da-Gloria-Gohn-TEORIA-DOS-MOVIMENTOS-SOCIAIS-PARADIGMAS-CLASSICOS-E-CONTEMPORANEOS-1.pdf>> Acesso em 2 jun. 2019.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. Da geografia às geo-grafias: um mundo em busca de novas territorialidades. In: CECENA, A.; SADER, E. (org). *La guerra infinita*. Hegemonía y terror mundial. Clasco. Buenos Aires. 2002. p. 217-256. Disponível em <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/cecena/porto.pdf>> Acesso em 5 jun. 2019.

HARDT, Michael; **NEGRI**, Antonio. *Multidão - Guerra e Democracia na Era do Império*. Tradução: Clóvis Marques. 1 ed. Editora Record. 2005. 532 p.

HARVEY, David. *A Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Tradução Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. 2 ed. Edições Loyola. São Paulo. 1993.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo - Carta Maior. São Paulo. 2013. p. 47-61.

IASI, Mauro Luis. A rebelião, a cidade e a consciência. In: MARICATO, E.

et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo - Carta Maior. São Paulo. 2013. p. 73-85

JAMESON, Frédéric. *Pós-modernismo: a lógica cultural do capitalismo tardio pós-modernismo*. Editora Ática. São Paulo. 1989. p. 27-79.

LEITE, Luciana de Lima Lopes. *Ocupar é resistir! Práticas Artísticas como Tática de Resistência nas Ocupações do Coletivo OcupARTHE*, em Teresina. Dissertação. Pós-Graduação em Antropologia. Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufpi.br/xmlui/handle/123456789/1358>>. Acesso em: 20 dez. 2018.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. v. 17. n. 49. São Paulo. 2002. p. 11-29. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000200002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 28 jan. 2018.

MARICATO, Emília. É a questão urbana, estúpido! In: MARICATO, E. et al. *Cidades rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. Boitempo - Carta Maior. São Paulo. 2013. p. 32-46

MEKARI, Danilo. *Mesclando arte, cultura e resistência, Casa Amarela se estabelece como "quilombo urbano" no centro de SP*. Blog Aprendiz Uol. 2 fev. 2016. Disponível em <<https://portal.aprendiz.uol.com.br/2016/02/02/mesclando-arte-cultura-e-resistencia-casa-amarela-se-estabelece-come-quilombo-urbano-centro-de-sp/>> Acesso em 11 out. 2018.

NAVARRO, Luiz. *Pele de Propaganda: Lambes e stickers em Belo Horizonte [2000-2010]*. Ed. do Autor. Belo Horizonte. 2016. 120 p.

NEGRI, Antonio. *Cinco lições sobre Império*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. 279 p. Tradução Álvaro Lorencini.

ORSU Filmes. *Universo 63 | Documentário Completo*. (29m16s). Youtube. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=UAAtoEBO3pE>> Acesso em 9 jul. 2018.

PAIVA, Raquel e **GABBAY**, Marcello. Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo. In: *RUA* [online]. no. 24. Volume 1 jun. 2018. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652511>> Acesso em 20 dez. 2018

QUEIRÓS, Amanda. Ocupações Artísticas. *Revista Murro em Ponta de Faca*. n. 10. Ago. 2014. p. 10-19. Disponível em

<http://www.ciacarneagonizante.com.br/arquivos/536/pageflip/download/420/revistamurro_10.pdf> Acesso em 12 jan. 2019.

RAPOSO, Paulo. Artivismo: articulando dissidências, criando insurgências. *Cadernos de Arte e Antropologia*. Vol. 4. n. 2. 2015. p. 3-12. Disponível em <<https://journals.openedition.org/cadernosaa/909?file=1>> Acesso em 20 jun. 2018.

REIS, Sté. *Por dentro da Ouvidor 63, a maior ocupação cultural da América Latina*. Blog Urban Taste. 20 jun. 2017. Disponível em <<https://asfalto.blogosfera.uol.com.br/2018/07/10/por-dentro-da-ouvidor-63-a-maior-ocupacao-cultural-da-america-latina/?cmpid=copiaecola>> Acesso em 20 jul. 2018.

RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* 1 ed.: Letramento: Justificando. Belo Horizonte. 2017. 114 p.

SABBATH, Wanessa. *Arte, Resistência e Ocupação - Wanessa Sabbath é Artista Negra Latino Americana, Quilombola e Mãe*. Blog Video Camp. 14. abr. 2017. Disponível em <<http://blog.videocamp.com/talks/2017/07/14/arte-resistencia-e-ocupacao-wanessa-sabbath/>> Acesso em 20. Jan. 2019.

SANTAELLA, Lúcia. *Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política*. 1. ed. Editora Paulus. São Paulo. 2016. 277 p. SESC/SP. **Artivismo**. Disponível em <https://www.sescsp.org.br/online/artigo/7330_ARTIVISMO> Acesso em 20 mai. 2019.

VEIGA, Edison. Ouvidor, 63, há 3 anos nas mãos de artistas. *Jornal O Estado de S. Paulo*. 27 abr. 2017. Disponível em <<https://saopaulo.estadao.com.br/noticias/geral,ouvidor-63-ha-3-anos-nas-maos-de-artistas,70001756912>> Acesso 10 jul. 2018.

XIMENES, Clarisse Teixeira. *Desvios Urbanos: Um olhar sobre as ocupações artísticas de São Paulo*. Especialização em Gestão de Projetos Culturais e Organização de Eventos. Escola de Comunicação e Artes. Universidade de São Paulo. 2015. Disponível em: <http://paineira.usp.br/celacc/sites/default/files/media/tcc/desvios_urbanos_ocupacoes_artisticas_da_cidade_de_sao_paulo_revisado.pdf>. Acesso em: 20. dez. 2018

***Mariana Angelis** é Mestranda do Programa Pós-Graduação em Artes da UEMG. Integrante do Grupo de Pesquisa Observatório da Diversidade Cultural.

José Márcio Barros é Professor do Programa Pós-Graduação em Artes da UEMG e Coordenador do Observatório da Diversidade Cultural.

As ocupações culturais na cidade de São Paulo e as lutas contra a cidade neoliberal

Cultural squatting in the city of São Paulo and the struggles against the neoliberal city

Aluízio Marino, Gerardo Silva*

Resumo

As ocupações urbanas se apresentam, no mundo inteiro, como estratégias de luta pelo direito à cidade, em formas múltiplas e variadas. No Brasil, em particular, essas ocupações são de longa data e podem ser rastreadas nos primeiros quilombos urbanos. As ocupações culturais, embora mais recentes, são parte dessas experiências. São espaços comuns onde pessoas e coletivos desenvolvem diversas ações culturais de forma autônoma. Acontecem majoritariamente na periferia, em equipamentos e espaços públicos ociosos. Além de cumprir sua função social, ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva e emancipatória, referência em seus territórios e para os circuitos culturais e das lutas na metrópole. O artigo apresenta o embate das ocupações culturais com um urbanismo neoliberal em pauta na cidade de São Paulo nas últimas duas décadas, e que ganhou força especialmente a partir de 2017. A lógica da privatização em grande escala das terras e bens públicos representa um dos pilares (senão o principal) desta nova fase do urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo, ameaçando diretamente a permanência desses espaços ocupados. O artigo também apresenta uma experiência concreta de articulação e resistência de coletivos culturais contra essa lógica. Essa experiência, organizada em torno do Bloco de Ocupações, é compreendida como uma demonstração de “cidadania insurgente”, cidadania que se conquista a partir de experiências concretas na luta pelos direitos, e que assume, no âmbito da cidade (ou da metrópole), uma dimensão específica: o direito de fazer parte dela de maneira igualitária e sem distinções.

Palavras-chave: Ocupações urbanas; ocupações culturais; periferia; urbanismo neoliberal; cidadania insurgente

Abstract

Urban squatting are recognized worldwide as strategies to fight for the right to the city, in multiple and varied forms. In Brazil these occupations are longstanding, and can be traced back to the first urban quilombos. Cultural squatting, although more recent, are part of these experiences. They are urban commons where people and collectives develop various cultural and autonomous actions. They mostly happen the peripheries, in public unoccupied or underused spaces. In addition to fulfilling their social function, their occupation transforms them into places of collective and emancipatory cultural production, a territorial reference for these peripheries and for the cultural circuits in the metropolis. The article presents the struggles of cultural occupations with a neoliberal urbanism agenda in course over the last two decades in the city of São Paulo, which became bigger especially from 2017 on. The logic of large-scale privatization of land and public goods represents one of the pillars (if not the main one) of this new phase of neoliberal urbanism, directly threatening the permanence of these occupied spaces. We also present here a concrete experience of the articulation and resistance of cultural collectives against the referred neoliberal logic. This experience, organized around the Bloco de Ocupações, is understood as a demonstration of “insurgent citizenship”, a citizenship that is obtained from concrete experiences in the struggle for rights, and which assumes, within the city (or the metropolis), a specific dimension: the right to be part of the city, equally and without distinction .

Keywords: Urban squatting; cultural squatting; periphery; neoliberal urbanism; insurgent citizenship.



Introdução

As ocupações urbanas se apresentam, no mundo inteiro, como estratégias de luta pelo direito à cidade, em formas múltiplas e variadas. Em alguns casos, elas respondem a um movimento afirmativo de interpelação das formas tradicionais de acesso à moradia, seja pública ou privada – o que se traduz em um duplo questionamento da propriedade privada, isso é, tanto no nível material quanto simbólico. É o caso, por exemplo, dos *squatters* e outros movimentos anarquistas na Europa e nos Estados Unidos. Em outros casos, as ocupações acontecem principalmente por força da necessidade – ocupar como ato de existência –, ou seja, pela incapacidade do sistema de prover moradia digna à maioria dos seus cidadãos. Sem dúvida, é esta a forma predominante nas cidades latino-americanas e brasileiras (o que não significa, evidentemente, que não possam ser encontradas nos países centrais, sobretudo no atual contexto neoliberal).

No Brasil, em particular, essas ocupações são de longa data, e podem ser rastreadas nos primeiros quilombos urbanos, à medida em que se aproximava a abolição da escravidão (ROLNIK, 2007; HENGER & SALVADOR, 2014). Porém, são reconhecidamente as favelas as que primeiro colocaram em evidência o fenômeno das ocupações urbanas. Sabe-se que a primeira favela brasileira foi constituída pelos soldados ex-combatentes da guerra de Canudos (1896-1897), no Morro da Providência, Rio de Janeiro (VALLADARES, 2005). Desde então, as mesmas não pararam de crescer e de se afirmar como parte da paisagem urbana de todas as cidades brasileiras – e, conseqüentemente, das lutas sociais pelo direito à moradia e à cidade. De acordo com dados do IBGE, em 2010, ano do último censo populacional, 11.4 milhões de pessoas moravam em favelas, isso é, ao redor de 6% da população total do país – o que representava, em termos absolutos, um aumento de mais de 60% desde 1991.

Uma outra modalidade de ocupação, presente nas periferias das grandes metrópoles, é a ocupação de terrenos vazios para autoconstrução, que consolidaram bairros que, à diferença das favelas, seguem ou tentam se adequar aos parâmetros da cidade formal. Como esse tipo de ocupação acompanha o processo centrífugo de deslocamento da produção industrial, e avança sobre os antigos subúrbios, ele é constituído principalmente de trabalhadores de chão de fábrica ou de serviços vinculados à produção que, dependendo do ciclo econômico, conseguem estabilizar sua condição econômica e “regularizar” suas moradias – muitas vezes após terem sido removidos mais de uma vez. Essa experiência faz parte, por exemplo, do desenvolvimento do ABC paulista, no período em que a “periferia” substituiu o “subúrbio” (cf. MARTINS 2008).

Por último[1], e também por causa das suas especificidades, as ocupações nas áreas centrais representam uma forma de apropriação do espaço urbano bastante difundida nas cidades brasileiras (em

1. O que não esgota as formas de ocupação urbanas. Mais recentemente verificamos, por exemplo, a ocupação de terrenos como estratégia de luta e disputa institucional adotada por movimentos de moradia que disputam recursos da política habitacional; e também ocupações como forma de negócio e controle territorial.

particular nas grandes cidades e/ou metrópoles). Trata-se de um fenômeno relativamente recente em comparação com os anteriores, porém de uma significação política bastante importante pelo seu impacto midiático. Em geral, trata-se da ocupação de prédios abandonados ou em desuso nas áreas centrais. Produto de um progressivo abandono das elites locais, com efeito, e consequência, em parte, da sua excessiva especialização funcional, essas mesmas áreas centrais tornam-se hoje objeto de interesse pela recuperação e valorização imobiliária, entrando em conflito com as formas de ocupação popular existentes – em São Paulo, as ocupações Mauá, Prestes Maia e Hotel Cambrigde estão entre mais conhecidas (cf. PARRA, 2019).

Ora, o que todas essas formas de ocupação urbana têm em comum é o fato de contestarem a cidade instituída, suas normas e seus “estriamentos” (nas palavras dos filósofos Gilles Deleuze e Félix Guattari). Por um lado, como dissemos, trata-se do problema da moradia, ou da falta dela, para um enorme contingente de famílias que são obrigadas a assumir essa forma de luta (as ocupações) para poder desenvolver estratégias de vida em condições menos precárias do que a situação de rua. Assim, como afirma Guilherme Boulos (2012), quando ocupar é a única alternativa, não estamos falando de um crime, mas de um direito. Por outro lado, entretanto, as ocupações representam mais do que meras estratégias de sobrevivência, elas também colocam em evidência contradições insolúveis do sistema na qual estão imersas e são portadoras de experiências políticas relevantes tanto na recusa das práticas urbanas hegemônicas, quanto na ressignificação dos sentidos do direito à cidade (cf. HARVEY, 2014).

Embora sem as premências das anteriores, porém não menos significativas, as ocupações culturais também fazem parte dessas experiências. Tratam-se, basicamente, de espaços públicos ociosos ressignificados para espaços comuns (ou seja, que não podem ser privatizados pelos usuários nem estão sujeitos às formas tradicionais de gestão pública ou estatal), onde pessoas e coletivos desenvolvem diversas ações culturais de forma autônoma. A ausência de espaços onde os coletivos possam realizar suas ações é uma das principais motivações para ocupar – tendo como pano de fundo as limitações e/ou os cerceamentos das políticas culturais institucionais que, como no caso das ocupações por moradia, não deixam outra alternativa.

Configuram-se como espaços comuns, pois, além de cumprir sua função social e pública, o ato de ocupar os transforma em lugares de produção cultural coletiva, autônoma e emancipatória. As ocupações se configuram hoje como pontos de referência em seus territórios, articulando agendas e demandas comunitárias, bem como para os circuitos da cultura, da educação popular e dos movimentos autonomistas na cidade.

Certamente, as ocupações culturais são mais flexíveis que as

anteriores, podendo inclusive adotar estratégias do tipo TAZ[2] (Zona Autônoma Temporária), tal como propostas por Hakim Bey (2001). Contudo, existem também ocupações que assumem feições mais permanentes e que enfrentam importantes desafios de organização (e de resistência) ao longo do tempo. Os exemplos debatidos neste artigo, cuja finalidade principal é a de pôr em evidencia o embate político das ocupações culturais da cidade de São Paulo contra as tentativas de impor um regime neoliberal “sem restrições”, correspondem a essa realidade.

A seguir, dividimos a nossa exposição em três partes. Na primeira, realiza-se um mapeamento das experiências em curso. É importante ressaltar que as ocupações culturais aqui singularizadas pertencem ao universo das ocupações culturais protagonizadas por sujeitos periféricos[3] (TIARAJU, 2013), organizados em coletivos culturais[4], e não ao conjunto das ocupações culturais da cidade de São Paulo. Em termos gerais, essas ocupações estão localizadas em regiões desprovidas de serviços públicos voltados à cultura e sua organização surge como uma exigência de grupos culturais e das comunidades. Por outro lado, neste artigo, trabalhamos com experiências de ocupação cultural em equipamentos e espaços públicos ociosos, o que supõe um tipo particular de relação com os governos locais.

A segunda sessão apresenta o embate das ocupações culturais com um “urbanismo neoliberal” em pauta na cidade de São Paulo nas últimas duas décadas, e que ganhou força especialmente a partir de 2017. Na terceira sessão, apresentamos uma experiência concreta de articulação e organização dos coletivos de cultura em torno das alternativas/potencialidades e desafios/limites relacionados à ocupação e gestão compartilhada desses espaços. Por fim, elaboramos uma conclusão em termos de “cidadania insurgente”.

1. Uma cartografia das ocupações culturais nas periferias de São Paulo[5]

As periferias e territórios populares de São Paulo são marcados, desde sua formação, por manifestações culturais que se apropriam do espaço público, com destaque aos grupos de cultura popular, dentre eles as rodas de tiririca[6] e cordões de samba (MARCOS, 1973). Além dos grupos de cultura popular, as associações de bairro que lutaram pela consolidação dos bairros periféricos ocupavam espaços para o desenvolvimento de atividades, festas comunitárias e atendimento a demandas locais.

Entretanto, as primeiras ocupações culturais com a fisionomia das atuais de que temos notícia, surgem no início do século XXI, na zona leste da cidade. No bairro Patriarca, em 2002, temos a ocupação de um galpão subutilizado pelo coletivo Dolores Boca Aberta. Em 2003, na cidade Tiradentes, o grupo de teatro Pombas Urbanas ocupou e

2. Um exemplo de zona autônoma temporária foi a experiência da ocupação Laboratório Compartilhado TM13. Localizada na antiga escola de balé do Teatro Municipal, no Vale do Anhangabaú, mesmo local que na época sediava a *Fifa Fun Fest* em São Paulo, a ocupação desenvolvia uma série de atividades culturais no local e criticava os resultados do evento ligado à Copa do Mundo no Vale do Anhangabaú, especialmente a expulsão de uma população em situação de rua que se concentra há décadas nesse local (FELIPE, 2014).

3. O sujeito periférico, de acordo com Tiaraju (2013, p. 15), é o “morador da periferia que passa a atuar politicamente a partir de sua condição de orgulhoso dela”. “A posse do orgulho periférico é a expressão da existência de uma nova subjetividade. No entanto, a transformação em sujeito periférico só ocorre quando essa subjetividade é utilizada politicamente, com organização coletiva e ações públicas”.

4. A partir da década de 1990 surgem vários coletivos culturais nos bairros periféricos de São Paulo. São quatro motivos principais que explicam esse fenômeno: (i) a possibilidade de fazer política em um momento de enfraquecimento das representações tradicionais (partidos, sindicatos, movimentos sociais); (ii) a necessidade de sobrevivência material; (iii) a luta pela pacificação, contra o genocídio e o encarceramento da população periférica; e (iv) a compreensão do fazer artístico emancipatório.

5. Um dos autores deste artigo participa ativamente dos movimentos culturais aqui descritos. A abordagem metodológica é a pesquisa-ação (BORDA, 1978) combinada com a elaboração de cartografias críticas, configurando uma pesquisa-ação-cartográfica.

7. Jogo de rasteiras semelhante à capoeira.

transformou um antigo galpão da Companhia Estadual de Habitação (COHAB). Ambas as ocupações permanecem ativas e com o envolvimento de outros coletivos culturais, o que demonstra a capacidade de articulação política e multiplicação dessas experiências.

Foi a partir de 2013, entretanto, na esteira da brecha democrática aberta pelas jornadas de junho (cf. SILVA; CORSINI; 2015), que as ocupações culturais se multiplicam na cidade. Uma das mais emblemáticas desse período foi a ocupação de uma antiga base da Guarda Civil Metropolitana no distrito de Cidade Tiradentes. A base, que fora abandonada em 2006 à época dos ataques do PCC (Primeiro Comando da Capital) contra agentes e instituições de segurança pública na cidade, hoje é uma escola de skate e galeria de arte. O coletivo Love CT (“Love” de amor, e “CT” de Cidade Tiradentes) realiza oficinas de skate e diversas atividades voltadas principalmente para as crianças do entorno.

LINHA DO TEMPO DAS OCUPAÇÕES CULTURAIS



Imagem 1. Linha do tempo das Ocupações Culturais (Elaboração: Aluizio Marino)

Não por acaso, também em 2013, nasce o Bloco de Ocupações Culturais de Espaços Públicos (mais conhecido como Bloco de Ocupações), uma articulação entre os coletivos responsáveis por ocupações culturais. Essa articulação nasce no bojo do Movimento Cultural das Periferias (MCP), que se consolida como força política na 3ª Conferência Municipal de Cultura. Por se tratar de uma mudança de

paradigma nas disputas políticas da cidade, vale a pena relatar brevemente o surgimento do MCP.

Na 3ª Conferência Municipal de Cultura, realizada entre julho e agosto de 2013, o MCP se colocou como uma representação dos coletivos periféricos da cidade de São Paulo. Naquele momento, a presença do MCP era uma novidade para a dinâmica das conferências municipais de cultura, dominadas até então por grupos de interesse ligados às linguagens artísticas, em especial ao teatro, a dança e ao audiovisual. A presença do MCP traz uma mudança de paradigma, pois coloca o território como dimensão de disputa da política cultural, subvertendo a lógica presente até então, ancorada nas disputas entre linguagens artísticas, muitas vezes com cunho corporativista.

Uma das principais pautas defendidas pelo movimento consistia nas demandas do Bloco de Ocupações, resumidas no reconhecimento cultural e social das ocupações culturais na cidade, já que foram historicamente estigmatizados e criminalizados. A pressão surtiu efeito e a quarta proposta mais votada na conferência (com 181 votos) contemplou:

Mapear e regularizar os espaços públicos, privados (e/ou tombados) ociosos, para serem ocupados e revitalizados por grupos culturais, com fins de utilização, através de concessão de uso, desapropriação ou instrumento jurídico pertinente. (VAL et. al. 2014)

Por regularização dos espaços, o movimento compreendia a concessão pública para que os coletivos pudessem desenvolver suas atividades com autonomia e segurança jurídica. A conferência teve um caráter estratégico para o movimento, já que foi um momento de encontro entre coletividades dos diferentes territórios populares da cidade. Entretanto, ela foi apenas o começo; a partir desse encontro, houve um aprofundamento das disputas institucionais.

O MCP conseguiu avanços indiscutíveis ao ocupar os espaços institucionais e tensionar o poder público. Ao mesmo tempo, a gestão municipal, durante o período de 2012 a 2016, abriu espaços de diálogo que possibilitaram isso. Entretanto, todo esse acúmulo de participação social não se traduziu em uma política concreta para as ocupações, permanecendo as mesmas ilegais (com exceção do Centro Cultural Arte em Construção que, representado pelo Instituto Pombas Urbanas, conseguiu um termo de cessão de uso do espaço por até 20 anos). Em 2015, em carta pública endereçada ao prefeito Fernando Haddad e ao Secretário de Cultura Nabil Bonduki, o Bloco de Ocupações ainda demandava, entre outras reivindicações, a consideração das propostas votadas na 3ª Conferência Municipal de Cultura, a saber:

O repasse desses equipamentos à Secretaria Municipal de Cultura para que esta estabeleça a legalização dos espaços por instrumento de contrato de comodato entre os coletivos e o município, assim como o

Tabela 1 – Total de ocupações culturais das periferias e órgão responsável pelo equipamento (fonte: Bloco de Ocupações, 2018)

cumprimento de seu papel de fomentar políticas públicas que reconheçam, legalizem e apoiem a gestão autônoma desses coletivos (MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS).

Com a mudança da gestão municipal em 2017, houve uma transformação radical no perfil da gestão da cultura na cidade. Nesse contexto, o MCP e o Bloco de Ocupações adotam outras estratégias para garantir a permanência dos espaços ocupados. Inicialmente realiza a atualização do mapeamento dos espaços ocupados, identificando pelo menos vinte ocupações culturais na cidade de São Paulo. Dessas, dezenove estão em imóveis ou terrenos ociosos de propriedade municipal (tabela 1). O objetivo principal desse mapeamento era identificar o máximo de espaços possíveis para alinhar uma estratégia comum de luta.

Órgão responsável pelo equipamento	Ocupações mapeadas
COHAB	4
Secretaria Municipal de Educação	4
Subprefeituras	3
Secretaria Municipal de Cultura (SMC)	3
Secretaria Municipal de Esportes	1
Secretaria Municipal de Obras	1
Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente	1
Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social	1
Secretaria Municipal de Gestão	1

Grande parte desses espaços ocupados corresponde a antigas unidades comerciais da COHAB. Lojas e galpões construídos próximos aos conjuntos habitacionais e que inicialmente abrigaram comércio e serviços: mercados, farmácias, bares, *Lan Houses*, locadoras e lanchonetes. Entretanto, a inexistência de programas que estimulassem a permanência dos comerciantes e o desenvolvimento da economia local, somado ao foco exclusivo da COHAB na dimensão habitacional, sem compreender a relação do morar com outras dimensões do cotidiano dos bairros, dentre elas o comércio e a cultura, fez com que muitas desses equipamentos fossem, aos poucos, abandonados.

Chama também a atenção a presença de equipamentos das Subprefeituras e Secretarias Municipais de Educação e Cultura. No caso das subprefeituras, trata-se de antigas sedes administrativas ou serviços locais desativados. Os terrenos e equipamentos vinculados à Secretaria Municipal de Educação passaram por outros órgãos até

chagarem à pasta, sendo que não haviam cumprido essa função antes das ocupações culturais. Dois dos três equipamentos vinculados à Cultura foram transferidos, no intuito facilitar o diálogo entre os coletivos ocupantes e a prefeitura, ambos em 2016, são eles: a Ocupação Mateus Santos e Casa HIP HOP Perus.

2. Ocupações Culturais x Urbanismo Neoliberal

A partir de 2017, o diálogo (mesmo que pouco frutífero) que até então estava estabelecido entre o poder público e os movimentos culturais foi prejudicado, uma vez que os antigos interlocutores foram todos demitidos da SMC. Houve tentativas de estabelecer uma aproximação, mas como a visão sobre política cultural era muito diferente, surgiram conflitos. “Nosso foco é a população, não é empoderar coletivos de artistas[7]”, foi uma das primeiras declarações do então secretário de cultura que deixava clara sua visão contrária à ação política dos coletivos culturais. O ápice dos conflitos ocorreu no dia 31 de maio de 2017, quando cerca de 50 agentes culturais ocuparam o andar do gabinete da SMC[8], um dia após integrantes da Ocupação Cultural Mateus Santos serem ameaçados pelo então secretário.

Além dos conflitos diretos com a SMC, a nova gestão municipal comunicou claramente sua intenção de fazer valor os direitos de propriedade e favorecer a iniciativa privada. O slogan “Cidade Linda” (que na prática significa “Cidade Limpa”, inclusive de manifestações de arte de rua e grafites), representa o espírito de “restauração do mercado” almejado pelos atuais gestores municipais.

Mas a ameaça mais concreta à permanência das ocupações culturais é a firme determinação da gestão atual em vender parte dos ativos municipais. Logo nos primeiros meses de gestão, é criada a Secretaria Municipal de Desestatização e Parcerias e o Plano Municipal de Desestatização (Lei Municipal nº 16.703/2017). O plano elenca uma série de diretrizes ao processo de venda de terrenos e edificações públicas, tal como a lista de bens que podem ser privatizados ou concedidos. Outro elemento é a tramitação na Câmara dos Vereadores de um projeto de lei (nº 404/2017) que autoriza a venda ou transferência de todos os imóveis públicos com área igual ou inferior a dez mil metros quadrados[9].

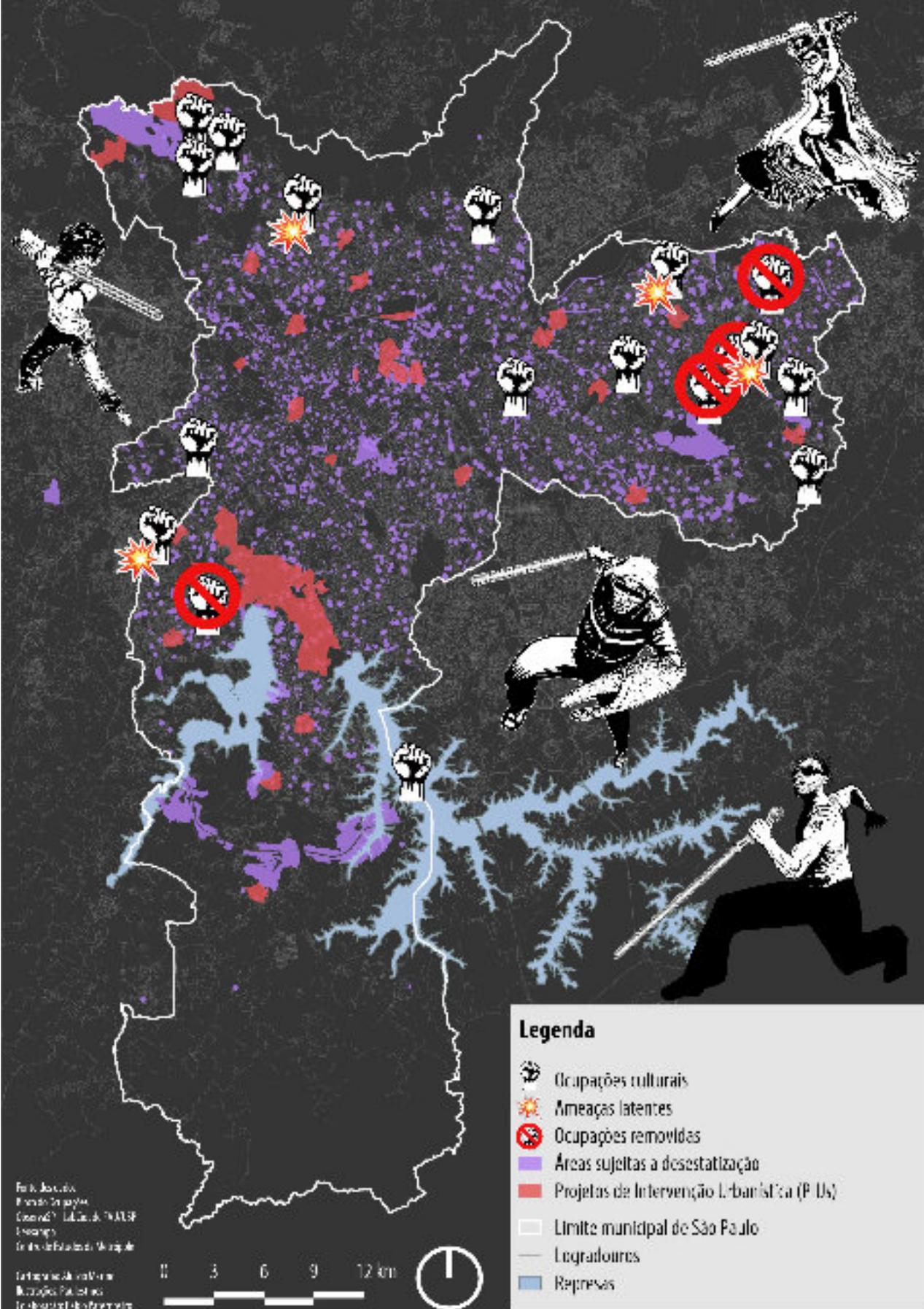
A lógica da privatização em grande escala das terras e bens públicos representa um dos pilares (senão o principal) dessa nova fase do “urbanismo neoliberal” na cidade de São Paulo. Como sabemos, a Constituição brasileira de 1988 estabelece como normativa que rege as formas de regulação e uso do solo urbano o princípio da “função social da propriedade”, isso é, a preponderância da sua dimensão coletiva sobre a individual. Todavia, o que se verifica hoje na capital paulista, é uma crescente desregulação da terra pública que facilita sua alienação ou concessão para o mercado, sem garantia do cumprimento do interesse público na sua utilização (SANTORO et. al, 2017).

Mapa 1. Ocupações Culturais versus Urbanismo Neoliberal (elaboração: Aluizio Marino)

7. Carnaval de rua é exemplo de 'crise do conceito de cidadania', diz secretário de SP: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-38901586> (acessado em 13 de agosto de 2019).

8. Secretaria ocupada é ápice da crise entre Sturm e agentes culturais: <https://www.cartacapital.com.br/cultura/secretaria-ocupada-e-apice-da-crise-entre-agentes-culturais-e-sturm/> (acessado em 13 de agosto de 2019).

9. Somam-se às legislações mencionadas acima as Parcerias Público Privadas (PPP), que garantem terras públicas para a execução de empreendimentos; e os Projetos de Intervenção Urbanística (PIUs) que, entre outros objetivos, proporcionam a transferência de terras para a exploração comercial de terceiros (Santoro & Nunes, 2018).



O mapa 1 ilustra o conflito entre as ocupações culturais e esse processo amplo de privatização e desmobilização de terras públicas. Os mapas, como não são instrumentos neutros, traduzem escolhas, mostram determinados elementos e escondem outros. No caso desse mapa, a escolha da escala privilegiou uma análise da cidade que esconde a localização exata dos espaços e destaca sua presença nas periferias geográficas. Sua simbolização evidencia os territórios impactados pelos projetos e planos de privatização em curso, bem como os conflitos e as resistências das ocupações culturais contra a privatização da cidade.

Os coletivos e ocupações culturais sentiram rapidamente os impactos com o avanço das pautas do urbanismo neoliberal na cidade de São Paulo. Desde o início de 2017, com efeito, foram removidas quatro ocupações. Três dessas[10] possuem total relação com a lógica exposta nessa sessão: o Sacolão das Artes[11], no Capão Redondo, que foi removido em abril de 2018 sob a frágil justificativa de que espaço apresentava riscos para seus usuários – os sacolões municipais, entretanto, são um dos equipamentos previstos no plano municipal de desestatização, e os coletivos ocupantes apontam que, em conversas com a prefeitura regional, foram informados que o local poderia ser concedido para empreendedores por meio de Parceria Público Privada (PPP); e em outubro de 2017, o Barracão das Artes e o Reação Arte e Cultura, que ocupava galpões da COHAB em Itaquera e foram alvos de reintegração de posse por parte da companhia, que, a reboque da prefeitura, prevê vender esses espaços para a iniciativa privada. Documentos oficiais[12] da COHAB confirmam a existência de um Plano de Desmobilização de Ativos, que prevê a venda de 900 imóveis/terrenos da COHAB. Esse plano, entretanto, não foi até o momento apresentado, muito menos uma listagem de quais imóveis/terrenos serão desmobilizados.



Imagem 2. Terreno onde estavam as Ocupações Alma e Reação. Após a demolição, o local não teve nenhum destino e os entulhos permanecem (fonte: Coletivo Coragem).

10. Outro caso de remoção ocorreu na Ocupação Cultural Vila Mara, localizada na região do Jardim Helena, zona leste. O espaço, que entre 2015 e 2017 foi ocupado por coletivos da região (e anteriormente abrigou um telecentro), foi alvo de disputa por parte de atores locais alinhados à atual gestão municipal. Com o apoio da prefeitura regional, uma organização assumiu a gestão do local, mas, devido à permanente falta de recursos, o mesmo encontra-se fechado na maior parte do tempo.

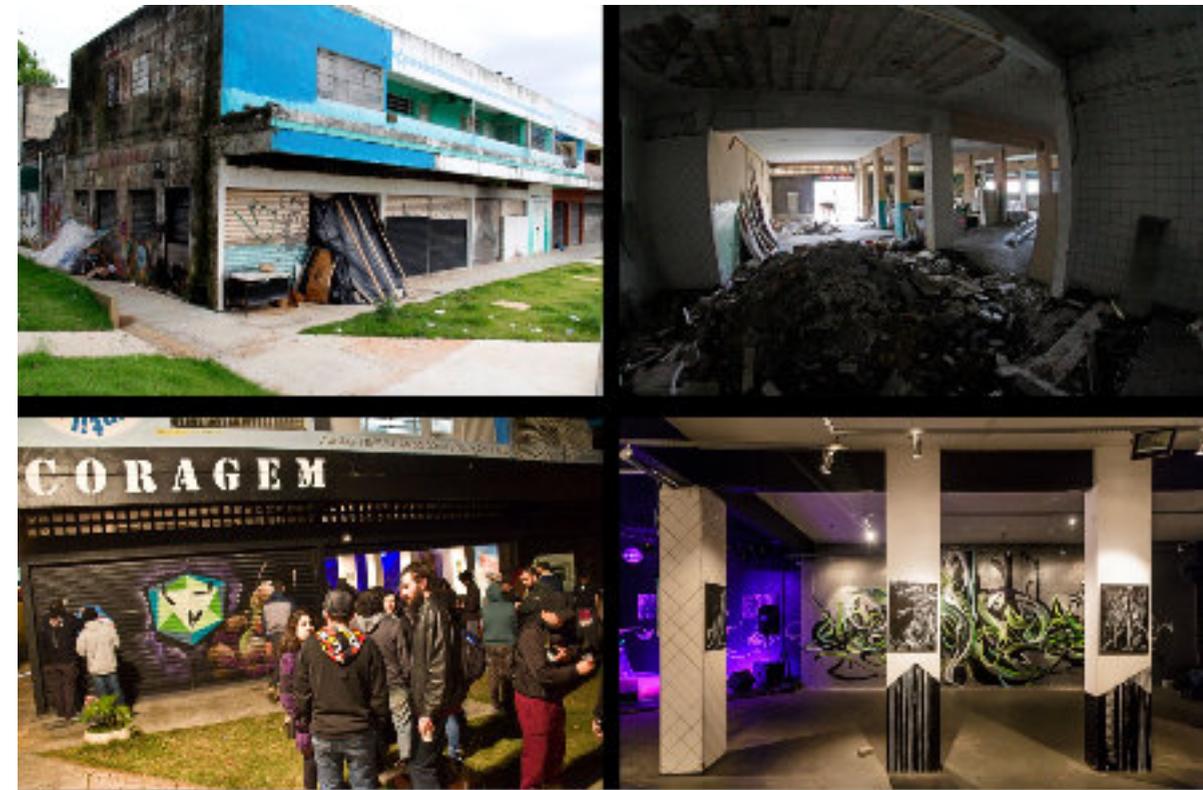
11. Agência Mural. Prefeitura Regional do M'Boi Mirim fecha Sacolão das Artes. São Paulo, 07 de abril de 2018. Disponível em: <https://mural.blogfolha.uol.com.br/2018/04/07/prefeitura-regional-do-mboi-mirim-fecha-sacolao-das-artes/> (acessado em 25 de março de 2019)

12. Balanço patrimonial da COHAB (2017): <http://cohab.sp.gov.br/arquivos/balanco.pdf>

Imagem 3. Sequência de fotos mostram o antes e o pós ocupação. Fonte: Acervo Coragem

A foto acima foi tirada no dia 9 de outubro de 2018, na Avenida Prof. João Batista Conti, à altura do nº 1200, no Conjunto José Bonifácio, em Itaquera. No local havia galpões e salas comerciais da companhia que foram demolidos em abril do mesmo ano. Até a data de elaboração deste artigo a situação permanece a mesma. Os antigos ocupantes relatam que o cenário de abandono intensificou conflitos no bairro, além da sensação de insegurança e do fato de que o acúmulo de entulho e lixo atrai ratos e outros vetores de doenças; o lugar também se transformou em uma cena de uso de drogas.

Além das ocupações já removidas, existem outras sob ameaça latente de remoção, como é o caso da Okupação Cultural CORAGEM e mais três ocupações localizadas em espaços que pertencem à COHAB. A Okupação Coragem fica em um galpão onde inicialmente havia um pequeno mercado; após o mercado fechar no início dos anos 2000, o espaço permaneceu abandonado até 2015.



A Okupação Coragem merece destaque por conta do seu lugar estratégico para articulação dos coletivos culturais da zona leste. Sua localização privilegiada a tornou um ponto central que facilita o encontro para quem mora na região. Não por acaso, a Okupação Coragem é o local onde acontecem os encontros de articulação entre

os coletivos organizados no Fórum de Cultura da Zona Leste e no MCP.

Dentre as ocupações ameaçadas, existem dois casos que aparentemente não têm relação direta com o processo em massa de privatização: a Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo, que em 2017 foi alvo de críticas e ataques por parte da Secretaria de Cultura. O espaço chegou inclusive a ser interditado pela prefeitura regional, tendo o fornecimento de água e luz cortados. Mesmo com as adversidades, a ocupação permanece ativa, atendendo diariamente a comunidade do entorno, com diversas atividades[13]; e o Espaço Cultural Jardim Damasceno, localizado na região da Brasilândia que, após arrecadar recursos (via um financiamento online colaborativo) para a construção de uma escola de permacultura, teve as obras embargadas e o espaço interditado pela prefeitura regional. Contudo, apesar de ambos os casos não serem percebidos como tendo relação direta com o processo em massa de privatização, os mesmos podem ser creditados aos embates da nova gestão pública (empresarial) da cidade.

3. Organizando as múltiplas resistências

No dia 23 de novembro de 2016 (já decidido em primeiro turno o pleito eleitoral desse ano na cidade), aconteceu uma roda de conversa na Ocupação Cultural Mateus Santos, em Ermelino Matarazzo, com a temática "gestão compartilhada de equipamentos culturais", onde foram discutidas alternativas que pudessem vir a garantir a autonomia e a horizontalidade na gestão de equipamentos públicos e espaços culturais independentes na cidade de São Paulo. Claramente, tratava-se de uma tentativa de começar a organizar as múltiplas resistências que seriam necessárias no embate com a nova gestão. Havia entre os presentes treze representantes de ocupações culturais, mas também representantes de outros coletivos, trabalhadores da cultura e gestores públicos.

Durante as manifestações dos participantes, foram elencadas uma série de alternativas/potencialidades e desafios/limites relacionados à gestão compartilhada desses espaços. A ideia dos organizadores era produzir uma cartografia que sistematizasse os resultados da discussão, de modo que as alternativas pudessem ser visualizadas em conjunto, como parte de uma luta comum no âmbito da metrópole. O resultado final é o mapa 1 a seguir, no qual é possível verificar a síntese das principais contribuições, bem como localizar a região de origem de cada uma delas.

Pelo fato de ter sido um encontro bastante representativo e legitimado pelas ocupações culturais das periferias, foi possível aproveitar o acúmulo dos "desafios e limites" sistematizados na cartografia para identificar aqueles que remetem a uma problemática comum. Assim, haveria pelo menos quatro questões principais para serem destacadas:

Mapa 2. Facilitação cartográfica do encontro "Gestão compartilhada de equipamentos culturais" (Fonte: Bloco de Ocupações. Facilitação: Aluízio Marino e Pablo Paternostro)

13. Casa de Cultura de Ermelino Matarazzo amplia atividades para resistir a fechamento. Rede Brasil Atual. 05 de fevereiro de 2018. Disponível em: <http://www.redebrasilatu.com.br/entretenimento/2018/02/casa-de-cultura-de-ermelino-matarazzo-amplia-programacao-para-resistir-a-fechamento> (acessado em 25 de março de 2019)



(i) *Escassez e “sucateamento” dos equipamentos culturais.* Historicamente na cidade de São Paulo existe uma péssima distribuição dos equipamentos culturais pelo território, com abundância nas áreas centrais e escassez nas periferias. As Casas de Cultura foram criadas na Gestão Luiza Erundina a partir da Lei Municipal nº 11.325/1992; à época a lei determinava a criação de vinte casas de cultura, porém, após mais de duas décadas, existem apenas 18 desses equipamentos, segundo dados da Secretaria Municipal de Cultura[14]. Essa desigualdade foi um pouco reduzida após a implementação dos Centros Educacionais Unificados, entretanto, persiste uma discrepância que é inclusive destacada em um diagnóstico da gestão municipal da cultura, publicado em 2016 no Caderno de Consulta Pública do Plano Municipal de Cultura[15]. Dos equipamentos existentes, boa parte encontra-se com condições estruturais aquém das necessárias.

14. https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/cultura/casas_de_cultura/ (acessado em 13 de agosto de 2018)

15. Caderno de consulta pública do Plano Municipal de Cultura: <https://issuu.com/smcsp/docs/pmcsp2016> (acessado em 13 de Agosto de 2018)

(ii) *Ausência de participação social descentralizada.* Nos poucos equipamentos de cultura existentes regiões periféricas da cidade, a participação social é incipiente. A lei das Casas de Cultura prevê em seu artigo 7º a existência de conselhos gestores formados majoritariamente por produtores culturais locais, mas foram poucas as experiências de conselhos que chegaram a se concretizar. Essa característica não se limita somente às Casas de Cultura, a maioria dos equipamentos não possui conselhos ou outras instâncias “formais” de participação. A percepção dos coletivos é de que os equipamentos culturais que estabelecem diálogo com a comunidade e os artistas e agentes culturais locais são exceção, a depender principalmente de quem é o(a) responsável pela coordenação desses espaços. Nesse sentido, as experiências mais bem-sucedidas seriam quando os gestores dos equipamentos possuem vínculos com o território e com as coletividades atuantes.

(iii) *Gestão privada dos equipamentos existentes.* O modelo de gestão por Organizações Sociais ganhou força na gestão da Secretaria de Estado da Cultura nas últimas duas décadas. Com base na experiência estadual, surgiu como meta para o atual governo municipal a implementação desse modelo. Na prática, o modelo de Organização Social é um modelo de gestão privada, que repassa a responsabilidade para organizações sem fins lucrativos de grande porte. Essas organizações recebem repasses para a execução de um contrato de gestão, orientado por metas principalmente de cunho quantitativo. A gestão privada desses espaços é permeada por conflitos, o caso mais emblemático foi a

ocupação da Fábrica de Cultura do Capão Redondo, quando aprendizes manifestaram sua insatisfação com a gestão, que decidiu diminuir o atendimento da biblioteca sem consultar a comunidade. A falta de participação social na tomada de decisões desencadeou uma ocupação protagonizada por crianças e adolescentes (aprendizes das oficinas culturais desenvolvidas no espaço), que foram silenciadas e tratadas sem nenhuma sensibilidade por parte dos gestores. Nesse sentido, afirma-se que as ocupações culturais não se insurgem apenas contra a ausência ou escassez de equipamentos culturais, como também se colocam como uma alternativa à gestão privada dos espaços culturais da cidade.

(iv) *Cultura política clientelista e os conflitos com os poderes locais.* Os conflitos com as diversas instâncias do governo local são constantes. Muitos coletivos e ocupações culturais são estigmatizadas e criminalizadas. Em algumas ocasiões, as instâncias públicas também operam na base da “barganha” eleitoral, tentando adotar mecanismos de favorecimento e clientelismo. Nas Subprefeituras, a figura do supervisor de cultura é, muitas das vezes, indicação política de vereadores e/ou lideranças locais alinhadas à gestão. Os profissionais que poderiam facilitar a articulação entre coletivos e potencializar a dinâmica cultural do território cumprem funções com objetivos eleitorais, privilegiando uma perspectiva populista da cultura, com eventos, shows e espetáculos da indústria cultural. Pelo fato de que a maior parte dos coletivos e ocupações culturais operam na chave da autonomia, os conflitos com os poderes locais – acostumados com práticas clientelistas – são frequentes.

Como dissemos, a partir de 1 de janeiro de 2017, o diálogo mantido até então com a gestão municipal foi interrompido. Por outro lado, inicia-se uma política de privatizações, concessões e parcerias público-privadas destinadas a reduzir a participação dos órgãos do Estado na regulação dos espaços públicos. Nesse contexto, as ocupações culturais da periferia começam a sentir a pressão sobre suas precárias conquistas, sobretudo em termos de remoção. Longe de permanecerem isolados, entretanto, os coletivos intensificam sua organização. O Movimento Cultural das Periferias vem realizando encontros territoriais, circulando pelas ocupações e espaços culturais independentes da cidade, mantendo uma pauta comum de luta. De fato, o Movimento Cultural das Periferias, onde as demandas do Bloco de Ocupação encontram ressonância, continua ativo na elaboração de reivindicações e demandas ao poder público, tal como a Lei de Fomento à Cultura das Periferias que também contempla a singularidade das ocupações culturais.

Discutindo cidadania a partir das ocupações culturais (à guisa de conclusão)

Embora focado nos processos de acesso à moradia e à propriedade nos territórios periféricos, James Holston (2013) nos convida a pensar as lutas na cidade em termos de “cidadania insurgente”. Tratar-se-ia, fundamentalmente, de uma cidadania que se conquista a partir de experiências concretas na luta pelos direitos, e que assume, no âmbito da cidade (ou da metrópole), uma dimensão específica: o direito de fazer parte dela de maneira igualitária e sem distinções. Como a experiência histórica da classe trabalhadora tem demonstrado, a maioria dos direitos conquistados tem sido objeto de longas batalhas políticas até alcançar os patamares de institucionalidade necessários para serem garantidos.

Parte dessas experiências concretas são, sem dúvida, as ocupações – e é aqui, acreditamos, onde a ideia de “insurgência” adquire todo seu potencial enunciativo. Isso ficou bastante claro na introdução, quando tratamos das ocupações por moradia como uma forma legítima de acesso à habitação. No caso das ocupações culturais, a insurgência é contra a falta de equipamentos culturais e políticas públicas de fomento à cultura da periferia, assim como também contra as diversas formas de cerceamento da produção cultural independente (ou mesmo contra cultural). Na verdade, as ocupações culturais da periferia expressam uma dupla contestação: contra a cidade dos poucos e contra a cultura do establishment. Em ambos os casos, entendemos que a luta pelo direito à expressão em espaços ocupados ou independentes, assim como a própria emergência dos sujeitos periféricos e coletivos culturais, vai ao encontro do conceito de cidadania insurgente proposto por Holston.

Existem ainda mais dois elementos que podem ser arrolados na defesa das ocupações culturais. O primeiro é a estreita relação que as mesmas guardam com as problemáticas sociais, sobretudo na periferia. Como sabemos, esses territórios são atravessados por linhas de força que arrastam boa parte dos jovens para atividades que, ou bem clausuram qualquer perspectiva de futuro, ou bem colocam em risco sua própria vida – e, geralmente, ambas alternativas se apresentam juntas. Nesse sentido, as ocupações culturais representam uma via de escape a essas forças, propondo transformar sua energia contida em possibilidades de expressão, sem perder sua perspectiva de antagonismo e crítica social. O terreno da luta, enfim, passa a ser o da subjetividade, isto é, o embate pela representação do mundo. A agenda contra o genocídio e o encarceramento em massa praticados pelo Estado e o destaque que a questão tem ganhado são demonstrações disso, já que os coletivos culturais são um dos principais movimentos que trabalharam essa pauta nas últimas duas décadas.

O segundo é a capacidade de inovação política que essas experiências trazem embutidas. Por um lado, os coletivos precisam se constituir

enquanto grupo, o que pressupõe o estabelecimento de algumas definições básicas: objetivos, participantes, formas de organização, ativismos, realizações, etc., assim como também o modo de desenvolvimento das atividades culturais e a procura de recursos. Pelo outro lado, no que diz respeito às ocupações, elas exigem o desenho de uma estratégia, um cálculo de oportunidades e, evidentemente, uma grande dose de coragem. Assim, desde o ponto de vista das práticas da autonomia, trata-se de um movimento que não tem receitas prontas, o que estimula os participantes a encontrarem os meios adequados para sustentar sua escolha.

Eis o aprendizado.

Referências

- BEY**, Hakim. *TAZ – Zona Autônoma Temporária*. São Paulo: Conrad, 2001.
- BORDA**, Orlando Fals. *Por la praxis: El problema de cómo investigar la realidad para transformarla*. Federación para el Análisis de la realidad Colombiana (FUNDABCO). Bogotá, Colombia. 1978.
- BOULOS**, Guilherme. *Por que ocupamos? Uma introdução à luta dos sem teto*. São Paulo: Scortecchi, 2012.
- FELIPE**, Alan. *Guarda Civil invade espaço autônomo no Anhangabaú*. Vaidapé, São Paulo, 19 de junho de 2014. Disponível em: <http://vaidape.com.br/2014/06/gcm-invade-espaco-autonomo-no-anhangabau/> (acessado em 25 de março de 2019)
- HARVEY**, David. *Cidades rebeldes*. Do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014. Trad. Daniela Frabasili e Laís Bellini.
- HENGLER**, Claudia I.; **SALVADOR**, Marlene A. “Quilombos urbanos: a resistência cultural negra na cidade de São Paulo”. In: *Educação em foco/UNISEPE*, edição 2014, pp. 72-118.
- HOLSTON**, James. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 2013. Trad. Cláudio Carina.
- MARCOS**, Plínio. *Histórias das quebradas do mundaréu*. Rio de Janeiro: Nórdica. 1973.
- MARTINS**, José de Souza. *A aparição do demônio na fábrica. Origens sociais do Eu dividido no subúrbio operário*. São Paulo: Editora/34, 2008.
- MOVIMENTO CULTURAL DAS PERIFERIAS**. *Carta do Bloco de Ocupação Cultural de espaços públicos*. Disponível em: <https://www.facebook.com/MovimentoCulturalDasPeriferias/posts/1640615959485192/> (acessado em 15 de julho de 2019)
- PARRA**, Adriano. *Dialética da experiência: fruição e cotidianidade em luta na ocupação Cambridge*. São Paulo: PGT/UFABC, 2019 (dissertação de mestrado).
- ROLNIK**, Raquel. Territórios Negros nas cidades brasileiras: etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro. In: SANTOS, R. E. (org.) *Diversidade, espaço e relações étnico-raciais: o negro na geografia do Brasil*. Ed. Autêntica, São Paulo, 2007.
- SANTORO** et al. “O papel das terras públicas na mobilização do Estado

pelo capital em São Paulo”. In: Rolnik et al (orgs.), *Cidade Estado-Capital: reestruturação urbana e resistência em Belo Horizonte, Fortaleza e São Paulo*. São Paulo: FAUUSP, 2018.

TIARAJU, Pablo. *A formação dos sujeitos periféricos: cultura e política na periferia de São Paulo*. Tese de Doutorado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas – USP. São Paulo, 2013.

SILVA, Gerardo; **CORSINI**, Leonora. “Além das reivindicações, explorar as brechas democráticas abertas pelas jornadas de junho no Brasil”. In: Silva, Gerardo; Corsini, Leonora (org.) *Democracia x Regimes de Pacificação*. São Paulo: Annablume, 2015.

VAL, Ana Paula do; **LIMA**, Luciana Piazzon; **OLIVEIRA**, Maria Carolina Vasconcelos; **PINTO**, Viviane Cristine (Org.). *Participação e cidadania cultural: a experiência da III Conferência Municipal de Cultura de São Paulo*. São Paulo: SMC, 2014. Disponível em: https://issuu.com/smcsp/docs/publicacao_terceira_conferencia_mun (acessado em 25 de julho de 2019)

VALLADARES, Licia do Prado. *A invenção da favela. Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

***Aluizio Marino** é Doutorando em Planejamento e Gestão do Território pela Universidade Federal do ABC (UFABC) e pesquisador do LabCidade/FAUUSP.

Gerardo Silva é Professor do Programa de pós-graduação em Planejamento e Gestão do Território da Universidade Federal do ABC (PPGT/UFABC).

indi
scip
lina
r

territórios populares

I. Introdução

O grupo de pesquisa Indisciplinar[1] busca investigar a produção do espaço urbano, a partir da cartografia sobre as disputas territoriais que envolvem os processos de neoliberalização e resistências locais e tendo como desafio a complexificação desses processos para evitar leituras dicotômicas simplificadas e absolutas. Para tal, desenvolve atividades de ensino, pesquisa e extensão, com uma abordagem teórico-metodológica em que questiona a distinção rígida entre pesquisador e objeto de pesquisa, na qual a teoria e prática se imbricam fazendo emergir atores híbridos, envolvendo pesquisadores e comunidades afetadas por projetos urbanos.

Ao traçar cartografias que identificam as disputas, é possível ampliar a compreensão das múltiplas formas de desigualdade socioterritorial, fomentadas por processos de reestruturação espaciais associados aos interesses do capital que, usualmente, provocam a expulsão da população pobre, alterando seu modo de vida e suas formas de sobrevivência. Ao mesmo tempo, as cartografias pretendem dar visibilidade aos modos de vida singulares das pessoas que moram/trabalham/ frequentam os espaços da investigação.

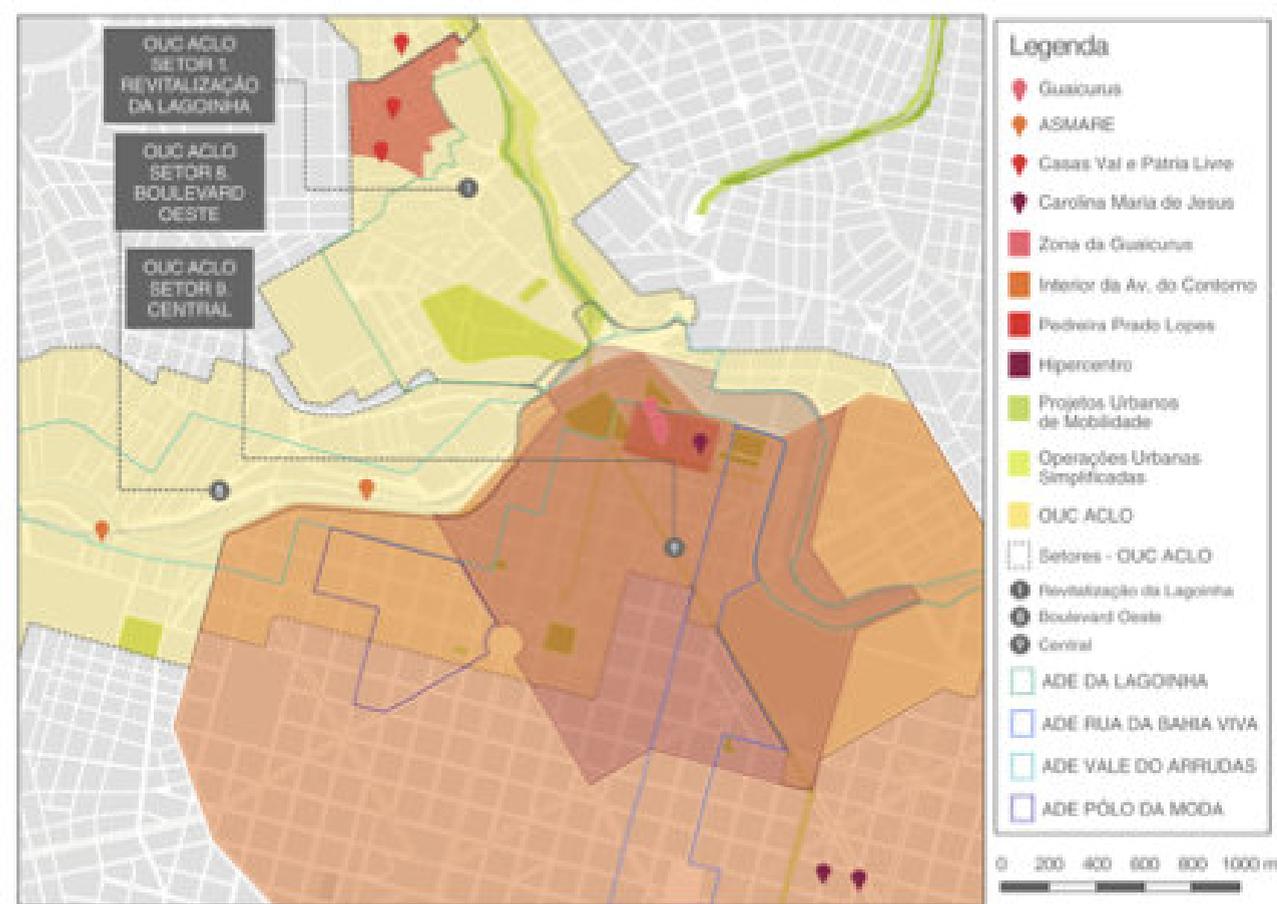
Dentre os projetos de pesquisa realizados pelo Indisciplinar, o projeto "Territórios Populares"[2], desenvolvido em rede nacional e coordenado pelo LabCidade da FAU-USP pela pesquisadora Raquel Rolnik, é atualmente uma importante frente de investigação e atuação do grupo.

Como recorte socioespacial do projeto, optou-se pela região do hipercentro "expandido" da cidade, buscando cartografar as controvérsias existentes entre as ações do Estado ou do Estado-capital e as práticas engendradas pelos movimentos de resistência. Nesse recorte territorial, vale destacar a presença tanto de projetos institucionais como a OUC ACLO – Operação Urbana Consorciada, a delimitação da Zona Cultural, a atuação da empresa PBH Ativos, como também a existência de importantes Territórios Populares envolvendo: (1) Associação ASMARE – Associação de catadores de papel, papelão e materiais reaproveitáveis -, (2) a ocupação Carolina Maria de Jesus (coordenada pelo Movimento de Luta nos Bairros, Vilas e Favelas - MLB -), (3) a favela Pedreira Prado Lopes e a Ocupação Pátria Livre (coordenada pelo Movimento de Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos - MTD -) e (4) a Região dos Guaicurus (Associação das Prostitutas de Minas Gerais - APROSMIG -, e o Hotel Stylus).

Figura 01: Mapa do Hipercentro Expandido contendo os territórios envolvidos na pesquisa. Fonte: Indisciplinar, 2018.

1. Wiki do grupo de pesquisa Indisciplinar: http://wiki.indisciplinar.com/index.php?title=P%C3%A1gina_principal

2. Blog da pesquisa Territórios Populares: <http://territoriospopulares.s.indisciplinar.com/>



Apostando no tripé pesquisa-ensino-extensão, o projeto de pesquisa soma forças com os projetos de extensão "Cartografia das Lutas" e "Geopolítica e Cidades", vinculados ao Programa de Extensão IndLab. A presença no território durante quase dois anos de investigação permitiu a produção de um vasto material, utilizando tanto as bases teórico-bibliográficas das mídias hegemônicas e de outras fontes acadêmicas quanto de cartografias coletivas realizadas nos territórios.

Para promover a criação de dispositivos cartográficos, concebidos especialmente para os habitantes e usuários de cada território, foram ofertadas nos anos de 2018 e 2019 quatro disciplinas na Escola de Arquitetura da UFMG: UNI 009 – Territórios Populares I, II –, DIG UNI 086 – Formação Transversal Territórios Populares III –, além da disciplina de projeto Pflex (Arquitetura Desobediente).

É importante ressaltar que a citada pesquisa teve como característica a busca por instrumentos de investigação em campo que promovessem trocas reais e aproximações não objetificadoras com os pesquisados. Essas aproximações se deram via disciplinas de projeto, visitas dos pesquisadores aos territórios guiadas pelos moradores do local, realização de jogos nos territórios com crianças, jovens e adultos, desenvolvimento de linhas do tempo interativas – analógicas

e digitais –, objetivando, assim, um mapeamento das questões importantes na dinâmica territorial, a partir da compreensão dos principais eventos ocorridos ao longo dos últimos anos, das narrativas sobre eles (divulgadas tanto pelas mídias hegemônicas, quanto pelas canais de informação dos moradores e dos movimentos sociais presentes no territórios) e dos arranjos dos atores que compõem as redes e que atuam sobre o território.

A presença de parceiros ligados às associações e aos movimentos de luta e resistência trouxe para a pesquisa diversas temáticas urbanas, tais como: direito à cidade, direito à moradia digna, direitos das mulheres (inclusive das trabalhadoras do sexo), sustentabilidade socioambiental. Com isso, houve a participação ativa de moradores e trabalhadores dos territórios investigados, como também discussões



importantes com pesquisadores do campo da arquitetura e do urbanismo, da psicologia, do direito, da sociologia e das artes visuais.

No ano de 2019, interagindo com uma equipe da Escola de Belas Artes, todo o material produzido durante o ano de 2018 foi transformado em uma produção audiovisual que contou, inclusive, com uma oficina de

Figuras 02 e 03: Disciplina de projeto na ocupação Carolina Maria de Jesus. Fonte: Indisciplinar

Figuras 04 e 05: Visita guiada na Pedreira Prado Lopes. Fonte: Indisciplinar

Figuras 06 e 07: Jogos com moradores e trabalhadores dos territórios. Fonte: Indisciplinar

Figuras 08 e 09: Linhas do tempo analógicas e digitais dos territórios. Fonte: Indisciplinar

3. Vídeos documentários produzidos pela pesquisa Territórios Populares: RESISTIR. Valéria - moradora da favela Pedreira Prado Lopes: <https://www.youtube.com/watch?v=2ZXSRVAnEMI>

BRIGAR. Nice - trabalhadora da região da Guaicurus: <https://www.youtube.com/watch?v=KUdf3zp13ZM&t=90s>

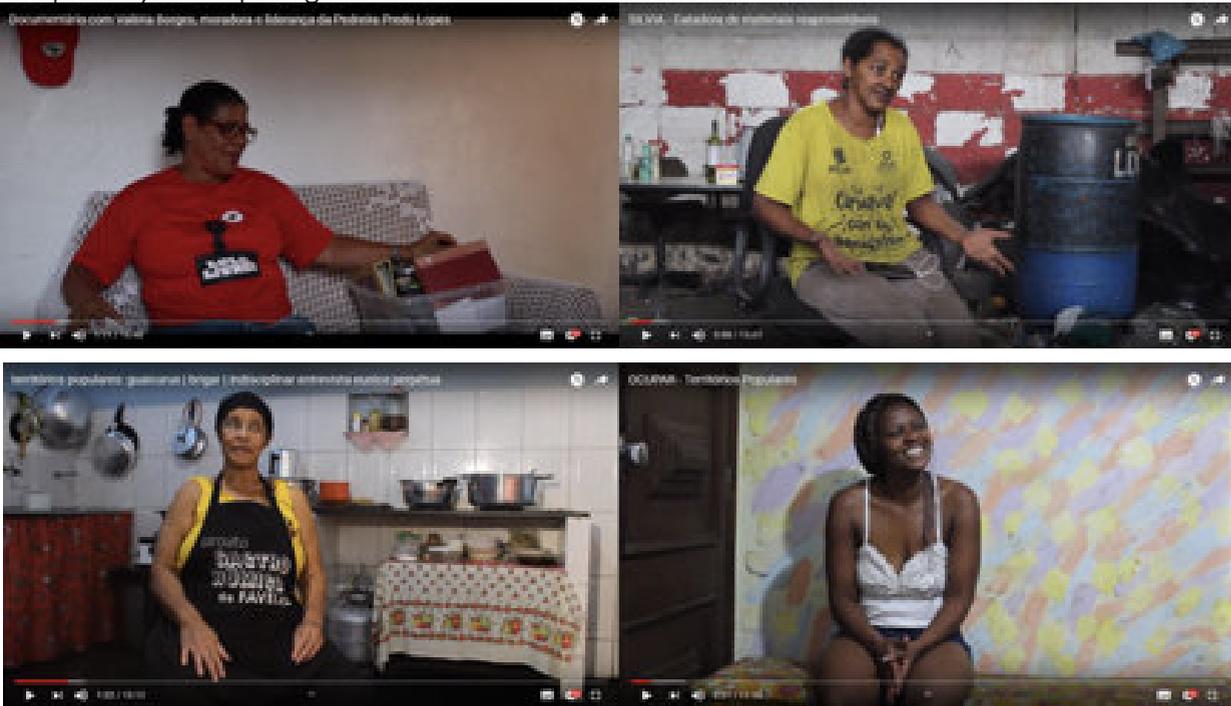
TRABALHAR: Sílvia - catadora de materiais reaproveitáveis associada a ASMARE: <https://www.youtube.com/watch?v=3UksEH66tR8&t=15s>

OCUPAR: Cris - moradora da ocupação Carolina Maria de Jesus: <https://www.youtube.com/watch?v=cPT32DqLEHs>



fotografia preparatória para as disciplinas que iriam ocorrer ao longo deste ano. Tal atividade resultou na realização de quatro vídeos documentários que reúnem a perspectiva de quatro mulheres negras que participam ativamente no cotidiano desses territórios. O documentário constituiu um importante instrumento para compreender como se afetam e resistem os territórios e para traçar aspectos comuns e divergentes entre eles.

Como primeiro desdobramento da produção desses vídeos, foi organizada uma roda de conversa no Centro Cultural da UFMG com a presença das protagonistas dos documentários e de membros da



Figuras 10 a 13: Documentários sobre as mulheres dos territórios populares. Fonte: Indisciplinar

universidade e/ou do poder público envolvidos diretamente com os territórios investigados. A presença de um público novo na plateia contribuiu para fomentar o debate.

Acreditando na importância de se dar maior visibilidade ao material gerado ao longo desses quase 2 anos, optou-se pela continuidade desse processo através da oferta no 2o semestre de 2019 da disciplina de Formação Transversal – Territórios populares III. A equipe de professores, que já contava com as 2 professoras da Escola de Arquitetura, passou a ter nesse momento a participação efetiva de uma professora da Belas Artes, do departamento de cinema e fotografia. Assim, a proposta dessa disciplina foi a realização da curadoria artística de todo o material produzido – e isso inclui fotos, vídeos, mapas, linhas do tempo, jogos, diário da pesquisa, etc –,

Figuras 14 a 17: Evento: Roda de Conversa com as representantes dos territórios no Centro Cultural da UFMG. Fonte: Indisciplinar

visando a montagem de uma exposição no início do ano de 2020.

Importante ressaltar que a exposição visa reunir todo o material produzido ao longo desses dois anos, no intuito de dar maior visibilidade aos modos de vida que resistem ao ataque das políticas urbanas neoliberais, através das falas de moradoras e trabalhadoras



de uma região na qual se pode identificar fortes disputas de interesses, cuja existência e resistência é muitas vezes ignorada pelas mídias hegemônicas e, conseqüentemente, pelo público em geral. Desse modo, aposta-se que as narrativas cartografadas podem funcionar como instrumentos de fortalecimento dessa resistência, na medida em que deverão atingir um público diverso e ampliado, inclusive agentes do poder público que atuam nestes territórios.

Além disso, a proposta de uma exposição no Centro Cultural da UFMG, um importante espaço institucional localizado na região da investigação, tem como intenção o acesso ampliado de uma produção acadêmica, cujo desenvolvimento se deu de forma próxima e interativa com comunidades socialmente vulneráveis, e por isso serão mostrados

os processos investigativos que foram inventados e construídos no encontro dos pesquisadores com os pesquisados, buscando uma aproximação real dos saberes acadêmicos e dos saberes não-acadêmicos e reforçando a importância do tripé ensino-pesquisa-extensão para a construção do conhecimento.

A exposição também pretende promover uma participação ativa do público que vai visitá-la, a partir de mapas e linhas do tempo interativos, buscando assim completar e complexificar a cartografia realizada. Afirma-se, assim, o compromisso social e político de uma universidade pública e gratuita, onde vigora a autonomia do pensamento crítico e libertário.

Por fim, importante dizer que para viabilizar a exposição a equipe responsável pela montagem da exposição conseguiu articular parcerias com o Centro Cultural da UFMG e com a equipe do Grupo Oficina Multimídia (GOM), responsável pela organização do Verão de Arte Contemporânea (VAC), e com a Associação Profissional dos Docentes da Universidade Federal de Minas Gerais – APUBH / UFMG, que, por meio de um edital aberto à comunidade acadêmica, garantiu um importante apoio financeiro ao projeto.

q

h

x

g

p

f

b

s

l

u

k

y